

Dispositivos de Segurança:

PERFORMAÇÕES DE GOVERNO ARTICULADAS ÀS CÂMERAS DE VÍDEO



Rafael Barreto de Castro

Rio de Janeiro / 2013

Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

INSTITUTO DE PSICOLOGIA

PROGRAMA EICOS

RAFAEL BARRETO DE CASTRO

Dispositivos de Segurança:
PERFORMAÇÕES DE GOVERNO ARTICULADAS ÀS CÂMERAS DE VÍDEO

Rio de Janeiro
2013

RAFAEL BARRETO DE CASTRO

Dispositivos de Segurança:
PERFORMAÇÕES DE GOVERNO ARTICULADAS ÀS CÂMERAS DE VÍDEO

Estudo de caso no estado do Rio de Janeiro / BR

Tese submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do Grau de Doutor em Psicossociologia.

ORIENTADORA: Prof^ª. Dr^ª. Rosa Maria Leite Ribeiro Pedro

COORIENTADOR: Prof. Dr. David Murakami Wood

APOIO: CAPES

Rio de Janeiro
2013

C355 Castro, Rafael Barreto de.

Dispositivos de segurança: performances de governo articuladas às câmeras de vídeo / Rafael Barreto de Castro. Rio de Janeiro: 2013.

234f.

Orientadora: Rosa Maria Leite Ribeiro Pedro.

Coorientador: David Murakami Wood.

Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social - EICOS, 2013.

1. Sistemas de segurança. 2. Mobilidade social – Rio de Janeiro, RJ. 3. Segurança pública – Rio de Janeiro, RJ. 4. Tecnologia – Aspectos sociais. I. Pedro, Rosa Maria Leite Ribeiro. II. Murakami Wood, David. III. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Psicologia.

CDD: 363.1

IMAGEM DA CAPA

Fonte: Imagens HQ

Disponível em: <<http://hq-pictures.ru/pt/preview.php?hd=76889;>>

RAFAEL BARRETO DE CASTRO

Dispositivos de Segurança: PERFORMAÇÕES DE GOVERNO ARTICULADAS ÀS CÂMERAS DE VÍDEO

Estudo de caso no estado do Rio de Janeiro / BR

Tese submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do Grau de Doutor em Psicossociologia.

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Rosa Maria Leite Ribeiro Pedro, Dr. [Orientador] (EICOS/IP/UFRJ)

Prof^a. Ana Maria Szapiro, Dr. (EICOS/IP/UFRJ)

Prof. Lucas de Melo Melgaço, Dr. (Faculty of Law and Criminology/ VUB)

Prof^a. Marcia Moraes, Dr. (Programa de Pós-Graduação em Psicologia/UFF)

Prof. Paulo Afonso Rheingantz, Dr. (PROARQ/FAU/UFRJ)

DEDICATÓRIA

À professora Rosa Pedro,
minha eterna mestra...

AGRADECIMENTOS

Aos professores *Ana Szapiro, Marcia Moraes, Lucas Melgaço e Paulo Afonso Rheingantz*, por todas as suas contribuições, pelo diálogo constante e, principalmente, pelo carinho com o qual me acompanharam nessa jornada.

Aos meus companheiros de pesquisa e discussão *Ana Damasio, Ana Rheingantz, Antonio Costa, Cristiana Siqueira e Iara Rocha* pela proveitosa parceria ao longo desses últimos anos.

Aos queridos *Carmen Martins e Ricardo Fernandes* por todas as vezes que vieram em meu socorro, sempre com muita paciência e disponibilidade.

Aos colegas de trabalho *Allane Pedrotti, Agmar Martins, Carlos Henrique Alves, Claudia Sodré, Simone Pessoa e Zilda Lemos* pela compreensão e pelo incentivo.

Aos queridos amigos *Conceição Silva, Fernanda Canavêz, Lilian Vaisman e Marcelo Sbarra*, por manterem sempre iluminados os meus caminhos, multiplicando saberes e alegrias.

A todo o time do *Kineret*, por todos os momentos de magia e descontração, que aliviaram o estresse e tornaram meu percurso mais suave.

A todos os participantes dessa pesquisa, que gentilmente concordaram em compartilhar conosco algumas de suas experiências, tornando possível a realização desse trabalho.

À minha família, em especial, por todo o amor e apoio: meus pais *Cilma Tamar e Jorge*, meus irmãos *Fernando e Raquel*, e minha sobrinha *Luísa*.

ACKNOLEGMENTS

Firstly, I would like to thank Professor *David Murakami Wood* for his supervision and guidance provided during my internship at the Surveillance Studies Center (SSC) at Queen's University / Canada. I am also grateful to all the SSC staff members, particularly *Joan Sharpe*, for her warm welcome when I joined this amazing group. It has undoubtedly helped me to deepen the analyses and conclusions I present here. Special thanks to my Anglophone friends *Andrew Lee, Carson Townsend, David West, Elinor Rush, Jason Liptak, Marcus Gatto, Noah Bonder, Robert Holliday, Stephanie Cork* and *Steve Rose*, who have always supported and saved me with kindness regarding translation whenever necessary.

*“Este ensaio é um argumento em favor do
prazer da confusão de fronteiras, bem como em
favor da responsabilidade em sua construção.”*

(Donna Haraway)

RESUMO

CASTRO, Rafael Barreto de. *Dispositivos de Segurança: performances de governo articuladas às câmeras de vídeo*. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

A presença das câmeras de vídeo no cotidiano dos grandes centros urbanos tem se mostrado nos últimos anos um fenômeno em franca expansão. Como importantes actantes nas práticas de governo das cidades, estes dispositivos, que denominamos aqui “dispositivos de segurança” na acepção foucaultiana do termo, vêm articulando elementos heterogêneos e “performando” realidades bastante específicas e controversas. O objetivo principal desse estudo é, portanto, realizar uma análise sociotécnica das formas de governo em suas relações com o videomonitoramento, investigando também de que maneira práticas e saberes são produzidos como efeitos destas mesmas relações. A realização deste trabalho encontra-se articulada à abordagem e às ideias propostas pela Teoria Ator-Rede (TAR), com grande destaque às contribuições do sociólogo Bruno Latour. Como estratégia de pesquisa é proposta a realização de uma cartografia das controvérsias que envolvem os dois centros de vigilância/monitoramento de maior visibilidade na cidade do Rio de Janeiro: o Centro Integrado de Comando e Controle – que em breve será inaugurado – e o Centro de Operações da Prefeitura. Entre os anos de 2009 e 2013, visitamos as sedes de ambos os Centros, conversamos com seus porta-vozes, realizamos entrevistas, coletamos documentos e reportagens que pudessem nos auxiliar a seguir e a retrazar os rastros deixados pelos actantes agenciados a esses coletivos. Através do mapeamento das associações que os estabelecem, evidenciamos ao longo deste trabalho formas de governo que, em geral, se dão no nível da população, articulando em suas dinâmicas algumas misturas de humanos e não-humanos, de diversas forças e agências (públicas e privadas), de diferentes “tempos” (passado, presente e futuro), e também de ações tanto de controle quanto de cuidado nas práticas de vigilância/monitoramento performadas no Rio de Janeiro.

Palavras-chave: câmeras de vídeo, segurança, mobilidade, Rio de Janeiro.

ABSTRACT

CASTRO, Rafael Barreto de. *Security Dispositifs: government performances articulated to video cameras in Rio de Janeiro*. Thesis (Ph.D.). Graduate Program in Psychosociology of Communities and Social Ecology. Federal University of Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

The presence of video cameras in everyday life of urban centers has been a booming phenomenon in recent years. As important actants in governance practices of cities, those devices, which we call here “security dispositifs” in a foucauldian sense, have been articulating heterogeneous elements and “performing” very specific and controversial realities. Therefore, the main objective of this study is to make a socio-technical analysis of the forms of government regarding their relations with video surveillance. It aims at investigating how practices and different forms of knowledge are produced as effects of these same relationships as well. This work follows ideas proposed by Actor-Network Theory (ANT), especially the contributions by the sociologist Bruno Latour. As a research strategy we proposed the creation of a cartography of the controversies about the two most important surveillance/monitoring centers in the city of Rio de Janeiro: Integrated Security Command Center (ISCC) – to be opened soon – and Operations Center of Rio. Between 2009 and 2013, we visited the facilities of both centers, we talked to their spokespersons, interviewed some of their members, collected documents and reports that could help us follow and retrace the tracks left by actants connected to these collectives. By mapping the associations they establish, we have evidenced throughout this work forms of government that, in general, occur at the population level, articulating in their dynamics some mixtures of humans and non-humans, of various forces and agencies (public and private), of different “times” (past, present and future), and also of actions of control and care at the surveillance/monitoring practices performed in Rio de Janeiro.

Keywords: video cameras, security, safety, mobility, Rio de Janeiro.

RESUMÉ

CASTRO, Rafael Barreto de. *Dispositifs de sécurité: performances du gouvernement articulées à des caméras vidéo à Rio de Janeiro*. Thèse (Doctorat). Programme d'Études Supérieures en Psychosociologie des Communautés et de l'Écologie Sociale. Université Fédérale de Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

La présence des caméras de surveillance dans le quotidien des grands centres urbains apparaît comme un phénomène en plein essor. En tant qu'actants centraux dans les pratiques de gouvernement des villes, ces "dispositifs de sécurité", au sens du terme de Foucault, articulent des éléments hétérogènes et entraînent des réalités bien spécifiques et controversées. L'objectif principal de cette étude est de réaliser une analyse sociotechnique des formes de gouvernement dans ses relations avec la vidéosurveillance et, par conséquent, investiguer aussi de quelle manière des pratiques et des connaissances sont produites en tant qu'effets de ces mêmes relations. La réalisation de cette thèse est basée sur l'approche et les idées proposées par la Théorie de l'Acteur-Réseau (TAR), principalement aux contributions du sociologue Bruno Latour. En tant que stratégie de recherche il est proposé la réalisation d'une cartographie des controverses qui comprend les deux plus importants centres de surveillance/contrôle de la ville de Rio de Janeiro: Centre Intégré de Commandement et Contrôle – lequel sera inauguré bientôt – et le Centre d'Opérations de la Mairie. Entre 2009 et 2013 nous avons visité les sièges des deux centres, discuté avec leurs porte-paroles, mené des interviews, collecté des fichiers et reportages qui pouvaient aider à suivre et à remonter les traces laissés par les actants liés à ces collectives. Au moyen de la cartographie des associations qui établissent l'existence des ces centres, nous mettons en évidence les formes de gouvernement produites au niveau de la population. Ces formes articulent dans ses dynamiques des mélanges d'humains et non-humains, de forces et agences diverses (publiques et privées), de "temps" différents (passé, présent et futur), et aussi des actions de contrôle mais aussi de soins dans les pratiques de surveillance/contrôle entraînées à Rio de Janeiro.

Mots-clés: vidéosurveillance, sécurité, mobilité, Rio de Janeiro.

LISTA DE SIGLAS

ANT – *Actor-Network Theory*
CCC – Centro de Comando e Controle
CCTV – *Closed circuit television cameras*
CET-Rio – Companhia de Engenharia de Tráfego do Rio de Janeiro
CFTV – Circuito(s) Fechado(s) de Televisão
CICC – Centro Integrado de Comando e Controle
CICCM – Centro Integrado de Comando e Controle Móvel
COB – Comitê Olímpico Brasileiro
COI – Comitê Olímpico Internacional
Comlurb – Companhia Municipal de Limpeza Urbana do Rio de Janeiro
CONMEBOL – Confederação Sul-Americana de Futebol
COR – Centro de Operações Rio
CPTED – *Crime Prevention through Environmental Design*
FIFA – Federação Internacional de Futebol Associado
Geo-Rio – Fundação Instituto de Geotécnica do Rio de Janeiro
GM – Guarda Municipal do Rio de Janeiro
GPS – *Global Positioning System*
GRES – Grêmio Recreativo Escola de Samba
IME – Instituto Militar de Engenharia
Iplan Rio – Empresa Municipal de Informática do Rio de Janeiro
MJ – Ministério da Justiça
PMAR – Previsão Meteorológica de Alta Resolução
PMERJ – Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro
Rio Águas – Fundação Instituto das Águas do Município do Rio de Janeiro
Rioluz – Companhia Municipal de Energia e Iluminação do Rio de Janeiro
Riotur - Empresa de Turismo do Município do Rio de Janeiro
SAMU – Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
SENASP – Secretaria Nacional de Segurança Pública
SEOP – Secretaria Municipal de Ordem Pública do Rio de Janeiro
SESEG/RJ – Secretaria de Estado de Segurança do Rio de Janeiro
SESGE – Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos do MJ
Suderj – Superintendência de Desportos do Estado do Rio de Janeiro
TAR – Teoria Ator-Rede
TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação
UE – União Europeia
UNICRI – *United Nations Interregional Crime and Justice Research Institute*
UPP – Unidade de Polícia Pacificadora

LISTA DE FIGURAS

| FIGURA | | pág. |
|--------|---|------|
| 01 | "O Olho de <i>Thundera</i> " | 4 |
| 02 | Imagem integrante do cartaz de divulgação do CICC | 13 |
| 03 | " <i>Keep Calm</i> " | 72 |
| 04 | " <i>Imagina na Copa</i> " | 77 |
| 05 | " <i>Panóptico</i> " | 82 |
| 06 | " <i>Panoptico – olio su tela</i> " | 82 |
| 07 | " <i>Big Brother Santa Marta</i> " | 89 |
| 08 | " <i>A espiada!</i> " | 89 |
| 09 | CICC – Projeto | 112 |
| 10 | CICC – Em construção | 112 |
| 11 | Folheto 1 / capa | 135 |
| 12 | Folheto 1 / interior | 136 |
| 13 | Folheto 1 / verso | 136 |
| 14 | Folheto 2 – Regras gerais para visitantes | 137 |
| 15 | Sala de Crise | 137 |
| 16 | Sala de Controle – vista da Sala de Imprensa | 138 |
| 17 | PMAR | 139 |
| 18 | <i>Linkmap</i> | 139 |
| 19 | Prédio do COR | 145 |
| 20 | Quadro comparativo Londres – Rio de Janeiro | 176 |

LISTA DE QUADROS

| QUADRO | | pág. |
|--------|---|------|
| 1 | Descrição dos participantes da pesquisa | 46 |
| 2 | Distribuições provisórias CICC – COR | 180 |

LISTA DE ANEXOS

| ANEXO | | pág. |
|-------|--|------|
| A | Roteiro de entrevista – membros do CICC e do COR | 232 |
| B | Termo de consentimento livre e esclarecido | 234 |

SUMÁRIO

| | |
|--|------|
| Dedicatória | iii |
| Agradecimentos / <i>Acknowledgements</i> | iv |
| Resumo | vi |
| <i>Abstract</i> | vii |
| <i>Resumé</i> | viii |
| Lista de Siglas | ix |
| Lista de Figuras | x |
| Lista de Quadros | x |
| Lista de Anexos | x |
| Sumário | xi |
| | |
| Prelúdio | 01 |
| O Olho de <i>Thundera</i> | 02 |
| | |
| Abertura | 09 |
| A deriva do pesquisador | 10 |
| Entre a vigilância e o monitoramento | 16 |
| Como as entidades se associam ou dissociam | 23 |
| | |
| Recitativo | 25 |
| Reagregando múltiplas realidades | 26 |
| Pela performance de políticas ontológicas | 29 |
| Alimentando-se de controvérsias | 34 |
| A escolha das materialidades | 43 |
| Operacionalização | 45 |
| | |
| Interlúdio | 47 |
| A segurança dos Jogos | 48 |
| Avaliações de risco | 62 |
| “Imagina na Copa” | 72 |
| | |
| Primeira ária | 79 |
| Começando o desenho | 80 |
| Alguns embates já travados | 86 |
| Os valores das câmeras | 97 |
| (In)eficácia | 101 |
| Gênese do CICC | 112 |
| Centro Integrado de Comando e Controle | 118 |
| Produzindo cartografias provisórias | 123 |

| | |
|--|-----|
| Segunda área | 133 |
| Ampliando o olhar | 134 |
| Monitoramento e ação integrada | 144 |
| Preempção e fluxo contínuo | 155 |
| Dispositivos de Segurança e Sociedade de Controle | 160 |
| O império da informação/comunicação | 166 |
| Passos seguintes | 175 |
| | |
| Balé | 179 |
| Os governos ou incertezas quanto às naturezas dos Centros | 180 |
| Governo à distância e o “cuidado” | 185 |
| (Des)confiança: incertezas quanto às naturezas dos actantes | 191 |
| Estabilizando práticas de governo / robustecendo associações | 198 |
| Produções de realidades | 202 |
| | |
| Encerramento | 206 |
| Impressões finais | 207 |
| Pela proliferação de práticas de cuidado | 212 |
| | |
| Referências Bibliográficas | 221 |
| | |
| Anexos | 231 |

PRELÚDIO

“Por onde começar? Como sempre, o melhor é começar no meio das coisas, *in medias res*”
(LATOIR, 2012, p. 49).

O OLHO DE THUNDERA



Então esse é o ponto fundamental (...): eu substituo o globo ocular humano por lentes que podem estar em lugares diversos. Alcançam além... Como diz o ThunderCats: "visão além do alcance". (...) Então, com isso, eu consigo ver mais e melhor.

Participante 1 – Secretaria de Estado de Segurança do Rio de Janeiro (SESEG/RJ)

A série de desenhos animados *ThunderCats* foi desenvolvida pela Rankin / Bass Productions Inc. baseada nos personagens criados por Tobin "Ted" Wolf. Distribuída em 1983 pela Lorimar-Telepictures, a produção da série ficava por conta da Pacific Animation Corporation, um grupo de estúdios japoneses. Lançado na televisão em quatro temporadas, entre os anos de 1985 e 1990, o desenho também teve sua expressão em outras mídias, como os quadrinhos (pela Marvel Comics, entre 1985-1988; pela DC Comics em 2002) e o cinema – com o filme intitulado "*ThunderCats – HO!*" (1986).

No Brasil, o desenho animado já foi ao ar em canais da televisão aberta (entre 1986 e 1990, 1995, e 2001) e por assinatura (1995). Após alguns anos fora do ar, a série *ThunderCats* começou a ser refeita recentemente em estilo "anime" (desenho animado japonês) e, produzida pela Warner Bros. Animation em parceria com o estúdio japonês 4°C, vem sendo exibida na televisão por assinatura desde julho de 2011.

De reconhecido sucesso e, portanto, ainda presente no imaginário e em mídias populares atuais, a série conta a história de um grupo de felinos-humanoides sobreviventes do planeta *Thundera*. O episódio piloto da animação começa com a destruição do referido planeta, forçando os *ThunderCats* (uma espécie de nobreza *Thunderiana*) a fugir em busca de um novo lar. Durante a fuga, a frota dos *ThunderCats* é atacada por seus inimigos, os mutantes de *Plun-Darr*, que acabam por destruir todas as naves, exceto a nave-mãe – que tinha a bordo a lendária

“Espada Justiceira”¹, a qual os mutantes desejavam capturar. Incrustado na empunhadura da espada, os mutantes visavam, na verdade, ao Olho Místico de *Thundera* – símbolo maior do planeta, que representa o lema “Justiça, Verdade, Honra e Lealdade” e fonte do poder dos *ThunderCats*.

Após algumas anos viajando, os *ThunderCats* chegam ao chamado “Terceiro Mundo” e, juntamente com os nativos amigáveis, constroem a “Toca dos Gatos”, sua nova casa e sede. Entretanto, em pouco tempo, os mutantes também ali aterrissam e, aliando-se ao feiticeiro demoníaco mumificado do Terceiro Mundo, conhecido como *Mumm-Ra*, eles persistem na tentativa de se apoderar do Olho de *Thundera* para destruir os *ThunderCats* e exercer seu controle maligno sobre o novo planeta.

No decorrer dos episódios da série, o grupo de felinos luta bravamente para se defender desses ataques dos mutantes, fazendo uso de todo dispositivo e aparato que tem à sua disposição. Cada um dos *ThunderCats*, durante a viagem à procura do novo lar, recebera de seu líder – *Jaga* – uma “roupa protetora” e uma “arma especial” próprias. O objetivo era garantir sua proteção diante do desconhecido mundo ao qual estavam rumando. As armas especiais, dentre as quais se encontra a Espada Justiceira, conferem aos *ThunderCats* algum tipo de poder extra, alguma espécie de potencialização de suas capacidades.

De posse da Espada Justiceira, então, *Lion-O* – o sucessor de *Jaga* na liderança do grupo – é capaz de se conectar ao Olho de *Thundera* nela incrustado e, dessa forma, acessar habilidades além das suas individuais, dos limites de seu corpo:

Jaga: “Esses não são simples buracos que você vê no cabo [da espada]. Ao olhar através dessas aberturas mágicas, você terá uma visão além do alcance”.

Lion-O: “Mas se um dia eu precisar do Olho, como eu vou abri-lo e fazer com que me ajude?”

Jaga: “Não será necessário! O Olho saberá de sua necessidade antes de você”.



ThunderCats – Episódio 1

¹ “Sword of Omens”, no original.

Sendo assim, em uma espécie de agenciamento híbrido², ao posicionar seus olhos frente às mencionadas fendas e proferir as palavras “Espada Justiceira, dê-me a visão além do alcance”³, Lyon-O consegue “ver mais e melhor”, tornando-se capaz



Fig. 01: “O Olho de *Thundera*”

Fonte: deviantART

Disponível em <<http://migre.me/cjPkd>>

de visualizar o que se passa com algum *ThunderCat* que esteja em situação de perigo onde quer que este se encontre. O Olho – essa entidade mística – também é acionado quando os *ThunderCats* precisam ser alertados pelo próprio Lyon-O a respeito de algum evento/acontecimento que fuja à normalidade. Empunhando a Espada Justiceira e bradando “*Thunder, Thunder, ThunderCats, ho!*”, o líder do grupo dispara

um tipo de alarme que, ao alcançar os demais, “comunica” a ocorrência de um fato atípico e, ao mesmo tempo, potencializa suas habilidades para que possam se reunir e agir com maior prontidão.

Neste sentido, os *ThunderCats* funcionam de alguma forma integrados, acoplados, associados em um coletivo que mistura, além deles mesmos, alguns outros entes, como a Espada Justiceira, o Olho de *Thundera*, suas vestes e as demais armas/dispositivos que utilizam. Além disso, os *ThunderCats*, de certo modo, também constituem em si entidades híbridas, produzidos no “meio das coisas”, em algum ponto entre o humano e o animal, entre a vida mundana e mística, entre as realidades de *Thundera* e do Terceiro Mundo.

Ao trazer aqui o tema e o conteúdo desse desenho animado, e usando a descrição de sua história na primeira parte desta tese, concordamos com o sociólogo David Lyon (2007, p. 157) quando este afirma que “é claramente um erro supor que o mundo imaginativo do cinema ou TV existe em um reino completamente separado

² A expressão “agenciamento híbrido” está sintonizada com o referencial teórico-metodológico da Teoria Ator-Rede (TAR) utilizado nesta tese, sobre o qual nos deteremos mais a diante (p. 25).

³ “*Sword of Omens, give me sight beyond sight*”, no original.

da realidade cotidiana⁴⁵. Apostamos, assim, na importância de seguir o rastro deixado por um dos actantes⁶ dessa pesquisa, pela associação que este produziu entre as atuações das câmeras de vídeo no Rio de Janeiro e a narrativa utilizada nos *“ThunderCats”*. Acolhemos a sugestão de Gary T. Marx (1996), de prestar mais atenção às mídias populares para entender as práticas de vigilância/monitoramento em ação atualmente.

No referido desenho animado, o entrelaçamento de entidades híbridas em coletivos heterogêneos funciona como uma “máquina de ver”, a partir da qual são estabelecidos tipos de específicos de comunicação, pela qual circulam determinadas informações que são levadas em consideração em ações futuras. Desse modo, “ver” e “conhecer” se misturam; a produção de imagens produz também saberes, que em última instância repercutem nas atuações dos entes, dos *ThunderCats*. “Ver” é “conhecer” e é também “atuar”/“agir”/“intervir” – um ciclo no qual a detecção do perigo é um gatilho extremamente importante.

Questionamo-nos, então, nesta parte da tese, em que medida a “ficção” nos ajuda a pensar os fenômenos que ocorrem no cotidiano das cidades, em que medida viemos atuando também na produção de máquinas de ver/saber/agir e, principalmente, que ressonâncias essa dinâmica tem gerado no processo contínuo de produção das sociedades, das realidades em que vivemos.

É nos meandros dessas tecnologias de visualização nas quais estamos embutidos que encontraremos metáforas e maneiras de entendimento dos e de intervenção nos padrões de objetificação no mundo, isto é, os padrões de realidade pelos quais devemos ser responsáveis. (HARAWAY, 1995, p. 30).

Embora Haraway (1995), no trecho anterior, não esteja se referindo especificamente a práticas de vigilância/monitoramento, mas a uma ideia de “visão”, de “olhar”,

4 Para citações diretas em idiomas estrangeiros, optamos por traduzir livremente no corpo do texto e anexar o trecho original em notas de rodapé.

5 *“It is clearly a mistake to assume that the imaginative world of film or TV exists in an entirely separate realm from everyday reality”* (LYON, 2007, p.157).

6 O termo “actante” aqui utilizado também antecipa as associações deste projeto com as proposições da Teoria Ator-Rede e seus autores, a serem exploradas mais a frente. De acordo com Latour (2012), o uso da referida palavra pela TAR visa a tornar evidente a indeterminação sobre quem ou o que atua quando se observa o curso de uma ação.

como referência e símbolo para propor uma nova compreensão da “objetividade científica”⁷, suas considerações encontram-se sintonizadas com a reflexão que apresentamos aqui. Portanto, tomamos emprestadas as considerações que a autora faz a respeito do que chama “tecnologias de visualização” para abordar questões importantes articuladas ao uso das câmeras de vídeo no governo das cidades:

Essas tecnologias são modos de vida, ordens sociais, práticas de visualização. Tecnologias são práticas habilidosas. Como ver? De onde ver? Quais os limites da visão? Ver para quê? Ver com quem? Quem deve ter mais do que um ponto de vista? Nos olhos de quem se joga areia? Quem usa viseiras? Quem interpreta o campo visual? Qual outro poder sensorial desejamos cultivar, além da visão? (HARAWAY, 1995, p. 28)

Dessa forma, a discussão que se impõe atualmente a partir da presença desses dispositivos de visualização em nosso cotidiano deve se desenvolver a partir da ideia de que a “visão” não é mais um efeito apenas do “globo ocular humano” – como já apontado por nosso informante no início do texto. Tampouco, as novas “máquinas de ver” se resumem, se definem exclusivamente pelos objetos frios que as compõem – sejam estes espadas, olhos místicos ou câmeras de vídeo. Talvez os olhos não estejam sendo exatamente “*substituídos*” em sua totalidade por “lentes que podem estar em lugares diversos”, mas sim acoplados a essas e/ou a outros entes, tal como no desenho animado aqui descrito:

As tecnologias de visualização aparentemente não têm limites; o olho de um primata comum como nós pode ser infindavelmente aperfeiçoado por sistemas de sonografia, imagens de ressonância magnética, sistemas de manipulação gráfica vinculados à inteligência artificial, microscópios eletrônicos com scanners, sistemas de tomografia ajudados pelo computador, técnicas de avivar cores, sistemas de vigilância via satélite, vídeos domésticos e no trabalho, câmeras para todos os fins, desde a filmagem da

⁷ “Gostaria de continuar apoiando-me metaforicamente num sistema sensorial muito difamado no discurso feminista: a visão. A visão pode ser útil para evitar oposições binárias. Gostaria de insistir na natureza corpórea de toda visão e assim resgatar o sistema sensorial que tem sido utilizado para significar um salto para fora do corpo marcado, para um olhar conquistador que não vem de lugar nenhum. (...) Gostaria de uma doutrina de objetividade corporificada que acomodasse os projetos científicos feministas críticos e paradoxais: objetividade feminista significa, simplesmente, saberes localizados” (HARAWAY, 1995, p. 18).

membrana mucosa do estômago de um verme marinho vivendo numa fenda entre plataformas continentais até o mapeamento de um hemisfério planetário em outro lugar do sistema solar (HARAWAY, 1995, p. 19).

Vale frisar, contudo, que tal aperfeiçoamento não se configura apenas por simples mudança de escala, com ampliação de alcance e cujos efeitos já estariam previstos de antemão. Ao acoplar o globo ocular humano a outros entes talvez estejamos produzindo um novo “corpo”, um corpo articulado, um corpo político, um corpo cujo olho, quase místico como o de *Thundera*, não pisca⁸; uma entidade coletiva – coletiva no sentido de que combina elementos heterogêneos – capaz de atuar sobre si mesma e sobre outrem, ou seja, capaz de governar. A “máquina de ver” produzida não se refere, portanto, a uma estrutura já pronta, somente “a ser animada, idolatrada e dominada. A máquina coincide conosco, com nossos processos; ela é um aspecto de nossa corporificação” (HARAWAY, 2000, p 97), de nossa subjetivação, um efeito de várias associações e produtora de realidades.

Para nos ajudar a compreender, então, um pouco sobre essas realidades, vamos remisturar nesta tese seus elementos, suas entidades. Para nos ajudar a entender um pouco sobre a experiência de vigilância/monitoramento, vamos descrever as associações que compõem esses “dispositivos de segurança” – no sentido foucaultiano da expressão – “performados”⁹ (MOL, 2008) pela presença das câmeras de vídeo no cotidiano de nossa cidade. É para a combinação de entidades, novamente para a associação **entre** estas, para as misturas que viemos produzindo que se deve voltar nossa atenção a partir de agora.

Quando Latour (2012) sugere que devemos começar pelo *meio* das coisas¹⁰, é às conexões que o autor se refere, às associações que mantêm agregadas tais coisas, às relações existentes *entre* as coisas; o *entre*, o *meio*.

8 “Unblinking eye” (MCCULLAGH, 2012, sp.).

9 A noção de *performance* aqui empregada é proposta por Mol (2008) e “objetiva designar uma realidade que é feita, manipulada ao longo de uma série de práticas” (PEDRO, 2010, p. 85). Retornaremos a esta ideia mais diante, na pág. 29.

10 Ideia inspirada na expressão latina utilizada por Horácio em a “Arte Poética” – “*Semper ad eventum festinat et in media res non secus ac notas auditorem rapit* – que significa literalmente “no meio dos acontecimentos”. Sendo uma característica própria da epopeia, Horácio reconhece na “Odisseia” e na “Ilíada” a interrupção dos acontecimentos. Ou seja, a narração

Então, começando pelo meio, observemos os coletivos descritos no decorrer desta tese e suas produções como que agenciados a um *Olho de Thundera*, e atuemos em conjunto na produção desse olhar sobre o olhar. De forma consciente e, portanto, assumindo uma postura ética, ingressemos nas fileiras de atores dessa pesquisa tal como se esta fosse uma “ópera”¹¹, na qual entidades distintas se articulam para a apresentação de diversas artes em uma única obra.

Assim, para a elaboração desta obra, buscamos destacar a importância de tal postura e optamos por seguir o roteiro de uma ópera na composição de sua estrutura, para tornar evidente nosso agenciamento às realidades observadas já que

os “olhos” disponíveis nas ciências tecnológicas modernas acabam com qualquer ideia da visão como passiva; esses artifícios protéticos nos mostram que todos os olhos, incluídos os nossos olhos orgânicos, são sistemas de percepção ativos, construindo traduções e modos específicos de ver, isto é, modos de vida (HARAWAY, 1995, p. 22).

ThunderCats, ho!!!

não é relatada no início temporal da ação, mas a partir de um ponto médio do seu desenvolvimento (CEIA, sd.).

11 O termo ópera significa “trabalho” em italiano e provém do latim “*opera*”, plural de “*opus*” (“obra”, na mesma língua), sugerindo uma combinação de artes como o balé, canto coral e solo, em um espetáculo encenado. Uma ópera segue, basicamente, um roteiro padrão: a Abertura, onde é tocada uma música pela orquestra; seguida pelo Recitativo, no qual o que se canta é mais “recitado” do que cantado; e as Árias, composições musicais escritas para um cantor solista ou personagens principais (Fonte: <<http://pt.wikipedia.org>>).

ABERTURA

“Os pesquisadores são continuamente obrigados a transgredir ou exceder os limites de seu mandato, as regras da sua disciplina. E as tensões e as transgressões às quais esses pesquisadores são constantemente obrigados podem ser lidas numa figura particular do estilo de suas pesquisas: elas são pavimentadas com erros e mal-entendidos. Mas o que eu gosto sobre as novas práticas em face dessas novas exigências é que esses erros, esses mal-entendidos, aqueles momentos em que os pesquisadores estão perdendo o ponto, são momentos a serem refletidos. Isto significa, então, que a gafe fecunda e o mal-entendido promissor constituem para esses antropólogos uma oportunidade de voltar, de voltar sobre si mesmos. E eu gostaria de acrescentar ao prazer do jogo de dupla linguagem que a gafe vale o retorno e que ela faz retornar sempre”¹² (DESPRET, 2011, sp.).

12 *“Les chercheurs sont, de ce fait, sans cesse obligés de transgresser ou de dépasser les limites de leur mandat, les règles de leur discipline. Et ces tensions et les transgressions auxquelles ces chercheurs sont sans cesse obligés peuvent se lire dans une figure particulière du style de ces recherches: elles sont pavées de gaffes et de malentendus. Mais ce que j’aime dans ces nouvelles pratiques confrontées à ces nouvelles exigences, c’est que ces gaffes, ces malentendus, ces moments où les chercheurs sont à côté de la plaque, sont autant de moments qui font penser. Ce qui veut dire alors que la gaffe féconde, le malentendu prometteur, constituent pour ces anthropologues, une opportunité de retour, de retour sur soi. Et j’ajouterais, pour le plaisir du jeu de double langage, que la gaffe vaut le détour et qu’elle fait toujours retour”* (DESPRET, 2011, sp.).

A DERIVA DO PESQUISADOR

Rio de Janeiro, vinte e um de outubro de dois mil e dez. Prédio da Central do Brasil, no centro da cidade, duas horas da tarde. Era a terceira vez que comparecia à sede da Secretaria de Estado de Segurança do Rio de Janeiro (SESEG/RJ). Nas duas primeiras visitas, tive a oportunidade de conversar com alguns de seus coordenadores e gestores, que me abriram as portas e me concederam o passe para, finalmente, conhecer nesse dia o Centro de Comando e Controle (CCC).

Funcionando no décimo terceiro andar, o CCC atua na gestão da cidade, por meio de câmeras de vídeo que monitoram algumas das áreas do município consideradas importantes, especialmente no que se refere às questões de segurança, crime e violência. São reunidas no Centro as imagens de todas as câmeras operadas na cidade pela Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ) – que me pareceu ser a atual responsável pelo monitoramento. E além dessas, o CCC é capaz de acessar também aquelas produzidas pela Guarda Municipal (GM) e pela Companhia de Engenharia de Tráfego do Rio de Janeiro (CET-Rio).

Visitar o Centro era um desejo que me acompanhava desde o mestrado, quando passei a me dedicar ao tema das práticas de vigilância eletrônica como campo de pesquisa e investigação. Na medida em que não havia sido possível realizar um estudo na cidade durante o referido curso por motivos operacionais, foi com grande alegria e expectativa que iniciei essa minha jornada.

Conforme havia sido acordado com o subsecretário responsável pelo Centro, seria recepcionado à hora marcada por um policial, que me acompanharia como uma espécie de guia e a quem poderia fazer todas as minhas perguntas. Entretanto, ao invés de *um* guia, *dois* policiais me aguardavam: um mais envolvido com a parte técnica do CCC, suas especificações máquicas e operacionais; e o outro com a dinâmica mais ampla do Centro, seu funcionamento e seus fluxos.

Acompanhado, então, de ambos, realizei minha entrada nesse ambiente que me remeteu a uma mistura de realidade e fantasia. Era como se estivesse em um cenário de filme de ficção científica, ou algo do gênero, onde o aspecto futurista de uma sociedade tecnicizada deixava à mostra suas engrenagens reais, revelando

seus truques e falhas. Por vezes, tive a impressão de estar testemunhando alguns sintomas de um processo lento e gradual de deterioração do Centro ou sua obsolescência. Na entrada, dispositivos biométricos para abertura de portas (por meio de leitores de digitais) que não estavam em uso – o acionamento foi feito, na verdade, por simples botões. Dentro do centro, cadeiras vazias, telas desligadas e relatos de câmeras defeituosas.

Ainda assim, o CCC me causou certo fascínio. Sua área parecia ser retangular e, em suas maiores dimensões, a porta de entrada – de vidro transparente – e do lado oposto, a tela principal. Distribuídos em bancadas, cada qual com seu monitor de LCD, pude observar os operadores – senhores de cabelos grisalhos, vestidos com coletes pretos e devidamente identificados por seus crachás.

Tal como em um cinema, a sala apresentava leve declive, permitindo que de seu nível mais alto, onde estava, pudesse ver nitidamente não apenas a grande tela, mas os pequenos monitores distribuídos e controlados pelos operadores. A visualização era possível também devido à curvatura com que foram construídas e instaladas as bancadas onde os operadores sentavam.

Notei, entretanto, que além destas havia outras bancadas, cuja localização e distribuição diferiam das primeiras. Uma distinção que, de acordo com meus guias e informantes, não era apenas física e espacial. As imagens ali monitoradas não eram produzidas por câmeras operadas pela Polícia Militar, mas sim pela Guarda Municipal e CET-Rio. Neste sentido, as bancadas ficavam nas laterais da sala e seus monitores apresentavam imagens disponíveis apenas à observação, ou seja, não havia a possibilidade de controle das câmeras que as produziam a partir dali – eram exclusivamente terminais de recepção. As pessoas que ali estavam, portanto, não eram e não exerciam a função de operadores, mas eram sim representantes e membros de tais órgãos.

Em uma espécie de anexo à sala principal, pude ver, mesmo que à distância, um pequeno cômodo que me pareceu ser a sala do coordenador do CCC. Separada do salão apenas por uma parede de vidro translúcido, o posicionamento deste ambiente deixava evidente sua atuação e localização estratégica: integrada ao Centro em seu ponto médio mais alto, possibilitava a observação de todas as

imagens exibidas – com exceção daquelas transmitidas por outros órgãos – e da atuação de todos os operadores presentes.

Após uma primeira varredura exploratória, tentei me concentrar em alguns pontos, alguns temas que me pareciam interessantes de serem abordados com meus interlocutores, algumas dúvidas que já haviam surgido nesse primeiro olhar. Confesso, porém que, a partir daí, tudo parece meio confuso em minha memória. Fui soterrado por uma avalanche de informações (cordialmente) despejadas por meus guias, que tentaram resumir ali, em instantes, todos os detalhes concernentes ao Centro.

Em meio a esse excesso de dados, contendo inclusive siglas e códigos numéricos, os quais – presumi – fariam mais sentido a um técnico da área, algumas informações foram por mim retidas e absorvidas. Como, por exemplo, o fato de que algumas imagens são transmitidas àquela central via ondas de rádio e que interferências costumam ocorrer nas transmissões, pois a frequência não é exclusiva do CCC. Tive a oportunidade até de visualizar algumas falhas nas imagens devido a tais interferências. Outro ponto importante que me recordo diz respeito ao sigilo com relação à localização das câmeras de vídeo. A SESEG/RJ tem por postura não divulgar este tipo de informação, principalmente para evitar a destruição dos equipamentos; e, dessa forma, enquanto lá estive, tentei identificar os locais monitorados a partir das imagens que observava. Esforço vão – tenho de admitir.

Terminada a visita ao CCC, continuei acompanhado por meus guias, circulando pelos corredores da SESEG/RJ. Certamente precisaria retornar algumas vezes ao local para começar a entender um pouco o seu funcionamento e registrar todas as informações que me haviam sido enunciadas. Dessa maneira, enquanto ouvia as últimas palavras de meus informantes, tomei nota de seus telefones e e-mails para que pudesse entrar em contato com eles diretamente.

Quando já estava prestes a me despedir, eis que me deparo com um cartaz de divulgação, no qual eram exibidos alguns esquemas, desenhos, plantas, algumas fotografias simuladas daquilo que seria, no futuro, o Centro Integrado de Comando e Controle (CICC) da SESEG/RJ. Levei alguns segundos para perceber o quanto que a construção de um novo centro poderia significar para minha pesquisa. E

mesmo antes de ter uma noção mais completa da proposta desse projeto, algumas das imagens nos cartazes (fig. 02), e sua semelhança em nome e em configuração espacial ao CCC que acabara de visitar, deixavam claro que este seria um local privilegiado para iniciar minha investigação, uma importante porta de entrada para se pensar as práticas de vigilância eletrônica na cidade do Rio de Janeiro.



Fig. 02: Imagem integrante do cartaz de divulgação do CICC
Fonte: SESEG/RJ

A partir, então, dessa primeira visita, iniciei a minha busca por qualquer tipo de material que pudesse me auxiliar na compreensão dos movimentos de produção do CICC. Recorri a reportagens de jornais ou na internet, prossegui com minhas entrevistas, retomei o assunto em leituras de artigos científicos, livros, etc. Conforme ia coletando e reunindo meus achados sobre o Centro ou sobre outros ao redor do mundo em formatos similares, foi crescendo em mim a certeza de que estava trilhando um caminho promissor no que se refere aos estudos sobre vigilância/monitoramento e principalmente com relação aos meus interesses enquanto pesquisador.

Não obstante, o tempo passava e, a cada notícia divulgada na mídia pela SESEG/RJ, a data para a inauguração do Centro era postergada. Pensei em pedir adiamento para a entrega da minha tese, pensei em pesquisar apenas o funcionamento do CCC – o Centro atualmente em ação na Secretaria de Segurança – correndo o risco, inclusive, de desenvolver um trabalho pouco inovador ou pouco estimulante.

Quando já estava prestes a optar por uma das duas saídas, foi-me apontado um terceiro caminho: “Por que você não dá uma olhada também no centro criado pela Prefeitura do Rio?” – sugeriu meu coorientador David Murakami Wood¹³. Confesso que não era a primeira vez que ouvia falar sobre o Centro de Operações Rio (COR), contudo nunca havia me interessado em direcionar minha pesquisa neste sentido, pois o uso de câmeras para controle de tráfego não me parecia um tema suficientemente instigante – felizmente eu estava enganado!

Iniciei, então, uma pesquisa preliminar sobre o Centro de Operações e tratei logo de estabelecer contato com alguns de seus membros para poder avaliar melhor as possibilidades caso escolhesse trilhar esse novo caminho. Após algumas tentativas, cheguei ao Coordenador de Comunicação do COR na época e enviei-lhe um e-mail com minha “demanda”, descrevendo meu interesse nas práticas de vigilância em ação no Rio de Janeiro e questionando-o sobre a viabilidade de ter o Centro como campo de estudo. Na resposta que obtive, uma ressalva, porém, chamou minha atenção:

Lembro que usamos mais o termo monitoramento do que vigilância. Monitoramos serviços (trânsito, por ex) e não pessoas. Segurança e vigilância são atribuições do estado.



Participante 2 – COR

13 Professor Associado do Departamento de Sociologia da *Queen's University*, no Canadá, David Murakami Wood foi meu orientador durante o período do estágio doutoral que realizei em 2012 com o financiamento da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Membro do *Surveillance Studies Centre* e da iniciativa de pesquisa *The New Transparency*, David é também editor-chefe do periódico internacional *Surveillance & Society* e membro fundador da *Surveillance Studies Network*. Dentre os seus amplos interesses de pesquisa, encontram-se as práticas de vigilância/monitoramento no Rio de Janeiro e a abordagem da Teoria Ator-Rede enquanto referencial teórico-metodológico.

Até a leitura dessa resposta, vinha utilizando monitoramento e vigilância como sinônimos¹⁴. Até a leitura dessa resposta, vinha denominando as câmeras de vídeo de “dispositivos de vigilância”, independente do uso que delas era feito. Até a leitura dessa resposta, não havia enxergado no COR algo que me estimulasse a entender as suas práticas.

Pela correção do participante, havia “colocado no mesmo pacote” ações de caráter distinto, havia misturado diferentes instâncias do Governo – a Estadual e Municipal – havia, enfim, cometido um erro, um mal-entendido. Um mal-entendido que, tal como apontado por Despret (1999), me fez retornar, me fez voltar sobre minha pesquisa mesmo e minhas reflexões. Um mal-entendido que despertou em mim um interesse em compreender como se separa no Rio de Janeiro o “monitoramento” da “vigilância”, como estes se diferem em suas dinâmicas, como se governa essa cidade de dois modos distintos, associados a dispositivos similares; a que performances cada um desses termos está articulado.

14 E talvez não haja nenhum problema em usá-los como sinônimos quando nos referirmos aos termos em seus aspectos conceituais, ou melhor, desconectados de práticas que apresentem tensões entre eles. Sendo assim, insistimos na proximidade entre as duas palavras em muitos momentos desta tese, apontando, contudo, suas exterioridades quando os rastros deixados evidenciarem alguma distinção.

ENTRE A VIGILÂNCIA E O MONITORAMENTO

Foi nos Estados Unidos, nos cassinos da década de 1960, em grande parte para evitar fraudes e práticas desonestas, e em seguida, particularmente com o advento da fita de vídeo, nos grandes shoppings suburbanos e em espaços semipúblicos que produziram novas formas de moradia, com lazer e estabelecimentos comerciais, que os CFTV¹⁵ se desenvolveram. (...) Durante a década de 1980, necessidades de segurança territorial reforçada e preocupações mais amplas ligadas ao aumento do terrorismo urbano também viram a crescente adoção de equipamentos eletrônicos de vigilância na esfera civil¹⁶. Em particular, a videovigilância (ou CFTV) vem desempenhando cada vez mais um papel significativo nas várias estratégias de controle do espaço¹⁷ (COAFFEE *et al.*, 2009, p. 80).

A partir da evidência de que as câmeras de vídeo estão cada vez mais presentes nas práticas de vigilância dos grandes centros urbanos (NORRIS, MCCAILL & WOOD, 2004), algumas controvérsias vêm se constituindo e adquirindo destaque no cenário atual. Extremamente vinculada ao tema da segurança, da violência e do controle da criminalidade, a vigilância parece ter se tornado o meio privilegiado de ação e prevenção, uma espécie de solução quase que natural aos quadros de desordem e medo que frequentemente assombram as dinâmicas das cidades.

Entretanto, quando se fala em desordem e medo urbanos não se pode afirmar que estes sejam efeitos exclusivos da incidência de crimes e de práticas violentas. Na agenda das grandes cidades, em suas ações de governo, então, outras questões se apresentam também como relevantes na busca da segurança:

Enquanto que nas décadas de 1970 e 1980 o foco na prevenção de crimes era explicitamente centrado na redução da

15 Circuitos fechados de televisão (CFTV) – do inglês “Closed circuit television cameras” (CCTV).

16 Em oposição ao campo militar, de onde esse tipo de dispositivo foi de certo modo “importado” (COAFFEE *et al.*, 2009).

17 “It was in the 1960s casinos in the United States, largely to prevent fraud and sharp practice, and thereafter, particularly with the development of videotape, in the massive suburban shopping malls and semi-public spaces that provided the new housing developments with leisure and shopping amenities, that CCTV developed. (...) During the 1980, requirements for reinforced territorial security and broader concerns linked to the rise in urban terrorism also saw the increased adoption of electronic surveillance equipment into the civic realm. In particular, video surveillance (or Closed Circuit Television, CCTV) increasingly played a significant role in these various strategies of spatial control” (ibidem, p. 80).

criminalidade (e terrorismo) com apenas uma dimensão gerencial implícita, durante os anos 1990 esse elemento de gestão menos priorizado foi cada vez mais desenvolvido. Aqui, o argumento central foi de que ações de defesa sozinhas não são suficientes, e apenas podem tornar áreas urbanas mais seguras se complementadas por medidas gerenciais. Aqui, podemos conceber estratégias de gestão de diversas formas: lideradas por policiais, através de parcerias público-privado, incluindo o papel central de empresas; impulsionadas por agências, incorporando o papel de um centro de gerenciamento da cidade; e em termos do desenvolvimento de segurança privada¹⁸ (COAFFEE *et al.*, 2009, p. 93).

Neste sentido, em alguns países (como os Estados Unidos) ou em algumas localidades específicas – como é o caso do Rio de Janeiro – os Governos têm se dedicado à implantação de centros de gestão e monitoramento que atuem na produção de cidades seguras, em um sentido amplo do termo, utilizando em sua composição câmeras de vídeo:

 Localizados em estados e em grandes zonas urbanas de todo o país, os *fusion centers* são instalados unicamente para fortalecer as linhas de frente de aplicação da lei, da segurança pública, do serviço de bombeiros, de respostas a emergências, de saúde pública, defesa civil e segurança privada, possibilitando a compreensão das repercussões locais da inteligência nacional, permitindo assim que as autoridades locais protejam melhor suas comunidades. Os *fusion centers* fornecem expertise interdisciplinar e conhecimentos situacionais para a informação de gestores de todos os níveis do governo. Eles realizam análises e facilitam o compartilhamento de informações ao mesmo tempo em que dão suporte ao exercício da lei e aos parceiros do departamento de segurança na prevenção, proteção, e resposta ao crime e ao terrorismo¹⁹ (DEPARTMENT OF HOMELAND SECURITY – DHS, 2012, sp.).

18 “Whereas in the 1970s and 1980s the focus on crime prevention was explicitly focused upon designing out crime (and terrorism) with only an implicit managerial dimension, during the 1990s this less-prioritized management element was increasingly developed. Here the central argument was that protective security alone is not enough and can only make urban areas safer if complemented by managerial measures. Here, we can conceive of management strategies in a number of ways: Police-led; through public-private partnerships including the key role of businesses; agency driven, incorporating the role of city and town centre management; and in terms of the deployment of private security” (COAFFEE *et al.*, 2009, p. 93).

19 “Located in states and major urban areas throughout the country, fusion centers are uniquely situated to empower front-line law enforcement, public safety, fire service, emergency response, public health, critical infrastructure protection, and private sector security personnel to understand local implications of national intelligence, thus enabling local officials to better protect their

Tanto na Inglaterra, na França, quanto nos Estados Unidos, talvez por conta de seus percursos históricos, e até mesmo pelo pioneirismo destes países em práticas de vigilância/monitoramento, a discussão acadêmica vem ganhando corpo e se densificando consideravelmente na medida mesma em que a presença das câmeras se multiplica. Entretanto, especificamente no Brasil, os estudos, os debates científicos que tomam este fenômeno como tema ainda se apresentam de forma consideravelmente modesta²⁰. Vale, então, investir um pouco mais nessa reflexão, em pesquisas que possam abordar o assunto e explorar que pontos de aproximação existem em relação a outras realidades e, especialmente, quais são as peculiaridades dessas práticas em nosso país e que efeitos vêm produzindo.

Buscando traçar uma espécie de percurso da videovigilância no Brasil e, mais detidamente, em São Paulo, Kanashiro (2006, 2008) evidenciou como argumento frequentemente presente, como justificativa dada para a utilização das câmeras de CFTV, a ineficiência do Estado no sentido de garantir a segurança pública. Tal afirmativa parece encontrar relação com o levantamento feito na Inglaterra por Norris, McCahill & Wood (2004), os quais identificam o “início” das práticas de videomonitoramento naquele país, concentradamente no setor privado. Contudo, apesar de constituir um fenômeno relativamente recente, tanto Norris e cols. (2004) quanto Kanashiro (2006) discriminam algumas transformações pelas quais passou a videovigilância na Inglaterra e no Brasil, respectivamente. Entre estas, pode-se dizer que, em ambos os países, o poder público vem se envolvendo cada vez mais neste tipo de prática, como mais um actante (LATOUR, 2000, 2012), apostando em sua eficácia e, de certa forma, agregando-lhe novo sentido.

Especialmente na cidade do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro/Brasil), o tema da vigilância por câmeras é frequentemente retomado em discussões sobre segurança. Assunto diário e sempre dramático em manchetes de jornais, conversas cotidianas

communities. Fusion centers provide interdisciplinary expertise and situational awareness to inform decision-making at all levels of government. They conduct analysis and facilitate information sharing while assisting law enforcement and homeland security partners in preventing, protecting against, and responding to crime and terrorism” (DEPARTMENT OF HOMELAND SECURITY – DHS, 2012, sp.).

20 Cf. Bruno (2008), Cardoso (2010, 2012); Castro (2008); Castro & Pedro (2010); Kanashiro (2006, 2008); Melgaço (2010).

ou mesmo como objeto de estudo dos ditos “especialistas”, a preocupação com os episódios de violência e o clima de temor e caos que estes instauram apontam a necessidade de intervenções urgentes e eficazes não só por parte de iniciativas privadas, mas também por parte do poder público. E parece que, neste sentido, as câmeras de vídeo vêm se constituindo como um ator²¹ privilegiado.

Vale frisar que não se trata de afirmar, nestas palavras, que a iniciativa privada saiu de cena e foi *substituída* pelo poder público que, finalmente, demonstra competência e eficiência em promover a segurança de todos. Os “dispositivos de segurança” (FOUCAULT, 2008), hoje em dia, têm nas câmeras de vídeo um importante actante, cujas articulações são capazes de produzir novas formas de governo que transbordam as noções tradicionais de público, privado, individual e coletivo.

Em outras palavras, esta forma de vigilância medeia um conjunto de relações sociais que, ao contrário da relação burocrática entre indivíduos e o Estado, estendem-se horizontalmente para incluir as relações entre os indivíduos e uma variedade de instituições públicas e privadas²² (MOLZ, 2006, p. 380).

No que tange especificamente às iniciativas e práticas de segurança e ordem pública na cidade no Rio de Janeiro, um fator que recentemente acelerou a busca por soluções foi a sua escolha como local-sede dos jogos da Copa do Mundo FIFA²³ de Futebol de 2014 e dos Jogos Olímpicos de Verão (ou Olimpíadas) do ano de 2016. Visando, então, a preparar a cidade para os megaeventos, buscando promover o fluxo e mobilidade constantes, mesmo em situações de emergência, a Prefeitura do Rio inaugurou no ano 2010 o seu Centro de Operações.



Espécie de quartel-general da Prefeitura, o Centro de Operações tem o objetivo de antecipar soluções e minimizar ocorrências, a fim de alertar os setores responsáveis sobre riscos e tomar as

21 A palavra “ator” é utilizada pela TAR para descrever um actante cuja forma já se encontra definida.

22 “In other words, this form of surveillance mediates a set of social relations that, unlike the bureaucratic relation between individuals and the state, extend out horizontally to include relations between individuals and a variety of public and private institutions” (MOLZ, 2006, p. 380).

23 Sigla para “Federação Internacional de Futebol Associado”.

medidas necessárias em casos de emergências, como chuvas fortes, acidentes de trânsito e deslizamentos. Funcionando 24h por dia, sete dias por semana, monitora analisa e atua de forma imediata, transmitindo todas as informações à imprensa e à população em TEMPO REAL.

O Centro de Operações, fundamental para o dia a dia da cidade, facilita a mobilidade do cidadão e prepara ainda mais o Rio para grandes eventos, como a Copa do Mundo e as Olimpíadas (Fonte: COR – Folheto de divulgação²⁴).

Funcionando em prédio construído especialmente para suas instalações, na Cidade Nova, o Centro de Operações Rio conta com aproximadamente quatrocentos profissionais que se revezam no *monitoramento* da rotina da cidade. Além das imagens produzidas por mais de quatrocentos e cinquenta câmeras, vários outros dispositivos de controle de tráfego e previsão meteorológica estão disponibilizados para ações integradas entre mais de trinta órgãos públicos e concessionárias, dentre os quais se encontram a CET-Rio, Comlurb²⁵, Defesa Civil²⁶, Geo-Rio²⁷, Guarda Municipal²⁸, Iplan Rio²⁹, Polícia Militar³⁰, Rio Águas³¹, Riolut³², Riotur³³, Secretaria de Assistência Social³⁴, Secretaria de Conservação³⁵, Secretaria de Meio Ambiente³⁶, Secretaria de Saúde³⁷ e Corpo de Bombeiros³⁸.

Da mesma forma, para atender tanto à Copa do Mundo quanto às Olimpíadas, e também e acompanhando, principalmente, os processos de modernização das polícias, deverá ser inaugurado ainda durante o ano de 2013 – o Centro Integrado

24 Cf. fig. 12, pág. 137.

25 Companhia Municipal de Limpeza Urbana: <<http://comlurb.rio.rj.gov.br/>>.

26 <<http://www0.rio.rj.gov.br/defesacivil/>>.

27 Fundação Instituto de Geotécnica.

28 <<http://www.rio.rj.gov.br/web/gmrrio/principal>>.

29 Empresa Municipal de Informática: <<http://www.rio.rj.gov.br/web/iplanrio/principal>>.

30 <<http://www.policiamilitar.rj.gov.br/>>.

31 Fundação Instituto das Águas do Município do Rio de Janeiro.

32 Companhia Municipal de Energia e Iluminação.

33 Empresa de Turismo do Município do Rio de Janeiro: <<http://www.rio.rj.gov.br/web/riotur/>>.

34 <<http://www.rio.rj.gov.br/web/smas/>>.

35 <<http://www.rio.rj.gov.br/web/seconserva/>>.

36 <<http://www.rio.rj.gov.br/web/smac/>>.

37 <<http://www.rio.rj.gov.br/web/smsdc/>>.

38 Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro: <<http://www.defesacivil.rj.gov.br/>>.

de Comando e Controle (CICC) da Secretaria de Estado de Segurança do Rio de Janeiro (SESEG/RJ), ao qual já me referi no início desta seção.

O novo CICC irá integrar as atividades de segurança pública e defesa social de nove órgãos de atendimentos emergenciais aos cidadãos: CET-Rio, Corpo de Bombeiros e Defesa Civil Estadual, Defesa Civil Municipal, Guarda Municipal, Polícia Civil³⁹, Polícia Militar, Polícia Rodoviária Federal⁴⁰ e o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU).

O objetivo é, a partir desta associação de forças, aumentar a quantidade de dados disponíveis, melhorando e agilizando os processos de tomada de decisões, principalmente em situações de emergência, por parte dos gestores. Dessa forma, os nove órgãos terão ali não só os seus serviços de atendimentos emergenciais como também os de supervisão de imagens. Todo e qualquer sistema de câmeras operado por esses órgãos deverá chegar ao Centro Integrado.

Desde o início das atividades de videovigilância urbana no Rio de Janeiro, oficialmente inauguradas em junho de 2005 (CARDOSO, 2010), esta provavelmente será a primeira grande transformação nas práticas desenvolvidas pelo Centro de Comando e Controle da SESEG/RJ. Funcionando até então no décimo terceiro andar do prédio da Central do Brasil, em sua trajetória, encontramos algumas melhorias à época dos Jogos Pan-Americanos (em 2007) e também da inauguração da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) na comunidade Santa Marta (em 2009), quando novas câmeras foram incorporadas ao funcionamento já existente. Contudo, em nenhuma das referidas ampliações havia claramente um projeto tão ambicioso articulado.

A proposta para o novo CICC foi elaborada a partir de experiências bem sucedidas, tanto nacional como internacionalmente⁴¹, e está apoiada na ampliação do sistema

39 <<http://www.policiacivil.rj.gov.br/>>.

40 <<http://www.dprf.gov.br/PortalInternet/index.faces>>.

41 *“Nós pensamos esse projeto (...) vendo também o que já existia em outras cidades brasileiras; vendo o que aconteceu durante o Pan-Americano, ou seja, como é que a SENASP [Secretaria Nacional de Segurança Pública] montou o seu centro de comando e controle integrado; e vendo também centros de comando e controle ao redor do mundo. Nós fizemos uma série de visitas internacionais para chegarmos a esse modelo (...) que nós implementamos aqui”* (Participante 3 – SESEG/RJ).

de vigilância, com expansão dos postos de trabalho e supervisão da Polícia Militar, permitindo o intercâmbio de informações e de imagens entre os nove órgãos.

Segundo a análise de alguns teóricos que se dedicam ao tema (HEILMANN, LE GOFF & MUCCHIELLI, 2011; NORRIS & ARMSTRON, 1998; PEDRO, 2005), a capacidade dos dispositivos tecnológicos de vigilância/monitoramento em promover segurança, ou sua eficácia, está diretamente relacionada à possibilidade de articulação a um banco de dados, a *softwares* de identificação e reconhecimento e a uma política de segurança adequada. Seria necessário um sistema integrado capaz de gerenciar estas informações para produzir um dispositivo eficiente.

Desta forma, tanto o COR quanto o CICC tentam (ou tentarão) colocar em prática uma espécie de funcionamento considerado ideal no sentido de atingir bons resultados. Esta parece, então, uma oportunidade ímpar, um importante processo a ser acompanhado por aqueles interessados em discutir os fenômenos urbanos, especialmente as práticas de vigilância/monitoramento por câmeras de vídeo. Cabe investigar, então, em que medida essa gestão da cidade, esse “governo” é colocado em prática, ou melhor, em que medida é performado a partir das relações estabelecidas pelas câmeras de vídeo, e de que forma práticas e saberes são produzidos como efeitos destas mesmas relações.

COMO AS ENTIDADES SE ASSOCIAM OU SE DISSOCIAM

O objetivo da presente tese é, a partir da descrição das práticas de vigilância/monitoramento em ação no Rio de Janeiro, explorar as novas formas de governo das cidades e, principalmente, alguns de seus efeitos.

Tendo como materialidade as câmeras de vídeo utilizadas em áreas urbanas da cidade, que nos guiaram e ancoraram durante todo o percurso, buscamos seguir as conexões que tais dispositivos estabelecem e refletir sobre os diferentes papéis que desempenham.

Ao longo dessas primeiras páginas, mesmo que de forma breve, já foi possível perceber uma marcada diferença entre dois conjuntos de práticas performadas pelas câmeras – uma distinção apontada por nossos entrevistados, e que iremos utilizar para organizar, ao menos inicialmente, a discussão: “vigilância” de pessoas (CICC) – “monitoramento” de serviços (COR).

Antes, porém, de explorar as exterioridades e, do mesmo modo, as coincidências entre as formas de governo que se produzem como efeitos dessas diferentes práticas, buscaremos mapear a trama na qual cada uma delas está envolvida, investigando também e descrevendo outros coletivos e associações que as atravessam ou a elas se conectam.

Para empreender tão árdua tarefa, então, começaremos, no próximo capítulo, com a exposição do modo como a pesquisa foi desenvolvida: os princípios, ideias e aspectos conceituais da abordagem teórico-metodológica que nos guiaram durante todo o trabalho, a identificação dos campos escolhidos, os participantes e os demais dados referentes à sua operacionalização.

No capítulo seguinte, teceremos algumas considerações sobre os grandes eventos que estão para ocorrer na cidade nos próximos anos e seus efeitos catalisadores no que diz respeito ao foco dessa pesquisa. Durante as conversas que tivemos, as entrevistas e produção de dados, a Copa do Mundo 2014 e as Olimpíadas de 2016 apareceram constantemente como um tema, como fatos que também atuaram na configuração das práticas de vigilância/monitoramento no Rio de Janeiro – as quais têm proliferado, segundo alguns participantes, também para

cumprir um papel importante nas ações e estratégias de prevenção de danos e diminuição de riscos durante os Jogos.

O Centro Integrado de Comando e Controle (CICC) será o foco do capítulo subsequente. Conectando temas como segurança, vigilância, combate ao crime e ações policiais, apresentaremos algumas considerações preliminares sobre o Centro concebido pelo Governo do Estado, acompanhando seu processo de produção e suas controvérsias. Preliminares, pois, infelizmente por questões de prazo, a presente tese teve que ser concluída antes de o centro entrar em pleno funcionamento. De qualquer forma, nossas análises, mesmo que provisórias, nos fornecem um bom material para a reflexão aqui proposta e seguramente farão parte de trabalhos futuros na medida em que prosseguimos com esta investigação.

Na sequência, iremos nos dedicar ao Centro de Operações da Prefeitura do Rio de Janeiro (COR). Diferente do CICC, passado um pouco mais de dois anos de sua inauguração, já é possível hoje fazer um mapeamento de sua gênese e, principalmente, descrever a sua dinâmica atual. Neste sentido, dentre os pontos percorridos encontra-se a questão do monitoramento de serviços, da mobilidade na cidade e sua preparação para situações de emergência e também eventos programados.

Feitas as descrições desses dois grupos de práticas nas quais estão envolvidas as câmeras de vídeo na cidade do Rio de Janeiro, iremos explorar no capítulo posterior as conexões, as proximidades entre elas e também suas exterioridades. Refletimos nesta parte da tese sobre as tensões que existem entre os diferentes usos das câmeras ressaltando alguns dos temas e debates que de alguma forma os atravessam.

E finalmente concluímos este trabalho com a apresentação de nossas impressões, descrevendo a experiência de realização dessa pesquisa, seguida de um breve resumo das questões aqui abordadas no que diz respeito às formas de governo que se fizeram evidentes neste percurso, bem como à indicação de novas direções, de futuros caminhos a serem trilhados.

RECITATIVO

“O movimento, então, é afastar-se da epistemologia. A epistemologia está preocupada com a referência: ela pergunta se as representações da realidade são precisas. Mas o que se torna importante se atentarmos para a forma como os objetos são atuados em práticas é bastante diferente. Na medida em que atuações vêm no plural, a questão crucial a se perguntar sobre elas é como estão coordenadas. (...) O tom do texto é mais reflexivo que argumentativo. Eu não tenho razão para criticar ou defender (...)”⁴² (MOL, 2002, pp. vii-viii).

42 *“The move, then, is away from epistemology. Epistemology is concerned with reference: it asks whether representations of reality are accurate. But what becomes important if we attend to the way objects are enacted in practices is quite different. Since enactments come in the plural the crucial question to ask about them is how they are coordinated. (...) The tone of the text is reflective rather than argumentative. I have no reason either to criticize or to defend (...)”* (MOL, 2002, pp. vii-viii).

REAGREGANDO MÚLTIPLAS REALIDADES

A realização desta tese encontra-se articulada à abordagem e às ideias propostas pela Teoria Ator-Rede (TAR), com grande destaque às contribuições do sociólogo Bruno Latour, bem como algumas reflexões desenvolvidas pela filósofa Annemarie Mol. E é especialmente no que se refere ao modo de produção da presente pesquisa que estas aproximações se fazem mais evidentes.

De acordo com Latour (2012), a origem da TAR pode estar na necessidade de uma nova teoria social adaptada aos estudos sobre a ciência e a tecnologia. “Necessidade” porque, como afirma o autor (LATOURE, 2012), as abordagens mais tradicionais da sociologia produziram uma espécie de “social-substância”, impenetrável, imperscrutável, no qual os humanos eles mesmos se organizam e têm suas condutas determinadas por essa “matéria” amorfa e onipresente, esse quase “éter” que se tornou o “social”. Os fenômenos são ditos sociais; as questões, sociais; assim como os problemas, e ações são apresentadas como efeitos da influência de tal substância. A palavra “social”, então, parece ter adquirido valor adjetivo, utilizada para qualificar, justificar e explicar uma realidade estável e pronta, sem que se problematize muitas vezes que elementos estão aí atuando. Dessa forma, “na fase atual de seu desenvolvimento, já não é possível precisar os ingredientes que entram na composição do domínio social” (LATOURE, 2012, p. 18) seguindo as abordagens tradicionais da sociologia.

Latour (2012), então, retoma o que ele afirma ser o sentido “original” dos termos “social” e “sociologia” – que teriam como foco as conexões, as associações – e propõe que nos empenhemos na tarefa de “reagregar o social”, de tornar rastreável aquilo que o conecta.

Neste sentido, a TAR configura-se, sobretudo, como um método que “permite produzir alguns efeitos que você não obteria por meio de alguma outra teoria social” (LATOURE, 2012, p. 208), na medida em que, para rastrear as associações que compõem tal domínio, três princípios são observados: (1) é permitido também aos não-humanos desempenhar o papel de actantes, pois assim como os ditos “atores sociais” estes estabelecem associações e participam do curso da ação, ou

seja, também possuem “agência”⁴³ (PENLEY, ROSS & HARAWAY, 1990); (2) o “social” não está dado de antemão, não é substância nem adjetivo; ele é movimento, efeito de associações e, portanto, deve ser descrito, investigado, explicado; e (3) os enunciados produzidos pela pesquisa atuam na produção de coletivos⁴⁴, evidenciam associações e, portanto, reagregam o “social”.

Desta maneira, mais que um referencial – utilizado para sustentar um estudo, ou para enquadrá-lo – a TAR é uma espécie de roteiro a ser seguido durante todo o processo de pesquisa: pesquisa bibliográfica, incursões a campo, redação, etc. Exatamente aí residem as dificuldades para as quais Latour nos alerta frequentemente (LATOOUR, 2012; CASTRO, 2008). Não basta identificar um coletivo e seus actantes, é preciso vê-los, entendê-los e descrevê-los segundo os princípios da TAR.

Para marcar, então, a diferença entre a sociologia produzida pelas abordagens mais tradicionais e aquela levada a cabo pela TAR, Latour (2012) denomina a primeira de “sociologia do social”, e a segunda de “sociologia das associações”. Percebe-se, assim, a importância que a ideia de **associação**, de relação, apresenta para este conjunto de pesquisadores e, neste sentido, vale mencionar um conceito atrelado a esta ideia, que nos é caro e imprescindível ao longo da investigação empreendida – o conceito de **“Tradução”**:

Para designar essa coisa que não é nem um ator entre muitos nem uma força por trás de todos os atores transportados por meio de um deles, mas uma conexão que transporta, por assim dizer, transformações, usamos a palavra *tradução* (LATOOUR, 2012, pp. 159-60).

A tradução é, portanto, a lógica que rege as associações, as comunicações entre os actantes do coletivo. Traduzir é se conectar, transformando aquilo que circula pelas associações. Dessa forma, traduzir implica também perceber, interpretar, apropriar-

43 “Agency” no original (PENLEY, ROSS & HARAWAY, 1990).

44 Para dar destaque ao caráter processual, indicar movimento, fluxo e heterogeneidade das associações que o compõem, Latour (2008) geralmente opta pela utilização do termo “coletivo” em detrimento do “social” – por demais articulado a uma ideia de realidade pronta e substancial.

se, atribuir, delegar. A ideia, portanto, é de que as ações realizadas no coletivo pelos actantes produzem alguma transformação, alguma tradução, as quais devem ser passíveis de ser observadas, rastreadas.

Neste sentido, a proposta feita pela TAR de tornar rastreáveis as associações se afasta de qualquer busca por uma causalidade linear ou mesmo pela busca da Verdade. Ao se analisar as traduções, não há julgamento de verdade. As traduções são sempre interpretativas, parciais (HARAWAY, 1995), imperfeitas (LATOUR, 2002); sem que exista “a versão correta” e, portanto, não é isso que almejamos em nossas investigações. Buscamos sim evidenciar as várias versões que circulam no e a respeito do coletivo. Na medida em que este é composto por um sem número de actantes que se associam/se comunicam segundo a dinâmica da tradução, seguir seus enunciados, seus fluxos e suas versões pode ser uma boa estratégia para compreender as múltiplas realidades que produz. Múltiplas, e não plurais.

PELA PERFORMANCE DE POLÍTICAS ONTOLÓGICAS

A distinção entre multiplicidade e pluralidade é feita por Annemarie Mol (2002, 2008), em alguns de seus trabalhos, nos quais apresenta direta ou indiretamente os princípios de seu método de reflexão, por assim dizer. Praticando o que ela chama de “exercício de *filosofia empírica*” (MOL, 2002, p. 4) ou praxiografia (MOL, 2002, p. 31), a autora se dedica a estudar os modos pelos quais se produzem as realidades, as formas pelas quais as coisas vêm a existir, ou seja, suas “políticas ontológicas”⁴⁵. Neste sentido, ela defende

que a *ontologia* não é dada na ordem das coisas, mas que, em vez disso, *ontologias* são trazidas à existência, sustentadas, ou deixadas à míngua em práticas sociomateriais comuns do dia a dia⁴⁶ (MOL, 2002, p. 6).

Para compreender um pouco melhor essa espécie de proposta metodológica feita pela autora, de estudo de ontologias ou mesmo de múltiplas realidades, é preciso conectá-la também a uma ideia fortemente marcada em seu trabalho que é a noção de “performance”⁴⁷.

Conforme afirma Mol (2008), a ideia de realidades múltiplas, de realidade como *performance* se afasta tanto do “pluralismo” presente no “perspectivismo” quanto nas “histórias de *construção*”. Para a autora, o primeiro manteve a realidade como única, multiplicando apenas os olhos de quem a vê. Um único objeto e suas várias

45 Expressão criada por John Law, “política ontológica” “tem a ver com a forma como o ‘real’ está implicado no ‘político’ e vice-versa. (...) Nas implicações que tem na vida tal como é vivida em diferentes locais e situações: nas políticas estatais, nos movimentos sociais, na formação tecnocientífica” (MOL, 2008, p. 2). Ver Mol (2002, 2008), Law (2002).

46 “That ontology is not given in the order of things, but that, instead, ontologies are brought into being, sustained, or allowed to wither away in common, day-to-day, sociomaterial practices” (MOL, 2002, p. 6).

47 Do inglês “*enactment*”. Vale frisar que nos primeiros ensaios que a autora desenvolve a referida noção, os termos “*performance*” e “*enactment*” são usados alternadamente como sinônimos. Em obras posteriores, porém, Mol passa a adotar em exclusivo a palavra “*enact*”, para se distanciar de algumas conotações alimentadas pela extensiva utilização do vocabulário da “*performance*” nas ciências sociais da virada do século XX. O termo “*enact*”, contudo, é de complicada tradução para a língua portuguesa, sendo difícil cobrir todas as suas acepções com a elegância da palavra inglesa, o que nos levou a optar, portanto, pelo uso mesmo da palavra “*performance*”. Sobre as relações entre os dois termos, ver Mol (2002) e Law (2006).

visões possíveis, todas elas excludentes das demais. Já as histórias construtivistas multiplicam as realidades no passado, descrevendo como se chegou a uma única realidade presente. As alternativas apresentam-se sempre em outro tempo, distante daquele que nos encontramos hoje em dia.

Neste sentido, a autora opta pelo uso da noção de “performance” para falar da realidade enquanto atravessada e manipulada por “meio de vários instrumentos, no curso de uma série de diferentes práticas” (MOL, 2008, p. 6). Isto é, os fatos, os objetos, as entidades são produzidos, “atuados” na ação e pela atuação de outros entes. O movimento aqui é tomar as coisas, ou suas ontologias, como o produto final de uma trama de ações:

É possível abster-se de compreender os objetos como os pontos centrais do foco das perspectivas de diferentes pessoas. É possível entendê-los, em vez disso, como coisas manipuladas em práticas. Se assim o fizermos – se, ao invés de colocar entre parênteses as práticas nas quais os objetos são manipulados, nós as colocarmos em primeiro plano – teremos efeitos de longo alcance. A realidade se multiplica⁴⁸ (MOL, 2002, pp. 4-5).

De acordo com Law (2006, p. 7), essa forma de pensar as coisas e suas ontologias aponta para um “sentido de mundo como um fluxo sem forma de forças e relações, mas que trabalha para produzir realidades particulares”⁴⁹.

As realidades são, portanto, performadas de diversas maneiras. São produzidas, por exemplo, diferentes versões de governo – diferentes governos – que “embora relacionados entre si” (MOL, 2008, p. 6), compõem formas múltiplas de realidades. Não buscamos, então, nesta pesquisa, uma aplicação ou definição ostensiva⁵⁰ para o termo ou ideia de governo. Buscamos investigar o governo enquanto atuado,

48 *“It is possible to refrain from understanding objects as the central points of focus of different people's perspectives. It is possible to understand them instead as things manipulated in practices. If we do this – if instead of bracketing the practices in which objects are handled we foreground them – this has far-reaching effects. Reality multiplies”* (MOL, 2002, pp. 4-5).

49 *“sense of the world as an unformed but generative flux of forces and relations that work to produce particular realities”* (LAW, 2006, p. 7).

50 Seguindo a proposta teórico-metodológica da TAR, não apenas o “social” mas todas as noções e conceitos presentes nesta pesquisa serão abordados de forma performativa, ou seja, conectados às práticas que o produzem: “O problema com qualquer definição ostensiva do social é que nenhum esforço extra parece necessário para preservar a existência dos grupos, enquanto a

articulado às câmeras de vídeo; buscamos algumas várias formas de governo, constituídas pelos diversos modos e maneiras em que se diz existir (LATOURE, 2012).⁵¹

Vale ressaltar, dessa forma, que “na medida em que há muitas técnicas, há também muitos mundos”⁵² (MOL, 2002, pp. 75-6) e, assim, neste campo, em que as traduções são imperfeitas e produzem desvios, e em que as realidades são efeitos de conjuntos de práticas específicos, a diferença, a heterogeneidade de entes e relações marcam fortemente os coletivos. Entretanto, insiste a autora, essa heterogeneidade não implica fragmentação: são múltiplas realidades, múltiplos objetos que, apesar de carregarem o mesmo nome, são atuados de formas distintas. Em suas palavras, “é possível entender os objetos de duas técnicas diferentes como sendo de fato objetos diferentes”⁵³ (MOL, 2002, p. 66).

As formas de governo performadas no Centro Integrado de Comando e Controle, por exemplo, podem vir a ser completamente distintas daquelas em ação no Centro de Operações da Prefeitura. E talvez ambas possam coexistir, como realidades distribuídas, sem que haja qualquer conflito, negociação, sem que elas se associem de alguma forma: “pode haver diferenças sem conflito. E pode haver conflitos que nunca chegam a uma conclusão”⁵⁴ (MOL, 2002, p. 105).

Contudo, se diferentes realidades se conectarem de algum modo, se diferentes performances forem produzidas sob o mesmo nome, tensões podem ser estabelecidas no sentido de definir uma ontologia vencedora: “Se dois objetos que

influência do analista não conta para nada – ou é um mero fator de perturbação que deve ser minimizado a todo custo. Já a grande vantagem de uma definição performativa caminha no sentido contrário: enfatiza tanto os meios imprescindíveis para manter indefinidamente os grupos, quanto as contribuições cruciais que são dadas pelos próprios recursos do analista” (LATOURE, 2012, p. 60).

51 A noção de “performatividade” destaca também o fato de que a ciência em geral, principalmente as ditas sociais/humanas, não se limitam a representar o mundo: elas o atualizam, elas o produzem, pelo menos até certo ponto e sob certas condições. Uma definição performática instaura aquilo de que fala. Os enunciados e observações de um trabalho científico não simplesmente registram, constata ou descrevem, mas modificam e fazem existir (LATOURE, 2012; LAW, 2006; MUNIESA & CALLON, 2008).

52 “Since there are many techniques, there are many worlds as well” (MOL, 2002, pp. 75-6).

53 “It is also possible to understand the objects of two different techniques as indeed being different objects” (ibidem, p. 66)

54 “There may be differences without conflict. And there may be conflicts that never come to a conclusion” (ibidem, p. 105).

recebem o mesmo nome entram em conflito, na prática um deles será privilegiado em detrimento do outro⁵⁵ (MOL, 2002, p. 47).

Dessa forma, vale considerar outra ideia extremamente importante para uma pesquisa segundo o referencial aqui proposto: a noção de **“Controvérsia”**.

De modo simples, pode-se definir *controvérsia* como um debate (ou uma polêmica) que tem por “objeto” conhecimentos científicos ou técnicos que ainda não estão totalmente consagrados (PEDRO, 2010, p. 87).

Como argumenta a autora, as controvérsias técnicas e científicas têm sido tomadas por pesquisadores da TAR como um campo fértil de estudo, como um caminho privilegiado para os estudos das associações,

pois, ao envolverem debates não apenas no interior do círculo restrito de teóricos e especialistas, articulando também outros *actantes*, tornam-se, em certa medida, produtoras da sociedade, produzindo igualmente os sujeitos que somos (PEDRO, 2010, pp. 87-8).

É quando as controvérsias se instauram, os debates se acirram, as disputas se tornam acaloradas, que as entidades que compõem o social tornam-se mais visíveis (LATOURET, 2012). Tomando emprestada a metáfora da “caixa-preta”⁵⁶ usada por Latour (2000), enquanto as controvérsias não se resolvem, enquanto acompanhamos o social em construção, podemos vislumbrar o seu “interior”, ver de que este é feito. Segundo o autor, em nossas pesquisas, devemos alimentar-nos das controvérsias (LATOURET, 2008), deixando que a ordem seja encontrada por aqueles envolvidos nos embates, em vez de impostas por uma observação supostamente superior de teóricos e estudiosos:

55 “If two objects that go under the same name clash, in practice one of them will be privileged over the other” (MOL, 2002, p. 47).

56 “O termo caixa-preta (...) é utilizado na sociologia das ciências para falar de um fato ou de um artefato técnico bem estabelecido. Significa que ele não é mais objeto de controvérsia, de interrogação nem de dúvidas, mas que é tido como um dado (...).” (VINCK, 1995, p. 176).

(...) A ANT⁵⁷ alega que encontraremos uma maneira bem mais científica de construir o mundo social, caso nos abstenhamos de interromper o fluxo das controvérsias. (...) A busca de ordem, rigor e padrão não é de modo algum abandonada. (...) A ANT sustenta ser possível rastrear relações mais sólidas e descobrir padrões mais reveladores quando se encontra um meio de registrar os vínculos entre quadros de referência instáveis e mutáveis, em vez de tentar estabilizar um deles (LATOURE, 2012, pp. 44-5).

Desse modo, assim como defende Pedro (2010), o mote de seguir o fluxo das controvérsias enfatiza, portanto, uma multiplicidade ontológica que não apenas descreve o envolvimento de diferentes actantes nas práticas sociomateriais, mas que também põe em discussão o seu caráter político enquanto produtoras de realidades e o papel estratégico do pesquisador na tarefa de ampliar a gama de associações, de articulações, com vistas a evidenciar a possibilidade de existência de novos mundos.

57 Para a edição brasileira intitulada *Reagregando o Social* (LATOURE, 2012, pp. 11-2), ressaltam os revisores técnicos, “optou-se por manter o acrônimo ANT – *Actor-Network-Theory* em inglês – ao invés de usar TAR, as iniciais da Teoria do Ator-Rede, seu correspondente em português. TAR seria a escolha mais precisa, mas TAR não evoca nada ao leitor, não lembra nenhum animal, menos ainda a singela formiga, com a qual Latour se identifica várias vezes ao longo do texto”.

ALIMENTANDO-SE DE CONTROVÉRSIAS

A questão de como os objetos, temas, situações e eventos são diferenciados em elementos separados e como são também articulados está aberta a estudo⁵⁸ (MOL, 2002, p. 83).

Buscamos ao longo desta tese evidenciar as diferentes formas de governo, e compreender como estas, de alguma maneira, mesmo que por um determinado tempo, coexistem. Buscamos rastrear coordenações e distribuições⁵⁹ entre as versões performadas e, neste sentido, precisávamos encontrar um modo, uma espécie de roteiro, que nos indicasse “aonde ir” e “o que vale a pena ver ali” (LATOUR, 2012). Precisávamos ter ao menos algumas pistas de “como alguém deveria posicionar-se de modo a ver nesta situação de tensões, ressonâncias, transformações, resistências e cumplicidades?” (HARAWAY, 1995, p. 30).

Como estratégia de pesquisa, então, aliamos duas propostas que procuram compreender essas realidades nas quais as fronteiras são incertas, em que o leque de entidades a considerar flutua, em que a heterogeneidade marca as associações que as compõem.

À primeira delas lançamos mão para descrever performances distribuídas de governo. Tomando emprestada a ideia de uma praxiografia (MOL, 2002), colocamos em foco as ações, as práticas de atuação e manipulação dos objetos e das realidades que, embora tenham o mesmo nome, constituem-se como múltiplas entidades que coexistem sem que haja conflito ou enfrentamento.

Contudo, é com relação à segunda proposta, que gostaríamos de tecer algumas considerações. Sempre que possível, desenvolvemos esta pesquisa com vistas à realização de uma **Cartografia** das controvérsias (LATOUR, 2012; PEDRO, 2010)

58 “The question of how objects, subjects, situations, and events are differentiated into separate elements and how they are coordinated together is opened up for study” (MOL, 2002, p. 83).

59 As ideias de “coordenação” e de “distribuição” são tomadas aqui emprestadas das reflexões empreendidas por Annemarie Mol. Em sua obra “Body Multiple”, a autora utiliza o termo “distribuição” para descrever a coexistência de múltiplas realidades, entre as quais as “negociações” não chegam a nenhum consenso devido ao perigo de atritos que podem colocar em risco as práticas que se observa. A expressão “coordenação”, por outro lado, é empregada de certa maneira para traduzir os movimentos de negociação – quando apesar da performance de múltiplas realidades, ainda for possível perceber algumas aproximações ou o compartilhamento de determinados entes entre as diferentes práticas.

que envolvem o Centro Integrado de Comando e Controle e o Centro de Operações Rio, pois segundo Latour (2012, p 53), “essas controvérsias proporcionam ao analista os recursos necessários para rastrear as conexões sociais”. E é, então, através do mapeamento das associações que estabelecem esses coletivos e das controvérsias a eles articuladas que pretendemos dar visibilidade aos temas dos dispositivos de segurança na atualidade e das formas de governo enquanto performances em embate.

A ideia da cartografia, segundo Rolnik (1989), diz respeito ao traçar de um desenho que se constitui ao mesmo tempo em que se estabelecem as associações que busca apreender. Ela é simultânea à produção do coletivo. E na medida em que se faz, a cartografia não apenas retrata a (s) realidade (s) observada (s), mas, da mesma forma, atua em sua (s) produção (ões), como mais um actante envolvido.

Cartografar controvérsias consiste, então, em um método que visa à compreensão e à proliferação de realidades. Um método, ou estratégia, que põe o foco nas incertezas que produzem estas realidades, que possibilita a descrição dos movimentos que as tornam estáveis. Dessa maneira, pode-se dizer que a análise de controvérsias favorece uma espécie de ontologia, na qual o caráter contingencial dos fatos se evidencia, assim como os processos de fabricação dos coletivos (PEDRO, 2010). Esse modo de investigar nos permite, portanto, observar as ações, práticas e escolhas que atuam na construção das realidades que experimentamos e, sobretudo, evidencia a possibilidade de existência de outros mundos.

Diante de tal desafio e da complexidade que o desenho da cartografia comporta, acolheremos duas orientações metodológicas. A primeira delas encontra-se em Rolnik (1989) – e é retomada por Pedro (2010) – e diz respeito à “bagagem” que deveremos levar em nossa jornada. Assim, para a composição de uma cartografia

é conveniente um equipamento bastante “minimalista”: ao invés de um “protocolo normalizado”, o cartógrafo leva no bolso “*um critério, uma regra e um breve roteiro de preocupações*”, este último sempre aberto a redefinições (PEDRO, 2010, p. 89).

E como segunda orientação, para nos guiar durante o “desenho”, lançaremos mão da proposta de Bruno Latour (2000, 2012) de “seguir os próprios atores” como

mote de investigação, acompanhando seus fluxos sem determinar previamente que actantes estão envolvidos e papéis desempenham.

Vale ressaltar, neste sentido, que o pesquisador enquanto cartógrafo é um dos actantes do coletivo, na verdade seu porta-voz, aquele que fala por todos os outros, coletando e traduzindo suas falas e, portanto, suas impressões devem ser consideradas em pé de igualdade com quaisquer outras fontes de informação.

A associação de ambas as orientações aqui citadas contribui, dessa forma, para a produção de uma cartografia que pode ser dita como “localizada histórica, cultural e materialmente” (MOL, 2008, p. 3). Vale frisar, contudo, que

não perseguimos a parcialidade em si mesma, mas pelas possibilidades de conexões e aberturas inesperadas que o conhecimento situado oferece. O único modo de encontrar uma visão mais ampla é estando em algum lugar em particular (HARAWAY, 1995, p. 33).

Portanto, este é um trabalho que não se esgota em si mesmo; é um trabalho que convoca novos outros a se apresentarem, na medida em que o efeito obtido é sempre uma “versão” possível, um mundo, uma realidade que não exclui a possibilidade de outras. Essa polissemia, portanto, esse *multiverso*⁶⁰ no qual enveredamos por meio da cartografia de forma alguma é visto aqui como um problema ao desenvolvimento das pesquisas ditas científicas. Ao contrário, esta parece ser uma estratégia extremamente frutífera na medida em que o quê está em foco são justamente formas de governo distintas, produzidas, performadas a partir de coletivos específicos, cujos actantes e associações estão constantemente em fluxo.

Concordamos com Rolnik (1989) quando esta afirma que o objetivo de uma cartografia é colher os elementos necessários que possam traduzir os afetos, a dinâmica em jogo. Sendo assim, não há restrições ao uso de qualquer espécie de fonte na pesquisa. É próprio do cartógrafo fazer uso de referências dos mais

⁶⁰ Nas palavras de Pedro (2010, pp. 85-6), a realidade, o mundo que experimentamos “não é um mundo único ou unívoco – ou ‘universo’ – mas antes um *multiverso*, numa alusão ao termo cunhado por William James, que designa o universo livre de sua unificação prematura”.

variados tipos, extrapolando, por vezes, os limites dos rótulos disciplinares, daquilo que é encarado como científico, para a esfera das artes, dos saberes populares, etc. A cartografia a ser produzida, então, é constituída a partir do mapeamento da dinâmica dos coletivos escolhidos. Este mapeamento tem por foco as diferentes práticas de governo evidenciadas – sejam elas conflitantes ou não – nas quais geralmente pode ser percebido o exercício do poder, o desempenho de papéis, as tensões, os jogos de força, etc. Os temas de reflexão emergiram na própria dinâmica de seguir os atores, na medida em que se apresentaram recorrentemente. A ideia, inspirando-se na metodologia indicada pela TAR, foi permitir que as associações fossem retraçadas pelos próprios atores:

A ANT se considera mais capaz de vislumbrar ordem depois de deixar os atores desdobrarem o leque inteiro de controvérsias nas quais se meteram. (...) A tarefa de definir e ordenar o social deve ser deixada aos próprios atores, não ao analista (LATOUR, 2012, p. 44).

“Fazer bom uso das controvérsias”⁶¹ é “alimentar-se de incertezas” (LATOUR, 2008), mapeando os vários jogos de forças presentes nesta discussão – que envolve não só questões técnicas, mas também políticas, econômicas, etc. – procedendo pela descrição (LATOUR, 2008), pela busca de rastros, fatos e palavras, que evidenciem as associações produzidas (GUESSER, 2006) e as diferentes versões performadas do fenômeno.

Para não cedermos, portanto, à tentação, de impor *a priori* uma ordem às realidades que retraçamos, Latour (2012) nos aponta cinco incertezas às quais deveremos ter em mente ao longo de nosso trabalho de descrição⁶²:

61 Para algumas considerações teóricas e práticas sobre “cartografia de controvérsias”, ver produção recente do grupo de pesquisa “Cultura Contemporânea: Subjetividade, Conhecimento e Tecnologia” (CNPq), em especial os trabalhos vinculados ao projeto “Redes e controvérsias: conhecimento e inovação na sociedade tecnológica”: Pedro (2005, 2006, 2010) e Nobre & Pedro (2006). Ver também Castro (2008) e Guesser (2006).

62 As cinco incertezas apresentadas a seguir foram por nós apropriadas e, de maneira distribuída, nortearam toda a investigação que propomos aqui. Neste sentido, apesar de não haver um compromisso direto em dedicar a cada uma delas uma seção particular da tese, é possível perceber de modo mais evidente algumas articulações entre estas e os temas discutidos no capítulo intitulado “Balé” (pág. 180).

(1) quanto à natureza dos grupos:

Não há grupo relevante ao qual possa ser atribuído o poder de compor agregados sociais, e não há componente estabelecido a ser utilizado como ponto de partida incontroverso (LATOURE, 2012, pp. 51-2).

De acordo com a TAR, cabe aos atores eleger os grupos relevantes, retraçando e estabilizando suas fronteiras. Deixemos que os movimentos de formação de grupos fiquem evidentes, busquemos seus rastros, seus porta-vozes, suas oposições declaradas em algo como “antigrupos”, os saberes que estes produzem, bem como os produzidos sobre eles. Só quando estão em movimento, afirma Latour (2012), suas associações encontram-se visíveis. Apenas pelos traços de suas ações podemos observar as conexões que os unem.

Dessa maneira, cabe investigar, então, que actantes, que porta-vozes, que “mediadores”⁶³ (LATOURE, 2012) estão atuando na transformação, na tradução, nos desvios, na delimitação, enfim, na produção dos coletivos que aqui estudamos. Que papéis cada grupo envolvido desempenha? Como se articulam? Como suas práticas, suas ações, estabelecem e rompem fronteiras?

(2) quanto à natureza das ações:

A ação não ocorre sob o pleno controle da consciência; a ação deve ser encarada, antes, como um nó, uma ligadura, um conglomerado de muitos e surpreendentes conjuntos de funções que só podem ser desemaranhados aos poucos (LATOURE, 2012, p. 72).

O que faz fazer um ator? Ou melhor, como somos levados a fazer o que fazemos? A ação, para Latour (2012), é coletiva; de forma que, quando agimos, estamos atuando segundo as associações e conexões que nos compõem. Um ator, neste

⁶³ “Um *intermediário*, em meu léxico, é aquilo que transporta significado ou força sem transformá-los: definir o que entra já define o que sai. (...) Os *mediadores*, por seu turno, (...) transformam, traduzem, distorcem e modificam o significado ou os elementos que supostamente veiculam. (...) O que entra neles nunca define exatamente o que sai; sua especificidade precisa ser levada em conta todas às vezes” (LATOURE, 2012, p. 65).

sentido, é aquele (ou aquilo⁶⁴) que muitos outros fazem atuar. Contudo, a TAR não retira dos atores, com esta proposição, suas intencionalidades; apenas reconfigura as relações de causa de efeito, colocando em cena todos os elementos que costumam ser retirados por abordagens mais tradicionais e purificadoras. “Por definição, a ação é *deslocada*” (LATOURE, 2012, p. 76), ou seja, não possui uma única “localização”; a ação é sobredeterminada, distribuída, variada, múltipla. Deixemos então, que os atores justifiquem, expliquem o curso de suas ações, que eles apresentem suas causas, que eles convoquem mediadores. Para rastrear as ações, defende Latour (2012), devemos identificar a ação como um processo e buscar descrever suas explicações; suas formas; apontar que versões são consideradas falsas, em oposição; e permitir que os atores proponham suas próprias teorias a respeito.

Neste sentido, podemos esboçar aqui algumas perguntas que já povoam as nossas reflexões a partir das proposições feitas por Latour: Que práticas estão em ação quando investigamos as formas de governo da cidade articuladas às câmeras de vídeo? Que associações se estabelecem entre os atores envolvidos, qual o curso de suas ações, e quem ou o que as compartilha? A que objetivos a instalação desses dispositivos no cenário urbano vem responder? E, principalmente, quais são seus efeitos?

(3) quanto à natureza dos objetos:

A ANT (...) diz apenas que nenhuma ciência do social pode existir se a questão de o quê e quem participa da ação não for logo de início plenamente explorada, embora isso signifique permitir incorporar elementos que, à falta de termo melhor, chamaríamos de *não humanos* (LATOURE, 2012, p. 109).

O papel de actante, segundo a TAR, pode ser desempenhado tanto por humanos quanto por não-humanos. Na medida em que atuam como mediadores, que produzem alguma espécie de transformação, que deixam algum rastro de suas atuações, devemos seguir os atores das mais variadas formas com igual dedicação.

64 Ver o primeiro princípio da TAR (p. 26) e a terceira incerteza (nesta mesma página).

A TAR exige, portanto, uma abordagem simétrica, que permita rastrear o movimento de criação e manutenção de hierarquias e de exercício do poder. Qualquer assimetria entre os papéis desempenhados deve ter evidentes sua produção, invenção e composição. Nosso esforço, como pesquisadores vinculados à TAR, deve ser o de retrair também as associações dos não-humanos, as quais muitas vezes tendem a desaparecer, a silenciar-se, a compor um coletivo “fechado”, uma “caixa-preta”, um objeto frio, cujo funcionamento pouco se pode observar. Neste sentido, Latour (2012) sugere que estudos sobre as inovações, ou aqueles cujos focos estão distanciados no tempo ou espaço, estudos sobre falhas e mau-funcionamentos, investigações sobre a gênese de uma tecnologia ou mesmo a respeito de histórias de ficção são exemplos de situações nas quais a visibilidade das conexões de qualquer forma de actante estaria facilitada.

Sendo assim, seguir as associações estabelecidas para compor esses centros de vigilância/monitoramento do Rio de Janeiro parece ser um mote interessante no sentido de buscar acompanhar situações em que essas agências híbridas se fazem evidente. Especificamente, podemos pensar, então: quem ou o que está em ação quando investigamos as formas de governo da cidade articuladas às câmeras de vídeo? O Estado? Os governantes? A polícia? Os controladores de tráfego? As câmeras? Seus operadores? Os cidadãos? Que espécie de coletivo os envolvidos compõem e como partilham suas práticas?

(4) quanto à natureza dos fatos: A TAR desde o seu começo tratou de modificar “o uso de todo o repertório crítico abandonando *simultaneamente* o uso da Natureza e o uso da Sociedade” (LATOURE, 2012, p. 138). Segundo Latour (2012), Sociedade e Natureza são categorias produzidas por meio de um esforço hercúleo de purificação (LATOURE, 1994), são ambos coletores, efeitos finais das associações de coletivos. A proposta aqui, portanto, é seguir com nossa investigação aprendendo “a extrair o veneno do conceito de natureza, assim como fazemos para o conceito gêmeo de sociedade” (LATOURE, 2012, pp. 169-70). A ideia é pesquisar pelo meio, antes que as questões sejam separadas como de “fato” (reservadas às ciências

duras) e de “feito”⁶⁵ (reservadas às ciências do social). Latour (2012) sugere, então, que as abordemos como questões de “interesse” para que possamos buscar os elementos e as associações que atuaram na transformação do “coletivo feito” em “fato”.

Dessa forma, cabe questionar aqui que fatores concorreram e concorrem para que as câmeras de vídeo e os coletivos nos quais estão articuladas sejam pensados como uma solução privilegiada para situações em que o caos, a violência e o medo se fazem presentes. Como estes dispositivos têm passado de uma alternativa para uma espécie de resposta ideal a quadros de desordem e insegurança?

(5) quanto à natureza do relato:

Este tipo de ciência para aquele tipo de social tem de ser tão lento quanto a multiplicidade de objeções e objetos que ele precisa registrar em seu caminho; tem de ser tão custoso quanto a necessidade de estabelecer conexões entre os muito mediadores que pululam a cada passo; e tem de ser tão reflexivo, articulado e idiossincrático quanto os atores que cooperam em sua elaboração. Precisa registrar diferenças, absorver multiplicidade, reformular-se a novo caso (LATOURE, 2012, p. 179).

Uma pesquisa segundo a TAR é tal qual um experimento ou um laboratório: pode falhar, pode fracassar, pode inclusive explodir (LATOURE, 2000). Um bom relato deve ser bem escrito, deve tornar visível o social e deve ser suficiente em suas descrições. Se alguma explicação for necessária para dar sentido à descrição, certamente é porque esta não é uma boa descrição (LATOURE, 2012). A noção de “rede” que trata a TAR é, na verdade, um modo de investigação, um modo de rastrear as associações; um modo que multiplica os mediadores, que multiplica as versões, que se abre à recalcitrância⁶⁶. A rede, então, é efeito da descrição

65 É feita aqui referência ao jogo de palavras que, ao menos em francês, serve de base para o questionamento feito por Latour acerca da produção de conhecimento. “Fait” pode ser utilizado tanto para denominar um “fato” quanto um “feito”; o que, para o autor, instiga a problematização daquilo que é tomado como dado, previamente existente. No intuito de mapear a genealogia dos “fatos”, estes são considerados como algo que foi em determinado momento “feito”. Ver Latour (2000, 2002).

66 O conceito de recalcitrância é proposto por Latour (1997) e pode ser definido como uma espécie de movimento, de ação realizada pelos actantes contra os fluxos do coletivo; são formas de resistência, de irrupção, que colocam à prova a estabilidade do coletivo e as possíveis

realizada pelo pesquisador. A rede “nada mais é que *um indicador da qualidade de um texto sobre os tópicos à mão*” (LATOURE, 2012, p. 189). Se, ao final de nossas pesquisas, mesmo se tivermos lançado mão das quatro incertezas anteriores, acabarmos por nos afogar no mar de dados produzidos, ou por nos embolar no emaranhado de associações sem conseguir rastrear a rede, certamente não teremos cumprido com nossa tarefa. É preciso fazer com que a rede esteja visível, é preciso retraçá-la, é preciso rejuntar o social.

A cartografia produzida, portanto, levou em consideração essas cinco incertezas em seu movimento de retraçar o coletivo e suas conexões. Nossa proposta para compor o desenho – à qual já recorreremos em outra ocasião (CASTRO, 2008), e que se mostrou bastante proveitosa – é focar nossas investigações segundo três momentos dos coletivos: “gênese”, “situação atual” e “visão de futuro”.

Inspirados nas indicações metodológicas de Latour (2008), nos dois primeiros momentos, realizamos o mapeamento de suas gêneses e atuais situações, buscando identificar os actantes e as questões que concorreram para que estas se constituíssem como tramas bem sucedida, ou seja, estáveis mesmo que provisoriamente. Agregado a esses, acrescentamos um terceiro momento de investigação dos coletivos, que diz respeito a uma prospecção pensada pelos atores como possibilidades e expectativas para o futuro.

imposições feitas pelo (s) pesquisador (s) que o estuda. “O pesquisador pode exigir uma resposta através da montagem de uma experiência; o objeto, porém, não se sentirá obrigado a responder nos mesmos termos. Se o experimento estiver bem construído, o objeto irá desviar a pergunta, surpreender quem a fez, frustrar os prognósticos e fará a interpretação correr riscos imprevistos. (...) A melhor maneira de imitar as ciências naturais é ter como objeto sujeitos recalcitrantes, como os objetos das ciências exatas, capazes justamente de recusar as exigências do pesquisador e impor a ele novas obrigações. (...) Tendo corrido esse risco, o seu discurso terá uma chance de se tornar científico” (LATOURE, 1997, sp.): “*Le chercheur peut bien exiger une réponse par le montage d'une expérience; l'objet lui ne se sentira pas obligé de répondre dans les mêmes termes. Si l'expérience est bien montée, il va dévier la question, surprendre le questionneur, bouleverser les pronostics et faire courir à l'interprétation des risques insoupçonnés. (...) Le meilleur moyen d'imiter les sciences naturelles, c'est de se donner des sujets récalcitrants, capables justement, comme les objets des sciences exactes, de refuser les exigences du chercheur et de lui imposer de nouvelles obligations. (...) Ayant couru un risque, son discours aura une chance de devenir scientifique*” (idem).

A ESCOLHA DAS MATERIALIDADES

O local de realização desta pesquisa foi a cidade do Rio de Janeiro, capital do estado de mesmo nome, no Brasil. Reconhecida mundialmente por suas belezas naturais e por episódios constantes ou emblemáticos de violência associada à criminalidade, a “cidade da beleza e do caos”⁶⁷, futura sede de dois eventos internacionais de grande porte, começa a se destacar também como uma espécie de modelo a ser seguido, como cenário de algumas experiências pioneiras, como a de combate ao tráfico de drogas e reincorporação de territórios ocupados por bandidos representada pela instalação das Unidades de Polícia Pacificadoras (UPPs).

Diante da visibilidade e da repercussão gerada pelas UPPs, iniciamos no segundo semestre de 2009 nossos contatos com porta-vozes oficiais desta política pública e com representantes da SESEG/RJ, visando a investigar suas articulações às iniciativas e práticas de vigilância/monitoramento sob a coordenação do estado⁶⁸.

A partir de então, com visitas, entrevistas e conversas informais, coletamos informações nas diversas subsecretarias da SESEG/RJ e, sempre que possível, em alguns comandos da Polícia Militar e até mesmo em locais onde as câmeras do Estado foram instaladas.

Com o objetivo principal de estabelecer e concretizar estratégias e políticas públicas eficientes, e também como parte das exigências a serem cumpridas até as datas dos grandes eventos mencionados anteriormente, tivemos a informação de que o governo do estado, em parceria com diversos órgãos dos governos federais e municipais, está trabalhando na execução de projetos de infraestrutura em muitas áreas, especialmente na área de segurança pública.

Ainda durante o ano de 2013, como já apontado anteriormente nesta tese, deverá ser inaugurado no Centro da cidade, o CICC (Centro Integrado de Comando e

67 Expressão inspirada na letra da música “Rio 40 graus”, de autoria de Fernanda Abreu.

68 Referente às atividades do projeto de pesquisa “Cartografando redes de vigilância e segurança na Cidade do Rio de Janeiro: nova configuração dos espaços urbanos, novas sociabilidades, novas formas de subjetivação” – sob a coordenação da professora Rosa Pedro e do professor Paulo Afonso Rheingantz.

Controle), que irá reunir nove órgãos públicos em tarefas de acompanhamento e gerenciamento de situações, com destaque especial às chamadas emergenciais. Além das centrais de atendimento dos órgãos envolvidos, o CICC irá integrar todas as suas atividades de vigilância eletrônica, através do compartilhamento das imagens captadas por câmeras de vídeo.

Deste modo, a escolha do CICC como um dos campos de pesquisa, como materialidade, como um dos coletivos a ser estudado, pareceu ser uma boa oportunidade para seguir seus atores no movimento mesmo de produção de seus rastros. Além de constituir uma promessa de configuração ideal de um centro de vigilância, o CICC em construção poderá nos fornecer elementos interessantes presentes tanto em casos inovações, de falhas, mau-funcionamentos, apontando algumas controvérsias que atuam na gênese desse tipo de coletivo.

Além desse centro – que ainda se encontra em seu processo de “construção” – a cidade do Rio de Janeiro, desde dezembro de 2010, conta com o Centro de Operações Rio (COR) que atua no gerenciamento e controle urbano. Construído em apenas quatro meses por iniciativa da Prefeitura, o COR busca articular as informações e ações de, aproximadamente, trinta órgãos públicos e concessionárias integrando imagens de câmeras de trânsito, mapas de satélite, radares, relatórios meteorológicos etc.

Como nosso segundo campo de pesquisa, então, dedicamo-nos a descrever as práticas que compõem o COR para investigar que versões de governo estão sendo performadas neste coletivo e, posteriormente, de que modo estas se articulam àquelas a serem realizadas no CICC.

Entendendo ambos os centros como efeitos também de enunciados que circulam e permeiam grande parte das ações de segurança e controle conduzidas atualmente em grandes centros urbanos, iremos explorar suas coordenações e distribuições. Intencionamos, assim, apresentar um relato sobre as formas de governo articuladas às câmeras de vídeo presentes nos coletivos de vigilância/monitoramento de maior visibilidade na cidade do Rio de Janeiro e contribuir, de alguma maneira para a compreensão desse fenômeno em franca expansão.

OPERACIONALIZAÇÃO

A pesquisa em campo foi realizada entre novembro de 2009 e março de 2013. Durante esse período, visitamos as instalações da SESEG/RJ, incluindo o atual Centro de Comandando e Controle, assim como o prédio do Centro de Operações e a Comunidade do Santa Marta, onde algumas câmeras foram instaladas logo após a inauguração da Unidade de Polícia Pacificadora no morro⁶⁹.

A cada visita, buscamos observar as rotinas dos lugares e as condutas das pessoas ali presentes. Sempre que possível também – dependendo da dinâmica do local e da autorização de nossos interlocutores – realizamos entrevistas, as quais seguiram o roteiro semiestruturado apresentado em anexo (ANEXO A). Todas as gravações foram feitas com a aprovação dos participantes – que assinaram o “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido” (ANEXO B) – e posteriormente transcritas.

Quando as circunstâncias assim não permitiram, ou quando porta-voz se recusava a conceder a entrevista por quaisquer motivos, procuramos produzir os dados por meio de conversas informais, que foram em seguida redigidas em uma espécie de relatório em nosso caderno de campo.

Além das entrevistas e das conversas, outro modo utilizado foi o *e-mail*. Diante da falta de disponibilidade de alguns participantes e/ou da distância que estes se encontravam, optamos pela comunicação virtual em alguns momentos.

A escolha dos relatos, dos trechos que compõem o texto, e dos temas pelos quais perpassam a presente descrição levou em consideração as conexões que tais falas estabeleceram ao longo da produção de dados, bem como a visibilidade dada a esses pelos grupos de participantes consultados.

⁶⁹ O plano inicial de seguir pesquisando áreas monitoradas e/ou comunidades nas quais haviam sido instaladas câmeras se mostrou de certo modo inviável e não tão interessante diante do amplo campo de investigação que comporta os dois Centros aqui explorados. Em primeiro lugar, quando não se trata de uma comunidade específica – como o Santa Marta – a localização de muitos destes dispositivos é mantida em segredo como estratégia de prevenção ao crime, combate à violência ou mesmo para evitar práticas depredatórias. E em segundo, além da primeira comunidade, apenas o Complexo do Alemão, Jardim Batam e a Rocinha possuem câmeras em seus territórios, e diante de sua extensão e da instalação relativamente recente não houve tempo hábil para nelas empreendermos uma investigação. Para maiores considerações, especificamente, sobre as práticas de segurança no Santa Marta ver Rocha (2012) e Rheingantz & Pedro (2012).

Participaram da pesquisa, representantes de alguns dos órgãos envolvidos em cada um dos Centros, gestores da SESEG/RJ, moradores e lideranças comunitárias do Santa Marta – conforme descrito no quadro 1 abaixo.

Quadro 1: Descrição dos Participantes⁷⁰

| Participante | Referência | Data(s) do(s) contato(s) citado(s) |
|--------------|---------------------------------------|------------------------------------|
| 1 | SESEG/RJ | 15 out. 2010 |
| 2 | COR | 16 mai. 2012 |
| 3 | SESEG/RJ | 09 dez. 2010 / 25 out. 2012 |
| 4 | COB | 17 ago. 2012 |
| 5 | PMERJ | 03 nov. 2010 |
| 6 | SESEG/RJ | De jan. a mar. 2013 |
| 7 | COR | 02 jul. 2012 / 23 jul. 2012 |
| 8 | COR | 06 dez. 2012 |
| 9 | SESEG/RJ | 30 set. 2010 |
| 10 | Liderança Comunitária (Santa Marta) | 21 nov. 2009 / 26 nov. 2009 |
| 11 | Associação de moradores (Santa Marta) | 28 set. 2011 |
| 12 | GRES Mocidade Unida do Santa Marta | 20 jun. 2011 |
| 13 | PMERJ | 24 nov. 2011 |
| 14 | Comerciante (Santa Marta) | 05 jul. 2011 |
| 15 | PMERJ | 24 nov. 2011 |
| 16 | SESEG/RJ | 17 jan. 2013 |
| 17 | SESEG/RJ | 05 mar. 2013 |
| 18 | SESEG/RJ | 05 mar. 2013 |
| 19 | COR | 07 ago. 2012 |
| 20 | COR | 10 out. 2012 |
| 21 | Defesa Civil Municipal | 12 dez. 2012 |
| 22 | Secretaria Municipal de Ordem Pública | 24 dez. 2012 |

Para compreender também o papel desempenhado pelos grandes eventos da configuração dos dois coletivos, entramos em contato com representantes do Comitê Olímpico Brasileiro (COB) e, por *e-mail* e em conversas informais, conseguimos produzir um breve material, um panorama das ações que estão sendo concebidas e executadas (ou o serão em breve), o qual apresentamos a seguir.

⁷⁰ São listados nesse quadro apenas os participantes cujas falas ou ideias compõem as discussões aqui apresentadas; suas identificações seguem a ordem na qual nos referimos aos mesmos durante a tese.

INTERLÚDIO

“Em certo sentido, esses eventos globais são apenas os precursores da nova governamentalidade, a infiltração de globalização em determinados lugares”⁷¹ (MURAKAMI WOOD & ABE em BENNETT & HAGGERTY, 2011, p. 83).

71 *“In a sense, these global events are merely the harbingers of the new governmentality, the infiltration of globalization into particular places”* (MURAKAMI WOOD & ABE em BENNETT & HAGGERTY, 2011, p. 83).

A SEGURANÇA DOS JOGOS

Grandes eventos como os Jogos Olímpicos e a Copa do Mundo FIFA são espetáculos culturais monumentais que colocam desafios de segurança peculiares e amplos. A atenção do mundo se vê voltada a um país-sede ou cidade, que busca ansiosamente projetar a melhor das impressões e, assim, atrair futuros investimentos e turismo. O esmagador imperativo do “destination marketing” produz um sentimento generalizado de que “nada deve dar errado”. Há, é claro, um número quase infinito de coisas que podem “dar errado”, produzindo amplas e preventivas avaliações de risco, e um aumento no número de medidas de segurança, incluindo a ampla gama de formas e níveis de vigilância⁷² (BENNETT & HAGGERTY, 2011, p. vii).

No dia 30 de outubro de 2007, foi divulgada oficialmente, pela Federação Internacional de Futebol Associado (FIFA), a escolha do Brasil para sediar a Copa do Mundo de 2014. Desde a década de 1990, ficou instituída pela própria FIFA uma espécie de revezamento entre as seis confederações de futebol existentes⁷³ e, para o ano de 2014, caberia à CONMEBOL apresentar seus candidatos. Colômbia, Argentina e Brasil foram indicados em um primeiro momento. Porém, em 2006, a Confederação decidiu que apresentaria o nosso país como o único candidato. Sem ter concorrentes para a “seleção política”, então, seria necessário ao Brasil apenas atender a uma lista de exigências ditas “técnicas” estabelecidas pela FIFA.

Foram pouco mais de três anos desde a candidatura oficial do país (17 de março de 2006) até a seleção e anúncio das sedes dos jogos (31 de maio de 2009). Serão doze as cidades brasileiras a receber o mundial: Belo Horizonte (MG), Brasília

72 *“Mega-events’ such as the Olympic Games and the FIFA World Cup are now monumental cultural spectacles that pose peculiar and extensive security challenges. The world’s attention focuses on a host nation or City, eager to project the best of Impressions and thus attract future investment and tourism. The overwhelming imperative of ‘destination marketing’ produces a pervasive sentiment that ‘nothing should go wrong.’ There are, of course, an almost infinite number of things that can ‘go wrong,’ producing extensive and pre-emptive risk assessments, and an increasing number of security measures, including wide-ranging forms and levels of surveillance”* (BENNETT & HAGGERTY, 2011, p. vii).

73 Confederação Asiática de Futebol (AFC), Confederação Africana de Futebol (CAF), Confederação de Futebol da América do Norte, Central e Caribe (CONCACAF), União das Federações Europeias de Futebol (UEFA), Confederação de Futebol da Oceania (OFC) e Confederação Sul-Americana de Futebol (CONMEBOL).

(DF), Cuiabá (MT), Curitiba (PR), Fortaleza (CE), Manaus (AM), Natal (RN), Porto Alegre (RS), Recife (PE), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA) e São Paulo (SP). Segundo o secretário-geral da FIFA, Jerome Valcke (Em PERGUNTAS & RESPOSTAS, 2009), os critérios técnicos puderam ser avaliados tanto com base nas visitas feitas por especialistas da entidade, no começo de 2009, quanto nos projetos entregues pelas cidades, a serem executados nos anos seguintes. Além dos estádios de futebol, aspectos como a rede hoteleira, sistema de transporte urbano, aeroportos, segurança pública e opções de lazer também foram levados em conta na hora da escolha.

Restando aproximadamente um ano para a Copa, muito ainda tem de ser feito no sentido de preparar as cidades para o evento. A promessa é de que todos os investimentos realizados para tal irão se transformar em algum tipo de benefício para as populações. “A infraestrutura que será montada para esse evento ficará para a população e garantirá um Brasil melhor, principalmente nas cidades-sede”, afirmou Claury Santos Alves da Silva, secretário do Esporte, Lazer e Turismo do Estado de São Paulo (Em SATO, 2009, sp.).

Quase dois anos após a escolha do Brasil como sede da Copa do Mundo FIFA, exatamente no dia 02 de outubro de 2009, a cidade do Rio de Janeiro foi contemplada novamente com o título de local-sede de um evento internacional; desta vez, os Jogos Olímpicos de Verão (ou Olimpíadas) do ano de 2016.

Esta eleição, contudo, foi um pouco mais disputada que a da Copa – foram sete as cidades inscritas, de três continentes diferentes: Chicago e Rio de Janeiro, das Américas; Doha e Tóquio, da Ásia; e Baku, Madri e Praga, da Europa. Após avaliações preliminares, Baku, Praga e Doha foram eliminadas pelo Comitê Olímpico Internacional (COI), tornando as quatro restantes cidades oficialmente candidatas: Rio de Janeiro, Madrid, Tóquio e Chicago.

A partir também de visitas e das avaliações dos projetos apresentados por cada cidade, três rodadas de votações foram realizadas pelo COI, das quais o Rio de Janeiro saiu como grande vencedor. Com apenas dois anos de intervalo, portanto, a cidade sediará dois eventos internacionais de importância reconhecida, o que

implica necessariamente a execução dos projetos apresentados durante os processos seletivos⁷⁴.

Desde as nomeações, então, em uma espécie de esforço conjunto, os governos federal, estadual e municipal vêm atuando no sentido de prover o Rio de Janeiro com toda a infraestrutura necessária e oferecida para as realizações dos eventos.

Dentre as áreas que merecem (e demandam) grande atenção no cenário da cidade, encontra-se especialmente a de segurança pública. E neste sentido, as câmeras de vídeo têm figurado como actantes de destaque na produção de planos, práticas de governo voltadas para a gestão desses eventos, mas não exclusivamente. Articuladas a uma variada gama de outros dispositivos, evidencia-se uma tendência em aumentar sua presença em nosso cotidiano, de formas ainda inéditas no Brasil:

Nós sempre procuramos inovar um pouco, e o que puxa inovação, essencialmente, além de comportamento, posturas, estratégias, também é a questão de tecnologia. E ela tá presente no dia a dia do cidadão; e quem lida com segurança tem que entender que as facilidades que botam pro dia a dia, pra vida do cidadão, elas tanto são usadas para o bem... e quem tá pensando em atuar de forma ilegal ou qualquer outra finalidade se utiliza dos mesmos meios de comunicação, de conhecimento. O conhecimento tá aí. Então esse é um pilar desse entendimento. Então é necessário que os órgãos de segurança mantenham um nível de atualização tecnológica compatível com o momento experimentado pela sociedade. Então isso é base.

Participante 4 – Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016™

Não obstante, apesar dos projetos atuais na área de segurança pública extremamente arrojados, com a utilização de câmeras e alta tecnologia, considera-se que, no Rio de Janeiro, o início das práticas de vigilância/monitoramento se deu de forma tardia:

74 A essa lista de grandes eventos (a serem) sediados no Rio de Janeiro, podemos acrescentar os Jogos Pan-Americanos e Parapan-Americanos no ano de 2007, os Jogos Mundiais Militares (2011), a Copa das Confederações (2013) – como uma etapa prévia à Copa do Mundo de 2014 – e a Jornada Mundial da Juventude – que terá a presença Papa (também em 2013). Cabe ressaltar, porém, que este trabalho não se propõe a empreender uma análise detalhada sobre esse amplo tema que constitui os grandes eventos, mas diante do foco desta pesquisa, tornou-se inevitável tecer algumas considerações a este respeito.

Toda cidade no mundo em que você procura implantar estratégias de policiamento eficaz, estratégias preventivas de combate ao crime você trabalharia com videomonitoramento. E o Rio de Janeiro tava um pouco atrasado nesse processo.

Participante 5 – Polícia Militar

De fato, a presença das câmeras de vídeo no cotidiano dos grandes centros urbanos é um fenômeno em franca expansão pelo mundo (NORRIS, MCCA HILL & WOOD, 2004). Especificamente no Brasil, a instalação de câmeras em espaços de circulação pública começou aproximadamente há trinta anos e tem se consolidado ao longo do tempo (KANASHIRO, 2008), sendo possível identificar, neste sentido, três estágios distintos em sua trajetória⁷⁵.

O primeiro deles, de 1982 a 1995, que coincide com o fim da ditadura militar no país e a abertura do regime político – período no qual a ideia da ineficiência do Estado começa a circular mais livremente – é apontado por Kanashiro (2008) como o estágio em que as câmeras figuraram apenas como uma **sugestão**, como um dos meios possíveis para se fazer frente à insegurança, ao crime e à violência existentes. Durante o segundo período, de 1995 a 2003, as câmeras, cuja presença havia sido acrescida em número e em amplitude, convertem-se em uma **necessidade**, passam a ser o

dispositivo por excelência e as proposições legais versam especificamente sobre sua obrigatoriedade, seja para o uso em estabelecimentos financeiros privados (...) ou em espaços de circulação pública (KANASHIRO, 2006, p. 54).

No terceiro período, então, de 2003 a 2005, opera-se uma segunda reconfiguração no quadro como efeito, ao mesmo tempo, dos ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 (KANASHIRO, 2008) e da intensificação dos processos de globalização (NORRIS, MCCA HILL & WOOD, 2004). Ao longo deste estágio, as câmeras tornaram-se praticamente indispensáveis à sobrevivência e ao comércio

⁷⁵ Esta categorização feita por Kanashiro (2006, 2008) fundamenta-se em seu levantamento a respeito do fenômeno da videovigilância em proposições legais e normas brasileiras disponíveis na *internet*.

internacional, uma **exigência**, demandando do Brasil sua devida adequação. E neste sentido, como apontam Bernhard & Martin (em BENNETT & HAGGERTY, 2011), os grandes eventos também vêm no rastro desses processos de globalização, mobilizando reconfigurações importantes nas práticas cotidianas.

O Rio de Janeiro vai se adequar, e muito, [com relação ao videomonitoramento] por causa dos eventos esportivos que vão se realizar: Copa do Mundo, Copa das Confederações, Olimpíadas Mundiais Militares e Jogos Olímpicos e Paraolímpicos [sic] dos próximos anos. Então ela precisa se adequar, atender às exigências desses órgãos e entidades internacionais.

Participante 5 – Polícia Militar

A preocupação com a segurança em grandes eventos teve um aumento considerável após o ataque terrorista ocorrido nas Olimpíadas de Munique em 1972. Uma tragédia que paralisou os Jogos pela primeira vez, durante as trinta e quatro horas de negociação com os criminosos, e que culminou com a morte de dezoito pessoas, deixou uma espécie de cicatriz na memória coletiva e deflagrou uma busca por estratégias que pudessem evitar que ocorrências desse tipo se repetissem. Nas Olimpíadas seguintes, então, em 1976, a

proteção contra o terrorismo se tornou a preocupação-chave para o Comitê Organizador de Montreal (COJO). Apesar das articulações oficiais de “eficiência discreta”, a estratégia de Montreal foi única em escala e colocou enorme ênfase em vertentes específicas de segurança, principalmente no que se refere a medidas preventivas, a uma forte e visível presença de forças de segurança e uma ênfase especial em vigilância reforçada e integrada, à comunicação e medidas de tomada de decisão (as quais tinham sido uma grande falha em Munique e depois em Atlanta). Medidas específicas incluíam corredores de transporte isolados e seguros, aprimorados requisitos de credenciamento para trabalhadores e, fundamentalmente, provavelmente a primeira implantação generalizada e sistemática de CFTV a serem aplicados em uma Olimpíada. Foi dado à vigilância eletrônica um papel central (...). Custando cem milhões de dólares americanos (equivalentes a cerca de trezentos e oitenta milhões de dólares hoje), tais técnicas tornaram-se recursos básicos em estratégias de segurança para as Olimpíadas

subsequentes e marcam a crescente importância da vigilância eletrônica⁷⁶ (FUSSEY & COAFFEE em BENNETT & HAGGERTY, 2011, p. 40).

Entretanto, o forte entrelaçamento, essa associação quase que natural entre os planos e ações que visam a garantir a **segurança** e as práticas de **vigilância/monitoramento** parece se constituir como um campo controverso não apenas para alguns teóricos e pesquisadores do tema, mas também, em maior ou menor grau, para algumas parcelas da população, cidades, países, culturas ou mesmo profissionais que atuam diretamente neste campo. Discussões sobre a eficiência e o custo desse tipo de dispositivo, tópicos que abordaremos mais adiante, ou preocupações com questões mais amplas como a intimidade, privacidade e liberdade tendem a frear, retardar ou impossibilitar a expansão dessas práticas de alguma forma. Neste sentido, alguns autores argumentam que os grandes eventos constituem-se como uma brecha, uma desculpa para que as câmeras tenham sua presença intensificada apesar das críticas, um facilitador na captação de maiores recursos, ou até como um momento para a realização de testes de novas técnicas e tecnologias:

É óbvio que (...) um megaevento atua como um catalisador, uma oportunidade para que forças policiais locais ou nacionais instalem sistemas que seriam mais difíceis de se justificar em condições "normais"⁷⁷ (BENNETT & HAGGERTY, 2011, p. 9).

76 "Protection from terrorism became the key security concern for Montreal's organizing committee (COJO). Despite official articulations of 'discreet efficiency' Montreal's strategy was unique in scale and placed enormous emphasis on specific strands of security. Central to these were preventative measures, a strong and visible presence of security forces, and particular emphasis on enhanced and integrated surveillance, communication and decision-making measures (which had been a major failing at Munich and, later, at Atlanta). Specific measures included isolated transport security corridors, enhanced accreditation requirements for site workers and, crucially, probably the first widespread and systematic deployment of CCTV to feature at an Olympics. Electronic surveillance was duly given a central role. (...) Costing US\$100m (equivalent to around US\$380m today) such techniques became staple features of subsequent Olympic security strategies and mark the increasing prominence of electronic surveillance" (FUSSEY & COAFFEE apud BENNETT & HAGGERTY, 2011, p. 40).

77 "It is obvious (...) that the mega-event acts as a catalyst, and an opportunity for local and national law enforcement to install systems that would be more difficult to justify in more "normal" conditions" (BENNETT & HAGGERTY, 2011, p. 9).

Tomando emprestado o termo utilizado por um dos participantes da pesquisa, os grandes eventos introduzem uma espécie de “distensionamento” que facilita a execução de mudanças significativas pela comoção e mobilização generalizada (mas não geral) que produz.

Nós já conseguimos introduzir nos últimos anos equipamentos e armas menos letais ou até mesmo não letais. (...) O que já foi um choque cultural. Agora nós temos que deixar a arma como um último recurso... dentro de um cenário administrável, porque também não podemos expor os policiais em nome do romantismo (...). Mas temos que buscar isso. E esses eventos, pela sua mobilização, o nível do distensionamento... o jeito que ele impacta na ambiência da cidade dá uma distensionada significativa que permite avançar na discussão e na implementação disso.

Participante 4 – Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016™

Especificamente com relação às práticas de vigilância/monitoramento, em uma das Oficinas Temáticas criadas pelo Ministério da Justiça (MJ) para discutir os assuntos relacionados à segurança pública durante a Copa do Mundo⁷⁸ – Oficina Temática XIII, Rio de Janeiro – o Participante 6 (SESEG/RJ) indicou que os processos de rotina do futuro Centro Integrado de Comando e Controle serão aproveitados dos debates realizados para decidir os processos e protocolos a serem aplicados durante o evento.

Da mesma forma, encontramos também algumas menções em nosso percurso à chance (talvez única) de estabilizar e fazer propagar esse tipo de política pública:

Eventualmente a gente pode até aproveitar os grandes eventos pra construir alguns desses centros [de comando e controle] regionais. Ou seja, pode ser que a gente aproveite principalmente os Jogos Olímpicos e construa mais um ou dois centros regionais pra descentralizar um pouco. Mas isso é pro futuro ainda, não tem nada a curto prazo, não.

Participante 3 – SESEG/RJ

78 Ver <<http://www.copa2014.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=606>>.

Neste sentido, vale ressaltar que, ao longo dos relatos, alguns participantes buscaram apresentar os dois dispositivos, os dois centros em foco neste trabalho – o Centro Integrado de Comando e Controle (CICC) e o Centro de Operações da Prefeitura do Rio de Janeiro (COR) – como materialidades que, apesar de se constituírem na relação com os Jogos, também se produzem para além deles, extrapolando o mero objetivo de cumprir exigências. O discurso que circula com grande força nestes coletivos, o qual aborda a questão dos legados e a inclusão de muitos dos recursos utilizados durante o período dos eventos em futuras rotinas, parece tentar justificar o enorme esforço a ser empreendido e a quantia de dinheiro investida.

 A SESGE [Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos - MJ] não ambiciona elaborar ou financiar projetos com dimensionamentos exagerados dos quais decorram gastos públicos exorbitantes. O objetivo é utilizar os programas já existentes, permitindo que as instituições de Segurança Pública possam ser beneficiadas com a assimilação de modernos conceitos, tecnologias e metodologias que possam ser aplicadas antes, durante e depois dos Grandes Eventos (SESGE, 2012, p. 21).

Então nosso cuidado é fazer algo que se encaixe na política pública em andamento, (...) pra que tenhamos efetivamente legado. Agora nós também não podemos fazer um gasto exagerado, porque ele é um evento curto. Se nós não conseguirmos encaixá-lo na política pública, não justifica fazer um (...) custo elevado pra um evento de dezessete dias. Então nós temos que ter esse cuidado de racionalizar ao máximo o gasto. Então não dá pra fazer muita inovação, a não ser inovando no todo como política pública legada.

Participante 4 – Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016™

De qualquer forma, mesmo que tenham sido planejados para perdurar, para continuar em funcionamento depois de terminados os eventos, é inegável a importância destes últimos para ambos os centros e para o estabelecimento de ações rotineiras de gestão da cidade. Dentre os rastros que apontam, mesmo que indiretamente, algumas das associações neste sentido, observamos, por exemplo,

nos percursos profissionais de alguns dos participantes da pesquisa, que não apenas atuam, mas possuem posição estratégica na dinâmica dos Centros, o relato de experiências anteriores com situações similares, como na Superintendência de Desportos do Estado do Rio de Janeiro (Suderj), nos Jogos Pan-Americanos, no Comitê Olímpico Brasileiro (COB), entre outros.

Além dessas associações, foram produzidas por vezes algumas falas que descrevem os Jogos como uma das causas diretas, ao menos uma das mais importantes, para a criação e constituição dos centros aqui estudados:

Nós pensamos esse projeto, no primeiro momento, já pensando em atender os grandes eventos. Já pensando inicialmente na Copa do Mundo de 2014 e depois também nas Olimpíadas, que foi uma decisão tomada posteriormente, mas vendo também o que já existia em outras cidades brasileiras, vendo o que aconteceu durante o Pan-Americano, como é que a SENASP [Secretaria Nacional de Segurança Pública] montou o seu Centro de Comando e Controle Integrado e vendo também Centros de Comando e Controle ao redor do mundo.

Participante 3 – SESEG/RJ

A partir do trecho transcrito acima, pode-se ter uma ideia de quanto que as práticas de vigilância/monitoramento que estão sendo pensadas para o Rio de Janeiro, ou que já se experimenta de alguma forma, inspiram-se, produzem-se como efeito também de outros coletivos com propósitos similares e nos conceitos que estes utilizam.

O conceito de segurança é uma receita mundial. O que a gente faz é a adequação, a customização para a cidade-sede com as suas peculiaridades. Então o conceito que nós aplicamos lá no Pan-Americano, agora nós constatamos como observadores em Londres... ele foi implementado em Londres... e em cima dele nós estamos trabalhando o mesmo conceito, considerando só a escala entre um evento e outro. O Pan-Americano é um evento de menor tamanho, mas os princípios (...) conceituais são os mesmos.

Participante 4 – Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016™

Este processo de inspiração, customização, ou até mesmo de aprendizado – como se referiram alguns participantes desta pesquisa – acabam contribuindo para a constituição de padrões, de protocolos internacionais, ou reforçando-os de certa maneira. Assim, podemos afirmar que os Jogos funcionam como verdadeiras portas de entrada para que essas tendências, essas formas de internacionais de governo cheguem ao Brasil e sejam traduzidas. É nossa tarefa, neste trabalho, é explorar os efeitos dessa dinâmica e seus papéis na produção de realidades:

Nos últimos anos, segurança e vigilância em grandes eventos de esportes vêm sendo submetidas a repetido escrutínio acadêmico. Embora ainda exista uma carência de trabalhos verdadeiramente empíricos e comparativos neste campo, estas investigações nos permitem compreender a governança da segurança em grandes eventos esportivos como o resultado, e o catalisador, de um amplo conjunto de desenvolvimentos que envolvem processos de tecnologização, militarização e comercialização para a crescente globalização e padronização de questões relacionadas à segurança/vigilância⁷⁹ (KLAUSER em BENNETT & HAGGERTY, 2011, pp. 123-4).

A importação de padrões internacionais para a gestão de grandes eventos (no Brasil, no Rio de Janeiro, ou em outros locais) e sua utilização para o governo cotidiano das cidades constitui-se como problemática para alguns autores, os quais defendem, desse modo, que é preciso estar atentos às questões, aos interesses que irão nortear a incorporação de tais protocolos, sua tradução em políticas públicas e, principalmente os efeitos que irão produzir.

Carr (2012) e Marrero-Guillamón (2012) questionam, por exemplo, a permanência do aparato utilizado nos eventos após seu término; os tão comentados “legados” – os quais mencionamos anteriormente. A inserção de práticas de governo voltadas para os Jogos no dia a dia de uma cidade, segundo este último, contribui para a produção de uma espécie de rotina de excepcionalidades, na medida em que traz

79 *“In recent years, security and surveillance at sport mega-events have been subjected to repeated academic scrutiny. Although there continues to be a lack of truly empirical and comparative work in this field, these investigations allow us to understand security governance at sport mega-events as the result of, and the catalyst for, a broad set of developments, ranging from processes of technologicalization, militarization and commercialization to the increasing globalization and standardization of security/surveillance matters”* (KLAUSER apud BENNETT & HAGGERTY, 2011, pp. 123-4).

para o cotidiano dispositivos e processos que só seriam necessários em situações especiais, dentre eles um intenso esquema de segurança. Neste sentido, Graham (2011) chega a afirmar um processo global, no qual os megaeventos desempenham um papel importante na fabricação de cidades sob cerco constante, produzido por suas próprias políticas de segurança.

Cabe acrescentar que essa circulação de padrões internacionais constitui-se realmente como um processo contínuo. Da mesma forma que os coletivos “aprendem”, traduzem e formatam planos de segurança a partir do que foi posto em ação nos eventos realizados anteriormente em outros países, eles também estão comprometidos a repassar e a facilitar uma futura apropriação do que for (temporariamente) configurado:

Na medida em que, no ano que vem, definam qual será a nossa sucessora⁸⁰, ela já passa... como nós estávamos no último ano, fazendo uma sombra a Londres direto. Nós temos colado neles lá, agindo permanentemente. E é obrigação nossa repassar para as próximas cidades olímpicas, auxiliá-los no seu planejamento.

Participante 4 – Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016™

Como aponta Boyle (Em BENNETT & HAGGERTY, 2011), o que testemunhamos hoje em dia, portanto, é um efeito provisório de uma cadeia de associações e negociações que vêm sendo tecidas no decorrer dos anos para a realização de cada um desses eventos e que, assim, de tempos em tempos adquire uma forma mais ou menos estável, apresentando contornos que deverão, porém, ser refeitos posteriormente.

As diretrizes que norteiam o planejamento e realização dos jogos da Copa Mundo 2014, por exemplo, no que se refere à área da segurança já nos apresenta alguns indícios de seu caráter contingencial na medida em que prevê alterações antes mesmo de serem colocadas em prática:

⁸⁰ Entrevista concedida no ano de 2012. A eleição da cidade-sede para as Olimpíadas 2020 ocorrerá em 07 de setembro de 2013 na 125ª. Sessão do Comitê Olímpico Internacional, em Buenos Aires, capital da Argentina.

o Planejamento Estratégico de Segurança para a Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014 e eventos correlatos constitui ferramenta essencial para orientar o monitoramento e a avaliação de impacto e da efetividade das ações a serem desenvolvidas. Este Planejamento Estratégico será constantemente atualizado e adaptado às mudanças do cenário nacional e internacional (SESGE, 2012, p. 7).

Do mesmo modo, algumas pistas, alguns rastros já podem ser acompanhados com relação à materialização de um “Plano de Segurança” a ser executado nas Olimpíadas 2016 e à maneira como os padrões vêm sendo seguidos e ao mesmo tempo atualizados e apropriados.

Os Jogos têm um modelo de governança própria. (...) E nós temos aí uma regra, que já está consolidada entre nós, que o Plano de Segurança... não existe plano do Comitê, do Governo Federal, do Município, do Estado. Está proposto que é um único plano de segurança – já devemos planejar em conjunto e, assim, já foi elaborado um Memorando de Entendimento. (...) Na relação de governança dos Jogos com os governos, existe uma matriz de responsabilidade, e nós também vamos especificar as atribuições, os papéis de cada um (...) pra que todos saibam, dentro daquele plano único de segurança, o que cabe ao Governo, quem é o responsável, quais são os projetos dentro daquela faixa de atribuição do Governo Federal, do Estado, Município e do Comitê. Como eu volto a dizer: o que fazer tecnicamente (...) é praticamente uma receita mundial. Então isso é muito tranquilo. O grande desafio nosso é fazer isso por dentro dessa governança complexa. Ela não é por acaso. Ela foi criada exatamente pra garantir essa unidade de uma gestão bem articulada, pra não ter aquelas brigas ou os desconfortos federativos que pode ocorrer num evento dessa magnitude. Então, hoje, é adequar os ritos... e nós estamos numa fase de aculturação, de aprendizado, de operar dentro desse modelo de governança.

Participante 4 – Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016™

A definição, então, de um planejamento compartilhado que irá estabelecer previamente as responsabilidades de cada instância / órgão / agência (públicas e privadas) parece fundamentar o modo como serão conduzidas as adaptações, negociações e discussões sobre o plano de segurança dos Jogos Olímpicos, as quais deverão ocorrer em um futuro próximo. Talvez possamos afirmar, a partir da

fala anterior, que o objetivo, além de atribuir papéis, é tomar como base “a receita mundial” e buscar antecipar as controvérsias com relação a cada área, a cada possível situação, para um momento anterior à realização dos Jogos, para que assim as decisões e ações durante os eventos possam se dar de forma integrada e mais prontamente.

Agora, para nos ajudar a compreender as ideias que estarão contidas no referido plano de segurança, as diretrizes que o irão compor, suas formas de gestão e as práticas de vigilância/monitoramento nele fundamentadas, é interessante que passemos a considerar as noções de segurança e vigilância, bem como a associação que estabelecem, de forma mais ampla. A associação imediata que existe entre estes dois conceitos (BENNETT & HAGGERTY, 2011) e as ações policiais de combate ao crime, talvez precise ser pensada também na articulação com outras questões. Dentre as pistas produzidas pelos actantes envolvidos pela elaboração do plano, ressaltamos os trechos a seguir:

 Em eventos dessa magnitude, a área de Segurança Pública deve ser vista por um prisma abrangente, que também englobe ações voltadas aos serviços de urgência, para que estes sejam capazes de responder a quaisquer ameaças à segurança e à incolumidade da população em geral, dos espectadores, das delegações, das comitivas e dos convidados para o megaevento (SESGE, 2012, p. 6).

Nós construímos um conceito aqui bem básico: (...) a segurança dos Jogos se resume à utilização de toda a capacidade de segurança pública, defesa civil, defesa nacional, segurança privada para garantir a segurança das instalações e dos clientes dos Jogos, baseados no princípio da discrição – que ela seja eficaz e discreta. Esse é o conceito. Porque aí significa dizer: utilizar no máximo a capacidade instalada de forma discreta.

Participante 4 – Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016™

É neste sentido, portanto, articulada a essa concepção mais ampla de segurança, que a governança dos Jogos vem pensando e concebendo suas futuras ações – as quais devem ter o máximo de eficácia e discrição possíveis.

A ideia de empreender operações de segurança de forma **discreta** aparece também no arquivo de candidatura do Rio para sede das Olimpíadas (RIO 2016, 2009) e chama a nossa atenção pelas potenciais controvérsias que esse tipo de postura comporta.

Como já apontamos em outra oportunidade (CASTRO, 2008), as câmeras de vídeo são dispositivos importantes quando se pensa em uma atuação discreta, por meio da qual as forças policiais só interferem quando “necessário”, e só partem para o confronto quando este é considerado “inevitável”. Esse tipo de diretriz seria capaz de tornar as práticas de combate ao crime mais seguras para os próprios policiais bem como para a população, além de evitar com que episódios de crime e/ou violência se tornem emblemáticos e, assim, propagem o medo (CALDEIRA, 2000) – e é neste sentido, acreditamos, que os gestores de segurança dos Jogos estabelecem a discrição como um dos princípios básicos.

Contudo, fazendo um paralelo com o funcionamento panóptico (FOUCAULT, 2010) – o qual abordaremos mais adiante⁸¹ –, é possível que quanto mais discreta a ação, quanto menos visíveis forem as práticas de governo, mais abrangente seja o controle exercido, e até mais invasivo. E esta é uma grande preocupação não só para os teóricos que se dedicam ao tema, mas também compõe a agenda de muitos militantes, comissões nacionais e de algumas parcelas das populações.

A produção de imagens e dados sobre situações e pessoas pode facilitar a gestão da segurança, mas levanta questões com relação aos tipos de informações coletadas, as formas de armazenamento, combinação, divulgação e utilização em planejamentos estratégicos. O temor com relação a escrutínios indesejados e com as categorizações possíveis a partir destes, não diz respeito apenas às possibilidades de ação no presente, mas principalmente a tentativas de antecipação de acontecimentos futuros.

E essas ações que partem de experiências anteriores, mas que tentam prever situações que ainda não ocorreram, possibilidades, potencialidades, ameaças, riscos, também apresentaram destaque em todos os rastros deixados pelos grandes eventos nesta pesquisa.

81 Cf. pág. 82.

AVALIAÇÕES DE RISCO

De acordo com os EU-SEC/EU-SECII – projetos do *United Nations Interregional Crime and Justice Research Institute (UNICRI)*⁸² – um megaevento é

-  um evento previsto que deverá ter ao menos uma das seguintes características:
1. Popularidade de significado histórico, político;
 2. Grande cobertura da mídia e/ou comparecimento de mídia internacional;
 3. Participação de cidadãos de diferentes países e/ou possível grupo-alvo;
 4. Participação de VIPs e/ou dignitários;
 5. Elevado número de pessoas;
- e apresenta potenciais ameaças e, portanto, pode exigir cooperação e assistências internacional⁸³ (EU-SEC II, 2008, sp.).

Seguindo a descrição acima apresentada, tanto a Copa do Mundo de 2014 quanto as Olimpíadas de 2016 – que têm em comum a cidade-sede do Rio de Janeiro,

82 “‘Coordenação de Programas Nacionais de Pesquisa em Segurança durante Megaeventos na Europa’ (EU-SEC, 2004-2008), financiada pela Comissão Europeia – DG Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico, no âmbito do Programa ERA-NET, apoiou os esforços da União Europeia (UE) em matéria de segurança durante grandes eventos. O projeto destina-se a fazer pleno uso das capacidades e experiência dos parceiros do projeto e evitar a sobreposição com as atividades em curso. É destinado a apoiar e coordenar as atividades nacionais de pesquisa relacionadas com a segurança durante grandes eventos e facilitar a implementação das disposições contidas em ferramentas relevantes da UE, incluindo os princípios estabelecidos nos manuais sobre o tema” (EU-SEC, 2008, sp.): “*Coordinating National Research Programmes on Security during Major Events in Europe*” (EU-SEC, 2004-2008), funded by the European Commission - DG Research and Technological Development, within the framework of the ERA-NET Programme, supported EU efforts concerning security during major events. The project intended to make full use of the capabilities and experience of the project partners and avoid overlapping with ongoing activities. It aimed at supporting and coordinating national research activities related to security during major events and facilitating the implementation of the provisions contained in relevant EU tools, including principles set out in handbooks on the topic” (EU-SEC, 2008, sp.). Disponível em <http://www.unicri.it/topics/major_events_security/eu_sec/>. Acesso em 27 fev. 2013.

83 “a foreseeable event that should have at least one of the following characteristics:

1. Historical, political significance of popularity;
2. Large media coverage and/or international media attendance;
3. Participation of citizens from different countries and/or possible target group;
4. Participation of VIPs and/or dignitaries;
5. High number of persons;

and poses the potential of threats and therefore may require international cooperation and assistance” (EU-SEC II, 2008, sp.).

onde estão instalados os dois coletivos estudados nesta pesquisa – podem ser enquadradas na categoria de grandes/megaeventos.

Diante da atenção e da visibilidade que estes Jogos chamam para os locais onde são realizados, muitas vezes a candidatura de uma cidade ou país visa exatamente à sua inserção, ascensão ou mesmo ao seu reconhecimento em uma escala global. Por conseguinte, após as etapas de seleção e aprovação, passam a fazer parte da agenda dos governos envolvidos preocupações com o bom funcionamento e andamento dos eventos no sentido de aproveitar a oportunidade conquistada para causar boas impressões. Sendo assim, no planejamento estratégico de segurança elaborado para a Copa de 2014, por exemplo, encontramos em alguns trechos o reconhecimento do valor dos Jogos para o país e também certa apreensão em face de possíveis erros:



O Governo brasileiro manifestou a importância da mobilização proporcionada pelo evento, considerando que Copa do Mundo é um dos eventos de maior visibilidade e número de espectadores em todo o mundo, constituindo assim uma grande oportunidade de projeção do Brasil no cenário internacional. As falhas de segurança pública, além de poderem ocasionar vítimas fatais e perdas patrimoniais, causariam enorme prejuízo à imagem do País. Decorre da necessidade de mitigar os riscos desta missão a elevada importância do presente Planejamento Estratégico de Segurança Pública (SESGE, 2012, pp. 7-8).

Tomando, então, emprestadas as palavras do secretário de Segurança do Rio de Janeiro, José Mariano Beltrame, parece que “não se pode errar quando o assunto é segurança pública” (CADERNOS FGV PROJETOS, 2012, p. 16), especialmente quando os olhos do mundo estão voltados nessa direção. Portanto, para constituir uma boa imagem do Rio Janeiro, dentre as várias ações visando a melhorias – nos âmbitos de infraestrutura, de serviços, energia, comunicação, saúde, aeroportos, etc. – é preciso também buscar estratégias capazes de produzir experiências de “segurança” em um sentido amplo do termo, minimizando, ou até extinguindo, por assim dizer, eventos criminosos, violentos ou de desordem urbana, e quaisquer outros fatores e enunciados que atuem na geração e/ou propagação de um clima de medo.

Segurança e insegurança são sentimentos que emergem da interação entre ameaças, vulnerabilidades correspondentes e, mais importante, a percepção do perigo existente que resulta da sua convergência. A segurança é, portanto, totalmente relacional e não pode ser configurada em uma ou outra quantidade⁸⁴ (BERNHARD & MARTIN em BENNETT & HAGGERTY, 2011, p. 23).

Pode parecer um argumento falacioso, tautológico ou até infértil, tentar descrever a “segurança” como a ausência de seu oposto, ou de alguma forma fundamentá-la nesta ideia. Entretanto, como já argumentamos em outro momento (CASTRO, 2008), a dificuldade em definir o que é “segurança” torna esta noção um objeto esfumaçado, viscoso, que escorrega por nossas mãos se não estiver conectado, articulado, agenciado, materializado de alguma forma (ou em alguma forma). E neste sentido, parece que a “insegurança” é capaz de deixar rastros mais visíveis, de produzir as primeiras inscrições, de onde a segurança (ou sua sensação) se constituirá. Retomando, então, as diretrizes e conceitos utilizados para a segurança de grandes eventos na Europa, podemos afirmar que: “‘Segurança’ é a ausência de ameaças potencialmente perigosas através da prevenção de sua materialização como dano empreendida pelo organizador do evento e/ou autoridade nacional”⁸⁵ (EU-SEC II, 2008, sp.); e esta é uma definição com a qual gostaríamos de trabalhar por agora.

Mais uma vez, ressaltamos que não faz parte do escopo desta tese apresentar definições ostensivas sobre qualquer termo ou noção, inclusive a de “segurança”. Contudo, acreditamos que a definição performativa acima nos ajuda a compreender o tópico que abordaremos nesta seção, especialmente por trazer nela uma ideia que se mostrou constantemente presente quando vem à tona o tema dos grandes eventos também no Rio de Janeiro.

De acordo com o documento europeu citado acima, para obtermos a sensação e/ou para produzirmos segurança, são necessárias ações que possam prevenir,

84 *“Security and insecurity are emotions emerging from the interplay between threats, corresponding vulnerabilities and, most importantly, the perception of existential danger that results from their convergence. Security is thus entirely relational and cannot be provisioned in one or another quantity.”* (BERNHARD & MARTIN em BENNETT & HAGGERTY, 2011, p. 23).

85 *“‘Security’ is the absence of potentially harmful threats through the event organiser’s and or national authority’s prevention of their materialization as harm”* (EU-SEC II, 2008, sp.).

evitar a materialização de um dano, de uma ameaça – de um perigo, acrescentamos, de um **risco**. E o mesmo pode ser observado nos documentos brasileiros acerca da segurança na Copa 2014 e nos relatos produzidos sobre as Olimpíadas 2016:

 O planejamento estratégico de segurança pública deve prever medidas de gerenciamento e resposta em caso de catástrofes naturais, distúrbios civis e quaisquer outros acontecimentos que coloquem em risco a segurança da sociedade ou do Estado (SESGE, 2012, p. 6).

(...) Outra coisa que nós temos que considerar: o nível de risco. Isso aí são análises de risco que serão feitas a partir de agora, desde uma visão mais contextual até aos pontos particulares: por instalação, por delegação, por clientes. Isso conforme o plano vai andando a gente vai demandando análises de risco específicas pra fazer as correções, pra adequar o nível de risco que pauta o plano de segurança. (...) Então, essa análise de risco não só interna, como do contexto de cada país participante, as áreas de governo com certeza vão fazer. Nós fizemos no Pan-Americano.

Participante 4 – Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016™

O risco é, portanto, algo a ser evitado, minimizado para se garantir e maximar a segurança, como se fossem ambos resultados inversamente proporcionais de fórmulas matemáticas.

De acordo com Ian Hacking (em ERICSON & DOYLE, 2003), a palavra “risco” se originou nas línguas europeias do século XVI. No início, o conceito de risco era usado para incutir prudência nas pessoas, o dever moral de agir hoje considerando o que poderia acontecer no futuro. No século XVI, a esse jeito de pensar e ser foi sobreposta a ideia de calcular a probabilidade de alguma coisa acontecer e avaliar a utilidade de agir com relação a essa probabilidade. Posteriormente, o risco passou a se constituir como um cálculo que negocia medos e danos e abrange fatos e valores. Atualmente, completa o autor, a noção se tornou central para os nossos hábitos morais econômicos, por exemplo, levando sempre em consideração acontecimentos futuros, como em investimentos, seguros, tecnologias de prevenção de perdas, etc. Se procurarmos em dicionários, insiste Hacking, por uma definição,

vamos encontrar em cada um deles diferentes nuances da ideia de risco, nas quais as palavras “perigo”, “acidente” e “tendência” descrevem umas às outras. Resumidamente, pode-se afirmar, então, que o

risco se refere a ameaças ou perigos atribuídos a pessoas, tecnologias ou natureza. Refere-se também à chance ou à probabilidade de que essas ameaças ou perigos resultem em consequências adversas para um grupo específico⁸⁶ (ERICSON & DOYLE, 2003, p.2).

Assim como apontado por David Garland (em ERICSON & DOYLE, 2003), o discurso sobre o risco e as práticas a este relacionadas têm crescido exponencialmente ao longo dos últimos trinta anos. Um fato que acreditamos estar intimamente relacionado com a proliferação e circulação deste tipo de discurso foi a sua materialização, sua tradução em expressões probabilísticas. Apesar da dificuldade que enfrentamos para defini-lo, tanto quanto à segurança e, ao mesmo tempo, apesar de estar mais referido a acontecimentos que ainda não ocorreram, o risco vem cada vez mais se materializando nesses cálculos – dos quais derivam também as materializações da segurança – nessas expressões que podem circular mais facilmente, que podem ser combinadas a outros números / avaliações / dispositivos. A essas estatísticas, a essas formas de descrever e traduzir um fenômeno, Latour (2000) dá o nome de “dispositivos de inscrição”; e nos aliamos a ele quando este afirma que tais dispositivos atuam como um importante actante que atua na composição, na inscrição de realidades específicas⁸⁷.

Voltado para o futuro, então, o risco é um efeito de seu próprio rastro no presente, a materialização de um futuro possível nos dias de hoje, apontando a necessidade de sua não atualização. Nesse sentido, empreender avaliações de risco passa a ser uma das formas de governo na atualidade, uma prática não apenas prudente, mas

86 *“risk refers to threats or dangers attributed to person, technologies, or nature. It also refers to the chance or probability that these threats or dangers will result in adverse consequences for a specified party”* (ERICSON & DOYLE, 2003, p.2).

87 Cf. Castro (2008).

em nome da qual se constitui também uma política perversa, pois que preveniria danos que só não chegam a ocorrer porque já são, de alguma forma, reais⁸⁸.

Para a candidatura do Rio de Janeiro à sede das Olimpíadas de 2016, foi elaborada uma espécie de documento no qual estão descritas as características da cidade e as ações a serem executadas para a realização do evento. No capítulo 13 deste documento, reservado ao tema da segurança, encontramos:

13.1 RISCOS GERAIS

- Baixo nível de riscos relacionados aos Jogos
- A resposta para o Tema 13 foi elaborada pelo Comitê Rio 2016 em conjunto com a SENASP, e com a colaboração da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN). Uma análise abrangente da segurança e dos riscos relacionados aos Jogos Olímpicos e Paralímpicos no Rio foi realizada por especialistas em segurança internacional e gestão de riscos em cooperação com as autoridades brasileiras, de acordo com o padrão internacional de gerenciamento de risco ISO31000⁸⁹ (RIO 2016, 2009, p. 27).

Observando o trecho acima, podemos identificar novamente a utilização de padrões internacionais como referência para o planejamento, operacionalização e gestão dos Jogos no Rio de Janeiro. Entretanto, gostaríamos de ressaltar que, desta vez, é possível articular a abordagem e a forma que o tema do risco é aí trabalhado à discussão anterior sobre suas traduções, suas performances probabilísticas. Uma situação, diagnosticada como, por exemplo, de “baixo risco”, está automaticamente e, talvez implicitamente, sendo comparada ao tal padrão internacional de probabilidades – no qual está definida também certa normalidade.

○ conhecimento do risco – da probabilidade e normalidade – é usado nas ações, e as ações realizadas realimentam o sistema de gerenciamento de risco. Além disso, porque o risco não pode ser

88 Recuperaremos essa ideia mais adiante, quando abordarmos o tema da “preempção”, na seção intitulada “Preempção e fluxo contínuo” – pág. 155.

89 “13.1 GENERAL RISKS

Low level of Games-related risks

The response to Theme 13 has been prepared by Rio 2016 and SENASP jointly, with input from the National Intelligence Agency (ABIN). A comprehensive analysis of security and related risks to the Olympic and Paralympic Games in Rio has been conducted by international security and risk management specialists in cooperation with relevant Brazilian authorities in accordance with the international risk management standard ISO31000” (RIO 2016, 2009, p. 27).

separado da moralidade, todas as ações e suas avaliações de risco estão simultaneamente sob uma descrição moral⁹⁰ (ERICSON & DOYLE, 2003, p.2).

Dentre as várias reflexões que Ericson e Doyle (2003) desenvolvem a partir da afirmação de que o “risco” está conectado a uma ou a várias ideias de “moralidade”, a questão da normalidade também aparece como um elemento ou mesmo como um efeito desta trama. Aliando-nos, então, aos autores e a alguns de seus colegas, chamamos a atenção aqui para o fato de que a normalidade comporta um posicionamento ético e político e vem, portanto, carregada com juízos de valor.

Desse modo, com relação à gestão de eventos, por exemplo, “risco baixo” é “bom”, “risco baixo” é *melhor* que “risco alto”; e é neste sentido que as ações de governo devem ser empreendidas: reconfigurar situações cujas avaliações de riscos estejam fora da normalidade para um nível que seja “bom”, “aceitável” – minimizando, portanto, as chances de dano ocorrer ou seu grau de incidência.

Assim, não é qualquer tipo de dano que vai preocupar a organização do evento, pois nem todo fato indesejável seria capaz de impactar no bom andamento dos Jogos. É preciso investigar os movimentos de produção desses padrões e níveis de avaliação de riscos, e buscar compreender a partir de que enunciados foram produzidos para que saibamos a que se referem, em que situações se aplicam, a que coletivos atendem, que valores circulam a eles conectados. Como sugere Latour (2012), é preciso levar em consideração as “questões de interesse” que norteiam esses processos.

Na área de segurança, como já mencionamos anteriormente, um tema que demanda atenção e costuma também gerar grande preocupação em eventos desse porte é o risco de atentados terroristas. Todavia, mesmo uma questão tão mobilizadora como essa, que encontra nas terríveis experiências e na circulação de suas imagens uma forte justificativa para o uso de um aparato cada vez mais

⁹⁰ “Knowledge of risk – of probability and normalcy – is used in action, and the action taken feeds back into the risk management system. Furthermore, because risk cannot be separated from morality, all actions and risk assessments of them are simultaneously under a moral description” (ERICSON & DOYLE, 2003, p.2).

intenso de segurança, algumas controvérsias se apresentam, evidenciando incertezas com relação à efetividade da vigilância/monitoramento que vem sendo empreendida.

O fato de que o sistema de vigilância mostrou-se deficiente e inviável, mesmo muito tempo após o fim dos Jogos Olímpicos de 2004, e que a segurança das Olimpíadas foi obtida principalmente por métodos militares convencionais de segurança, levanta sério ceticismo sobre a real eficiência antiterrorista de alta tecnologia de sistemas de vigilância⁹¹ (SAMATAS em BENNETT & HAGGERTY, 2011, p. 67).

Alguns autores, como Bernhard & Martin (em BENNETT & HAGGERTY, 2011), por exemplo, chegam a questionar as avaliações de risco realizadas, afirmando inclusive que, apesar do número elevado de pessoas que comparece a esse tipo de eventos, a visibilidade alcançada por um ataque terrorista nessas circunstâncias não atenderia aos propósitos que geralmente norteiam esses atentados. Segundo acreditam os autores, o modo de atuação de um ataque terrorista se desenvolve pela mobilização, pela produção de medo na execução de atividades habituais, e por isso focam nas vulnerabilidades do dia a dia. Dessa forma, o padrão dos ataques terroristas teria por alvo o cotidiano, a banalidade das práticas rotineiras e, portanto, os Jogos não se configurariam como um momento privilegiado para a ocorrência desse tipo de violência.

Assim, no meio acadêmico internacional, são inúmeras as críticas que encontramos com relação ao crescimento das práticas de vigilância/monitoramento, as quais têm nos Jogos fortes catalisadores, e aos índices de risco atrelados a essas. Samatas (em BENNETT & HAGGERTY, 2011) insiste que o uso de câmeras de vídeo, ao menos da forma como estas vêm sendo empregadas em grandes eventos, não é uma necessidade – e, assim como alguns de nossos participantes, coloca em questão as exigências nesse sentido ou a opção automática por esses dispositivos como se

91 *“The fact that the surveillance system proved to be deficient and unworkable, even long after the end of the 2004 Olympics, and that Olympics security was achieved mostly by conventional military and security methods, raises serious scepticism about the real anti-terrorist efficiency of high-tech surveillance systems”* (SAMATAS em BENNETT & HAGGERTY, 2011, p. 67).

fossem verdadeiros “salvadores da pátria”, a única prática capaz de promover a segurança, ou a prática suficientemente eficaz.

Espera-se da tecnologia que ela opere esse milagre de salvador da pátria, principalmente quando se cola e copia, ou seja, se importa de uma cidade pra outra, de um país pra outro. A tecnologia (...), via de regra, é a parte visível, material, de uma boa política de segurança (...). Então, isso é um primeiro ponto que a gente tem que considerar quando falar em tecnologia: ela tem que estar inserida numa política pública que implica homens e mulheres capacitados para tratar isso alinhado com essa política e buscando os resultados previstos na estratégia. E que se possa mensurar, e que isso se dê com transparência, pra que a sociedade possa fazer o controle social disso. E se ela fizer um bom controle e tiver resultados, se transfere sensação de segurança. E aí a tecnologia otimizou.

Participante 4 – Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016™

O que fica apontado neste trecho, portanto, com o que alguns autores concordam, é que as câmeras não são (a única) garantia de promoção de segurança, e que efeitos positivos neste sentido e/ou na diminuição de riscos podem não se concretizar se as mesmas não estiverem articuladas a outros dispositivos e práticas de gestão.

Contudo, quando as câmeras compõem sim um coletivo robusto e estão conectadas a ações de inteligência, as controvérsias, as preocupações se deslocam para os efeitos de controle que estes coletivos podem produzir:

A câmera pela câmera... ela registra e armazena. Agora o que faz a diferença é o modelo gerencial disso (...). Porque isso é um dado de inteligência, e em que medida eu trato esse dado, transformo ele numa resposta e que essa resposta tenha uma capacidade preventiva também, de inibir comportamentos... e não só dissuasória ou como mais um instrumento de investigação para apuração posterior.

Participante 4 – Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016™

É preciso questionar, então, e problematizar as escolhas, as negociações, as práticas e processos que determinam os comportamentos permitidos e os que estão sendo e que serão inibidos. Para se frequentar os locais dos jogos, por exemplo, é preciso ter uma linha de conduta adequada e seguir certos padrões de conduta estabelecidos (ELCK em BENNETT & HAGGERTY, 2011). Voltamos, dessa forma, à ideia de normalidade, ou norma, e defendemos a importância de um olhar constantemente atento ao papel desempenhado pelas câmeras de vídeo na sua definição, bem como na de comportamentos considerados perigosos ou de risco. Como afirma Hacking (1990, p. 160, 163), “o que é normal também é certo. (...) A norma pode ser o que é comum ou típico, mas nossos mais poderosos constrangimentos éticos são também chamadas de normas”⁹², e neste sentido as câmeras parecem vir adquirindo cada vez mais relevância em práticas que contribuem para o estabelecimento do que é normal, do que é certo e, por conseguinte, do que não é normal e do que não certo. Segundo Graham (2011), apesar de os critérios para definir o que é ou não normal não serem muito claros, as câmeras instantaneamente excluem aqueles que falham em se afirmar sua legitimidade enquanto cidadãos. Portanto,

é preciso examinar como investimentos substanciais em segurança e vigilância exacerbam os níveis de polarização social em cidades que já estão profundamente polarizadas, como no Rio de Janeiro, onde já se fala de rápida modernização da polícia da cidade e infraestrutura de segurança com relação à Copa do Mundo FIFA de 2014 e às Olimpíadas de 2016⁹³ (BOYLE em BENNETT & HAGGERTY, 2011, p. 182).

92 “what is normal is also all right. (...) The norm may be what is usual or typical, yet our most powerful ethical constraints are also called norms” (HACKING, 1990, p. 160, 163).

93 “one needs to examine how substantial investments in security and surveillance capabilities exacerbate levels of social polarization in cities that are already deeply polarized, such as in Rio de Janeiro where there is already talk of rapidly modernizing the city’s police and security infrastructure around the 2014 FIFA World Cup and 2016 Olympics” (BOYLE em BENNETT & HAGGERTY, 2011, p. 182)

“IMAGINA NA COPA”

O bordão “Imagina na Copa” foi concebido pelo cineasta Marcelo Feijó durante um momento de trânsito caótico na cidade do Rio de Janeiro: “Imagina este trânsito na Copa” – pensou. Inspirando-se no curta “*Shit new yorkers say*”, Marcelo transformou as peculiaridades cariocas em comédia e abusou da expressão ao escrever o roteiro de “Jeitinho Carioca”⁹⁴, um dos vídeos mais assistidos no ano de 2012 (SAIDEIRA, 2012).

Depois de cair no gosto popular, o vídeo ganhou sequências e hoje já estão disponíveis na *internet* as partes 2 e 3; há inclusive um projeto para transformar os curtas em série de televisão.

Satirizando situações rotineiras do Rio, o vídeo também expressa as preocupações de muitos com relação às mudanças pelas quais a cidade passa, ou ainda irá passar,

por conta do evento e, principalmente, os seus efeitos. Desde que os projetos e ações que visam a preparar a cidade para os Jogos tiveram início (tanto da Copa do Mundo, quanto das Olimpíadas), uma onda de debates e críticas também vem crescendo não apenas entre moradores do Rio de Janeiro, mas também na mídia, em ONGs, em meios acadêmicos, inclusive em âmbito internacional.



Fig. 03: “Keep Calm”⁹³

Fonte: Hypheness

Disponível em: <<http://migre.me/DBGUH>>.

94 <<http://www.youtube.com/watch?v=pE444bnTzjg>>.

95 Adaptada da expressão **Keep Calm and Carry On** (“Tenha calma e siga em frente”, em tradução livre) – cartaz motivacional, de criador desconhecido, produzido pelo Governo do Reino Unido em 1939, durante o início da Segunda Guerra Mundial, para ser usado somente se os alemães conseguissem invadir a Grã-Bretanha. O cartaz foi distribuído apenas em número limitado, portanto não ficou muito conhecido na época. Em 2000, um exemplar deste cartaz foi redescoberto em um sebo na Inglaterra. A criação agora está em domínio público e tem sido reproduzida por várias empresas, utilizada como tema decorativo para diferentes produtos (Fonte: <<http://pt.wikipedia.org>>) e, além disso, encontramos-la várias vezes associada a diversas outras expressões de grande popularidade (“Imagina na Copa”, por exemplo), com vistas a uma propagação ainda maior, em uma espécie de paródia.

As Olimpíadas contemporâneas são a sociedade com esteroides. Elas exageram as tendências mais amplas. Longe dos seus ideais nocionais ou fundadores, esses eventos dramaticamente incorporam mudanças em todo o mundo: rápido aumento das desigualdades, crescente poder corporativo, o aumento do complexo de segurança nacional, e a mudança para estilos muito mais autoritários de governo totalmente obcecados pelo olhar global e prestígio de espetáculos midiáticos⁹⁶ (GRAHAM, 2012, sp.).

Dentre os vários temas de discussão suscitados pelas transformações realizadas na cidade e no país para os Jogos – como impactos ambientais, sistemas de transporte, planejamento urbano – a questão das “exclusões” de algumas parcelas da população tem chamado bastante atenção (MOLNAR & SNIDER em BENNETT & HAGGERTY, 2011) e mobilizado um grande número de actantes / coletivos, que começam a se insurgir contra essas iniciativas.

As favelas, um dos cenários a respeito do qual as controvérsias se acirram, frequentemente aparecem na mídia não apenas quando o assunto é segurança mas também em relação questões como moradia e “patrimônio histórico-cultural”:

Os Comitês Populares da Copa afirmam que em 21 vilas e favelas de sete cidades que irão sediar a Copa do Mundo, o Estado está aplicando “estratégias de guerra e perseguição, como a marcação de casas com tinta sem explicações, a invasão de domicílios sem mandados judiciais, a apropriação indevida e destruição de imóveis”, bem como ameaças e corte de serviços e outros atos de intimidação. As obras para o Mundial facilitam uma espécie de “limpeza social”, impulsionada pela especulação e desalojamento de famílias que ali vivem há quatro ou cinco décadas⁹⁷ (ZIBECHI, 2012, sp.).

96 *“Contemporary Olympics are society on steroids. They exaggerate wider trends. Far removed from their notional or founding ideals, these events dramatically embody changes in the wider world: fast-increasing inequality, growing corporate power, the rise of the homeland security complex, and the shift toward much more authoritarian styles of governance utterly obsessed by the global gaze and prestige of media spectacles”* (GRAHAM, 2012, sp.).

97 *“Los Comités Populares de la Copa afirman que en 21 villas y favelas de siete ciudades que serán sedes del Mundial, el Estado está aplicando “estrategias de guerra y persecución, como el marcado de casas con tinta sin explicaciones, la invasión de domicilios sin mandatos judiciales, la apropiación indebida y destrucción de inmuebles”, además de amenazas y corte de los servicios y otras acciones de intimidación. Las obras para el Mundial facilitan una suerte de “limpieza social” impulsada por la especulación y desplaza familias que habitan predios desde hace cuatro y cinco décadas”* (ZIBECHI, 2012, sp.).

Mais de um século depois de sua criação, [a comunidade da] Providência ainda carrega a marca cultural e física de seus primeiros moradores. Mas agora ele está ameaçado de destruição em nome de melhorias Olímpicas: quase um terço da comunidade está para ser arrasada, um movimento que inevitavelmente desestabilizará o que sobrou dele⁹⁸ (WILLIAMSON & HORA, 2012, sp.).

De acordo, então, com a análise desses teóricos e jornalistas, em nome dos grandes eventos, os problemas e questões das cidades-sede estão sendo varridos para debaixo do tapete, estão sendo tirados de cena e colocados nas coxias, livrando-as de qualquer mazela visível. Novos desenhos dessas cidades estão sendo pensados, novas imagens estão sendo produzidas, novas forma de governo vêm sendo empreendidas, sempre no sentido de maximar os aspectos positivos, e de tornar os negativos sem efeito direto sobre a realização dos Jogos.

A prefeitura do Rio de Janeiro ganhou na Justiça o direito de obrigar o Google a retirar as favelas do Rio de Janeiro dos mapas que o site disponibiliza na internet. (...) O pedido foi feito depois da constatação de que o Google Maps incluiu, no mapa do Rio, cerca de 600 favelas, mas não mostra bairros pequenos e alguns pontos turísticos. As comunidades têm mais destaque do que os bairros de classe média. (...) Os erros são grosseiros. No bairro do Cosme Velho, por exemplo, a favela da Vila da Imaculada Conceição tem mais destaque do que o bondinho para o Cristo Redentor, que quase não aparecia (NOTÍCIAS, 2011, sp.).

Todavia, não somente as favelas figuram como cenários desses embates. As melhorias em infraestrutura e também em segurança tem aumentado o custo de vida de um modo geral na cidade do Rio do Janeiro e, especialmente, em algumas áreas.

Relatório⁹⁹ divulgado hoje (18 [de abril de 2012]) reforça a leitura de que a Copa de 2014 e a Olimpíada de 2016 servirão para

98 *“Over a century after its creation, Providência still bears the cultural and physical imprint of its initial residents. But now it is threatened with destruction in the name of Olympic improvements: almost a third of the community is to be razed, a move that will inevitably destabilize what’s left of it”* (WILLIAMSON & HORA, 2012, sp.).

99 O trecho faz referência ao dossiê “Megaeventos e violações dos direitos humanos no Rio de Janeiro”, elaborado pelo Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro.

criar um Rio de Janeiro excludente, com remoção de famílias, criação de bairros exclusivamente turísticos e de classe alta, infraestrutura concentrada e sem acesso da população aos eventos esportivos (PERES, 2012, sp.).

O clima de euforia com a perspectiva da vinda de pelo menos dois megaeventos à cidade do Rio de Janeiro – a Copa do Mundo em 2014 e as Olimpíadas em 2016 – tem motivado uma enorme especulação imobiliária, expulsando gradativamente os moradores da cidade para bairros cada vez mais distantes. Numa cidade já conhecida por suas alarmantes diferenças sociais, cujos pontos turísticos mais conhecidos se localizam na área entre a Zona Sul e o Centro, (...) um projeto de revitalização deveria ter como prioridade o fornecimento de estrutura necessária para os moradores que nela vivem. Isso seria o mínimo (NIN, 2011, sp.).

E neste sentido os movimentos contrários às intervenções realizadas vêm questionando o direito dos cidadãos cariocas aos territórios da cidade (COLETIVO BAOBÁ VOADOR, 2011), apontando possíveis exclusões pela supervalorização do turista em detrimento dos primeiros. A preocupação com o tipo de legado a ser deixado na cidade e a que grupos este se destina indica também uma demanda por ações mais transparentes e políticas mais democráticas

“Assim, pode-se perguntar se a Copa do Mundo e as Olimpíadas terão como legado uma cidade mais justa, com melhores equipamentos de saúde, educação e esportes, especialmente para a população mais carente, ou se esse legado será representado por mais policiamento, mais vigilância, mais repressão e mais lucros para empresas que não pagarão impostos?”, questiona o dossiê, sugerindo que haja uma abertura ao debate público (PERES, 2012, sp.).

Do outro lado dessa controvérsia, estão os governantes, os representantes do poder público como, por exemplo, o então subsecretário de Estado de Modernização Tecnológica de Segurança Pública do Rio de Janeiro, Edval Novaes, que defende a importância dessas transformações para o desenvolvimento da cidade e, ao mesmo tempo, afirma:

todos esses projetos que estão sendo desenvolvidos no Rio de Janeiro são, prioritariamente, para a população fluminense. Não

estamos trabalhando exclusivamente para os grandes eventos, mas sim para a população do Estado do Rio de Janeiro (CADERNOS FGV PROJETOS, 2012, p. 30).

Em meio a esse clima de acusações, críticas e debates, surgiu uma iniciativa que também se preocupa com a situação e a imagem do Brasil em 2014, e que passando a fazer parte dessa trama, propõe-se a imaginar como estarão as cidades durante os eventos. Entretanto, a postura desse coletivo se diferencia daquelas que viemos mencionando até agora. A ideia do projeto curiosamente chamado “Imagina na Copa” é, afastando-se um pouco desse campo de batalhas, munir-se de um fôlego otimista, pensar num futuro desejado pelos/para os brasileiros e buscar torná-lo realidade.

Nós acreditamos que o Brasil pode sair campeão dessa Copa. E isso vai além do futebol. É a hora de a gente aproveitar esse momento para mudar nosso país pra melhor. Em vez de usar “imagina na Copa” para reclamar do que está errado, vamos usar “imagina na Copa” para nos unir e fazer dar certo! (...) O Imagina na Copa é uma força-tarefa para promover uma virada para o Brasil até 2014. (...) Essa virada começa com uma mudança de atitude. Vai da própria inversão de sentido da frase “imagina na Copa” até a virada da nossa própria atitude em relação ao país. Vamos focar menos em “a culpa de quem?” e mais em “a responsa[bilidade] é minha também!” (...) Optamos por falar com uma geração da qual nós mesmos fazemos parte – com essa juventude que está despertando para a busca de um significado maior para sua atuação no dia a dia, que acredita que pode fazer a diferença, que busca o novo e pede por mudança (IMAGINA NA COPA. Disponível em: <<http://imaginanacopa.com.br>>. Acesso em 09 mar. 2013.).

Dessa forma, tendo como proposta uma espécie de mobilização por contágio (ver fig. 04), o projeto pretende colocar a mão na massa e “fazer a diferença”, mesmo que por meio de pequenas ações.

Outros exemplos interessantes, que também valem ser citados aqui, são algumas capturas feitas, algumas apropriações desse tema ou dessa discussão por empresas que visam a promover suas marcas e/ou vender seus produtos. Aproveitando o uso incessante da expressão “Imagina na Copa”, a cervejaria **Brahma** resolveu criar uma campanha otimista, acrescentando logo em seguida a frase “**Imagina a**

COMO FUNCIONA O IMAGINA NA COPA? FASE 1

AQUECIMENTO

JOÃO, 26
JOÃO ADORA ANDAR DE BIKE. ELE PARTICIPA DE UM PROJETO QUE AJUDA PESSOAS A COMEÇAREM A USAR A BICICLETA COMO MEIO DE TRANSPORTE NO DIA A DIA, O QUE MELHORA O TRÂNSITO DA SUA CIDADE.

REUNIÃO
A HISTÓRIA DO JOÃO CHEGA AO IMAGINA NA COPA POR INDICAÇÃO OU POR PESQUISA. A EQUIPE DO IMAGINA ENTRA EM CONTATO COM ELE PARA CONHECER MAIS SOBRE A INICIATIVA E SOBRE A PARTICIPAÇÃO DELE NO PROJETO.

A HISTÓRIA
JOÃO CONTA SUA PRÓPRIA HISTÓRIA NO SITE DO IMAGINA. TODO MUNDO QUE GOSTAR PODE ENTRAR EM CONTATO COM ELE E PARTICIPAR TAMBÉM.

TREINO

PEDRO, 22
QUER FAZER ALGUMA COISA PARA AJUDAR SUA COMUNIDADE E SEU PAÍS, MAS NÃO SABE POR ONDE COMEÇAR.

INSPIRADO
PEDRO VÊ A HISTÓRIA DO JOÃO, ACHA SUPER BACANA E FICA ANIMADO PARA FAZER A SUA PARTE. OPAI A OFICINA DO IMAGINA VAI PASSAR PELA CIDADE DO PEDRO NO PRÓXIMO MÊS!

OFICINAS!
OFICINAS!
OFICINAS!

OFICINAS
PEDRO PARTICIPA DE UMA DAS OFICINAS, DESENVOLVE MELHOR SUAS IDEIAS E CONHECE OUTRAS PESSOAS QUE TAMBÉM ESTÃO A FIM DE FAZER ALGUMA COISA LEGAL.

EM CAMPO

CONTÁGIO
AS HISTÓRIAS DE MUITOS JOVENS COMO A DO JOÃO INSPIRAM MUITOS PEDROS, MARIAS, JOSÉS... ELES SENTEM VONTADE DE ATUAR, PARTICIPAM DAS OFICINAS E COMEÇAM A IMPACTAR CADA UM A SUA REGIÃO, BAIRRO, CIDADE ONDE MORAM.

MAIS PROJETOS PELO BRASIL
AS INICIATIVAS COMO A DO JOÃO, QUE TINHAM ALCANCE RESTRITO, ESPALHAM-SE PARA VÁRIAS PESSOAS, EM VÁRIOS LUGARES.

FORMA-SE UMA GRANDE REDE DE JOVENS COM PEQUENOS PROJETOS QUE TEM O PODER DE TRANSFORMAR A VIDA DE VÁRIAS PESSOAS, CIDADES E, QUEM SABE, O NOSSO PAÍS.

PARECE BOM? IMAGINA NA COPA.
WWW.IMAGINACOPA.COM.BR

Fig. 04: “Imagina na Copa”

Fonte: Hypheness

Disponível em: <<http://migre.me/dBGUH>>.

feita”¹⁰⁰. A fabricante de refrigerantes Coca-Cola, por sua vez, patrocinadora oficial o evento, vem sem empenhando em fazer da Copa do Mundo da FIFA™ “a Copa de Todo Mundo” – frase que se tornou seu *slogan* atual¹⁰¹.

Tecidas essas breves considerações sobre os grandes eventos a serem realizados no Rio de Janeiro e algumas de suas ressonâncias, pode-se perceber que este é um tema que envolve muitos e heterogêneos actantes, cujas ações vão sendo negociadas e/ou compartilhadas entre órgãos e empresas internacionais, poder público brasileiro, empresas privadas, organizações populares, etc. Cada um deles afirma querer o melhor para a cidade, identificando nestes Jogos uma oportunidade para mudanças positivas, não só na área de segurança.

As transformações já estão acontecendo, os embates também, e aos poucos se vai produzindo um novo Rio de Janeiro. Reforçamos, contudo que, infelizmente não temos o tempo necessário e dedicar-nos ao tema com mais profundidade seria desviar do foco desta tese. De qualquer forma, fez-se necessária essa breve

100 Ver “Brahma cria campanha otimista baseada na expressão ‘Imagina na Copa’”. Disponível em <<http://www.brainstorm9.com.br/31642/advertising/brhma-cria-campanha-otimista-baseada-na-expressao-imagina-na-copa/>>. Acesso em 21 abr. 2013.

101 Cf. <<http://futebol.cocacola.com.br/campanha.html>>.

exposição sobre os grandes eventos para compreendermos que conexões têm atuado na produção dos coletivos que aqui estudamos e que associações existem entre os Jogos e as formas de governo performadas pelas práticas desses coletivos.

PRIMEIRA ÁRIA

“Segurança é a prioridade do Governo do Estado. E a população já está percebendo a diferença: novos projetos, investimentos e parcerias vêm melhorando o dia a dia do cidadão. E o trabalho não para...”

Bem no coração da cidade maravilhosa, entre o Sambódromo e a estação Praça Onze, estão sendo construídas as instalações do Centro Integrado de Comando e Controle, que representará um avanço sem igual no conceito de segurança para o Estado do Rio de Janeiro. Serão mais de 10350m² de área construída, onde trabalharão mais de mil pessoas, que se revezarão em quatro turnos de seis horas.

Hoje, a Polícia Militar possui separadamente dois centros de controle: o Serviço de Atendimento à Emergência 190 e o Centro de Videomonitoramento. Esses dois passarão a atuar juntos no Centro Integrado de Comando e Controle, melhorando assim o atendimento às demandas sociais do dia a dia. O Centro também prevê a integração de outras forças de defesa social, como, por exemplo, a Polícia Civil, o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), o Corpo de Bombeiros, a CET-Rio, a Polícia Rodoviária Federal, a Guarda Municipal, a Defesa Civil Estadual e a Defesa Civil Municipal. Na nova instalação, os serviços desses órgãos trabalharão integrados, garantindo a máxima operacionalidade, segurança e rapidez no atendimento à população.

Para uma plena articulação de todas essas forças, o Centro Integrado de Comando e Controle contará com os seguintes serviços: serviço de atendimento a emergências, videomonitoramento, despachos de meios, inteligência, gerenciamento de crises, unidade móvel de comando e controle, interface com a imprensa, treinamento, gerenciamento técnico administrativo, heliponto. O Centro terá também uma sala para gestão de crises para o acompanhamento de grandes eventos, garantindo agilidade na resposta diante de qualquer necessidade.

Nos próximos anos, o Rio de Janeiro vai ser a sede de grandes eventos que causarão impactos na vida da cidade e repercutirão pelos quatro cantos do planeta: a Jornada Mundial da Juventude, A Copa das Confederações e, o maior deles, os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016. A cidade também abrigará algumas partidas e a grande final da Copa do Mundo de 2014. Esses acontecimentos representarão um verdadeiro desafio em termos de segurança.

Todos queremos alegria, tranquilidade e paz! Com o Centro Integrado de Comando e Controle, a população do Rio de Janeiro vai se sentir mais segura, tanto no dia a dia como nos grandes eventos que virão por aí.

Governo do Rio de Janeiro. Somando forças” (SESEG, 2012).

COMEÇANDO O DESENHO

Desde que demos início à pesquisa de campo no Rio de Janeiro para esta tese, no segundo semestre do ano de 2009, viemos seguindo os rastros, as associações que conectam as câmeras de vídeo às ações de combate e prevenção do crime e da violência empreendidas pelas forças policiais da cidade, devido à visibilidade que essas conexões apresentam e também a algumas questões apontadas em uma pesquisa anterior por nós desenvolvida (CASTRO, 2008).

Nossos primeiros passos aqui foram buscar compreender o funcionamento, a dinâmica do coletivo que essas câmeras compõem, e neste sentido os grupos que serviram como porta de entrada para a investigação foram policiais militares (PMERJ) e representantes da Secretaria de Estado de Segurança do Rio de Janeiro (SESEG/RJ), a qual a PMERJ está vinculada, mas não subordinada.

Como já mencionado, de acordo com Cardoso (2010), as práticas de monitoramento urbano no Rio de Janeiro realizadas pela SESEG/RJ tiveram início em junho de 2005. E como um fator que contribuiu fortemente para adoção dessa política na cidade, alguns participantes apontam a possibilidade que as câmeras têm de “substituir” a vigilância humana, ou melhor, de agir agenciada aos olhos humanos, melhorando o seu alcance:

O que gerou isso? Falta de pessoal. Por quê? Eu não posso ter em cada esquina um policial. Mas posso ter em cada esquina uma câmera. Onde um policial só, treinado, pode assistir de doze a vinte imagens. Certo? Então, a escassez de recursos humanos me levou a... levou os dirigentes a buscar tecnologia para superar essa deficiência. Ok?

Participante 1 – SESEG/RJ

Se você tem monitoramento, (...) você diminui inclusive a necessidade de aplicação de efetivo. (...) Investimento nesses recursos diminui a necessidade de homens.

Participante 9 – SESEG/RJ

As câmeras foram instaladas em pontos estratégicos seguindo, em um primeiro momento, as sugestões dos comandantes de unidades da PMERJ. Com o passar do tempo, afirma o Participante 1, evoluiu-se para alguns critérios mais objetivos, como índices criminais, população residente e flutuante, presença de escolas e hospitais e também vias de acesso. No ano de 2010, as instalações da SESEG/RJ totalizavam duzentas e sessenta e quatro (264) câmeras de vídeo sob sua responsabilidade, distribuídas pela

capital e região metropolitana. Tem Baixada Fluminense, tem São Gonçalo, tem Niterói, tem em Copacabana, tem no Leblon, tem em Caxias, certo? Todos os batalhões da capital têm câmeras. Todos os batalhões da capital e ao redor... que a gente chama de região metropolitana, que é a Baixada Fluminense, São Gonçalo e Niterói. Eu não vou te dar o endereço das câmeras, logicamente, mas vocês vão poder ver, não tem problema nenhum.

Participante 1 – SESEG/RJ

Pode-se perceber pelo relato do Participante 1 que a localização exata dessas câmeras não é divulgada deliberadamente:

Na verdade, é um pouco de Foucault. Do panóptico lá... ver sem ser visto. É criar aquela sensação de que em qualquer lugar tem uma câmera. Se as pessoas virem, tá tudo tranquilo. Mas eu dizer onde está... eu prefiro não fazer. Eu vou nessa linha do... não é punir e vigiar. Mas é vigiar, e punir quando precisa (risos).

Participante 1 – SESEG/RJ

A fala acima conecta as práticas que envolvem as câmeras de vídeo utilizadas pela SESEG/RJ a um conceito de destaque na obra do filósofo francês Michel Foucault (1926-84) – uma das referências mais importantes nos estudos sobre vigilância.

Na tentativa de traçar uma “história dos diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tornaram-se sujeitos” (FOUCAULT, 1995, p. 231), Foucault explorou em suas análises várias formas de exercício e expressão do poder – este inerente a todas as sociedades, segundo o autor – contribuindo assim para a

tessitura de um arcabouço teórico extremamente relevante para se compreender a atualidade.

A vigilância enquanto “procedimento de poder” (FOUCAULT, 1995, p. 241) foi amplamente trabalhada pelo autor, em sua obra *Vigiar e Punir*, do ano de 1975 – à qual o Participante 1 faz referência no trecho acima. Na mencionada obra, pode-se citar como destaque suas interpretações feitas a partir do modelo arquitetônico do Panóptico (figs. 05 e 06), criado por Jeremy Bentham, para pensar as relações de poder nas sociedades capitalistas modernas (FOUCAULT, 2010)¹⁰². O Panóptico como estrutura de vigilância permitia que, de um ponto central, fosse possível observar todas as celas do conjunto, distribuídas ao redor, sem que “o olho que tudo vê” pudesse ser observado de volta, criando, assim, uma dissociação entre o “par ver-ser visto” (FOUCAULT, 2010, p. 191). Essa dinâmica, de acordo com o autor, garantiria o controle e a regulação das relações sociais em uma nova escala, em uma escala macro, por assim dizer, pois seria capaz de induzir nos sujeitos um “estado consciente e permanente de visibilidade” (FOUCAULT, 2010, p. 191).

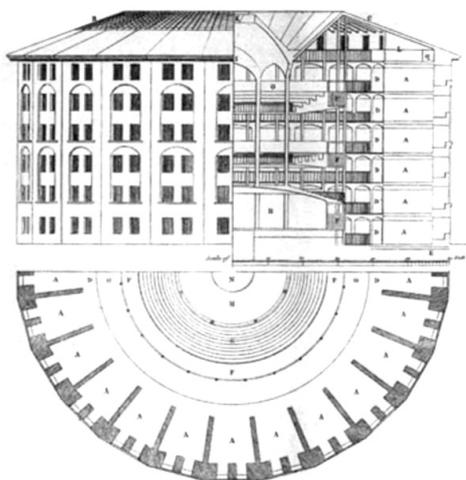


Fig. 05: “Panóptico”

Fonte: Catarse Dionísica

Disponível em <<http://migre.me/dlZxh>>



Fig. 06: “Panoptico – olio su tela”

Fonte: Luca Matti

Disponível em <<http://migre.me/dlZJL>>

¹⁰² Apesar de referência importante, há atualmente muitas críticas e/ou revisões ao conceito do Panóptico desenvolvido por Foucault, as quais apontam alguns “limites” de sua teoria. Entre elas, podemos citar alguns trabalhos desenvolvidos a partir da ideia de “Sociedade de Controle”, de Deleuze – cuja obra inspira também a noção de “*Surveillant Assemblage*”, de Kevin D. Haggerty & Richard V. Ericson – bem como o conceito de “Sinóptico”, formulado por Thomas Mathiesen. Para uma discussão mais ampla sobre as teorias do Panóptico e “Pós-panópticas”, ver SURVEILLANCE & SOCIETY. *Foucault and Panopticism Revisited*, 1 (3): 2003.

O poder se torna “visível e inverificável” (FOUCAULT, 2010, p. 191) e, dessa forma, potencializa-se através da disciplina. Uma disciplina que não é apenas de constrangimento e de contenção, mas que visa também ao aumento da utilidade dos sujeitos e da produção de corpos dóceis.

De acordo com o que Foucault (2010) defende, o poder na sociedade disciplinar se vê aperfeiçoado em seu exercício, pois é mais econômico – exige menos material, pessoal e tempo. Além disso, seu mecanismo se torna automático e de funcionamento contínuo – o que também é sugerido pelo Participante 1. Isso porque o sujeito “nunca deve saber se está sendo observado; mas deve ter certeza de que sempre pode sê-lo” (FOUCAULT, 2010, p. 191). Dessa forma, uma política de vigilância/monitoramento que segue princípios de discrição e sigilo parece potencializar as ações das câmeras no sentido de um controle disciplinar tal como proposto por Foucault e defendido pelo Participante 1.

Todavia, ao longo de nossas incursões a campo, obtivemos êxito em localizar algumas das câmeras instaladas no Santa Marta, por exemplo, o que nos fez suspeitar que, em algumas situações, o primado da discrição possa ser deixado de lado. Em nossas observações, pudemos perceber que, especialmente as câmeras instaladas em pontos de atração turística do morro, eram extremamente visíveis, quase impossíveis de não serem notadas. Talvez porque, nesses casos, as câmeras se configurem como a expressão material de uma política de combate e prevenção a práticas criminosas, ou seja, o actante cuja presença indicaria que algo está sendo feito com relação à segurança (NORRIS, MCCAILL & WOOD, 2004). Como constatamos em pesquisa anterior (CASTRO, 2008), ao notarem presença de uma câmera de vídeo em um determinado ambiente, ou simplesmente ao serem informados sobre tal, alguns sujeitos relatam certo aumento na sensação de segurança que experimentam naquele ambiente.

Neste sentido, parece-nos que a SESEG/RJ, com relação ao uso das câmeras de vídeo, desenvolve uma política que mistura práticas distintas – a da discrição e a da visibilidade – que em diferentes situações, e de formas específicas, objetivam produzir uma maior eficácia e também um ganho com relação à sensação de segurança. É com relação a essa sensação que encontramos algumas falas

apontando os resultados positivos que foram produzidos como efeito das instalações de câmeras:

O que eu vejo que mudou é que, nas localidades onde as câmeras estão instaladas, a gente tem conseguido criar uma sensação de segurança mais efetiva. Porque as pessoas, vamos dizer assim, percebem que o comportamento ali ao redor daquelas câmeras... as pessoas já se sentem mais, vamos dizer assim... é... vigiadas, mas mais tranquilas, não é?! Porque tem ali um dispositivo de vigilância, e isso traz para as pessoas uma sensação de segurança que é razoável nesse contexto.

Participante 1 – SESEG/RJ

Articulado, então, a esse tipo de enunciado que apresenta relatos positivos, o uso das câmeras de vídeo vem se tornando uma prática cada vez mais e presente e robusta no Rio de Janeiro. No ano de 2007, impulsionada pela realização dos Jogos Pan-Americanos na cidade, a SENASP reestruturou o Centro de Comando e Controle (CCC) da SESEG/RJ implantado em 2005 – para onde convergem as imagens de todas as câmeras utilizadas pela secretaria e onde também é feita sua supervisão¹⁰³.

De acordo com o que afirmou o Participante 1 em nossos primeiros movimentos em campo, mais exatamente no segundo semestre de 2010, além da materialidade do CCC, o coletivo também comporta centros de monitoramento locais – um em cada batalhão de polícia militar (totalizando vinte e seis) – os quais possuem, em média, dez câmeras cada. Para a instalação desses dispositivos, bem como sua manutenção, a SESEG/RJ conta com o envolvimento de uma empresa privada, contratada por meio de licitação. A CET-Rio também integra este coletivo, disponibilizando as suas imagens, que são monitoradas junto com as demais no CCC – sem que seja possível, porém, operar as câmeras pelo Centro.

Para o ano de 2013, um novo salto está sendo planejado para a política de vigilância/monitoramento no Rio de Janeiro, cujo marco será a inauguração do

103 Para uma descrição detalhada sobre o atual “Centro de Comando em Controle” da SESEG/RJ, ver Cardoso (2010, 2012).

Centro *Integrado* de Comando e Controle (CICC). Pela transformação sociotécnica que representa e pela visibilidade que adquiriu mesmo antes de entrar em funcionamento, escolhemos este projeto para nos dedicar durante a presente pesquisa. Entretanto, tal escolha foi feita ainda durante o ano de 2010, quando o novo Centro estava previsto para inaugurar, segundo nos informou em entrevista o Participante 3, em julho de 2011, de maneira que haveria tempo suficiente para acompanhar sua dinâmica de produção e os primeiros movimentos buscando estabilização, e apresentá-los nesta tese.

Após quase dois anos de atraso, parece que finalmente o CICC ficará pronto. Contudo a demora na inauguração, em especial, comprometeu o plano inicial de nossa pesquisa. Além disso, alguns outros obstáculos também nos desviaram como, por exemplo, a dificuldade que enfrentamos para encontrar uma boa porta de entrada, uma porta que nos permitisse acompanhar de perto as associações em sua gênese. Foram necessárias muitas tentativas, negociações e insistências durante esses dois anos até que conseguíssemos estabelecer uma relação de confiança forte o suficiente para nos garantir um *salvo-conduto* tal como almejávamos. Nesse percurso, os assessores de comunicação dos órgãos se mostraram como actantes importantes, de cujas atuações dependiam fortemente o nosso sucesso. Burocracia, organização hierarquizada, troca de pessoas de postos e, por vezes, má-comunicação e também ineficiência retardaram bastante o nosso progresso.

Desta forma, a descrição que compõe esse capítulo deve ser considerada segundo o momento de transição ao longo do qual foi produzida. Entre o CCC e o CICC, entre o atual quase superado e o novo, no meio de caminho, circulamos por entre os dois centros em uma espécie de mistura espacial e temporal, buscando seguir o desmantelamento, as transformações e a criação de novas conexões.

ALGUNS EMBATES JÁ TRAVADOS

Todo projeto, todo processo de modernização, por si só, gera controvérsias.

Participante 5 – Polícia Militar

Apesar de constituir uma prática bem sucedida, no sentido de que alguns resultados positivos começam a circular com mais força e de que há um projeto de expansão articulado em vias de ser concluído, a presença das câmeras de vídeo na cidade do Rio de Janeiro, em especial sua utilização pela Secretaria de Segurança, já comportou ou ainda comporta algumas questões em seu percurso. Acreditamos que explorar essas questões possa nos ajudar a compreender não só a trajetória dessa política na referida cidade, como também alguns temas e controvérsias que possivelmente irão perdurar ou ressurgir na dinâmica do novo centro.

Uma primeira questão que vale ser mencionada apareceu nesta pesquisa menos como uma controvérsia, e mais como um desafio às práticas de videomonitoramento no Rio de Janeiro, a partir do relato um dos participantes quando este mencionava os pontos positivos e negativos dessa política, em uma espécie de balanço atual da iniciativa:

Positivo é que, se tiver investimento, eu posso aumentar indefinidamente o número de câmeras. Certo? Ponto negativo é não ter uma legislação específica. Eu acho um risco. Porque pode ter uma pessoa que não é bem intencionada e use isso aí para outras coisas. Esses são os dois pontos principais para mim. É eu poder aumentar o quanto eu precisar, e eu não ter o limite da lei.

Participante 1 – SESEG/RJ

A inconsistência em nossas legislações nacionais, estaduais e municipais com relação ao tema já foi apontada por autores como Kanashiro (2006, 2008) e Cardoso (2010) em seus trabalhos. E neste sentido o mesmo entrevistado elenca uma lista de questões e efeitos problemáticos que podem derivar disso:

Especificamente com relações às câmeras... É um assunto muito novo. O Brasil ainda não possui maturidade em videomonitoramento, porque não há legislação específica. As coisas ainda estão muito no empirismo. (...) O que a gente começou a fazer aqui na Superintendência [de Comando e Controle]? (...). Vou fazer benchmarking, fomos ver onde existia isso no Brasil, fomos começar a buscar conhecimento pra criar contexto do Rio de Janeiro. E aí, nós fomos descobrir que não havia expertise no Brasil desse assunto, fomos descobrir também que não há legislação específica. O que mais se aproxima de legislação de videomonitoramento diz respeito a banco. Uma legislação antiga, que fala em vigilância bancária e só. E a gente tava tentando fazer um lobby aí pra que os legisladores se preocupem com isso. Porque, na verdade, qual o nosso limite de ver as pessoas? Não tem, não tem um limite. Eu tenho por ética alguns padrões de comportamento, mas são pessoais. Então, tem coisas que eu acho que não devo fazer e não faço, não autorizo que façam. A gente organiza pra isso. Agora, qual é o limite da lei? Onde é que eu vou ser arbitrário na minha investida? Onde é que tá a chamada privacidade? Na via pública tem ou só tem dentro de casa? Como é que funciona isso? Como é que a sociedade vai assistir essa nossa investida com olhos eletrônicos? Então, a gente precisa disso. Então, hoje, tá no tempo da moralidade. Eu acho que eu não devo fazer, não faço, mas não tem nada que me impeça, porque não tem legislação específica. Então, o que não é proibido, é permitido. Não é verdade? Nós logicamente usamos essa nossa tecnologia para o bem das pessoas, né? Mas de boa intenção o inferno tá cheio. A minha boa intenção pode, pra vocês, não ser tão boa assim. Então, a gente tem que ter um limite. E qual é o limite? É o limite da lei... que a sociedade elege pessoas, pra dizer "olha, nós queremos assim", e assim será feito. Esse é um risco grande hoje, né? Porque a gente não tem um parâmetro, não tem lá o "oh, daqui até aqui você pode, pra fora não pode". Muito bem. Aí, a gente vai seguindo.

Participante 1 – SESEG/RJ

A queixa do participante, presente também em outros relatos, nos indica uma importante questão na atualidade, que diz respeito aos limites da vigilância eletrônica. Por constituir uma inovação, segundo o primeiro – ou um “objeto quente”, nas palavras de Latour (Em DOSSE, 2003) – seus rápidos avanços e reconfigurações deixam para trás, defasado, nosso sistema legislativo, cuja dinâmica funciona em uma velocidade bem distinta. Vimos no trecho quase que um apelo para que se estabeleça uma fronteira, para que seja esmiuçado aquilo que é

permitido e aquilo que é proibido, para que a videovigilância deixe de funcionar pelas brechas, seguindo princípios morais de um pequeno coletivo, e tenha estabelecida uma lei específica que a regule. De qualquer forma, prossegue o participante, a postura ético-moral que a SESEG/RJ vem adotando não teria enfrentado, ao menos até o momento, uma resistência, ou mesmo uma oposição.

Logicamente que, até o momento, nós não tivemos nenhuma ação da sociedade contra o nosso trabalho. Até porque a gente procura fazer bem. Nós fazemos o melhor, da melhor forma, nós procuramos fazer o melhor possível. E até agora não tivemos nenhum problema. Mas quem nos garante que amanhã não teremos? Alguém chega lá “oh, me senti invadido”, entendeu? Eu não sei qual é o espaço que realmente eu posso ocupar dentro desse cenário social.

Participante 1 – SESEG/RJ

Concordamos que esta seja realmente uma questão importante com relação ao uso das câmeras de vídeo no cotidiano do Rio de Janeiro, especialmente pelos efeitos que pode produzir; e neste sentido, contrariando, porém, o que afirma o participante, identificamos sim alguns movimentos de oposição a essas práticas por conta de sua falta de limites ou por receio de que estes limites ultrapassassem um nível aceitável para quem está sob o olhar da vigilância/monitoramento.

Como já mencionamos anteriormente, mesmo que de forma breve, em algumas favelas, algumas comunidades da cidade, foram instaladas câmeras de vídeo pela SESEG/RJ após o processo de “pacificação”, de retomada pelo Estado de seus territórios – que estavam sendo ocupados por bandidos – o qual normalmente culmina com a inauguração de uma Unidade de Polícia Pacificadora (UPP).

(...) As UPPs são áreas em que você pode testar novas tecnologias. Pra você ver se aquela tecnologia... é viável o seu emprego ou se é eficaz para toda a polícia. Então o Santa Marta é uma área muito pequena, então nós instalamos câmeras ali com vistas à ampliação, a partir dos resultados obtidos ali, para todas as outras áreas dos batalhões.

Participante 5 – Polícia Militar

Especificamente no Santa Marta, pudemos acompanhar as controvérsias geradas pela presença de tais dispositivos. O primeiro motivo de embate talvez tenha sido a falta de diálogo, a instalação das câmeras sem a comunicação prévia do fato à comunidade.

Foi criado um grupo de debate Santa Marta para discutir os problemas da comunidade. Criamos esse grupo após comunicado pela imprensa sobre as câmeras de vigilância, depois do primeiro encontro foi visto que muita coisa estava acontecendo e não sabíamos. Muito tem para se fazer e quem assiste as reportagens, vê que está uma maravilha. mas, não é bem assim. Então, se você quiser pode comparecer a nossa próxima reunião [sic].



Participante 10 – Liderança comunitária no Santa Marta

Parece-nos então que essa resistência à instalação das câmeras no Santa Marta se desenvolveu por parte de alguns moradores e lideranças comunitárias uma vez que estes não se sentiram bem representados e atendidos com a iniciativa, mas sim invadidos e traídos pelo poder público. Assim, mobilizados por certa desconfiança, realizaram reuniões, confeccionaram e divulgaram cartazes (figs. 07 e 08), entre

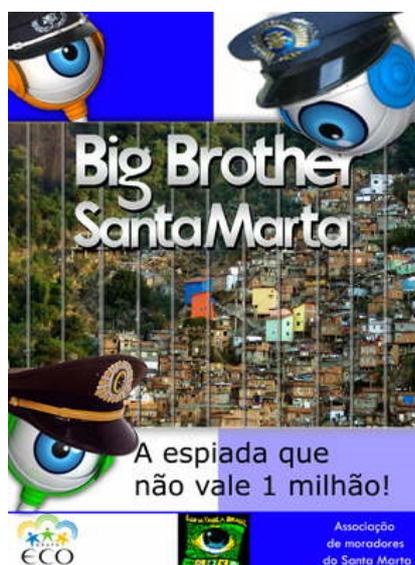


Fig. 07: "Big Brother¹⁰² Santa Marta"

Fonte: GRUPO ECO

Disponível em: <<http://migre.me/dR7PN>>



Fig. 08: "A espiada!"

Fonte: GRUPO ECO

Disponível em: <<http://migre.me/dR84S>>

¹⁰⁴ Publicado no ano de 1948, o romance intitulado "1984", de autoria de George Orwell, retrata através da ficção um futuro no qual a vigilância é onipresente, e o Estado (o Big Brother) tem total controle sobre a dinâmica social.

outras ações, com o objetivo de fazer frente a essa política inicialmente, e em seguida para problematizar e questionar o modo como a vigilância/monitoramento seriam realizados na comunidade.

No começo, a gente brigou muito. A gente brigou, criamos passeata, criamos debate: Por que câmera? Para que câmera? Já tem a presença de policiais na comunidade, já está pacificada, pra que câmeras? Aí tinha a privacidade das pessoas na laje... até onde vai essas câmeras? Aí as lideranças começaram a questionar e aí nós fomos visitar... como é que eles trabalhavam? Até onde essas câmeras alcançam as casas dos moradores?

Participante 11 – Associação de Moradores do Santa Marta

Diante da mobilização da comunidade, até os próprios representantes da SESEG/RJ reconhecem uma falha no processo de instalação das câmeras no Santa Marta, inclusive aquele mesmo participante que relatou não ter enfrentado em sua atuação nenhum movimento contrário por parte da “sociedade” à vigilância/monitoramento.

Como eu te falei, eu não posso ter em cada rua da comunidade um policial. Então eu boto câmera. Lá eu achei que houve inicialmente certa relutância em relação à instalação. Por quê? Faltou conversa, né? Os operadores regionais, locais, deveriam ter avisado a comunidade. “Isso aqui é pra segurança de vocês mesmos”. Chegaram lá um dia e estava lá? E aí o que é que faz? As pessoas se sentem um pouco donas daquele espaço ali. Ali é como se fosse a casa dela. Se você não explicar bem qual é seu objetivo, o que você quer fazer com aquilo... Mas aí a gente conseguiu depois reverter o quadro, foi lá conversou, usou outro método de aproximação e hoje está funcionando. Essa abordagem não pode ser assim na paulada. Acabou isso. A polícia não pode ser mais “vou fazer e pronto”. Não! Nesses lugares, tem que ter conversa. Porque senão o cara depreda o troço. Chega lá e quebra a câmera. O cara tem que sentir que aquilo é para benefício dele também. É assim que tem que mostrar pras pessoas.

Participante 1 – SESEG/RJ

De qualquer forma, parece que essa controvérsia chegou a um “fechamento”, ou ao menos os movimentos de resistência se tornaram menos expressivos,

principalmente porque de, um modo geral, o tema da “privacidade” deixou de ser uma questão, ou seja, as câmeras passaram a ser vistas não mais como uma ameaça, mas como uma política de garantia de segurança presente em diversas regiões da cidade.

E aí a gente foi vendo que as câmeras estão só em locais estratégicos, nas ruas, coisa assim, e aí, com isso, a gente percebeu que não estava invadindo a privacidade dos moradores, estava sim garantindo a segurança para os moradores.

Participante 11 – Associação de Moradores do Santa Marta

[As câmeras es]Tão [sendo aceitas]. E se não fosse aceita também, não tem como. Como que você vai proibir que as pessoas coloquem uma câmera ali na rua? Não podem colocar dentro da sua casa, na sua janela, na sua laje, mas no acesso da comunidade... tá na rua, porque isso aqui é rua, ou seja, rua pertence a quem? Prefeitura. Não colocou na casa de ninguém, ela tá... vigia a rua aqui, como vigia qualquer rua na... qualquer outro bairro. Ipanema tem câmera, outros lugares têm câmeras.

Participante 12 – Grêmio Recreativo Escola de Samba Mocidade Unida do Santa Marta

Nos rastros dessa mudança, na transformação do modo como as câmeras estavam sendo apropriadas por esses actantes, encontramos mais uma vez a questão do “sigilo” e da “discrição” como dinâmicas importantes. Em relatos produzidos pelos participantes, identificamos algumas pistas que sugerem que novas traduções foram possíveis a partir da abertura do coletivo de vigilância/monitoramento à comunidade. E essas novas traduções acabaram por enfraquecer a oposição aos dispositivos, facilitando assim sua aceitação.

A questão das câmeras também foi muito complicada, eles reclamavam muito. “Big Brother Santa Marta: você perde a privacidade e não ganha um milhão”... que a gente tava querendo tirar a privacidade dos moradores... Assim... eles eram contra só para ser contra, eles não tinham nem noção do que era exatamente. Aí na época, a Pricilla¹⁰⁵ fez uma reunião com as

105 Comandante da Unidade de Polícia Pacificadora do Santa Marta na ocasião.

peessoas interessadas, os moradores, os líderes comunitários, e explicou qual é a função das câmeras, que a maioria dos Batalhões já tinha as câmeras, que nas ruas da Zona Sul e da Zona Oeste eles tinham câmeras desse tipo, para saber que o material ficaria gravado, que eles poderiam utilizar as imagens. O pessoal ficou meio assim na dúvida, e tal, mas acabou aceitando. E com o passar do tempo, hoje em dia, muitas pessoas vêm aqui pedindo para poder ver as imagens. Então inverteu, assim.... Hoje eles têm a noção verdadeira de que as câmeras eram para ajudar para a segurança. "Ah, porque arranharam meu carro", "Ah, porque mexeram na minha bicicleta lá em baixo". Então as pessoas vêm aqui para ver essas coisas gravadas. (...) Elas falam o dia e o horário, o policial responsável vai lá, volta até aquele momento, chama a pessoa para a pessoa poder acompanhar.

Participante 13 – Polícia Militar (UPP Santa Marta)

Neste sentido, já que é possível aos moradores "acessar" de alguma forma as imagens captadas pelas câmeras, talvez não possamos mais definir a rede de vigilância/monitoramento do Santa Marta como um "circuito fechado de televisão" (CFTV), mas sim um circuito "aberto" que, por uma maior transparência, facilitaria o estabelecimento de relações de confiança e a proximidade entre os policiais e os moradores – talvez um dos maiores desafios no projeto das UPPs.

Vale ressaltar, porém, que o aumento da confiança ou o enfraquecimento da oposição podem representar o fechamento da controvérsia, mas não evidenciam uma aceitação total ou mesmo uma uniformidade de traduções entre todos os moradores da comunidade.

Enquanto para alguns a discussão sobre a instalação das câmeras foi um debate expressivo, que mobilizou lideranças e moradores do morro, outros demonstraram ao longo de nossas conversas nunca terem percebido qualquer tipo de manifestação contra, chegando inclusive a duvidar que tais dispositivos existam:

Até agora eu não vi ninguém falando nem que está sendo incomodado, nem que não está. Ninguém fala nada dessas câmeras. Eu não sei nem se existe isso. Dizem que existe, mas eu nunca vi.

Participante 14 – Comerciante (Santa Marta)

Dentre aqueles que relataram ter conhecimento da presença das câmeras, os discursos também foram bastante heterogêneos: há aqueles envolvidos na controvérsia e outros – que afirmam inclusive saber a localização de alguns dispositivos – mas que não dão grande importância ao tema, na medida em que não se sentem articulados a esses dispositivos em suas práticas, ou mesmo não têm nada a esconder:

Não tá dentro da minha casa. Porque na rua não tenho nada a esconder pra ninguém, mas dentro da minha casa é que não pode tá. Acho que todo mundo aqui pensa assim.

Participante 12 – Grêmio Recreativo Escola de Samba Mocidade Unida do Santa Marta

Pra mim está bom. Não está tirando pedaço de mim. Tem muito morador que não fala nada. Eu também não falo nada que eu não tenho nada para falar. Pra mim o morro está bom. Pra vista do que era, o morro melhorou muito.

Participante 14 – Comerciante (Santa Marta)

A ideia de uma vigilância cada vez mais presente está intimamente ligada ao argumento bastante utilizado do “não ter nada a esconder”. Segundo políticas que defendem o monitoramento constante, uma pessoa que age de acordo com aquilo que é aceito, com os comportamentos descritos como socialmente normais, não deveria ter nada a temer com a vigilância, nem se importar com qualquer espécie de invasão de privacidade (COLEMAN, 2004). Neste sentido, as câmeras só tornariam visíveis as ações já praticadas, e o fato de o sujeito “não ter nada a esconder” o faz merecedor do status de confiabilidade e integridade (CASTRO, 2008).

(...) A história das câmeras, por exemplo. Antes eles reclamavam que as câmeras estavam ali pra vigiar eles. Na verdade, quem achava isso era porque tinha algum problema.

Participante 15 – Polícia Militar (UPP Santa Marta)

Dessa forma, para se evitar os olhares desconfiados, os sujeitos deveriam seguir uma espécie de “linha de conduta” padrão, e permitir que suas ações se tornem cada vez mais visíveis às “autoridades”. Essa postura se constitui como problemática segundo alguns teóricos (MARX, 1999; BENNETT & HAGGERTY, 2011; HAGGERTY & ERICSON, 2006, e na comunidade do Santa Marta também encontramos alguns participantes que revelaram neste sentido preocupação e desaprovação:

Não é porque sou contra as câmeras que sou a favor de bandido. Câmera não é de segurança. É de vigilância.

Participante 10 – Liderança comunitária no Santa Marta

O termo vigilância aparece no trecho acima carregado de um valor quase que negativo, como sinônimo de invasão, e talvez por isso a palavra “monitoramento” venha sendo adotada pelo poder público em seu lugar, como já comentamos, na tentativa de marcar uma diferença e associar sentidos mais positivos a essa prática. Não obstante, essa não foi a única forma de apropriação evidenciada no “coletivo” Santa Marta. Outros participantes da pesquisa, mesmo dentre os representantes da comunidade, estabeleceram em seus rastros associações entre vigilância e segurança, atribuindo uma performance protetora articulada às câmeras de vídeo:

[As câmeras ficam] nas estações, na entrada da favela, no topo da favela, nos lados... é proteção mesmo, de vigilância mesmo. Joga pra tudo, não só para quem está dentro, mas pra quem está chegando também. Você não sabe quem está chegando, o morro está fragilizado então você não sabe quem vem. Então, na verdade, com as câmeras a gente pode fazer esse trabalho aí e, na desconfiança, eles [os policiais] vão averiguar.

Participante 11 – Associação de Moradores do Santa Marta

E novamente, resultados positivos são apresentados com relação à presença das câmeras – dessa vez no que refere exclusivamente ao Santa Marta – as quais traduzem boas avaliações, que circulam evidentemente com maior força após o fim da oposição expressiva à prática no morro.

Já teve resultados. É a partir da análise desses resultados, nós podemos tirar ensinamentos que servem para toda a polícia militar. Ora, numa área de tantos metros quadrados, num raio de tantos quilômetros, nós empregamos tantas câmeras. Então através desse monitoramento de câmeras, nós reduzimos em tantos por cento a criminalidade. Muito se falou em invasão de privacidade em relação a morador, a isso ou aquilo. Não, os moradores, pelo contrário... eles viram aquilo ali como um fator de segurança porque o policial é profissional, ele não vai ficar com a câmera ali, querendo ver... você não vai olhar a casa do cara; você fica monitorando áreas, entendeu? Então você respeita a privacidade das pessoas. Mas ao mesmo tempo você está provendo segurança naquelas áreas; através da prevenção.

Participante 5 – Polícia Militar

Vale ressaltar, porém, que os resultados positivos, quando obtidos, não devem ser interpretados como efeito unicamente da presença das câmeras de vídeo. É necessário reconhecer os papéis importantes ocupados por outros actantes desses coletivos como, por exemplo, os policiais (LA VIGNE *et al.*, 2011); e perceber as limitações sociotécnicas destes dispositivos. Sobre a prática existente na comunidade de os moradores “consultarem” as câmeras para verificar uma situação criminosa, encontramos um relato neste sentido:

Já até fui ver algumas coisas nelas, lá em cima na UPP. (...) É porque andou sumindo algumas coisas aqui, eu queria saber o que tava acontecendo. Eu fui lá ver, mas, elas não pegam muita coisa.

Participante 12 – Grêmio Recreativo Escola de Samba Mocidade Unida do Santa Marta

Dessa forma, questionamos a utilização ostensiva e irrefletida das câmeras de vídeo e apontamos a constante necessidade de se problematizar os coletivos nos quais estão articuladas para que se possa avaliar suas associações. Cabe perguntar, por exemplo, se sua capacidade de visualização está bem dimensionada, levando-se em conta a localização. E quanto à sua mobilidade? E com relação à força policial articulada? E o que dizer dos cenários onde foram instaladas? Enfim, que tipos de dispositivos essas câmeras estão compondo?

Não sei se para as comunidades, que já têm o policiamento adequado, não tem uma mancha criminal constante, se a câmara seria adequada. Talvez nas entradas, nas saídas, talvez sim. Então, a gente vai precisar ter um modelo, primeiro de adequação das câmeras ao terreno, ou seja, se for útil, que é uma pergunta que se tem que fazer, de que forma ela seria implementada.

Participante 9 – SESEG/RJ

O trecho acima parece apresentar um exemplo interessante de algumas preocupações e incertezas que rondam a referida política quando se observa a crescente e indiscriminada presença das câmeras de vídeo na cidade do Rio de Janeiro. E neste sentido, gostaríamos de apontar uma alternativa, também ensaiada na referida fala, que indica que em determinados cenários pode haver uma demanda menor por esses dispositivos, ou até mesmo eles podem não ser necessários. Em outras palavras, um policiamento sem as câmeras poderia constituir, em determinadas situações, uma prática útil e suficiente

porque na verdade os policiais que estão ali sabem quem é quem, sabe quem é trabalhador, quem não gosta de trabalhar, quem tem um vício, quem não tem. Hoje o policial conhece bem a comunidade, sabe quem mora e quem não mora na comunidade. (...) Por ser uma comunidade pequena, então eles acabam conhecendo um por um.

Participante 12 – Grêmio Recreativo Escola de Samba Mocidade Unida do Santa Marta

Fica claro, portanto, que as práticas de vigilância/monitoramento se apresentam (ainda) carregadas de dúvidas e questões, cujas repostas ou discussões dão forma de certa maneira aos contornos que esta política vem adquirindo a cada iniciativa. Neste sentido, entendemos que, para compreender a dinâmica deste fenômeno no Rio de Janeiro, é extremamente importante que apontemos aqui algumas das incertezas mapeadas durante a pesquisa e os temas que articulavam.

OS VALORES DAS CÂMERAS

A utilização de câmeras de vídeo e, principalmente, sua intensificação e generalização como estratégia privilegiada para promoção da segurança e/ou prevenção de crimes já constituiu um tema controverso mesmo nos bastidores da SESEG/RJ. No ano de 2010, quando dentre as comunidades “pacificadas”, somente o Santa Marta possuía câmeras, questionamos alguns porta-vozes sobre a possibilidade de essa prática ser implantada também em outras favelas. Na ocasião, a falta de consenso na Secretaria ficou evidente, e as controvérsias observadas diziam respeito a aspectos como, por exemplo, a aplicabilidade ou a utilidade destes dispositivos levando-se em consideração a relação custo/benefício articulada a estes.

Existe a possibilidade de se investir em videomonitoramento também nas comunidades, muito embora eu seja um defensor contrário a essa estratégia. (...) A gente tem que verificar a relação custo/benefício dessa estratégia. Eu tenho dúvidas em relação a isso. (...) Mas a gente ainda tem que avaliar o custo e benefício e a viabilidade técnica pra essas instalações. O que não é barato, né?! Não é barato.

Participante 9 – SESEG/RJ

Três anos se passaram e as notícias de que outras comunidades também receberam sistemas de câmeras demonstram que a resistência/oposição do porta-voz foi ou está sendo de alguma forma vencida. A preocupação com o alto custo desses equipamentos talvez tenha se enfraquecido na medida em que entraram em cena outros actantes – como a iniciativa privada que se associou a esses coletivos como uma aliada do poder público¹⁰⁶ (LYON, 2007; BENNETT & HAGGERTY, 2011; HAGGERTY & ERICSON, 2006).

¹⁰⁶ A parceria entre o poder público e a iniciativa privada fica evidente não apenas em práticas de investimentos conjuntos para a adoção dessas tecnologias, mas também por meio de acordos de prestação de serviços. Como comentado anteriormente, a instalação e manutenção das câmeras de vídeos em coletivos de vigilância/monitoramento administrados por entidades públicas costumam ser realizadas por empresas privadas contratadas por licitação.

Um grupo de empresários está oferecendo já hoje algo em torno de vinte e três mil por ano pra obter, até 2014... só pra investir em equipamentos, modernização das estruturas e conforto pro policial.

Participante 9 – SESEG/RJ

Da mesma forma que investimentos privados foram oferecidos e passaram a integrar essa política, em seguida houve também um aumento na verba pública para a instalação de câmeras nas comunidades, de modo que tais dispositivos começaram a constar explicitamente em planos de segurança e orçamentos governamentais.

Como também não havia uma previsão orçamentária para a implantação desse projeto, nós vimos através de doação ou da descentralização e verbas de outros projetos. Agora não, a gente vai ter verba específica para isso. Então a gente espera que, no próximo ano pelo menos, todas as Unidades que já foram instaladas até hoje já tenham esse projeto em andamento, pelo menos em fase de implantação.

Participante 5 – Polícia Militar

Outro fator que certamente multiplicou a possibilidade de investimentos em câmeras de vídeo para a segurança no Rio de Janeiro foi a escolha da cidade para sede da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas 2016. Além de atrair mais capital privado, tanto nacional quanto internacional, o investimento público para melhorias de infraestrutura neste sentido agora articula os três níveis de governo: municipal, estadual e federal.

Ao mesmo tempo em que, por um lado, ocorre um aumento da receita voltada especificamente para essa política, o acelerado crescimento tecnológico estimula o barateamento destes dispositivos, o que possivelmente torna a relação custo/benefício mais vantajosa.

Mas o que acontece? O desenvolvimento tecnológico faz com que os equipamentos comecem a ficar mais baratos. Você lembra quanto custava uma televisão de LCD há algum tempo atrás?

Muito cara. Hoje você vai nas Casas Bahia ali, em trinta e seis vezes, custa mil e poucos reais, percebe? Então o desenvolvimento tecnológico faz com que esses equipamentos fiquem cada vez mais baratos. Aí nós podemos ter mais equipamentos, tecnologias mais eficientes, percebe? Então tudo isso aí é uma evolução. Então hoje a relação custo-benefício, ela é bastante adequada. (...) Nós temos contrato de prestação de serviços com a Embratel. Certo? Houve uma licitação. Diversas empresas concorreram, e a Embratel foi a que venceu a concorrência. Hoje a Embratel presta serviço para nós. Então toda a parte de tecnologia, instalação de câmeras, repetição de imagens... tudo isso a Embratel faz, e a gente fiscaliza esse serviço. Na verdade o que nós queremos é imagem na nossa tela. Tá certo? Porque hoje nós estamos mudando a nossa forma de contratar. Nós queremos imagem. Eu não quero mais comprar, como foi anteriormente... Compramos câmeras, compramos servidores. Hoje em dia, comprar material tecnológico é jogar dinheiro fora. Porque amanhã tem um novo muito melhor. Então eu quero serviço, eu quero imagem. Então é... eu quero imagem da [avenida] Rio Branco com a [avenida] Presidente Vargas. Aí tem a quantidade de frames, que zoom ótico eu preciso. Então eu estipulo que qualidade de imagem eu quero e contrato. Faz uma licitação, ok? A gente não compra mais. Comprar computador hoje é "furada", como diz o outro. Não vale a pena. Porque ele amanhã tá velho. Você coloca ele hoje, amanhã não serve mais.

Participante 1 – SESEG/RJ

Outro ponto interessante que vale retomar aqui, pois possivelmente contribuiu para o enfraquecimento dessa incerteza sobre a relação custo/benefício das câmeras, diz respeito à potencialização das ações policiais quando articuladas aos dispositivos de vigilância/monitoramento – talvez a diminuição na demanda por homens represente economia suficiente quando comparada ao custo dos equipamentos, ou mesmo o ganho estratégico devido a essa articulação seja muito mais expressivo.

O ideal é que cada uma [comunidade] tenha dez câmeras pra gente ter pontos distintos e, com isso, a gente pode até diminuir o número de policiais empregados, adequando eles em uma outra área. Por exemplo, a Formiga não precisa de tantos policiais, mas o Borel precisa de mais alguém.

Participante 5 – Polícia Militar

Eles têm um quantitativo de cento e vinte e cinco policiais, mas com as câmeras esse efetivo viraria mil, porque com essa tecnologia, o secretário achou que era uma forma de manter menos policiais nas ruas para evitar aqueles choques e ficar trabalhando na vigilância, respeitando o direito de ir e vir de qualquer morador do Santa Marta.

Participante 11 – Associação de Moradores do Santa Marta

Neste sentido, mesmo em nossos primeiros movimentos, mesmo entre os participantes que se mostravam reticentes com relação à utilização das câmeras de vídeo de forma generalizada, a tendência à expansão dessa política já era um enunciado forte na Secretaria de Segurança, não apenas no que se referia às comunidades pacificadas, mas à cidade de um modo geral.

(...) Se tiver investimento eu posso aumentar indefinidamente o número de câmeras, certo?

Participante 1 – SESEG/RJ

Desse modo, pudemos perceber que a ideia de crescimento das práticas de vigilância/monitoramento entre os porta-vozes da SESEG/RJ comportava um aumento do número de câmeras e, principalmente, uma proliferação de novos actantes que deveriam ser associados a esses coletivos. Assim, algumas dessas “melhorias” em breve irão se materializar no Centro Integrado de Comando e Controle, sobre o qual focaremos nossas reflexões nas últimas sessões deste capítulo.

Antes, porém, de descrevermos esse projeto de expansão e problematizá-lo em seus aspectos futuros, ou seja, à luz de seus possíveis efeitos, colocamos em questão, em primeiro lugar, o seu planejamento, a sua concepção na medida em que rastreamos também certa incerteza com relação à eficácia desses dispositivos.

(IN)EFICÁCIA

Quando os CFTV foram introduzidos pela primeira vez neste país, não foram objeto de avaliação sistemática. Foram introduzidos com base no que os profissionais achavam que era eficaz. Nos últimos dez anos, estudos têm sido realizados por acadêmicos, e particularmente o trabalho de Jason Ditton em Glasgow e o trabalho do professor Martin Gill da Universidade de Leicester, o qual sugere que, em geral, tem uma influência muito, muito fraca na redução da criminalidade. O estudo empreendido por Gill foi publicado em 2004; foi a primeira grande avaliação patrocinada pelo Ministério do Interior, a qual não só mostrou que os CFTV tiveram impacto muito limitado na redução do crime, mas tiveram também um impacto muito limitado na redução do medo do crime. A evidência em termos de reduções gerais de criminalidade e reduções gerais do medo do crime parece ser muito, muito fraca. Há estudos, porém, que mostram uma redução em locais específicos. Por exemplo, a mesma equipe que pesquisou em Glasgow, a equipe do Ditton, pesquisou também em Airdrie e, em Airdrie, realmente encontraram uma redução. Em Glasgow, eles descobriram que, ao contrário, houve um aumento da criminalidade quando os CFTV foram introduzidos. Outro estudo que vale a pena mencionar é a meta-avaliação feita por Farrington e Walsh, que também encontrou evidências muito fracas de que os CFTV atuam como uma medida de redução da criminalidade; este estudo, mais uma vez, foi patrocinado pelo Ministério do Interior. Se bem me lembro, eles sugeriram na melhor das hipóteses uma redução de três por cento, principalmente em estacionamentos e pouquíssimas evidências de que em locais no centro da cidade você veria uma redução, mas que a iluminação pública parecia ser uma forma bem mais eficaz de prevenção¹⁰⁷ (NORRIS em HOUSE OF LORDS, 2007, sp.).

107 “When CCTV was first introduced in this country, it was not subject to systematic evaluation. It was introduced on the basis that practitioners thought that it was effective. Over the last ten years, studies have been carried out by academics and particularly the work by Jason Ditton in Glasgow and the work of Professor Martin Gill at the University of Leicester, which suggests overall that it has a very, very weak influence on reducing crime. The Gill study was published in 2004; it was the first major Home Office sponsored evaluation. Not only did it show that CCTV had very limited impact in reducing crime but it had very limited impact in reducing fear of crime. The evidence in terms of general reductions in crime and general reductions in fear of crime appears to be very, very weak. There are studies that do show a reduction in specific places. For instance, the same team that looked at Glasgow, the Ditton team, looked at Airdrie and, in Airdrie, they did find a reduction. In Glasgow, they found that crime increased when CCTV was introduced. One further study that is worth mentioning is the Farrington and Walsh meta-evaluation which also found very weak evidence for CCTV as a crime reduction measure; this again was sponsored by the Home Office. If I remember correctly, they suggested at best about a three per cent reduction mainly in car parks and very little evidence that in town centre space you would see a reduction, but that street lighting seemed to be a rather more effective form of prevention” (NORRIS em HOUSE OF LORDS, 2007, sp.).

Pesquisas que avaliam a eficácia da utilização de câmeras de vídeo no combate e prevenção ao crime ou, como preferem alguns, avaliações sobre a relação custo/benefício desses equipamentos ainda se apresentam de forma tímida (LA VIGNE *et al.*, 2011). Quando realizadas, porém, seguem moldes de estudos comparativos e buscam confrontar índices criminais, ou seja, as ocorrências criminosas oficialmente registradas após a instalação das câmeras comparadas ao mesmo período de anos anteriores, ou às ocorrências registradas na mesma época em lugares com características semelhantes.

Dessa forma, além de serem poucas as pesquisas, muito se questiona também sobre a confiabilidade dos resultados que apresentam. O que não quer dizer, contudo, que esses estudos estejam sendo mal conduzidos. Mas a imprevisibilidade e heterogeneidade das situações criminosas dificultam a produção de alguma espécie de parâmetro, no sentido de que fica difícil precisar se, sem a instalação das câmeras, os crimes seguiriam qualquer espécie de lógica. Do mesmo modo, não somente os dispositivos de vigilância/monitoramento, mas um conjunto amplo e variado de actantes pode influenciar e na determinação de índices de criminalidade.

 Eu não conheço nenhuma estatística de amplo alcance sobre como elas [câmeras de CFTV] são confiáveis. Claramente, se você olhar para o estudo realizado por Gill sobre a implantação de vários sistemas, houve problemas com a confiabilidade dos sistemas dos quais elas faziam parte, embora eu não ache que elas estivessem necessariamente comprometendo os sistemas por completo, mas houve alguns problemas de tecnologia¹⁰⁸ (NORRIS em HOUSE OF LORDS, 2007, sp.).

Voltando os nossos olhares especificamente para o Brasil, a situação não é muito diferente. Talvez tenhamos adotado até uma postura mais interessante de não insistir na tentativa pouco produtiva de se avaliar a eficácia desses dispositivos, e assumimos a dificuldade inerente ao tema.

108 “I do not know of any broad-range statistics on how reliable they are. Clearly, if you look at the Gill study of the implementation of range of systems, there were problems with reliability of systems and they were part of it, although I do not think they were necessarily wholly undermining of the systems but there were technological problems” (NORRIS em HOUSE OF LORDS, 2007, sp.).

Em uma conversa informal na SESEG/RJ, por exemplo, esse foi o primeiro tópico abordado pelo Participante 16. Segundo esse porta-voz da Secretaria, os próprios policiais sabem e reconhecem a falta de “boas métricas”, de algo que “consiga comprovar numérica e/ou cientificamente a eficácia” das câmeras.

Tal dificuldade, porém, não deve ser encarada como um motivo para abandonarmos o debate. Torna-se ainda mais importante, diante da impossibilidade de se produzir evidências robustas da eficácia das câmeras de vídeo, questionar as formas pelas quais essa iniciativa vem ganhando força e, do mesmo modo, “melhorias” vem sendo propostas para essa política no sentido de se promover segurança.

Chegamos aqui, encontramos um quadro, fizemos um diagnóstico, propusemos algumas alterações e, com isso nós conseguimos alavancar aí o que já existia mas estava sendo subempregado, por falta de gerenciamento. Porque não havia aqui ninguém que efetivamente se dedicasse a esse trabalho. Então, com isso, vim pra cá, trouxe minha equipe comigo, profissionais competentes, e que resolveram comigo aqui ombrear, pra poder tocar o serviço. Especificamente com relações às câmeras... um assunto muito novo.

Participante 1 – SESEG/RJ

Dentre as estratégias, então, que foram relatadas por esses gestores como ações capazes de aprimorar a atuação da vigilância/monitoramento, encontramos a sugestão de se incorporar novas câmeras à configuração já existente; o que, como pode ser observado em La Vigne et al. (2011) costuma ser uma saída comum pensada pelos porta-vozes desse tipo de coletivos, quando estes apresentam um desempenho insuficiente.

Todos os batalhões hoje têm câmeras em suas áreas de policiamento, só que nem todos conseguiram extrair benefícios na sua integralidade. Por quê? Porque são áreas muito grandes. Às vezes o batalhão tem dez câmeras pra uma área que cobre, sei lá, vinte bairros...

Participante 5 – Polícia Militar

A política de vigilância/monitoramento figura, dessa forma, como uma prática privilegiada ou, por vezes, vista como necessária para a promoção da segurança (SEWELL & BARKER, 2001). Pelos corredores da SESEG/RJ, mesmo em meio a alguns embates, as câmeras parecem ser traduzidas como um “bem” – em seu sentido adjetivo e material; ambos positivos. Um “bem” ao qual todos, por direito, deveriam ter acesso. Quando, por exemplo, em 2010, conversávamos sobre a proposta de instalação de câmeras em outras comunidades pacificadas além do Santa Marta, um participante nos revelou que seria necessário, então, caso a expansão se concretizasse, uma espécie de universalização não só para todas as favelas, mas também todos os bairros.

Eu acho que a gente não deve fazer nada que a gente não tenha condições de universalizar e dar continuidade. Por isso tem que ter consistência temporal e possibilidade de multiplicação. Se for algo que eu possa levar para todas as comunidades e ter orçamento para manter isso em campo, tudo bem. E obviamente traga benefícios que compensem o gasto. (...) E eu não posso também criar para essas comunidades uma ilha de excelência. Na comunidade, eu tenho tudo igual ao bairro. Se eu posso levar isso pro bairro, beleza. Então, como eu quero inserir a comunidade ao bairro, ela tem que ter os mesmo recursos e problemas do bairro. Então, se eu levo também a câmera pro bairro na mesma quantidade e proporção, eu acho que tá adequado. Agora, se é só para comunidade, aí passa a ser um tratamento diferenciado. Na minha ótica, inadequado. Porque eu tenho que tratar o cidadão da comunidade da mesma forma que eu trato o cidadão do bairro, que também paga os seus impostos e tem direito à mesma estrutura de serviço. Se eu não consigo levar isso pro Rio de Janeiro como um todo, eu acho que eu também não devo levar só para as comunidades.

Participante 9 – SESEG/RJ

Podemos afirmar dessa forma, assim como defende Lyon (2003), que a vigilância comporta também um sentido de “cuidado”, ou nas palavras de um dos participantes da pesquisa, uma “proteção”, que deve recair sobre todos os cidadãos – “do Leme ao Pontal”¹⁰⁹ (Participante 1 – SESEG/RJ).

109 Expressão inspirada na letra da música “Do Leme ao Pontal”, de autoria de Tim Maia.

Entretanto, segundo alertam alguns autores (LA VIGNE *et al.*, 2011; NORRIS & ARMSTRON, 1998; PEDRO, 2005), a mera presença das câmeras, ou mesmo o aumento no número de dispositivos utilizados, não garante a eficácia dessas práticas; na verdade, possibilitam apenas a produção de um volume maior de informações – as quais precisam ser analisadas, processadas, combinadas para que gerem ações efetivas (COAFFEE *et al.*, 2009; BENNETT & HAGGERTY, 2011) Como reforçou um dos participantes da pesquisa, é necessário que haja uma política de segurança articulada às câmeras que não se restrinja às mesmas:

Então, de nada adianta nós termos uma superestrutura, uma cobertura de uma área urbana, seja área territorial... por tecnologia, por câmeras, se essas câmeras não estiverem embarcadas num conceito de inteligência e num modelo gerencial que permita fazer a gestão rápida desse dado que essa imagem gera. Porque senão nós vamos colecionar fatos que as televisões, os telejornais do Brasil têm noticiado. Diariamente nós temos imagens de assaltos consumados com imagens.

Participante 4 – Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016™

O alerta feito pelo participante, portanto, se dá no sentido de se evitar grandes gastos de dinheiro público para a aquisição equipamentos que não serão bem aproveitados, produzindo uma situação semelhante a da Inglaterra nos anos 1990, por exemplo, na qual o apelo político do CFTV tinha menos a ver com sua eficácia comprovada na redução da criminalidade e muito mais a ver com seu valor simbólico de que algo estava sendo feito sobre o problema do crime (NORRIS, MCCA HILL & WOOD, 2004).

A eficácia das câmeras fica, então, comprometida, segundo esses práticos na medida em que o uso da tecnologia é feito sem planejamento, sem gerenciamento, sem estratégias de segurança articuladas; como um símbolo e garantia de desenvolvimento e progresso, por vezes até com fins eleitoreiros.

O que nós precisamos melhorar é essa capacidade de racionalizar e otimizar as tecnologias. (...) Mas a gente vê muito às vezes até gastos inconseqüentes, porque é a tecnologia pela visibilidade e

pelo peso ou ganho político que ela traz e baixa efetividade... e o descuido (...) Então, nós temos cemitérios de boas tecnologias instalados e que não são atualizados. Então a minha grande preocupação quando se fala nesse tema se resume a isso.

Participante 4 – Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016™

O pensamento de que as câmeras de vídeo são suficientes para a promoção de segurança, e que estas funcionam por si só, ou que o coletivo de vigilância/monitoramento se resume a estes dispositivos geralmente cai por terra quando ocorre um problema, ou um “mau-funcionamento” – como acredita Latour (2000). Nestas situações, as conexões e os actantes que compõem o coletivo se tornam mais evidentes, pois há o interesse e a tentativa de se buscar identificar a(s) associação(ões) “defeituosa(s)”. A unidade, então, dá lugar à multiplicidade e à heterogeneidade; e dessa forma podemos perceber as ações dos demais actantes e o papel que desempenham nesses coletivos. Um exemplo extremamente simples disso são os operadores das câmeras:

(...) As câmeras são móveis. Às vezes, a pessoa vê o globo ali, mas a câmera tá apontada pro ponto errado.

Participante 13 – Polícia Militar (UPP Santa Marta)

Os papéis desempenhados principalmente pelos operadores das câmeras, mas também pelos supervisores de imagens são de extrema importância para o “sucesso” das práticas de vigilância/monitoramento (COAFFEE *et al.*, 2009). Dentre as estratégias para o reconhecimento de situações “potencialmente” criminosas, alguns coletivos apontam uma espécie de tirocínio desenvolvido pelos operadores (CASTRO, 2008), que após a identificação ou suspeita passam então a acompanhar o fato e/ou solicitam as ações necessárias no sentido de evitar o crime ou minimizar o seu risco.

A exemplo disso, o Centro de Comando e Controle em funcionamento hoje no Rio de Janeiro conta com ex-policiais nas bancadas de operação das câmeras que,

enquanto prestadores de serviço contratados por uma empresa terceirizada, trazem a experiência adquirida nas ruas para o trabalho atrás das telas.

Na verdade, a gente usa o feeling policial, que também não tem um script, porque é dinâmico demais. Então, o que a gente usa... por exemplo, hoje nossos operadores são policiais militares que já se aposentaram ou por tempo de serviço ou por algum tipo de sequela – o cara levou um tiro, não pode trabalhar na rua. Então, esse... a experiência acumulada que é o meu, vamos dizer assim, apontador de comportamento antissocial, tá certo?!

Participante 1 – SESEG/RJ

Como garantia de eficácia, então, essas redes de vigilância/monitoramento apresentam em suas práticas comuns a utilização de critérios subjetivos de análise e julgamento que, fundamentados nas experiências individuais de cada operador, podem eventualmente ser alimentados e, da mesma forma, fomentar preconceitos com relação a determinadas características físicas, de vestuário ou de comportamentos. Quando se define que alguns comportamentos são suspeitos, merecedores de observação atenta, delimita-se de certa maneira um campo de exclusão. Exibir tal comportamento insere o sujeito automaticamente em uma categoria nada desejável. O problema é ainda maior quando se pensa as ações empreendidas com relação àqueles que apresentam as atitudes suspeitas. Basta lembrar o caso do brasileiro morto no metrô, em Londres, no ano de 2005, confundido com um terrorista¹¹⁰.

(...) O nosso pessoal, por experiência, já aprendeu a identificar que tipo de movimento essas pessoas fazem quando vão atacar alguém. Então, é isso que nos faz, em muitas vezes, impedir que isso aconteça. Por quê? Eu vejo a situação que vai... que pode acontecer. (...) Eu não posso agir por impulso: “Ah, eu acho que o cara vai roubar”... Tá! E aí? Mas eu posso agir preventivamente,

¹¹⁰ Jean Charles de Menezes foi um brasileiro que ficou conhecido após ser morto por policiais ingleses dentro de um trem do metrô de Londres. Os policiais supostamente o confundiram com um terrorista, suspeito de um fracassado atentado à bomba no metrô, na véspera. A repercussão deste caso foi tamanha, especialmente no Brasil. No ano de 2009, foi lançado inclusive um filme – intitulado “Jean Charles” – que sob a direção de Henrique Goldman reconta essa tragédia.

fazer uma busca pessoal. A lei permite isso. O Código de Processo Penal prevê a busca pessoal. (...) E quando é que você faz isso? O Código fala o seguinte: é usar a sensibilidade. Não diz que tem que fazer dessa forma ou daquela forma. O texto é muito genérico, e aí que eu posso atuar pra impedir que as coisas aconteçam.

Participante 1 – SESEG/RJ

Segundo pudemos observar ao longo da pesquisa, às câmeras de vídeo nas políticas de segurança, são atribuídas duas práticas distintas: uma pré-crime e outra pós-crime:

A gente tem dois aspectos operacionais, vamos chamar assim. Tem o aspecto preventivo, né? De eu ver a situação e tentar impedi-la. Se é uma situação de gravidade... vamos chamar assim... um crime ou uma assistência a uma pessoa. Então, há uma atuação imediata pra reprimir ou ajudar, tá certo? E se não conseguir fazer isso, não dá tempo, né? A ação é tão rápida que não consegui levar recurso policial até aquele local... eu uso essa imagem, essa cena pra investigação. Então, a gente encaminha pra polícia civil, o órgão investigador, que é a polícia civil pra, a partir daí, naquele cenário, ver o que interessa: quem é o criminoso, quem é a vítima, o que aconteceu, a dinâmica do fato. Então, mais ou menos assim que funciona.

Participante 1 – SESEG/RJ

Contudo, é com relação à atuação preventiva das câmeras de vídeo que grande parte dos enunciados a respeito de sua “eficácia” ganha visibilidade. Na medida em que estes dispositivos poderiam atuar sobre o crime antes mesmo de este acontecer, os CFTV se tornaram a forma de vigilância mais utilizada atualmente (SÆTNAN, LOMELL & WIECEK, 2004); e neste sentido, a noção de prevenção que comportam se mostrou um rastro interessante a ser seguido.

Antes, porém, de abordarmos esta questão propriamente dita, precisamos abrir um parêntese para descrever, nas palavras de nossos participantes, o objeto dessa prevenção: o “crime”. A ideia de crime se mostrou relevante, especialmente na definição apresentada por um dos porta-vozes da SESEG/RJ, na medida em que

nos fornece algumas pistas para compreendermos o sentido específico de prevenção presente nos relatos produzidos.

O crime é um binômio de oportunidade e vontade, tá certo? A oportunidade a gente dá. Porque na vontade do criminoso, a gente não pode atuar nela. (...) O turista quando vem pro Brasil, ele vem se divertir. Então, ele não tá preocupado aí, com algumas ações de prevenção, que nós deveríamos fazer. Acho que os hotéis deveriam procurar os turistas e falar: “Ô, senhor turista, não deixa sua bolsa afastada, não vá pra praia e abandone a sua câmera fotográfica”. Por quê? Isso é oportunidade. Nisso eu posso mexer. Não posso mexer na vontade do bandido de ir lá pegar a câmera do cara.

Participante 1 – SESEG/RJ

A definição de “crime” expressa no trecho acima apresenta grandes aproximações com alguns princípios e fundamentos de uma abordagem denominada “Prevenção do Crime através de Desenho Ambiental” (“*Crime Prevention through Environmental Design*” – CPTED, no original). O CPTED e o conceito de “espaço defensável” surgiram no final da década de 1960 e início dos anos 70, tendo como principais autores o criminologista C. Ray Jeffery e o arquiteto Oscar Newman¹¹¹. A ideia principal dessa abordagem é que o ambiente construído pode ser desenhado ou modificado para facilitar a visibilidade dos espaços públicos e a coesão social entre os moradores de uma determinada área. Dessa forma, a partir da produção de sentimentos de apropriação e de uma vigilância “natural” (GÄRTNER, 2008), seriam menores as oportunidades para a consumação dos atos criminosos, na medida em que haveria um aumento na dificuldade para se invadir os locais e na

¹¹¹ Como ressalta Gärtner (2008), tanto Jeffery como Newman encontram as bases das suas teorias nas obras prévias de Elizabeth Wood, Jane Jacobs e Shlomo Angel. É importante destacar, porém, que a abordagem de Newman baseia-se nas observações de Jeffrey, a qual, mesmo anterior e de menor visibilidade, constitui uma teoria mais abrangente e integrada (multidisciplinar, por assim dizer). O trabalho de Newman, por sua vez, que se concentra no ambiente físico construído, apesar de algumas críticas que o acusam de apresentar análises estatísticas pobres, poucas evidências da correlação entre o desenho do ambiente e a incidência de crimes, entre outras, tornou-se popular ao longo dos anos especialmente nos Estados Unidos (COAFFEE *et al.*, 2009). Para mais informações sobre o CPTED e as apropriações atuais que são feitas da teoria, incluindo também novas críticas, ver Coaffee *et al.* (2009) – particularmente o capítulo 5 – e Parnaby (2006).

possibilidade de o transgressor ser pego. Em última instância, o desenho ambiental levaria, portanto, a uma diminuição do crime e do medo do crime pelo desencorajamento de comportamentos criminosos. Como afirma Jeffery (1971, p. 178) “para modificar o comportamento criminoso, precisamos modificar o ambiente (não reabilitar o criminoso)”.

Segundo essa abordagem, as ações de prevenção ao crime, portanto, devem se dar sobre o ambiente, sobre as circunstâncias que encorajariam ou não um comportamento criminoso; não havendo, dessa forma, qualquer tentativa de reafiliar o transgressor, de discipliná-lo, por assim dizer, na acepção foucaultiana do termo¹¹². Neste sentido, podemos afirmar que, de acordo com o CPTED e também com Participante 1, que de certa forma se apropria de algumas ideias dessa teoria, as configurações do ambiente – das quais as câmeras de vídeo também fazem parte – detêm o crime, ao invés de preveni-lo. Um efeito localizado, garantido pelas condições específicas daquele cenário, naquele momento.

Se insistirmos, porém, no uso do termo “prevenção” para esse tipo de atuação, talvez tenhamos que pensá-la em um ciclo de retroalimentação, que a partir do potencial investigativo das câmeras, aumentaria o número de criminosos identificados e presos naquele ambiente – o que desencorajaria futuras ações. Ou talvez, devamos considerar uma prevenção mais imediata, que só é possível na iminência do crime – e nessas condições a rapidez na atuação da polícia é decisiva.

Então teve um tempo que a tecnologia foi usada até como um meio dissuasório, e não cumpriu esse... até pode ter cumprido um objetivo lá no início... hoje não. Hoje nós temos o registro, uma mera imagem... lógico que numa investigação posterior isso pode ajudar de alguma forma, mas nós temos que ser um pouco mais objetivos. Lógico que num estabelecimento privado, não se espera... eu acho que a finalidade é um pouco essa. Mas em termos de cidade, de Centros de Comando e Controle, tem que estar embarcado nesse processo uma capacidade de gestão

112 Segundo Parnaby (2006), a proposta feita pelo CPTED visa a colocar em prática um tipo de poder que Foucault definiria como pastoral, pois que, exercido pelo Estado, busca de certa maneira, por meio do desenho do ambiente, reunir o povo (rebanho) para cuidar dele. Ao mesmo tempo, prossegue o autor, na medida em que também convoca os sujeitos a participarem ativamente do cuidado de si, produz um fortalecimento do corrente e cada vez mais presente discurso do “gerenciamento de risco”, o que pode levar a uma espécie de “vigilantismo” como efeito.

rápida, de resposta rápida, e que permitam, a partir de sinais ou relatórios de inconformidade de comportamentos padrões e esperados, que se tenha protocolos e contingência de resposta pra cada um deles. Aí sim nós teremos efetividade. Porque senão nós vamos ter um monte de telas, registrando fatos pretéritos, nem que sejam de meia hora, e que... com baixo ganho na sensação de segurança. De que adiantou...? Pro cidadão fica difícil explicar aquilo lá. Então eu acho que passa muito por isso.

Participante 4 – Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016™

Dessa forma, ao longo da pesquisa, foram produzidos vários relatos chamando a atenção para a necessidade de um número maior de associações articuladas às câmeras, de forma a garantir atuações rápidas e integradas que evidenciem uma eficiência não apenas pós-crime, mas também pré-crime – mesmo que segundo esse sentido mais imediato de “prevenção”, ou como preferimos “detenção”. E neste sentido o Centro Integrado de Comando e Controle (CICC) parece figurar como uma espécie de solução também às essas incertezas e a essas dificuldades aqui abordadas.

GÊNESE DO CICC

Dentro em breve, ainda durante o ano de 2013, nove órgãos públicos de defesa social em ação no Rio de Janeiro¹¹³ – incluindo a Polícia Militar, responsável pela vigilância da cidade – passarão a atuar juntos no Centro Integrado de Comando e Controle (CICC) com gestão compartilhada. Seus comandos originais, contudo, terão autonomia funcional e legal, mas realizarão algumas de suas operações de modo conjunto, com vistas à agilidade no atendimento aos cidadãos.

O Centro, na realidade, vai ser um grande condomínio. Eu não posso dizer que ele vai ter um chefe. Por quê? Porque ali além de órgãos do Estado – e a gente vai ter órgãos do Estado de mais de uma Secretaria, ou seja, assim como eu tenho órgãos da Secretaria de Segurança, eu vou ter o Corpo de Bombeiros e o SAMU, que é da Secretaria de Defesa Civil – eu vou ter também Polícia Rodoviária Federal e eu vou ter órgãos municipais. Então, não existe como a gente dar ordem pra eles. Não tem como eles serem subordinados a qualquer um que seja. Cada um tem a sua atribuição constitucional, sua autonomia funcional dentro das atribuições legais que possuem. Agora, o que é que vai acontecer? Na realidade, a Secretaria de Segurança vai ser a grande síndica do prédio. Ou seja, a parte de infraestrutura, a parte de fazer isso funcionar com todas as entidades se falando, isso vai ser nosso.

Participante 3 – SESEG/RJ



Fig. 09: CICC – Projeto
Fonte: SESEG/RJ



Fig. 10: CICC – Em construção
Foto: dos autores (05 fev. 2013)

¹¹³ CET-Rio, o Corpo de Bombeiros e Defesa Civil Estadual, a Defesa Civil Municipal, a Guarda Municipal, Polícia Civil, Polícia Militar, Polícia Rodoviária Federal e o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU).

O CICC, segundo o Participante 3 (SESEG/RJ), foi formatado a partir de um levantamento das necessidades e interesses dos órgãos envolvidos, buscando facilitar a interlocução entre estes. Ainda nas palavras do entrevistado, o CICC será um coletivo inovador no Rio de Janeiro, pois irá reunir em um único local, vinte e quatro horas por dias, as várias atividades de atendimento emergencial da cidade/estado (em termos de segurança pública e defesa social), especialmente no que se refere à supervisão de imagens e à supervisão de despachos.

Dessa maneira, a palavra mais utilizada ao longo da pesquisa para definir esse novo coletivo, prestes a entrar em funcionamento, foi “integração”, a qual irá se dar no sentido de reunir essas nove forças em suas rotinas bem como de promover a produção e acesso compartilhado de informações entre elas.

A proposta figura, assim, como um modelo que, ao menos teoricamente, seria mais eficiente (DEPARTMENT OF HOMELAND SECURITY, 2012), pois facilitaria ações de inteligência e operações conjuntas e mais rápidas por parte das forças envolvidas. Ao mesmo tempo, a possibilidade de compartilhamento de informações entre órgãos, instituições, governos, etc., soa para alguns teóricos como problemática, na medida em que favoreceria também a produção de perfis estigmatizantes e discriminatórios (BALL & MURAKAMI WOOD, 2006) e a potencialização do controle exercido sobre a população (HAGGERTY & ERICSON, 2006).

Entretanto, essa última preocupação parece não fazer parte da agenda dos órgãos integrantes do CICC, de modo que estão todos empenhados em multiplicar as formas de comunicação entre eles, com vistas a uma maior eficácia. Neste processo de transformação e integração, então, serão ampliados os postos de trabalho e inclusive o número de câmeras utilizadas. Além disso, será oferecido um *software* comum a todos os órgãos, para que se constitua uma espécie de banco de dados único, de acesso imediato.

Para cuidar do suporte técnico e tecnológico do CICC, a SESEG/RJ irá contratar, por meio de licitação, empresas que irão fornecer os equipamentos, *software*, e também cuidar da sua manutenção. Em paralelo, o Participante 3 (SESEG/RJ) nos afirmou que profissionais das áreas de telecomunicações, engenharia de sistemas e

programadores de fora da Secretaria estão sendo trazidos para atuarem no desenvolvimento de algumas atividades/projetos.

Com a inauguração do CICC, as atividades de vigilância dos batalhões e do atual Centro de Comando e Controle (CCC) irão migrar todas para o novo prédio, assim como os atendimentos emergenciais da Polícia Militar (190), do SAMU (192) e do Corpo de Bombeiros (193). Entretanto, alguns equipamentos serão mantidos nas instalações do CCC, em uma espécie de *backup*, para resguardar o coletivo diante de qualquer mau-funcionamento.

Além das câmeras de vídeo instaladas pela SESEG/RJ em pontos estratégicos da cidade e das câmeras da CET-Rio para controle do tráfego, o CICC irá contar também com as imagens produzidas por câmeras nas viaturas policiais. Serão duas em cada carro – uma na frente do veículo voltada para fora, e outra no interior voltada para dentro.

Mais do que monitorar a atividade dos policiais, a ideia é justamente a gente filmar toda a atividade que o policial faz. É muito mais para uma segurança dele mesmo do que qualquer outra coisa. Ou seja, você filmando toda a atividade dele, é muito mais fácil de ele, digamos assim, ser inocentado em situações de... fica muito mais resguardado porque tudo que ele fez ou deixou de fazer tá registrado ali.

Participante 3 – SESEG/RJ

Não apenas as câmeras de vídeo, mas outros dispositivos também são utilizados, já há algum tempo, no monitoramento das atividades policiais. Há GPSs em todas as viaturas bem como nos rádios utilizados pela Polícia Militar. A partir de um *software* específico é possível obter a localização exata de cada um desses actantes e a atualização dessa informação é feita pelo programa a cada vinte segundos.

Câmeras, GPSs, rádios, *software*... todos esses dispositivos serão articulados e passarão a agir de forma integrada com os nove órgãos de segurança e defesa social reunidos no CICC. Cada instituição, porém, manterá o seu campo de atuação e dará prosseguimento às suas atividades rotineiras. O diferencial, afirma o

Participante 3, o ganho proporcionado pela produção do CICC será, especialmente, quando a ocorrência exigir ações de mais de uma força.

Portanto, para cumprir as suas funções e garantir que esse ganho ocorrerá, o maior desafio percebido pelos porta-vozes envolvidos com esse projeto é justamente aquilo que fundamenta o CICC: a integração.

Alguns dos órgãos participantes do CICC já experimentam desde 2010 uma prática de trabalho conjunto – que ocorre no Centro de Operações da Prefeitura do Rio. Para outros, contudo, essa será a primeira experiência continuada nesse sentido. Assim, no momento atual da gênese do CICC, os representantes da SESEG/RJ estão preocupados e focados em desenvolver algum tipo de treinamento que azeite a convivência entre os membros de cada uma dessas instituições, favorecendo dessa forma a integração entre órgãos.

Logo, a capacitação e o nivelamento dos operadores para o início das atividades do CICC irá comportar o imenso conteúdo de rotinas, protocolos, normas de conduta e, principalmente, alguma espécie de dinâmica que facilite o estabelecimento de vínculos interpessoais, de um bom convívio. Neste sentido, foi inclusive recusada a proposta feita pelo Participante 17 (SESEG/RJ) de se realizar algumas etapas *online*, a distância, para encurtar o período de duração desse curso. Segundo os Participantes 16 e 18 (SESEG/RJ), as ações de treinamento estão sendo pensadas com o objetivo de promover um nivelamento entre todos os operadores, de evidenciar os contextos de cada órgão, suas responsabilidades, e também de quebrar resistências e desvendar afinidades para que, além do conhecimento necessário, eles tenham convivência harmônica e reconheçam a importância de seu papel no Centro. Tendo isso em mente, as turmas dos cursos de treinamento tentarão reproduzir as equipes que trabalharão lado a lado em seus turnos para já criar uma familiaridade entre os operadores.

Todavia, há aqueles que acreditam que o contato informal, apesar de importante, não é estritamente necessário, ou melhor, que a integração vai ser alcançada mesmo diante de uma possível indisponibilidade dos membros de cada órgão para tal, pois os dispositivos disponíveis no CICC irão se encarregar dessa difícil tarefa – assim como a “Espada Justiceira” lá do “Prelúdio” faz fazer o líder dos *ThunderCats*:

Essa interação informal vai ser inclusive fomentada, a ideia é essa mesma. Mas independente disso tudo ainda, nós desenvolvemos um software de atendimento e despacho e estamos também integrando os sistemas. Estamos com um projeto de integração de todos os sistemas, de tal forma que todo mundo vai trabalhar com sistema transparente e as informações que tiverem que circular vão circular via sistema. Ou seja, o contato pessoal vai ser uma redundância, digamos assim, vai ser um plus, não vai ser necessário. Não... vai ser necessário, mas eu digo assim: não vai ser o único... vai estar sendo uma coisa suplementar a tudo que está sendo documentado, a tudo que está funcionando via sistema.

Participante 3 – SESEG/RJ

De qualquer forma, apesar de já podermos fazer algumas observações e considerações, o Centro Integrado de Comando e Controle ainda está muito no início de seu desenvolvimento, e talvez seja demasiado cedo para explorar esses tipos de possibilidades futuras. Resta-nos, portanto, seguir os indícios, as pistas deixadas pelos porta-vozes envolvidos apenas indicando as direções apontadas; e futuramente continuar acompanhando cada movimento deste coletivo. Assim como disse o Participante 6 (SESEG/RJ), comparando o CICC a um laboratório, de um modo que nos remeteu diretamente à Teoria Ator-Rede e à obra de Bruno Latour, “se o balão de ensaio não explodir” eles prosseguem. Nós, por outro lado, prosseguiremos mesmo que ele exploda.

CENTRO INTEGRADO DE COMANDO E CONTROLE

A expressão “Comando e Controle” utilizada no nome atribuído ao Centro pela SESEG/RJ tem origem na doutrina militar e pode ser definida da seguinte maneira:

 Ciência e arte que trata do funcionamento de uma cadeia de comando e envolve três componentes imprescindíveis e interdependentes: a autoridade, legitimamente investida, da qual emanam as decisões que materializam o exercício do comando e para a qual fluem as informações necessárias ao exercício do controle; o processo decisório, baseado no arcabouço doutrinário, que permite a formulação de ordens e estabelece o fluxo de informações necessário ao seu cumprimento; e a estrutura, que inclui pessoal, instalações, equipamentos e tecnologias necessários ao exercício da atividade de comando e controle (ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO, 2013, p. 98).

Durante a realização dessa pesquisa, encontramos indícios de que a proposta de implantar a lógica de “Comando e Controle” na segurança pública do Rio de Janeiro se faz presente ao menos desde o ano de 2002. O primeiro rastro com o qual nos deparamos foi um relatório publicado na *internet* pela empresa *Lightship Brasil – LB* (agora fora do ar) sobre um programa de integração de comando, controle, comunicações e inteligência – C3I – solicitado pela então SSP-RJ (Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro).

 A desmobilização nas áreas de defesa externa, que se seguiu à “Guerra Fria”, conjugada à luz dos crescentes índices de aumento da criminalidade urbana, hoje assustadoramente organizada, vem determinando uma tendência mundial de migração de conceitos e tecnologias antes exclusivamente militares, para o campo das ações em prol da manutenção da lei da ordem (LIGHTSHIP BRASIL, sd., sp.).

Apesar de ter apresentado resultados positivos – segundo o próprio relatório elaborado pela *Lightship Brasil* – o programa C3I desenvolvido pela empresa foi cancelado por “vontade política”. Somente no ano de 2005, então, as ações de Comando e Controle se tornaram uma prática estável no Rio de Janeiro, quando algumas ideias do projeto de 2002 foram retomadas e materializadas na

inauguração do atual Centro de Comando e Controle (CCC)¹¹⁴. Dentro em breve, ocorrerá, porém, uma reconfiguração dessas práticas, cujo marco será o início das atividades do novo Centro Integrado de Comando e Controle (CICC)¹¹⁵.

Neste sentido, pode parecer que as ações de segurança pública no Rio de Janeiro estão seguindo um processo de crescente militarização das práticas civis que, de acordo com alguns autores (BALL & MURAKAMI WOOD, 2006; COAFFEE *et al.*, 2009; GRAHAM, 2011), ocorre de maneira generalizada nas culturas ocidentais, impondo uma lógica de guerra ao cotidiano das cidades. Contudo, acreditamos que, no Brasil, por seu percurso histórico – que conta, por exemplo, com um período de ditadura militar – e por ter entre as forças policiais mais expressivas órgãos militares, talvez essas análises não se apliquem.

Arriscamos afirmar até que, apesar da evidente influência militar, as mudanças observadas nas práticas de segurança do Rio de Janeiro, podem ser mais bem descritas como um lento e gradual processo de **desmilitarização** – desde a ditadura até os dias atuais, com a proliferação de projetos de polícia comunitária e crescente envolvimento da iniciativa privada.

O próprio Exército Brasileiro, neste sentido, reconhece diferenças entre as suas atuações e aquelas empreendidas por órgãos civis. Dessa forma, talvez tenhamos que buscar identificar que definição(ões) performática(s) terá a ideia de “Comando e Controle” articulada ao CICC.

 Agências civis tendem a operar por meio de estruturas de “coordenação e comunicação”, em vez de estruturas de “Comando e Controle” (C2) tipicamente militares (ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO, 2013, p. 29).

A partir de um treinamento realizado no Instituto Militar de Engenharia (IME), visando à preparação para os grandes eventos, os representantes da SESEG/RJ perceberam que o formato do CICC e a dinâmica planejada para sua rotina se afastam da ideia militar de “Comando e Controle”. Segundo o Participante 6

114 Para mais informações sobre o Programa C3I desenvolvido pela empresa *Lightship Brasil – LB*, ver Cardoso (2010).

115 “*Integrated Security Command Center*”, na tradução para o inglês.

(SESEG/RJ), o conceito de “Comando e Controle” nas forças armadas é rígido, hierarquizado, funcionando de cima pra baixo; o que não daria para ser aplicado no dia a dia do Centro. No CICC, prosseguiu o participante, estarão reunidos vários órgãos, de várias esferas de poder e, assim, não seria possível a utilização de uma estrutura vertical como essa. O referido porta-voz acrescentou ainda que as decisões no novo Centro deverão ser tomadas em consenso – o que não significa dizer democraticamente – sob uma coordenação apenas, que trabalhe no sentido de integrar todos os envolvidos. Ele defende inclusive que haja um revezamento de coordenadores entre os representantes dos Bombeiros, da Polícia Militar e da Polícia Civil, com o suporte dos demais, para que, nivelados e capacitados, eles dividam a responsabilidade e sejam copartícipes. Assim o Centro deverá figurar como uma ferramenta; e o bom atendimento final vai depender de cada agência. A SESEG/RJ não poderá interferir; somente irá sinalizar, mostrar as avaliações, as mensurações feitas para que cada órgão melhore sua atuação.

Dessa forma, pudemos perceber que o CICC está sendo pensado em sua rotina segundo uma lógica de parcerias e cooperações entre as instituições envolvidas, organizadas de uma forma mais horizontal. Não obstante, o novo centro terá inserida nessa dinâmica práticas distintas durante a realização dos grandes eventos, as quais deverão ser gerenciadas e conduzidas por um comando único.

(...) O Centro tem duas finalidades. (...) Uma das finalidades, que é a finalidade maior, porque é a que vai está funcionando vinte e quatro horas por dia... esses órgãos todos terão nesse Centro os (...) seus serviços de atendimento de emergência aos usuários e (...) supervisões de despacho. (...) E nós teremos também, num segundo momento, num andar acima, uma sala de (...) gerenciamento de crise ou acompanhamento de grandes eventos.

Participante 3 – SESEG/RJ

Neste sentido, funcionarão no mesmo Centro duas dinâmicas distintas, que colocarão em prática, cada uma delas, performances específicas de governo: o CICC que trabalha vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana (24/7); e o CICC voltado para os grandes eventos.

A partir dessa distinção operacional, então, o Participante 6 (SESEG/RJ) chegou a nos revelar que tem pensado sobre a possibilidade de utilizar outra nomenclatura para definir melhor a atuação do Centro em seu funcionamento rotineiro. A ideia é apagar qualquer aproximação com a lógica militar de “Comando e Controle” – que na verdade apresentará mais conexões com as práticas de gestão dos Jogos – e evidenciar a diferença entre as duas dinâmicas. Neste sentido, um nome já empregado em outros centros do país e que, possivelmente, será o escolhido caso a mudança ocorra, é Centro Integrado de Operações de Defesa Social (CIOD). Assim, durante a produção dessa cartografia, rastreamos algumas distribuições entre as práticas que deverão ser performadas pelo Centro em seu funcionamento CIOD daquelas articuladas ao seu funcionamento CICC. As diferenças já começam, por exemplo, na ocupação do espaço físico:

Então, onde vão estar essas nove forças trabalhando vinte e quatro horas por dia, sete dias na semana, é o segundo andar, que a gente pode chamar aí de Centro de Operações. Mas a gente vai ter um andar acima, que é onde a gente vai trabalhar o gerenciamento de crises e o acompanhamento dos grandes eventos ou o Centro de Comando e Controle propriamente dito. Então, os Jogos Olímpicos vão ser tratados num outro andar, completamente separado do dia a dia da região metropolitana.

Participante 3 – SESEG/RJ

Outro exemplo de distribuição diz respeito à abrangência, às áreas de atuação do Centro, que irão depender do tipo de funcionamento observado:

Então, na realidade, para o dia a dia, para esse andar de que eu tô falando do dia a dia, que é uma das finalidades do centro, (...) alguns órgãos vão atender o Estado inteiro; alguns só município, isso é relativo. Agora, o Centro enquanto sala de crise, enquanto sala de gerenciamento de crise e acompanhamento de grandes eventos, esse sim funciona pro Estado inteiro. Qualquer evento que aconteça no estado do Rio de Janeiro, esse centro de crises pode ser utilizado.

Participante 3 – SESEG/RJ

Em todo caso, a maior distinção que se fez evidente durante a realização desta pesquisa foi realmente com relação às formas de gestão do Centro. Para o dia a dia, está sendo pensada apenas uma coordenação – de pouco poder decisório, em esquema de revezamento; cabendo a cada órgão seu próprio comando – segundo um esquema de distribuição horizontal de responsabilidades. Para a realização dos Jogos, uma cadeia hierárquica de comandos – de poder decisório descentralizado entre eles, de acordo com o nível de complexidade da ocorrência – segundo um esquema de distribuição vertical de responsabilidades (COAFFEE *et al.*, 2009), no qual os órgãos estarão todos de certa forma subordinados a esses comandos.

Outra política dos Jogos é descentralizar a decisão, quer dizer, nós temos que criar protocolos que só se escalem pra um escalão superior o mínimo ou um número muito reduzido de demandas, ou seja, tudo tem que ser resolvido localmente, com o gerente de segurança do Comitê, o gerente ou o chefe da segurança pública que trabalharão juntos nesse local, e o gerente geral da instalação, que é o grande gestor do evento. Então a infraestrutura tá instalada assim: local, regional e central.

Participante 4 – Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016™

Vale ressaltar, porém, que apesar dessas distribuições, apesar das diferenças entre as dinâmicas de gestão compartilhada da hierarquizada, existem algumas aproximações, ou melhor, conexões entre o “Centro-CIOD” e o “Centro-CICC”. A maioria dos actantes envolvidos em ambos os funcionamentos, por exemplo, é praticamente a mesma. Outro ponto interessante – mencionado anteriormente – é fato de que os documentos da FIFA e das Olimpíadas de Londres estão sendo utilizados como base para o estabelecimento dos protocolos a serem implantados durante os Jogos no Rio de Janeiro. E estes protocolos, por sua vez, estão sendo aproveitados para a definição da rotina e dos processos inerentes ao dia a dia do Centro.

Trabalhando em duas frentes, então, os representantes da SESEG/RJ e de cada órgão vêm traduzindo, misturando e ao mesmo tempo separando os enunciados, planos e ideias que irão formatar essas duas dinâmicas do CICC. Aos poucos, o

Centro vai ganhando não só a forma física do prédio, mas também uma materialidade que poderá tornar estáveis novas práticas de governo articuladas às câmeras de vídeo. E é com relação à situação atual desse processo de fabricação do CICC que fazemos algumas considerações na próxima sessão.

PRODUZINDO CARTOGRAFIAS PROVISÓRIAS

Um pouco mais de dois anos após a minha primeira visita à SESEG/RJ, durante os quais tive a oportunidade de conversar com alguns de seus porta-vozes, conhecer suas instalações, pesquisar sobre suas ideias, projetos e ações, no dia 25 de outubro de 2012 eu retornava à Secretaria para uma segunda entrevista com o Participante 3.

Em sua sala, então, sentado em frente a ele, fiz questão de deixar evidente há quanto tempo havia iniciado essa jornada e ao mesmo tempo agradei sua colaboração, que se renovava naquele momento. Quando já estava pronto para iniciar minhas perguntas, o porta-voz se adiantou e me colocou uma questão que recebi com certa surpresa. De início, o participante perguntou qual era exatamente o objetivo da minha pesquisa, a que se prestava; mas, antes que eu pudesse responder, esclareceu seus verdadeiros interesses: ele gostaria de saber se, ao final da minha pesquisa, eu poderia dar um treinamento aos operadores das câmeras.

Confesso que, com certo pesar, disse-lhe que “não”. Pesar, pois gostaria realmente de poder corresponder às suas expectativas assim como ele estava correspondendo às minhas. Expliquei-lhe, então, que minha pesquisa estava afiliada às Ciências Humanas e que pouca ajuda eu poderia fornecer em questões operacionais. Entretanto coloquei-me à disposição para apresentar o meu trabalho depois de concluído, cabendo à Secretaria aproveitar minhas contribuições da forma que melhor a conviesse.

Mesmo assim, percebi naquele momento uma mudança no papel que desempenhava (e ainda desempenho) no referido coletivo, uma mudança na forma como eu estava sendo traduzido por aquele e pelos demais actantes da SESEG/RJ. A partir dali, minha entrada na Secretaria e no CICC mudou de alguma maneira, no sentido de que as portas passaram a se mostrar mais abertas pra mim.

Aproveitando, então, essa maior receptividade, demos continuidade à pesquisa, solicitando a esse e aos demais porta-vozes que nos pusessem a par dos últimos acontecimentos, que nos informassem sobre o andamento do projeto CICC – o que foi realizado e os desvios ocorridos desde as nossas primeiras entrevistas e visitas.

A primeira modificação citada pelo Participante 3 foi com relação à estrutura da Secretaria. Ao longo desses dois anos, houve eleição para governador do Estado do Rio de Janeiro – o representante máximo nessa cadeia hierárquica a qual está ligada a SESEG/RJ – cujo resultado, apesar de ter mantido o governador anterior por meio de reeleição, trouxe algumas modificações não só na organização da Secretaria como também nos cargos e pessoas que os ocupavam.

A área de tecnologias¹¹⁶, por exemplo, foi aglutinada à de telecomunicações¹¹⁷ e à Superintendência de Comando e Controle¹¹⁸, as quais passaram a compor a “Subsecretaria de Tecnologia”. Acreditamos que essa maior proximidade entre as três referidas áreas possivelmente vem promovendo e facilitando os processos de adoção de alguns dispositivos, que foram mencionados pelos Participantes 3, 6 e 16, dentre eles o software de detecção de disparo de arma de fogo¹¹⁹ – há um ano em processo de calibragem – e os terminais de bordo instalados em cada viatura da Polícia Militar¹²⁰.

No que diz respeito especificamente ao CICC e seu planejamento, em meu primeiro contato com o Participante 3 (SESEG/RJ) – em 2010 – havia lhe perguntado se ele acreditava que alguns desvios poderiam ocorrer no percurso do Centro, se o plano inicial poderia ser alterado diante de novas situações. O porta-voz, então, se apropriando de minha pergunta como referente apenas ao espaço físico do CICC, disse:

116 Antiga “Subsecretaria de Modernização Tecnológica”.

117 “Superintendência de Telecomunicações” – Detel-RJ.

118 Responsável pelo CCC e pelo atendimento de emergência 190 – e que passará a cuidar agora do CICC.

119 Shotspotter: <<http://www.shotspotter.com/>>. Segundo o Participante 3 (SESEG/RJ) “qualquer grande som o sistema detecta. Aí, isso automaticamente, em menos de segundos, já tá na tela do operador. E aí ele pode conferir, ver se é disparo de arma de fogo, se é rojão, se é qualquer coisa. O sistema já tem uma pré-classificação, mas ainda assim o ouvido humano é melhor pra detectar isso e, se for o caso, deslocar uma viatura pra verificar do que se tratou”.

120 “É um computador... na realidade, ele recebe o despacho das ocorrências; através dele, o policial em breve também vai poder fazer o boletim de ocorrência. Ele hoje é preenchido no papel e caneta, mas a gente vai poder fazê-lo de maneira eletrônica. E vamos fazer um banco de dados disso daí. E ele também efetua consultas ao Portal de Segurança. Ou seja, você pode consultar pessoas, se elas têm mandato de prisão ou não; e veículos, se tem queixa de roubo ou furto ou não. Então tudo isso ele vai poder fazer agora na viatura sem precisar usar o rádio” (Participante 3 – SESEG/RJ).

Do jeito que o projeto foi feito, ele já comporta algumas expansões. A gente têm alguns espaços dentro do prédio que a gente pode aproveitar tirando alguns dos órgãos, ou seja, a gente já fez um projeto, digamos assim, relativamente confortável. Então, a gente tem espaço pra... a serem utilizados, que a gente pode usar dentro do prédio ainda. E a gente têm uma parte lateral, que é um estacionamento, que a gente pode de alguma maneira aproveitar também fazendo um outro prédio. Isso, a gente tem... existe possibilidade de ampliar, se for o caso.

Participante 3 – SESEG/RJ

Dois anos depois, em 2012:

Todo espaço que foi solicitado, a gente conseguiu. Exemplo claro disso foi o Bombeiro que ainda em dezembro do ano passado pediu mais um acréscimo de espaço... em dezembro do ano passado... e agente ainda teve que fazer uma modificação no layout interno, que nos rendeu mais um trabalhinho aí.

Participante 3 – SESEG/RJ

Já em março de 2013, pareceu-nos, durante uma visita realizada às futuras instalações do CICC, que o discurso e a situação tinham se modificado com relação a esse “conforto” e a essa “adaptabilidade”. De acordo com o Participante 6 (SESEG/RJ) – que nos serviu de guia durante a visita – o prédio do Centro atualmente está bastante povoado e talvez não comporte mais nenhuma expansão. Tal limitação, contudo, caso exista, diz respeito apenas ao desenho físico do CICC. Quanto aos procedimentos, às dinâmicas, os processos e protocolos, vários porta-vozes da SESEG/RJ insistem em afirmar o caráter processual de suas produções, ressaltando a possibilidade de realização de ajustes, correções, inclusões, e a aposta em um trabalho contínuo e conjunto entre todos os órgãos envolvidos. E é exatamente nesta etapa de oficialização das associações e parcerias¹²¹, e do estabelecimento de manuais compartilhados que se encontra a produção CICC.

121 Por meio da assinatura dos chamados “Memorandos de Entendimento”, nos quais cada órgão concorda em fazer parte do **sistema** CICC – que irá integrar as informações de todas as agências envolvidas em um banco de dados único.

Segundo o Participante 6 (SESEG/RJ), o trabalho agora está sendo feito agência por agência, instituição por instituição, para saber que protocolos serão incorporados no funcionamento do Centro. A tentativa inicial foi de executar essa fase em reuniões gerais, com todas as agências presentes – o que não deu certo. Em seguida, então, partiram para essa estratégia de conversar com cada instituição por vez, no sentido de identificar pontos de convergência e as ações específicas de cada órgão dentro de uma mesma ocorrência. Dessa forma, prosseguiu o porta-voz, o foco atualmente está nos fatos, nas situações e, a partir daí eles passam ao seus detalhamentos com as instituições.

Conforme alertou o Participante 16 (SESEG/RJ), a simples incorporação e reunião dos protocolos já existentes em cada agência se mostrou inviável, pois alguns dos órgãos envolvidos irão começar a utilizar determinadas tecnologias somente após a inauguração do CICC e, portanto, ainda não têm protocolos formatados que possam ser aproveitados no sistema integrado. Por outro lado – ressaltou o Participante 6 (SESEG/RJ) – há também algumas agências que, apesar de possuírem manuais estruturados, utilizam sistemas muito complexos, como é o caso do SAMU. Sendo assim, com a plataforma integradora já existente, a SESEG/RJ está estudando os protocolos e as ocorrências que serão atendidas pelo CICC, e homologando junto às agências os processos que poderão ser migrados.

Cabe acrescentar, porém, que as reuniões gerais, com a participação de todas as agências integrantes estão também sendo realizadas, para que haja acompanhamento e envolvimento das instituições e, principalmente, para que as decisões sejam compartilhadas. Na verdade, seguindo a distinção funcional já mencionada, são dois os tipos de reuniões conjuntas: o Grupo de Trabalho (GT) “Comando e Controle”, conduzido pela SESEG/RJ para o estabelecimento das rotinas, da dinâmica 24/7 do CICC; e a Oficina Temática XIII de “Comando e Controle Integrados” – uma das quinze oficinas criadas pelo Ministério da Justiça para tratar sobre os assuntos referentes à Segurança Pública durante os Jogos da Copa das Confederações (2013) e da Copa do Mundo de 2014¹²².

122 Ver “Ministério da Justiça cria Oficinas Temáticas para Copa 2014”: <<http://www.copa2014.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=606>>.

Ao longo dos primeiros meses do ano de 2013, tive a oportunidade participar como ouvinte em algumas das reuniões da Oficina Temática XIII, bem de uma apresentação do relator do Grupo de Trabalho sobre os avanços feitos até então.

As portas da Oficina me foram abertas pelo Participante 6 (SESEG/RJ) ao final de nosso segundo encontro. Acredito que o convite foi feito em consequência da já comentada mudança no papel que desempenhava nesse coletivo que, apesar de ter sido percebida por mim como uma transformação no modo como os porta-vozes da SESEG/RJ me traduziam, acabou também por me fazer agir diferentemente – o que talvez tenha configurado uma relação de confiança ainda maior entre nós.

Durante esse segundo encontro ao qual me refiro, desde o início da conversa notei uma dinâmica diferente. Quando o diálogo começou, éramos apenas eu e o Participante 16 (SESEG/RJ) – o qual não me autorizou a gravar a conversa, não me autorizou nem a seguir meu roteiro de perguntas; conduzindo o assunto segundo suas próprias associações, julgando se caberia responder às minhas demandas ou não a cada vez que eu as expressava. O Participante 6 (SESEG/RJ), então, chegou e mantivemos a informalidade. A conversa ia fluindo, mas obviamente, estava interessado em ouvi-los falar e, dessa forma, limitava-me a pequenas intervenções, sempre questionando, tentando captar e compreender as realidades que ambos faziam produzir ali durante a nossa conversa.

Quando os dois já aparentavam cansaço, e o assunto, ao menos para aquele dia, parecia estar se esgotando, o Participante 6 (SESEG/RJ) manifestou sua vontade de me ouvir também. Acredito, novamente, que o clima informal favoreceu para que isso acontecesse. Além disso, minha posição ali enquanto pesquisador sinalizava que eu talvez tivesse um conhecimento, não maior, mas distinto, que pudesse auxiliá-los na resolução de algumas de suas incertezas. Confesso que durante alguns eternos segundos tive dúvidas sobre como proceder. Porém, seguindo um tipo de intuição, decidi corresponder à demanda do porta-voz e me posicionei, naquele instante, menos como um estranho, mas como mais um actante daquela rede. Fiz algumas observações sobre meu trabalho, outras considerações sobre as práticas de vigilância/monitoramento, me solidarizei com eles diante árdua tarefa que tinham pela frente... A sensação que tive, ao me colocar de forma diferente

nesse coletivo, foi que eles, mais uma vez, tiveram que reconfigurar o modo com o qual me traduziam.

O convite, então, para comparecer às reuniões da Oficina veio um minuto depois; e como retribuição, fiz questão de expressar o meu contentamento e de frequentar assiduamente às atividades programadas para as semanas seguintes. Assim, na primeira reunião que estive presente, o Participante 6 (SESEG/RJ) me introduziu oficialmente aos membros do grupo, explicando o objetivo de minha pesquisa e, ao mesmo tempo, revelando que esperava de mim uma contrapartida, alguma espécie de intercâmbio mais efetivo, diante da disponibilidade que me estava sendo oferecida. Assenti à proposta na presença de todos e, desde então, como ouvinte, tenho integrado os encontros.

As questões da Oficina, segundo ficou evidente nas falas dos participantes, se misturam muitas vezes com alguns pontos abordados e desenvolvidos no GT, de forma que, às vezes, o que preocupa a um grupo preocupa também a outro, e as soluções encontradas em um são aproveitadas no outro.

Entretanto as diferenças funcionais entre ambos estão marcadas já nos objetivos de cada grupo. Com relação à Oficina, por exemplo, cujo foco é os Jogos, há representantes da Secretaria Extraordinária de Segurança de Grandes Eventos (SESGE) do Ministério da Justiça (MJ) acompanhando as discussões. Tendo em vista que a Copa do Mundo é um evento distribuído pelo país e, portanto, uma responsabilidade do Governo Federal, uma conexão importante que atua também diretamente no funcionamento da Oficina e que busca manter de certa forma uma homogeneidade nacional é a dinâmica de trabalho articulada às demais cidades-sede. Outro ponto de distribuição diz respeito aos prazos de conclusão, que no GT é mais flexível, uma vez que é direcionado para práticas de segurança de rotina, ao passo que Oficina tem a iminência da Copa das Confederações em seus calcanhares – o que acaba pressionando de certa forma o ritmo do GT, mas não incisivamente.

Dessa maneira, diante do cronograma imposto prioritariamente à Oficina, parece que o CICC entrará em funcionamento quase às vésperas da Copa das Confederações e, neste sentido, existe certo receio, dada a inovação que o Centro

comporta, de que não haja tempo hábil para a adaptação das agências aos recursos disponibilizados. Segundo o Participante 16 (SESEG/RJ), mesmo depois de realizada a capacitação e os treinamentos, é possível que surjam dificuldades e problemas: “no papel frio é uma coisa” – afirmou; mas é quando esse plano se torna uma ação que eles entram em contato com questões que talvez não estivessem antes previstas.

Consequentemente, foi proposta pelo Participante 6 (SESEG/RJ), durante uma das reuniões da Oficina – e provavelmente deverá ser levada a cabo – a ideia de que os órgãos busquem priorizar na Copa das Confederações os dispositivos com os quais já estão familiarizados em suas rotinas, deixando um pouco de lado as inovações disponibilizadas pela inauguração do CICC.

Por mais simples que possa parecer, a referida sugestão apresenta extrema relevância para a reflexão que desenvolvemos aqui, especialmente se ela for cumprida por todos os órgãos e, mesmo nessas condições, o evento se der de forma bem sucedida. Registrar a ocorrência de tal fato pode manter circulando um tipo de enunciado que evidencia da “artificialidade” do coletivo CICC – sem qualquer conotação negativa para esse termo – e, dessa maneira, evitar que o mesmo seja tomado um dia como indispensável, como a materialidade “naturalmente” destinada à gestão da segurança – principalmente dada a imprevisibilidade de suas associações e efeitos.

Ao longo dos encontros da Oficina, pudemos mapear também algumas incertezas e controvérsias que vêm mobilizando o grupo ultimamente. A primeira delas diz respeito ao funcionamento dos Centros Integrados de Comando e Controle Móveis (CICCM) – aproximadamente vinte e sete dispositivos que serão distribuídos pelas cidades-sede da Copa, para serem utilizados próximos aos estádios quando da realização de algum jogo, os quais reproduzem em um veículo os recursos tecnológicos de um CICC. Não apenas por sua mobilidade, mas por sua menor complexidade e por ser a única materialidade já disponível aos órgãos de segurança e defesa social de todas as cidades-sede, os CICCM terão um papel de destaque especificamente na Copa das Confederações. Entretanto a tecnologia implantada nos Centros Móveis utiliza um sistema produzido pela empresa IBM, a

qual estabelece um valor considerado elevado – segundo as discussões na Oficina – para a licença de cada câmera extra conectada. Para atender à demanda da FIFA, a SESEG/RJ já possui um número suficiente de câmeras instaladas pela cidade; mas o pacote contratado com a IBM comporta a disponibilização de uma quantidade menor de imagens no CICC – o que não seria um problema caso o CICC, esse sim capaz de reunir as imagens de todas as câmeras, estivesse em pleno funcionamento. Neste sentido, têm-se discutido muito sobre como manter o CICC como materialidade principal e, ao mesmo tempo, fazer chegar nele as informações provenientes de todas as câmeras exigidas pela FIFA sem aumentar os gastos.

Outro ponto de debate no grupo é questão da coordenação das atividades de segurança e defesa social durante os jogos da Copa do Mundo e, principalmente, da Copa das Confederações. Enquanto alguns membros acreditam que a pessoa a ocupar essa função deve ser selecionada pela SESGE, uma vez que esta representa o Ministério da Justiça e, por consequência, o Governo Federal; outros observam que o prazo é curto, e que a delegação de tal poder decisório a uma única entidade poderia acarretar inclusive a entrada de alguém de fora da Oficina para assumir a coordenação – o que retardaria ainda mais o processo, pois seria necessário atualizar esse novo membro com relação a tudo que foi discutido até então. A grande preocupação, segundo nos pareceu, é com relação à “responsabilidade” e ao compromisso exigido pelo cargo e, por consequência, ao peso dessa escolha. Independente de quem for selecionado para ocupar a posição de coordenador, a que órgão ou instituição estiver vinculado, as agências integrantes da Oficina afirmam que irão se dedicar com afinco, buscando realizar seu trabalho da melhor maneira possível, como normalmente o fazem. Contudo, a Copa é um evento de visibilidade internacional, e se algo der errado pode comprometer não apenas a carreira desse gestor, mas também responsabilizar o grupo ou a instituição que o nomeou para o cargo.

Uma terceira e última controvérsia que gostaríamos de descrever por agora diz respeito aos operadores de câmeras do CICC – uma questão que não é específica da Oficina, mas que surgiu no GT e acabou ultrapassando de alguma forma os seus limites. No atual CCC, como já mencionamos, os operadores são ex-policiais,

em geral aposentados, que por meio de uma empresa terceirizada, prestam esse tipo de serviço à SESEG/RJ. Entretanto, muitas discussões são suscitadas dentro da Secretaria e da Polícia Militar sobre a qualidade do trabalho desempenhado por esses operadores e por essa empresa. Foi cogitada inclusive a possibilidade de ser feita uma reclamação formal neste sentido, mas logo em seguida houve um recuo, pois isso geraria a demissão automática dos operadores, o que deixaria o CCC desfalcado até a realização de uma nova licitação. Diante da inauguração do CICC, então, e do fim do contrato com essa empresa, o plano inicial – que era de abrir um novo processo licitatório – foi modificado, uma vez que a Polícia Militar ofereceu homens de seu efetivo para realizar a atividade de supervisão (que ocorre hoje no CCC), assim como já cuidam do monitoramento (em cada um dos batalhões). Entretanto, parece que o representante do PMERJ que fez tal oferta não atentou para o fato de que toda a prática de monitoramento realizada nos batalhões deve migrar para o Centro Integrado, junto com a atividade de supervisão feita no CCC. O problema é que os policiais que operam as câmeras nos batalhões atualmente desempenham também outras atividades, as quais ficariam comprometidas com essa mudança, pois ainda não há homens suficientes para executar ambas as funções depois de desmembrados. Ao mesmo tempo, a possibilidade de voltar ao plano inicial também parece não ser uma boa opção, primeiro pelo risco de que os antigos problemas persistam no novo centro e, principalmente, por não haver mais tempo hábil para um processo licitatório.

Em apenas algumas semanas acompanhando as discussões na Oficina Temática, nos foi possível identificar questões importantes cujas negociações e decisões ajudarão a dar forma ao novo CICC. Infelizmente, devido ao atraso na conclusão da obra do prédio, os cronogramas de implantação do Centro e de desenvolvimento da presente tese se tornaram de algum modo incompatíveis. Não obstante, insistimos em abordá-lo como um dos temas dessa pesquisa, pois acreditamos que o desenho da cartografia que produzimos, mesmo incompleto – como qualquer outra cartografia – fornece algumas pistas sobre o futuro do CICC e das práticas de governo performadas no Rio de Janeiro articuladas às câmeras de vídeo urbanas.

De todo modo, pretendemos continuar seguindo a dinâmica, os fluxos desse coletivo e os desdobramentos das controvérsias que descrevemos aqui por meio de outras pesquisas futuras, ao menos até que ele adquira uma forma um pouco mais estável, tal como apresenta hoje o Centro de Operações da Prefeitura Rio (COR).

SEGUNDA ÁRIA

“Pulsção, gente, ritmo, trabalho, beleza, energia. Dia e noite, 24 horas, esta cidade não para e nem pode parar. E é por isso que a prefeitura do Rio criou o Centro de Operações Rio na Cidade Nova. O Centro de Operações é um moderno centro de tomada de decisões que funciona 24 horas por dia, 7 dias por semana, todo equipado com a mais alta tecnologia. O coração do projeto é esta Sala de Controle. É aqui que 70 operadores se revezam em diferentes turnos para acompanhar o funcionamento da cidade. Mais de 400 câmeras instaladas em lugares estratégicos fornecem as imagens que são vistas neste telão, que é o maior da América Latina. O Centro de Operações auxilia o Rio no seu dia a dia, no planejamento de grandes eventos e em situações de emergência, como chuvas fortes, acidentes de trânsito, apagões e deslizamentos. Com todos os órgãos envolvidos na operação da cidade, atuando de forma integrada no Centro de Operações, o carioca agora sabe que o Rio se tornou uma cidade melhor, uma cidade inteligente.

Eduardo Paes (prefeito do Rio): *‘– O Centro de Operações permite que tenha gente olhando para todos os cantos da cidade, 24h por dia, 7 dias da semana, que era o que não acontecia. Então isso aqui pra mim é um sonho realizado. Desde o dia que eu entrei na Prefeitura, eu sonhava em ter esse espaço para a cidade do Rio de Janeiro, pras pessoas... principalmente isso: para as pessoas saberem que elas estão sendo cuidadas’.*

Prevenção e informação – A prefeitura investiu o que há de mais tecnológico para prever o tempo e foi pioneira em adquirir um radar para fins exclusivos de prevenção de enchentes e deslizamentos. Instalado no Morro do Sumaré, este radar faz a previsão das chuvas que podem atingir a cidade. As imagens são monitoradas por uma equipe de meteorologistas do Alerta Rio. Essas informações alimentam o PMAR (Previsão Meteorológica de Alta Resolução), sistema que foi desenvolvido pela IBM, exclusivamente para as características da cidade. Com essa tecnologia, é possível prever temporais com até 48h de antecedência. O Rio é a única cidade da América Latina com o sistema exclusivo de meteorologia como o PMAR. A Prefeitura instalou sirenes em encostas com risco de deslizamento. Se o radar acusar chuvas fortes nessas regiões, é do Centro de Operações que o sistema de alerta é disparado para os moradores deixarem essas localidades e se abrigarem em pontos de apoio. [Simulação] *‘Risco de deslizamentos nesta área. Moradores, dirijam-se para locais seguros ou...’* Moradores cadastrados também recebem o alerta por SMS nos seus celulares.

Na Sala de Imprensa do Centro de Operações Rio, os jornalistas têm acesso a informações em tempo real sobre acontecimentos que podem afetar a rotina da cidade, e daqui mesmo essas informações podem chegar imediatamente ao cidadão. *‘... aconteceu um acidente na Avenida Brasil, pista central, sentido Centro, nas imediações de Parada de Lucas, entre um ônibus e um taxi...’* E assim, o cidadão estará sempre informado e terá uma resposta rápida para qualquer alteração na rotina do Rio. Quando alguma anormalidade é detectada na cidade, é aqui, na Sala de Crise, que o prefeito, secretários e outros agentes se reúnem para tomar as decisões. A residência do prefeito e a Defesa Civil têm conexão direta com essa sala. O alto investimento em equipe e tecnologia faz do Centro de Operações Rio uma referência mundial no planejamento e operações da cidade. Tudo isso porque o Rio na pode parar.

Prefeitura do Rio. Sempre presente” (COR, 2011).

AMPLIANDO O OLHAR

Rio de Janeiro, dez de outubro de dois mil e doze. Finalmente havia chegado o dia agendado para a minha primeira visita ao Centro de Operações da Prefeitura do Rio de Janeiro¹²³ (COR). Era um dia de sol forte, e tratei de procurar uma sombra que pudesse me abrigar até o horário marcado. Diferente do que esperava, o entorno do prédio, na Cidade Nova, estava muito bem cuidado. Provavelmente havia passado por algum tipo de revitalização... Mesmo assim, não foi fácil achar abrigo. A única sombra existente era em frente à “Petrobrás”, efeito único da posição do prédio com relação ao sol. Fiquei ali uns quinze minutos e decidi, então, dirigir-me ao COR para adiantar qualquer etapa de credenciamento que tivesse que passar.

Na recepção, fui informado que o Participante 19 – com quem havia agendado a visita – estava em horário de almoço. Peguei, então, um crachá e sentei-me no sofá disponível. De imediato, saquei meu bloquinho de anotações e comecei a redigir minhas primeiras observações. Já sabia de antemão que não poderia realizar entrevistas com os operadores que trabalham no Centro¹²⁴ e, assim, tentei garantir que nenhum detalhe se perdesse em minha memória.

Do sofá onde estava sentado, a primeira coisa que notei foi a porta da “Sala de Controle” – a qual havia visto anteriormente no vídeo de divulgação do Centro. De abertura automática, e com os dizeres “Sala monitorada por câmeras” nela afixados, era bem mais larga do que esperava e ficava localizada de frente para a entrada do prédio, logo após as catracas e o pequeno corredor dos elevadores e de subida da escada.

Enquanto aguardava, várias pessoas passaram por aquela recepção... os operadores, de macacões branco... alguns conversando sobre situações de trânsito na cidade; o segurança, de uniforme azul, reclamando sobre o sol forte e a falta de sombra do lado de fora do prédio. Vi também duas guardas municipais, em seus uniformes beges; um operador da CET-Rio, em seu uniforme azul e amarelo

123 <<http://www.centrodeoperacoes.rio.gov.br/>>.

124 Informação obtida com o Participante 19 (COR), em contato anterior (24/07/ 2012), ao longo de nossa comunicação via e-mail.

fluorescente; e varias outras pessoas de fora que aparentemente chegavam para uma reunião.

Entre as catracas de entrada e a Sala de Controle, numa das paredes do corredor, a televisão ali presente exibia uma apresentação simples feita em *Prezi*¹²⁵, com *links* em código QR¹²⁶ para a página do COR na *internet*, para os vídeos de divulgação do Centro em Português e Inglês, e para os boletins mais recentes publicados. Além da televisão, pude avistar também (como já era de se esperar) algumas câmeras instaladas naquele ambiente e cheguei a me questionar sobre suas capacidades técnicas, com receio de que fosse possível aos operadores do Centro ler as anotações que estava fazendo.

Depois de uma hora esperando, decidi retornar ao balcão de recepção para saber se haviam esquecido de mim ali; então, fui informado que o Participante 19 acabara de entrar e que deveria me atender em breve.

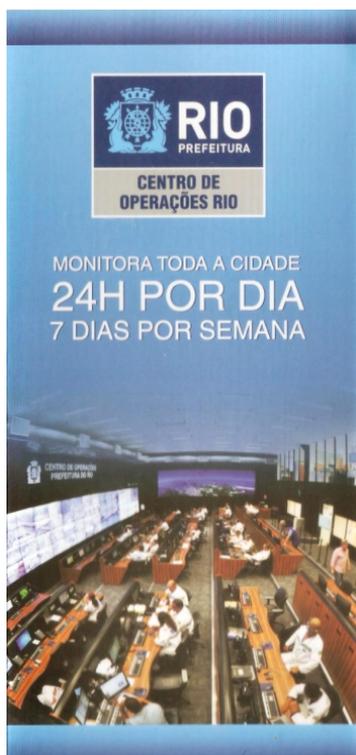


Fig. 11: Folheto 1 / capa
Fonte: COR

Alguns minutos após, porém, um rapaz veio até mim, se apresentou, disse que o porta-voz com quem havia agendado teria uma reunião, que não poderia me atender naquele momento, e que ele – o Participante 20 – seria o meu “guia”.

Assim, entrei, pegamos o elevador e fomos até o segundo andar do prédio. O Participante 20 me apresentou, então, o corredor onde ficam os escritórios dos órgãos que atuam no COR. Como destaque, ele comentou sobre o “Alerta Rio” e o “Rio-Águas”, órgãos responsáveis pelo controle meteorológico (incidência de chuvas e ventos) e pelos níveis dos rios respectivamente. Descrições feitas, foram-me entregues dois folhetos (um sobre o COR propriamente dito – figs. 11, 12 e 13 –

125 Ferramenta de apresentação: <<http://prezi.com/>>.

126 Do inglês “QR-code”: um código de barras bidimensional que pode ser lido usando a maioria dos telefones celulares equipados com câmera, redirecionando o usuário a um texto (interativo), a uma página na *internet*, um número de telefone, uma localização georreferenciada, um e-mail, um contato ou a uma mensagem de texto.

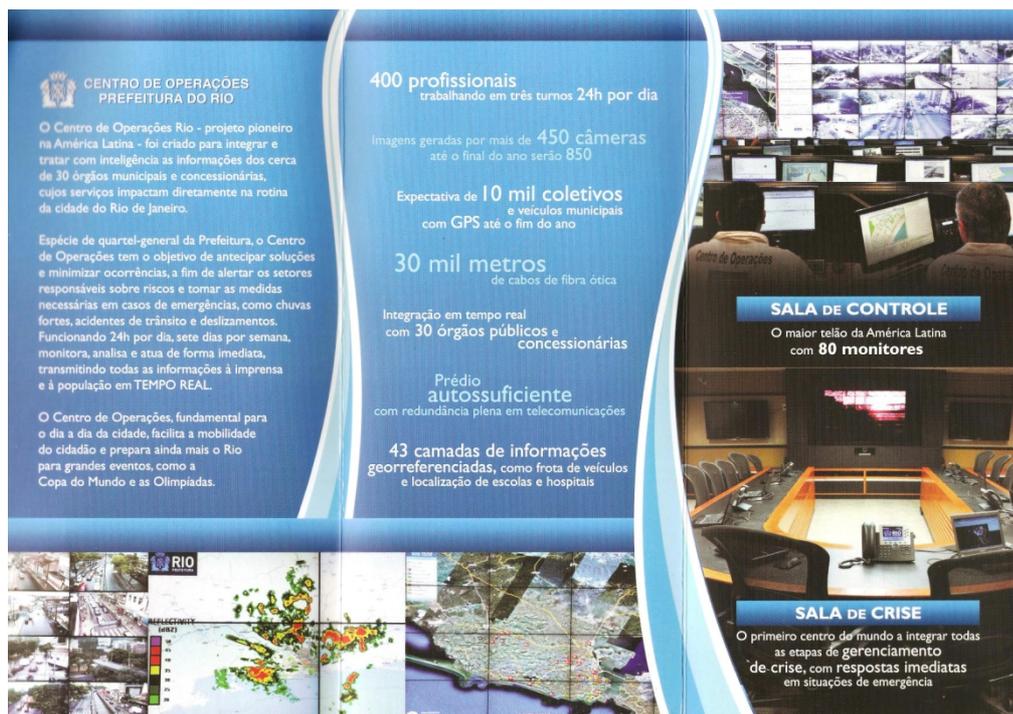


Fig. 12: Folheto 1 / interior
Fonte: COR

e outro sobre as regras gerais para visitantes – fig. 14) e um DVD com o vídeo de divulgação do Centro.

Já em outra ala, neste mesmo andar, pude ver as portas da “Sala de Reuniões”, do “Auditório” e da “Sala de Crise”, todas fechadas, porém. O porta-voz se referiu aos dois primeiros como instalações padrões, algo que não merecesse uma visita, mas chamou a atenção para a “Sala de Crise” (fig. 15) – que

infelizmente estava ocupada... se não me engano, com a reunião para a qual várias daquelas pessoas na recepção tinham ido.



Fig. 13: Folheto 1 / verso
Fonte: COR



Fig. 14: Folheto 2 – Regras gerais para visitantes
Fonte: COR



Fig. 15: Sala de Crise
Foto: George Soares / Fonte: Centro de Operações Rio
Disponível em: <<http://migre.me/eTOWQ>>

Sendo assim, meu “guia” tentou descrever a sala em seus elementos, seu propósito, etc. Como definição, o participante me disse que aquela é uma “sala inteligente”. Equipada como uma tela do Google e um sistema de telepresença, a Sala de Crise foi criada com o objetivo de estabelecer comunicação direta com o prefeito. Quando impossibilitado de se deslocar até o COR, pelo sistema de telepresença (que conta com câmeras instaladas em sua residência), o prefeito pode participar de reuniões, se envolver em processos de tomada de decisões, enfim, se comunicar com as pessoas que integram o Centro.

Descemos, então, para o primeiro andar, onde fica a “Sala de Imprensa”, com vista panorâmica da “Sala de Controle” (fig. 16). Sempre preocupado com o volume de



Fig. 16: Sala de Controle – vista da Sala de Imprensa

Fonte: Prefeitura do Rio

Disponível em <<http://migre.me/e8DWT/>>

nossa conversa, para que não atrapalhasse o trabalho das pessoas presentes naquele ambiente, o Participante 20 começou a me descrever um pouco o funcionamento operacional do Centro, passando pelas atividades de ambas as salas. Assim, percebi que não me seria permitido descer até a Sala de Controle propriamente dita e que, após a exposição do porta-voz, deveria fazer ali mesmo minhas perguntas e tirar todas as dúvidas que porventura surgissem.

Na Sala de Controle – iniciou o meu guia – é feito majoritariamente o monitoramento do tráfego da cidade. Logo, com lugar de destaque, as imagens das câmeras de trânsito são projetadas na parte central de uma enorme tela, que vai de um lado ao outro da sala. Segundo o porta-voz, as câmeras não são do Centro ou da CET-Rio, mas sim são da Prefeitura e, em breve, deverão chegar ao número de

seiscentas. Além das imagens dessas câmeras, que monitoram lugares, movimento, trânsito, o Centro também tem acesso às imagens de mais de duzentas e cinquenta câmeras da Polícia Militar que, entretanto, não estão no telão – pois têm seu foco em questões de segurança e criminalidade.

Além do trânsito, pode-se observar também, à direita na tela, o controle meteorológico, com os mapas gerados pelo radar do Sumaré e pelo sistema criado pela IBM (Previsão Meteorológica de Alta Resolução – PMAR) – fig. 17. O radar do Sumaré – disse o participante – foi instalado

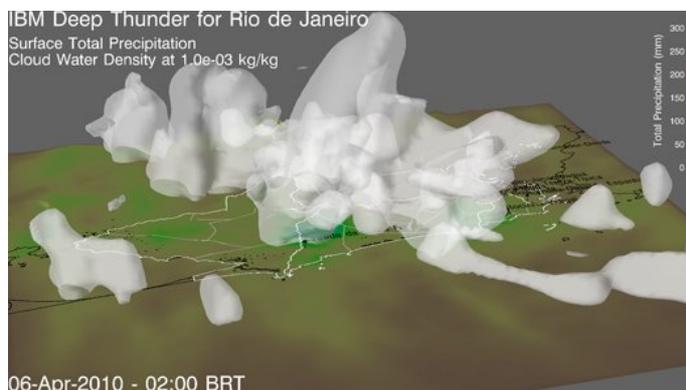


Fig. 17: PMAR

Fonte: FREE ASSOCIATION DESIGN
Disponível em <<http://migre.me/ecBx1>>

em 2010 quando da forte chuva e enchente que levou o prefeito a solicitar à população do Rio que não saíssem de suas casas. Antes da instalação do radar, a previsão era feita utilizando um satélite do Governo Federal, que fornecia imagens mais gerais. Segundo o porta-voz, com o radar, agora é possível determinar a direção das chuvas e também, devido à sua articulação ao PMAR, são produzidas informações mais consistentes sobre os índices pluviométricos.



Fig. 18: Linkmap

Fonte: FREE ASSOCIATION DESIGN
Disponível em <<http://migre.me/eT4YY>>

Já do lado esquerdo da tela, é exibido o *linkmap* (fig. 18), gerado pelo Google, que possui mais de sessenta camadas nas quais podem ser lançadas informações como falta de luz, localização de reboques, acidentes, etc.

De frente para o telão (ou *videowall* – como muitas vezes é chamado), três grupos de

bancadas, formando uma espécie de anfiteatro, acompanham as imagens, as informações, que chegam ao COR. No grupo da esquerda, pude ver um policial militar e um bombeiro que, de acordo com o Participante 20, são órgãos sempre presentes no Centro.

Se as câmeras da Prefeitura captarem, por exemplo, alguma(s) imagem(ns) que possa(m) auxiliar a polícia na investigação de algum crime/infração, esta última solicita a gravação e poderá, assim, divulgá-la caso queira. Entretanto, revelou o porta-voz, o COR não costuma fornecer as imagens gravadas, com exceção daquelas solicitadas pela SESEG/RJ e, é claro, das disponibilizadas em tempo real na *internet*.

Quanto ao funcionamento, meu guia ressaltou que o Centro está vinte e quatro horas alerta, focado nos eventos que acontecem na cidade – saúde, trânsito, coisas que afetem a mobilidade da população. Sem detalhar seus protocolos internos, o participante afirmou que, identificada a necessidade, o COR aciona os demais órgãos a ele articulados para que estes entrem em ação. Os operadores que ali atuam, então, – a maioria vinculada à CET-Rio – têm o controle das câmeras, mas trabalham basicamente no monitoramento da cidade.

De modo geral, o Centro está focado na divulgação de informações produzidas por esse monitoramento; de informações que possam “evitar que as pessoas fiquem paradas e percam tempo” – disse o Participante 20. Para informar à população, portanto, o COR utiliza seu próprio *site*, redes sociais (como *facebook*, *twitter*), além de emitir boletins e notas – que são disseminados pela imprensa (rádio, mídia impressa e *internet*). Por isso, a presença de jornalistas na “Sala de Imprensa” é de suma importância para a rapidez na divulgação de informes, principalmente via rádio – a mídia mais utilizada pela população para consultar notícias sobre o trânsito.

Os jornalistas da “Sala de Imprensa” acessam constantemente o *twitter* e o *facebook* do COR para acompanhar os informes e boletins divulgados pelo Centro. Entretanto, normalmente as notas são o meio privilegiado nessa disseminação – disse o porta-voz – pois, sem entrar nos detalhes do acontecimento, seriam capazes de transmitir as informações mais rapidamente e evitar, assim, efeitos indesejados.

Por vezes, também, a informação pode ser disparada diretamente. Quando ocorre um acidente, por exemplo – relatou o Participante 20 – a CET-Rio recebe a informação via rádio, passando para o seu próprio comando que a dissemina para o COR e, eventualmente, para a própria Sala de Imprensa ao mesmo tempo. De qualquer forma, o porta-voz revelou que as informações também circulam de modo informal e que a proximidade entre os órgãos no Centro e a presença do Coordenador da Sala de Operações – que transita por todos eles – facilita essa disseminação.

Perguntei, então, ao meu guia se ele me conseguiria agendar uma entrevista ou mesmo uma conversa informal com o Coordenador da Sala de Operações. Infelizmente – reforçou o participante – ninguém no Centro está autorizado a “dar entrevistas”. Como membro da equipe do setor de comunicação, era permitido que ele estivesse ali conversando comigo, me apresentando o COR... mas a única pessoa que pode **falar** pelo Centro é o Participante 7 – o único porta-voz institucionalmente reconhecido (com quem eu já havia dialogado por *e-mail*).

Frustrado diante da impossibilidade, retomei o tema do compartilhamento e divulgação de informações. Segundo meu interlocutor, o **diferencial** oferecido pelo COR é a comunicação mais rápida. O Centro – disse ele – tenta se antecipar aos acontecimentos. “Transtorno vai ter sempre” – acrescentou; mas o trabalho do COR seria justamente minimizar suas ocorrências. As obras que estão sendo feitas atualmente na cidade – o porta-voz mencionou – ainda causam transtorno, mas visam a melhorar a mobilidade da população.

Ainda quanto à comunicação realizada pelo Centro, perguntei ao participante se haveria algum tipo de informação que **não** costuma ser divulgada pelo COR, algo que eles não se encarregam de fazer circular, ou mesmo algo que eles preferam que não seja disseminado. Como resposta, meu guia afirmou que alguns eventos não são ou foram divulgados porque não produzem ou produziram efeitos na cidade, ou seja, não tiveram “impacto” em seu cotidiano.

Para entender melhor o sentido de sua colocação, pedi-lhe, então, que exemplificasse de alguma forma. Assim, o Participante 20 escolheu para comentar um caso de suicídio: “se não bloqueia trânsito, não tem porque divulgar”.

Dessa maneira, o porta-voz destacou mais uma vez que o **foco** do Centro é eminentemente **trânsito**, articulando, é claro, com as previsões meteorológicas; e que a decisão de divulgação dessas informações é feita levando-se em consideração um tipo de mensuração de impacto desses eventos/acontecimentos na rotina da cidade.

Uma exceção, segundo o participante, são os fatos referentes ao BRT¹²⁷. O COR só dissemina informações envolvendo o BRT se o fato “fechar o trânsito” – disse ele; do contrário, o responsável pela divulgação é o Rio Ônibus¹²⁸, não estando o COR autorizado a falar em seu nome. O BRT – acrescentou – possui inclusive um centro de controle e monitoramento próprio¹²⁹.

Aproveitando que o porta-voz havia mencionado a existência de outros centros de controle, perguntei sobre o Centro Integrado de Comando e Controle e que possíveis associações existem/existirão entre este e o COR. De acordo com participante, não havia ainda nenhuma informação oficial a esse respeito, mas – acredita ele – é possível que após a inauguração do CICC, haja um representante do COR lá trabalhando e, da mesma forma, um representante do CICC no COR. Insisti no assunto, mas não obtive êxito. Sobre o CICC, meu guia apenas acrescentou que este será maior que o COR. Dessa forma, a única opção foi restringir minhas perguntas ao próprio Centro de Operações e, neste sentido, ainda me faltava compreender seu funcionamento técnico – capacidades e especificações. Particularmente com relação esse tópico, o porta-voz apenas soube me informar que a empresa terceirizada associada ao Centro é a Comtex¹³⁰ e, em seguida, recomendou-me conversar com o Participante 8. Disse a ele que já havia tentado

127 “A sigla BRT significa Transporte Rápido por Ônibus, que tem origem do nome em inglês *Bus Rapid Transit*. É um sistema de transporte que utiliza ônibus articulados de grande capacidade, que circulam por faixas de trânsito exclusivas, proporcionando assim mobilidade urbana veloz, confortável e de baixo custo. Por ser um transporte rápido, foi apelidado de ‘Ligeirão’”. Fonte: Projetos de Transporte – Rio Ônibus. Disponível em: <<http://www.rioonibus.com/rio-onibus/projetos-de-transporte/#detalhes-dos-projetos>>.

128 “O Rio Ônibus – Empresas de Ônibus da Cidade do Rio de Janeiro – é o sindicato que representa todas as 41 empresas de ônibus que operam este modo de transporte coletivo no município”. Fonte: Rio Ônibus. Disponível em: <<http://www.rioonibus.com/rio-onibus/>>.

129 Ver reportagem “‘Quartel-general’ vai vigiar superlotação na Transoeste”: <<http://odia.ig.com.br/porta/rio/quartel-general-vai-vigiar-superlota%C3%A7%C3%A3o-na-transoeste-1.445991>>.

130 <<http://www.comtex.com.br/>>.

entrar em contato com o mesmo anteriormente, mas que até então não havia conseguido. Assim, para minha surpresa, meu interlocutor se ofereceu para agendar essa entrevista. Sem entender muito bem quem está autorizado a falar e quem não está, aceitei de bom grado a oferta e me comprometi a lhe enviar um *e-mail*, com cópia para o Participante 19, fazendo-lhes a solicitação.

Nos minutos finais de nossa conversa, dediquei-me a explorar novamente a possibilidade de realizar outras entrevistas e de também visitar constantemente o COR. O porta-voz, então, afirmou que o Centro não havia sido pensado/criado para servir de objeto de estudos para a “Academia”; que o Centro não era um “case”. A presença da imprensa ali, segundo ele, era justificada por seu papel na disseminação de informações estratégicas para a população – o que não era o meu caso. De qualquer modo ele me aconselhou a incluir todas as minhas solicitações no *e-mail* que enviaria ao Participante 19, e este responderia me dizendo se seria possível ou não.

MONITORAMENTO E AÇÃO INTEGRADA

O Centro de Operações Rio (COR) foi inaugurado dia 31 de dezembro de 2010, na Cidade Nova, Rio de Janeiro. Construído em apenas quatro meses, o Centro foi pensado, em primeiro lugar, como uma ferramenta de gestão para prevenção de situações de crise decorrentes de chuva intensa.

A criação do Centro de Operações aconteceu por um anseio da Prefeitura. O prefeito Eduardo Paes enfrentou uma grave situação emergencial nas chuvas de 2010 e quis, inicialmente, criar uma estrutura capaz de gerenciar uma ação coordenada de resposta a este tipo de evento natural na cidade.



Participante 7 – COR

A grave situação a qual se refere o participante no trecho acima teve início no dia 06 de abril de 2010, quando “o Rio de Janeiro registrou volume de chuva recorde para um único dia – o maior em pelo menos 44 anos –, causando estragos, deslizamentos e 96 mortes em vários locais da região metropolitana” (RIO DE JANEIRO, 2010, sp.). Durante alguns dias, a cidade viveu sob o clima de uma verdadeira tragédia, que só se agravava com a persistência da chuva, a ponto de a Prefeitura determinar a suspensão de aulas nas escolas e recomendar que os cidadãos não saíssem de suas casas.

Assim, segundo o Participante 7 (COR), durante o processo de concepção do COR, houve de certa forma uma corrida contra o tempo para que o Centro entrasse em funcionamento antes do verão (que vai do final de dezembro ao final de março, no Rio de Janeiro), estação na qual a incidência de chuvas é maior:

Então, em setembro de 2010, isso aqui era um estacionamento. Em quatro meses, de setembro a dezembro, a gente conseguiu fazer o Centro de Operações. Então quatro meses depois, o Centro ficou pronto... não só o Centro, mas toda a tecnologia que a gente conseguiu embarcar aqui dentro.

Participante 8 – COR

Entretanto, antes mesmo de ficar pronto, o projeto inicial do Centro foi tomando uma forma diferente daquela que havia sido planejada. Em seu percurso de produção, o COR arregimentou aliados que passaram a fazer parte do grupo de actantes associados neste coletivo, desviando e ampliando de algum modo seus objetivos e campos de atuação.



Fig. 19: Prédio do COR
 Fonte: Edufo Esporte e Lazer
 Disponível em <<http://migre.me/e7hsx>>

A gente começou com uma ideia de chuva e alagamento. Então seria um centro com umas dez, doze telas. E aí durante o processo, nesses quatro, cinco meses, a gente foi conversando, (...) foi pegando parceiros e a coisa foi aumentando, aumentando o escopo também do que seria (...). A gente aumentou pra trânsito, aí aumentou pras agências concessionárias – Light, gás e tal.

Participante 8 – COR

O processo de entrada de cada um desses órgãos / agências / concessionárias no Centro não ficou muito claro ao longo de nossa pesquisa. Os porta-vozes do COR se mostraram sempre muito criteriosos nos diálogos que estabeleceram conosco e, mesmo diante de nossa insistência permaneceram firmes em não comentar certos tópicos e passar por outros superficialmente. Contudo, alguns relatos nos forneceram pistas que sugerem a dificuldade inicial que enfrentaram para colocar em prática um projeto de ações coordenadas e integradas como esse.

Foi um exercício de convencimento. Tirar o órgão de dentro de seu espaço e colocá-lo trabalhando de maneira mais aberta, cooperativa e transparente, inclusive com o acompanhamento da imprensa, foi um grande desafio.



Participante 7 – COR

Atualmente, o Centro de Operações reúne 30 órgãos municipais, estaduais e concessionárias, dentre os quais se encontram o Alerta-Rio¹³¹, CCR Ponte¹³², CEG¹³³, CET-Rio, Comlurb, Corpo de Bombeiros, Defesa Civil, Geo-Rio, Guarda Municipal, Iplan Rio, Light¹³⁴, LAMSA¹³⁵, MetrôRio¹³⁶, Nova Cedae (Companhia Estadual de Águas e Esgotos)¹³⁷, Polícia Militar, Porto Novo¹³⁸, Rio Águas, Rio Ônibus, Riolut, Riotur, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Conservação, Secretaria de Educação¹³⁹, Secretaria de Habitação¹⁴⁰, Secretaria de Meio Ambiente, Secretaria de Ordem Pública¹⁴¹, Secretaria de Saúde, Secretaria de Transporte¹⁴² e SuperVia¹⁴³. Essa composição heterogênea de diferentes tipos de actantes trabalhando com objetivos e estratégias comuns, segundo Coaffee *et al.* (2009) é importantíssima para uma atuação mais efetiva desse tipo de centro. Não obstante, especificamente com relação ao COR, pudemos perceber que, mesmo enquanto princípio fundamental visando a uma maior eficácia, a integração de todos esses coletivos em um único ainda enfrenta alguns embates ou dificuldades:

Dentro do COR acontece, hoje, uma integração entre órgãos municipais, estaduais e instituições privadas jamais conseguida no Rio. Esta integração é o principal ponto positivo deste projeto. [Contudo] enfrentamos, no início do projeto, uma grande rejeição a esta cultura de cooperação e integração por parte dos órgãos que tem de estar envolvidos na rotina do COR. Quebrar esta barreira da individualidade operacional de cada órgão é um obstáculo que enfrentamos desde o início do projeto até hoje.



Participante 7 – COR

131 <<http://www0.rio.rj.gov.br/alertario/>>.

132 <<http://www.ponte.com.br/>>.

133 <<https://www.gasnaturalfenosa.com.br/br/inicio/1285084459415/rio+de+janeiro.html>>.

134 <<http://www.light.com.br/web/tehome.asp>>.

135 <<http://www.lamsa.com.br/>>.

136 <<http://www.metrorio.com.br/>>.

137 <<http://www.cedae.com.br/>>.

138 <<http://www.portonovosa.com/>>.

139 <<http://www.rio.rj.gov.br/web/sme>>.

140 <<http://www.rio.rj.gov.br/web/smh/>>.

141 <<http://www.rio.rj.gov.br/web/seop/>>.

142 <<http://www.rio.rj.gov.br/web/smtr/>>.

143 <<http://www.supervia.com.br/>>.

Assim, como efeito de um esforço constante, os participantes dessa pesquisa afirmam que, aos poucos, algumas dessas resistências e barreiras institucionais vêm sendo vencidas ou superadas de forma que, a cada dia, novas conexões com esses órgãos são estabelecidas, produzindo também novas formas de compartilhamento.

Temos conseguido superar este obstáculo, diminuindo progressivamente os tempos de resposta para as situações inesperadas que acontecem na cidade e também com uma gradativa integração de sistemas e dados, reunindo informações e processos dos órgãos que estão dentro do COR. Esta integração acontece também nas operações diárias, onde as equipes de diferentes órgãos agem de maneira cada vez mais entrosada.



Participante 7 – COR

Para promover e facilitar esse compartilhamento entre os órgãos e, principalmente, processar as informações que produzem, um dos actantes do COR desempenha um papel de destaque desde a sua concepção: a empresa IBM. Exemplo também da heterogeneidade, da mistura de instituições públicas e privadas na composição do Centro, a IBM ajudou a dar forma à dinâmica, às práticas do COR, desenvolvendo um sistema capaz coordenar, integrar, combinar e gerir todos os dados que a este chegam, inserindo o Rio de Janeiro em uma espécie de busca por se tornar uma cidade “mais inteligente”¹⁴⁴.

A IBM foi fundamental para a implantação do COR; eles agregaram este conceito de smart city ao projeto, além de terem desenvolvido o PMAR (Previsão Meteorológica de Alta Resolução), sistema de previsão que permite prevermos chuva com 48h de antecedência. O contato com os profissionais da IBM é frequente.



Participante 7 – COR

De acordo com Caragliu *et al.* (2009), o conceito de “cidade inteligente” tem estado na moda no cenário político recente. Para os autores, o desempenho urbano atual depende não só de cidades dotadas de boa infraestrutura concreta, mas

144 Ver “Cidades mais inteligentes – RJ”: <<https://www.youtube.com/watch?v=Sijuguióvrs>>.

também, e cada vez mais, da disponibilidade e qualidade da comunicação, do conhecimento e infraestrutura humana e social a esta articulada. Neste sentido, o conceito de “cidade inteligente”¹⁴⁵ foi introduzido como um dispositivo estratégico para abranger novos fatores de produção urbana em um quadro comum e, em particular, para destacar a importância das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no estabelecimento de perfis mais competitivos das cidade nos últimos vinte anos.

Na esteira disso, não apenas a IBM, mas também algumas outras empresas tem se dedicado a produzir tecnologias capazes de auxiliar os governos na gestão das cidades. Entretanto, apesar de haver outros centros de gestão espalhados por grandes cidades ao redor do mundo, de acordo com Singer (2012), o projeto do COR foi pioneiro na forma como se configurou, em particular em sua proposta de integração. Dessa maneira, ainda segundo a autora, o Centro de Operações Rio se constitui para a IBM como um experimento que será avaliado, especialmente quanto ao seu potencial de exportação. “Se a empresa consegue refazer o Rio como uma cidade mais inteligente, ela pode refazer em qualquer lugar”¹⁴⁶ (SINGER, 2012, sp.). A ideia é transformar a “cidade inteligente” em um produto a ser comercializado – e neste sentido, acrescenta a autora, algumas cidades já estão interessadas em comprá-lo.

A partir do sistema desenvolvido pela IBM, foi possível ao Centro desenvolver uma dinâmica mais eficiente de prevenção de chuvas e, de igual modo, integrar todos os órgãos envolvidos em algumas de suas práticas, diversificando e ampliando o campo de ação do COR:

145 Caragliu *et al.* (2009) ressaltam, contudo, que o conceito de “cidade inteligente” ainda é confuso e usado de maneiras nem sempre consistentes. Dessa forma, após realizarem ampla pesquisa bibliográfica, “acreditam que uma cidade seja inteligente quando os investimentos em capital humano e social em conjunção com uma infraestrutura de comunicação tradicional (transportes) e moderna (TIC) alimentam um crescimento econômico sustentável e uma elevada qualidade de vida, com uma boa gestão dos recursos naturais, através de uma governança participativa”: “We believe a city to be smart when investments in human and social capital and traditional (transport) and modern (ICT [Information and Communication Technology]) communication infrastructure fuel sustainable economic growth and a high quality of life, with a wise management of natural resources, through participatory governance” (idem p. 6).

146 “If the company can remake Rio as a smarter city, it can remake anywhere” (SINGER, 2012, sp.).

Com o centro já instalado e funcionando, percebeu-se que a atuação dele poderia abranger todo tipo de operação que interfere diretamente na rotina da cidade. Trabalhamos hoje com este conceito de monitoramento e ação que abrange toda a cidade.



Participante 7 – COR

Podemos afirmar, então, que o monitoramento atua na produção de informações – e aqui gostaríamos de considerar não apenas as câmeras, mas também outras formas de produção de dados como uma espécie de monitoramento. Assim, as informações chegam ao Centro das mais variadas formas – via rádio, telefone, *internet*, satélite, câmeras, etc. – provenientes de diferentes actantes, que não se resumem apenas aos órgãos já oficialmente vinculados uma vez que a imprensa e os próprios cidadãos cariocas frequentemente se articulam ao coletivo desse modo. A reunião dessas informações que, podemos afirmar, foi produzida de forma coletiva, integrada, contribui para o planejamento de ações e tomada de decisões também integradas que visam a cuidar da cidade, mantendo-a “funcionando” mesmo em situações de crise, ou seja, torná-la “resiliente”.

De acordo com Coaffee *et al.* (2009), a “resiliência” se tornou recentemente um conceito chave em políticas públicas. O lugar de destaque que vem adquirindo, segundo os autores, se deve à priorização política da segurança – em seu sentido amplo de proteção – contra uma série de riscos e ameaças percebidas, incluindo o terrorismo, pandemias e inundações. Estas prioridades foram focadas nas cidades por causa da vulnerabilidade desses centros políticos, econômicos e culturais densamente povoados.

Ao longo da obra *The everyday resilience of the city: how cities respond to terrorism and disaster* (“A resiliência cotidiana da cidade: como as cidades respondem ao terrorismo e a desastres”), Coaffee *et al.* (2009) apresentam várias definições para o termo resiliência, desenvolvidas por acadêmicos ou mesmo em documentos governamentais¹⁴⁷. De um modo geral, podemos afirmar aqui que ideia que

147 De acordo com o Cabinet Office (2003, parágrafo 1.1), por exemplo, resiliência é “a capacidade de lidar com os desafios perturbadores que podem causar ou resultar em crise. Resiliência é construída segundo várias atividades-chave. Em primeiro lugar, os riscos de

perpassa as definições mais recentes aponta para a importância de ações proativas e reativas frente a uma ampla gama de possíveis ameaças às cidades. É preciso estar pronto, afirmam os autores, para responder com rapidez e adaptabilidade a situações imprevistas:

no Centro de Operações, minha rotina de trabalho é de 24 horas por dia, com o telefone sempre ligado. A qualquer momento, algum evento inesperado pode ocorrer na cidade e exigir uma atuação emergencial do Centro de Operações.



Participante 7 – COR

Da mesma forma, é necessário buscar prever, se antecipar e desenvolver práticas de planejamento e gestão que possam diminuir os riscos e a vulnerabilidade das cidades frente a contingências civis. E neste sentido, Lewis & Mioth (2005) ressaltam que atualmente boas formas de governo da cidade são aquelas que contribuem para a redução dessas vulnerabilidades, tornando-se de suma importância tanto para prevenção de desastres quanto para gestão de situações de crise.

Como exemplo de uma dessas situações de crise que o Rio de Janeiro pode enfrentar, um dos participantes dessa pesquisa simula em sua fala a ocorrência de uma chuva forte com deslizamentos e ao mesmo tempo descreve como seria a atuação do Centro de Operações neste caso:

desafios perturbadores devem sempre que possível ser identificados, seja considerando fraquezas internas ou procurando no horizonte por ameaças externas. A antecipação permite que escolhas sejam feitas. Em algumas circunstâncias, é possível evitar desafios perturbadores atuando em sua fase inicial. Em outros casos, é preciso planejamento para se preparar para lidar com um desafio perturbador. Se uma perturbação, então, ocorre, torna-se necessário responder e, uma vez que a situação esteja sob controle, o foco se torna a recuperação. Este ciclo – antecipação, prevenção, preparação, resposta e recuperação – está no coração da resiliência”: *“The ability to handle disruptive challenges that can lead to or result in crisis. Resilience is built around several key activities. Firstly, risks of disruptive challenge must where possible be identified, either by considering internal weakness or scanning the horizon for external threats. Anticipation allows choices to be made. In some circumstances, it is possible to prevent disruptive challenges occulting by taking action at an early stage. In other cases, planning has to take place to prepare to deal with a disruptive challenge. If the disruption does occur it becomes necessary to respond, and once the situation is brought under control the focus becomes recovery. This cycle – anticipation, prevention, preparation, response and recovery – is at the heart of resilience”.*

Aqui você tem todos os incidentes. Então quando têm esses deslizamentos, a gente já tem um pluviômetro. Tá vendo ali essas nuvenzinhas? [Mostrando uma das telas monitoramento] Quando tá chovendo, isso vai ficando branco, vai ficando cinza e vai dizendo quanto tá chovendo naquele ponto. Com isso, a gente já sabe que naquele ponto pode inundar ou pode alagar. Então a partir daí, a gente tem um trabalho que é de tocar as sirenes. Então, você tá vendo essas sirenes? Elas são tocadas daqui. Então, a partir do momento que você sabe que vai chover tanto, a gente já tem um protocolo: tem que tirar as pessoas; essas sirenes vão tocar. (...) Então você tá vendo aí esses pontinhos de casinhas? Quando aquilo ali vai cair, que você toca a sirene, todas as pessoas são levadas praquele ponto daquela casa. E aí você tem qual é o telefone... quem é o padre, qual o telefone, qual o celular... pra Assistência Social também ir pra lá e poder acolher as pessoas. E a gente também tem agora... a gente fez um trabalho de identificar através da "Clínica da Família" todo mundo que tem deficiência física nessas áreas de risco. Pra quê? Se o cara não ouvir... a gente já identifica quem é a pessoa, qual é a deficiência dela e quem é a pessoa próxima que vai ter que ir lá buscar ela no dia que acontecer. Então isso tudo é simulado.

Participante 8 – COR

Para realizar essas ações de gestão, para dar forma a essas práticas de governo, o Centro de Operações se compõe na articulação com alguns dispositivos. Dentre eles, podemos citar a lousa digital com tecnologia *touchscreen*, o modelo matemático de previsão de chuvas, o radar meteorológico, um sistema de telepresença e videoconferência e o *videowall* composto por oitenta monitores de quarenta e seis polegadas. Além destes, destacamos, é claro, a utilização de mais de mil câmeras para o monitoramento da cidade: são aproximadamente setecentas câmeras da prefeitura (incluindo as da CET-Rio) mais trezentas e cinquenta da Polícia Militar.

Com relação especificamente às câmeras da prefeitura, uma parte utiliza tecnologia sem fio e é conectada ao COR por meio de algumas torres instaladas em morros da cidade. A outra parte funciona em uma área mais concentrada da cidade (Zona Sul) e, desse modo, o cabeamento com fibra ótica pode ser empregado. As imagens produzidas por ambas são armazenadas em equipamentos de alta capacidade de memorizar dados e ficam salvas por até dez dias.

Outro dispositivo interessante que opera articulado a sessenta dessas câmeras é o vídeo analítico:

Ele faz uma análise... Essas sessenta [câmeras] são do [Túnel] Rebouças. Então essas câmeras ficam o tempo todo olhando pra um ponto e, se houver alguma coisa diferente do que o script, ela alerta. Então você não precisa ficar vendo as sessenta. Ela vai te alertar na hora que houver alguma coisa diferente. Por exemplo, um engarrafamento, começar a parar o carro em frente à câmera.

Participante 8 - COR

Neste caso, podemos observar que a ação de monitorar é delegada ao dispositivo, que diferencia uma situação “normal” da “anormal”, disparando um alerta caso algo fuja àquilo que está previsto. Tal como o *Olho de Thundera*, o vídeo analítico identifica a “necessidade”, e abre a imagem para que os demais actantes do coletivo sejam articulados e possam empreender o gerenciamento do evento.

De qualquer forma, seja no monitoramento realizado pelo vídeo analítico, ou seja naquele que envolve outro conjunto de actantes, as imagens produzidas pelas câmeras vem adquirindo papéis de destaque. Assim como aponta Haraway (1995), o sentido da visão se tornou ícone da produção do conhecimento; ver é conhecer, é saber. E neste sentido, as tecnologias de visualização proliferam em uma espécie de busca pelo conhecimento que, por sua vez, poderá orientar ações cada vez mais eficientes. Dessa forma, aos poucos os dispositivos que compõem o Centro de Operações, em especial as câmeras de vídeo, vêm sendo traduzidos como imprescindíveis para o governo da cidade.

Agora o importante é que quando você identificou [algum incidente], você tem uma câmera perto que você pode observar como aqui. Tem que começar a coordenar através da visão.

Participante 8 – COR

Na medida em que “a cidade não para e nem pode parar” – segundo aponta o texto apresentado no vídeo de divulgação do Centro e transcrito no início deste

capítulo – o COR funciona “vinte e quatro horas por dia, sete dias da semana” para que essa coordenação seja também ininterrupta. Dessa maneira, “tudo o que acontece passa por ali” (PARTICIPANTE 7 – COR) e, assim, é preciso que os actantes do Centro estejam preparados para agir prontamente em face dos mais variados eventos da cidade:

A gente já mapeou todos os incidentes, quase todos os incidentes que acontecem na cidade e tá montando os processos de modelo de negócios para que, na hora do incidente: quem é o ator, quem é que tem que se comunicar, quem é o ator principal, quem são os atores secundários, quem é que comanda, qual é a responsabilidade?

Participante 8 – COR

Neste sentido, é criado no COR um clima de atenção constante para que ações planejadas sejam rapidamente executadas quando do surgimento de uma situação que fuja à **rotina** da cidade, devolvendo-a a um estado que, muitas vezes, figura como sendo quase “natural”. Nas falas de alguns participantes dessa pesquisa, o Rio de Janeiro foi amiúde traduzido como um ente a ser preservado, uma cidade cuja dinâmica deve ser protegida. Verbos como “impactar” e “interferir” foram utilizados com frequência em algumas de nossas conversas associados aos efeitos (necessariamente negativos) dos chamados “eventos inesperados” – sobre os quais deve agir o COR, com o objetivo responder prontamente ou mesmo de prevê-los e evitá-los.

Desse modo, a ideia de que “a qualquer momento, algum evento inesperado pode ocorrer na cidade e exigir uma atuação emergencial do Centro de Operações” (PARTICIPANTE 7 – COR) talvez esteja perdendo seu sentido, na medida em que cada vez mais as possibilidades, por mais remotas que sejam, ou o riscos – principalmente pela dimensão da ameaça que representam – passam a ser previstos, calculados e a fazer parte do escopo de atuação do Centro. As dúvidas que surgem durante o planejamento para cada evento, ou mesmo as questões

discutidas durante as ocorrências, geram um aprendizado, que é à lista de procedimentos, tornando-se um protocolo a ser cumprido nas situações futuras. Apesar disso, o fantasma dos “eventos inesperados” parece continuar assombrando esse tipo de governo que, por mais informações que produza, apercebe-se de suas limitações e, dessa forma, persiste em sua busca incessante por novas e cada vez mais sofisticadas formas de monitoramento.

PREEMPÇÃO E FLUXO CONTÍNUO

Uma noção que vem ganhando visibilidade no que diz respeito a esse tipo de práticas adotadas atualmente, as quais visam a se antecipar a acontecimentos futuros, é desenvolvida por Massumi (2007) e marca uma importante distinção ontológica entre ações preventivas e as que o autor denomina “preemptivas” (*preemptive*, no original)¹⁴⁸. Segundo Massumi (2007), prevenção supõe identificação empírica de causas diretas (numa relação linear). Qualquer incerteza, nesse caso, deve ser considerada uma falha, uma ausência de informação a ser corrigida. A atuação preventiva, portanto, ocorre em um cenário pré-dado, com atores conhecidos, sobre as causas, evitando assim que a ameaça se concretize no futuro.

A preempção, por sua vez, tem lugar exatamente em um campo onde a prevenção não sobrevive: o campo das incertezas. Nesse caso, não há relações diretas de causa e efeito; na verdade, os efeitos ainda não possuem uma forma definida – estão presentes apenas enquanto uma ameaça indeterminada. A única “certeza” é que o dano vai ocorrer exatamente onde não se previu, onde não se estava preparado. A tentativa, então, é buscar explorar todas as opções e agir segundo um repertório que seja o mais variado e abrangente possível; tendo em mente, porém, que algo sempre irá escapar. Dessa forma, a preempção segue uma espécie de lógica de redução de danos, que objetiva minimizar as incertezas e os riscos, maximizando, assim, os efeitos de segurança – e estabelecendo níveis ou um balanço aceitável entre estes.

Podemos afirmar, portanto, que enquanto a prevenção é uma ação que atua em uma relação já existente, sobre a causa presente para se evitar o futuro indesejado, a preempção é efeito de um futuro incerto que, na própria tentativa de evitá-lo, produz suas causas, ao mesmo tempo em que as minimiza “seus impactos”. Neste sentido, insiste Massumi (2007), o futuro indesejado da preempção só adquire

¹⁴⁸ A ideia de medidas preemptivas obteve destaque principalmente a partir do governo do Presidente George W. Bush, nos Estados Unidos. Em sua política de combate ao terrorismo, o presidente colocou em prática uma doutrina de reações anteriores aos próprios ataques, como uma forma governar e controlar o fluxo dos acontecimentos. Para mais informações, ver Massumi (2007) e Bogard (em HAGGERTY & ERICSON, 2006).

alguma materialidade (mesmo que provisória e imprecisa) na medida em que ações são empreendidas no presente no sentido de evitá-lo.

Preempção é quando o futuro de uma ameaça não determinada é afetadamente realizada no presente em um perpétuo estado de potencial emergência, de modo que um movimento de atualização pode ser desencadeado, o qual não é apenas autopropulsor como também de forma eficaz, por tempo indeterminado, ontologicamente produtivo, pois ele funciona a partir de uma causa virtual cujo potencial não se esgota em uma atualização única¹⁴⁹ (MASSUMI, 2007, par. 23).

Seria como se a cidade hoje em dia fosse um bebê que acaba de nascer; um bebê que precisa ser protegido contra todas as doenças conhecidas e, por isso, receberá todas as vacinas existentes. Agora imaginemos que as vacinas aplicadas ainda não sejam todas de comprovada eficácia, que o bebê receba também vacinas experimentais; imaginemos da mesma forma as possíveis reações adversas caso elas sejam aplicadas ao mesmo tempo, na pressa de imunizar a criança. Além de todos os problemas que esse esquema de vacinação poderia produzir, não há garantias de total imunidade – uma vez que novas doenças poderão surgir.

Assim, acreditamos que é neste sentido que Massumi (2007) apresenta e descreve as práticas atuais de preempção, problematizando-a e, da mesma forma os seus possíveis efeitos. De acordo com o autor, na medida em que as ameaças são vistas como não completamente evitáveis, a melhor opção é ajudá-las a proliferar, mas segundo termos próprios, de forma que se possa responder a elas. “O modo mais efetivo de se combater uma ameaça indeterminada é contribuir ativamente para produzi-la” (MASSUMI, 2007, par. 16).

Todavia, essa lógica de antecipação, para Bogard (em HAGGERTY & ERICSON, 2006), coloca em xeque qualquer possibilidade de se avaliar a eficácia dessas ações preemptivas. Se a ameaça não se concretizar, como será possível saber se isto se deve às medidas colocadas em prática ou se, na verdade, as avaliações de

149 *“Preemption is when the futurity of unspecified threat is affectively held in the present in a perpetual state of potential emergence(y) so that a movement of actualization may be triggered that is not only self-propelling but also effectively, indefinitely, ontologically productive, because it works from a virtual cause whose potential no single actualization exhausts”* (MASSUMI, 2007, par. 23).

risco estavam equivocadas? E se a ameaça se concretiza, apesar de apontar falhas nas ações realizadas, acaba por reforçar a “necessidade” de se produzir avaliações de risco constantes e práticas de governo cada vez mais complexas e sofisticadas.

Um enunciado condicional não pode estar errado. Primeiro, porque ele só afirma um potencial, e segundo porque, especialmente no caso de algo tão escorregadio como um potencial, você não pode provar a negativa. Mesmo que não estivesse realmente lá, ele vai sempre ter estado lá potencialmente (...). Quando você age sobre “poderia haver” e “terias” você está certo por definição, na medida em que suas razões para agir não são objetivas. É simplesmente um erro de categoria dar razões empíricas para suas ações com relação a políticas sobre potenciais¹⁵⁰ (MASSUMI, 2007, par. 17).

Dessa forma, sem dar muito espaço para argumentos que invalidem suas práticas, os centros de operações como o da Prefeitura do Rio de Janeiro atuam materializando futuros com ações de governo no presente. Aos poucos, seus campos de atuação se ampliam e novas formas de gestão são pensadas para a minimização de riscos e “manutenção”/produção da rotina das cidades.

No COR, essa busca por um conhecimento/governo amplos, que deem conta dessa temporalidade híbrida construída, acaba por performar o dia a dia do Rio de Janeiro em suas várias nuances, inclusive no que diz respeito às situações que de alguma modo irrompem nessa dinâmica e são rapidamente capturadas:

Aqui planejamos a rotina da cidade, planejamos a logística urbana para receber grandes eventos, e definimos protocolos de resposta para eventos emergenciais e também para os programados.



Participante 7 – COR

150 “A conditional statement cannot be wrong. First because it only asserts a potential, and second because, especially in the case of something so slippery as a potential, you can't prove the negative. Even if it wasn't actually there, it will always still have been there potentially (...). When you act on “could have” and “would have” you are right by definition as long as your reasons for acting are not objective. It is simply a category error to give empirical reasons for your actions with respect to potential politics” (MASSUMI, 2007, par. 17)

Com o intuito de coordenar a rotina e, principalmente, para evitar ou melhor administrar as situações de crise, o Centro de Operações vem desempenhando um papel importante em processos de tomada de decisão. Na ausência do prefeito da cidade, por exemplo, caso necessário, cabe ao Chefe Executivo do Centro de Operações determinar estado de emergência na cidade. E são nessas situações de emergência, nas quais as decisões precisam ser tomadas em um curto espaço de tempo, que as ações de governo performadas pelo COR talvez produzam uma dinâmica de controle mais centralizada e, portanto, mais visível.

Segundo um dos participantes da pesquisa, são três os níveis de gestão de crise:

um é “estratégico”, outro é “tático” e o outro é “operacional”. No operacional, é o fluxo, é o processo, é como é que os operadores vão fazer essa operação, são as informações que chegam. Você tem o tático que é o coordenador, que faz toda a administração de coordenação, e você tem o estratégico que é o planejamento de como você vai melhorar todos aqueles históricos que você tinha daquela informação.

Participante 8 – COR

De forma coordenada e mais distribuída, o funcionamento do Centro integra e articula os actantes envolvidos para garantir o fluxo “normal” da cidade, no qual as ações específicas de cada órgão podem ser percebidas mais destacadamente. Entretanto, diante de uma emergência, de uma crise que demande ação rápida, performa-se outro tipo de governo:

Quando há uma crise aqui, que a gente entende que é uma crise geral, a gente abre a Sala de Crise e cria um plano de gerenciamento de crises, que já existe. Ele é escrito, você já tem o membro permanente, o membro temporário, quais os recursos que têm que estar lá, com quem que tem que se comunicar (...), você já tem todos os protocolos. Aí você tem o sistema de telepresença, que ajuda, mas você tá no centro de tomada de decisão e você tem o ponto focal pra divulgação da informação. Porque quando tem o caos, você tem que ter só uma pessoa falando. Porque se muitas pessoas falarem, a população começa a se perder.

Participante 8 – COR

Entretanto, esse controle, segundo afirma o Participante 2 (COR) – em fala já transcrita na “Abertura” desta tese – estaria focado nos serviços do Rio de Janeiro e não em alguns de seus cidadãos em específico. Assim, o alvo do monitoramento empreendido pelo Centro de Operações é mais nos fluxos da cidade do que em práticas individuais, de modo que a questão mobilidade apareceu em muitos relatos, direta ou indiretamente, como um fator-chave de segurança e ordem observado pelo COR e seus dispositivos.

O papel das câmeras é, além de monitorar o fluxo das vias públicas na cidade, obter informações com a maior exatidão possível sobre ocorrências emergenciais e eventos programados.



Participante 7 – COR

Neste sentido, para pensarmos sobre essas formas de governo que se voltam para a gestão dos fluxos da população, da sua mobilidade, cabe convocarmos duas das maiores referências em estudos sobre vigilância e monitoramento: os filósofos Michel Foucault e Gilles Deleuze.

DISPOSITIVOS DE SEGURANÇA E SOCIEDADE DE CONTROLE

O filósofo Michel Foucault, em sua obra “Segurança, Território e População” (traduzida para o português em 2008), descreve uma forma específica de poder – diferente daquela disciplinar abordada no capítulo anterior – que se exerce por meio de “mecanismos de segurança” exatamente sobre essa categoria denominada “população”. Isto não significa, entretanto, que o autor virou as costas para o potencial disciplinar ainda presente em muitos dispositivos atuais.

Se tomarmos os mecanismos de segurança tais como se tenta desenvolvê-los na época contemporânea é absolutamente evidente que isso não constitui de maneira nenhuma uma colocação entre parênteses ou uma anulação das estruturas jurídico-legais ou dos mecanismos disciplinares (FOUCAULT, 2008, p. 10).

Foucault (2008) desenvolve, portanto, o tema dos dispositivos de segurança como uma dinâmica de poder distinta, cujas possibilidades e efeitos também são bem particulares, articulando-a sempre às formas jurídicas e disciplinares, seja no sentido de atentar para suas sobreposições ou para marcar fortemente suas diferenças. Sendo assim, o autor entende que “a segurança é uma certa maneira de acrescentar, fazer funcionar, além dos mecanismos propriamente de segurança, as velhas estruturas da lei e da disciplina” (FOUCAULT, 2008, p.14). Cabe entender, então, qual seria o modo de funcionamento deste tipo de poder misturado e heterogêneo exercido pelos dispositivos de segurança.

A partir das descrições feitas por Foucault (2008) acerca dos dispositivos de segurança, pode-se afirmar que estes são planejados e colocados em funcionamento tendo em vista uma realidade complexa, heterogênea, e não uma paisagem idealizada e purificada. “(...) A segurança vai se apoiar em certo número de dados materiais” (FOUCAULT, 2008, p.25). Ou seja, um elenco de fatores é levado em consideração na implantação de técnicas de segurança, ao mesmo tempo em que se prevê possíveis desvios, alterações, reconfigurações, de maneira que

(...) a cidade não vai ser concebida nem planejada em função de uma percepção estática que garantiria instantaneamente a perfeição da função, mas vai se abrir para um futuro não exatamente controlado nem controlável, não exatamente medido nem mensurável, e o bom planejamento da cidade vai ser precisamente: levar em conta o que pode acontecer. (FOUCAULT, 2008, p. 26)

Foucault (2008) fala incisivamente em circulação, em deslocamento, em movimento tanto das coisas quanto das pessoas como uma espécie de requisito para que os dispositivos de segurança funcionem bem. “(...) O dispositivo de segurança (...) deixa fazer [laisse-faire]. Não é que deixa fazer tudo, mas há um nível em que o *laissez-faire* é indispensável” (FOUCAULT, 2008, p. 59).

As técnicas jurídicas e legais articulam-se em torno daquilo que é permitido e proibido, focando suas ações unicamente nesta última categoria. São estabelecidas exclusivamente as proibições, e tudo mais que não for especificado nestas pode ser dito como permitido – assim como afirmou o Participante 1 (SESEG/RJ), em trecho citado anteriormente¹⁵¹. A ordem, assim, é derivada da inibição da desordem, compondo uma lógica, um tipo de pensamento, que Foucault (2008) chama de “negativo”. Já os dispositivos disciplinares desenvolvem-se a partir da oposição entre o obrigatório e o proibido, delimitando os contornos, desta vez, da primeira categoria, ou seja, definindo em cada nuance o que deve ser feito. Dessa forma, tudo aquilo que não foi especificado, que não foi determinado, segundo esta lógica, é estritamente proibido.

Quanto aos dispositivos de segurança, a questão da liberdade parece se apresentar de forma mais explícita, como um tipo de ideologia e técnica que irá se concentrar na regência dos fluxos. “(...) Sem proibir nem prescrever, mas dando-se evidentemente alguns instrumentos de proibição e de prescrição” (FOUCAULT, 2008, p. 61) “haverá certo número de níveis a reter e outros que (...) não serão retidos ou serão retidos de outra maneira” (FOUCAULT, 2008, p. 56).

As técnicas de segurança, portanto, trabalham com a realidade em sua complexidade e heterogeneidade, levando em consideração como esta se produz. A questão não é determinar, impor, produzir uma nova dinâmica, esta sim desejável;

151 Ver pág. 87.

mas sim, limitar, frear, regular a dinâmica atual a partir de seu próprio modo de funcionamento, “fazendo os elementos da realidade atuarem uns em relação aos outros graças e através de toda uma série de análises e de disposições específicas” (FOUCAULT, 2008, p. 62).

É neste sentido que Foucault trata os dispositivos de segurança, enquanto

uma física do poder ou um poder que se pensa como ação física no elemento da natureza e um poder que se pensa como regulação que só pode se efetuar através de e apoiando-se na liberdade de cada um (...) (FOUCAULT, 2008, p. 64).

Uma liberdade que é, ao mesmo tempo, ideologia e técnica de governo, segundo Foucault (2008). Não uma liberdade individual ou uma liberdade no nível daquilo que autor chama de “multiplicidade dos indivíduos” (FOUCAULT, 2008, p. 55), mas uma liberdade que é da ordem da população.

A noção de “população” apresentada por Foucault (2008), na referida obra, está articulada aos dispositivos de segurança e deve ser compreendida como um conjunto de processos que é preciso administrar; não como uma espécie de dado primitivo, mas como um dado que depende de toda uma série de variáveis, como clima, impostos, leis, hábitos, valores morais ou religiosos e meios de subsistência. A ideia abordada pelo autor é de uma população como sujeito político, cuja naturalidade reside nessa dependência a toda uma série de variáveis, em sua acessibilidade a técnicas de transformação e em sua mobilização a partir do desejo¹⁵²:

A população é um conjunto de elementos, no interior do qual podem-se notar constantes e regularidades até nos acidentes, no interior do qual pode-se identificar o universal do desejo produzindo regularmente o benefício de todos e a propósito do qual pode-se identificar certo número de variáveis de que ele

152 “(...) esse desejo é tal que, se o deixarmos agir e contanto que o deixemos agir, em certo limite e graças a certo número de relacionamentos e conexões, acabará produzindo o interesse geral da população. (...) O jogo espontâneo ou, em todo caso, espontâneo e, ao mesmo tempo regrado do desejo permitirá de fato a produção de um interesse, de algo que é interessante para a própria população. Produção do interesse coletivo pelo jogo do desejo: é o que marca ao mesmo tempo a naturalidade da população e a artificialidade possível dos meios criados para geri-la” (FOUCAULT, 2008, p. 95).

depende e que são capazes de modificá-lo (FOUCAULT, 2008, p. 97-8).

É neste sentido que Foucault apresenta as técnicas de segurança como forma de governo das populações:

A ideia de um governo dos homens que pensaria antes de mais nada e fundamentalmente na natureza das coisas, e não mais na natureza má dos homens, a ideia de uma administração das coisas que pensaria antes de mais nada na liberdade dos homens, no que eles querem fazer, no que têm interesse de fazer, no que eles contam fazer, tudo isso são elementos correlativos (FOUCAULT, 2008, p. 64).

Talvez seja possível, então, fazer uma analogia entre os dispositivos de segurança, como foram desenvolvidos por Foucault (2008), e a chamada “Sociedade de Controle” – noção apresentada brevemente pelo filósofo Gilles Deleuze em um pequeno artigo intitulado *Post-scriptum* sobre as sociedades de controle (DELEUZE, 1992)¹⁵³.

No referido texto, o autor considera a evolução tecnológica ocorrida após a Segunda Guerra Mundial, com o desenvolvimento e proliferação das “máquinas de informática” ou cibernéticas – computadores, tecnologias de comunicação, etc. – e descreve algumas características das novas formas de associações das quais é feita a “Sociedade” atualmente.

Segundo Deleuze (1992), a presença dessas novas tecnologias permitiu que o exercício do poder deixasse os espaços fechados (das instituições disciplinares) e

¹⁵³ A obra de Foucault é considerada uma espécie de referência clássica em estudos sobre vigilância/monitoramento, particularmente no que diz respeito aos dispositivos e formas disciplinares de poder. Deleuze, por sua vez, é um autor que aponta a essas teorias direções contemporâneas, destacando o papel da tecnologia e da crise das instituições disciplinares. Dessa forma, uma articulação entre os trabalhos de ambos é pouco explorada, ocorrendo geralmente apenas quando os estudiosos buscam traçar essa passagem da “Sociedade Disciplinar” à “Sociedade de Controle”. Acreditamos, porém, que este fato se deve a pouca visibilidade que a obra de Foucault *Segurança, Território e População* ainda apresenta – especialmente por ser a transcrição de um dos cursos ministrados pelo teórico no *Collège de France*, no ano de 1978, cuja linha de reflexão foi desviada durante o percurso, derivando em uma introdução ao tema da “Biopolítica”. De qualquer forma, identificamos em tal obra uma contribuição importantíssima para a discussão aqui proposta e defendemos algumas aproximações entre essa e a noção de “Sociedade de Controle” de Gilles Deleuze, considerada, é claro, os grandes avanços tecnológicos que ocorreram desde que Foucault promoveu o referido curso.

adquirisse total fluidez, ampliando os campos de atuação das práticas de controle – que passam a ocorrer incessantemente e ao ar livre.

Na medida em que o confinamento disciplinar perde lugar, as formas de governo da sociedade de controle atuam sobre os fluxos, liberando e bloqueando acessos – físicos e/ou comunicacionais. As populações, ou as massas – como prefere Deleuze (1992) – são traduzidas em amostras, dados, bancos de informações a serem administrados – inscrições manipuláveis e combináveis.

Não há necessidade de ficção científica para se conceber um mecanismo de controle que dê, a cada instante, a posição de um elemento em um espaço aberto, animal numa reserva, homem numa empresa (coleira eletrônica). Félix Guattari imaginou uma cidade onde cada um pudesse deixar seu apartamento, sua rua, seu bairro, graças a um cartão eletrônico que abriria as barreiras; mas o cartão poderia também ser recusado em tal dia, ou entre tal e tal hora; o que conta não é a barreira, mas o computador que detecta a posição de cada um, lícita ou ilícita, e opera uma modulação universal (DELEUZE, 1992, p. 229).

Infelizmente, a ideia de “Sociedade de Controle” na obra de Deleuze se limita a uma rápida menção, de modo que o grande volume de trabalhos que desenvolvem a noção é realizado, na verdade, por autores que se agenciam de alguma forma às considerações iniciais do filósofo em suas reflexões¹⁵⁴ – o que certamente evidencia a força atual desse argumento. Assim, acreditamos que existam aí algumas pistas interessantes que nos ajudem a compreender as formas de governo estudadas nesta tese, do mesmo modo que as considerações de Foucault sobre os “dispositivos de segurança” também o fazem.

No Centro de Operações da Prefeitura do Rio, parece que se atualizam algumas misturas, algumas performances de governo a céu aberto, sobre os fluxos da cidade – seus serviços, suas populações – um governo que não se impõe sempre e totalmente, mas principalmente regula, estimula, envolve e contabiliza. Neste sentido, a cada dia, o COR vem se integrando às práticas rotineiras do Rio de

154 Dentre os quais podemos citar Kevin Haggerty, Sean Hier, Michalis Lianos, Mary Douglas, Nigel Thrift e Shaun French.

Janeiro e, dessa forma, vem também estabilizando as associações que o produzem, fortalecendo-se como uma referência, uma espécie de porta-voz da cidade.

Outro dia, um paulista veio aqui. Chegou lá no [aeroporto] Santos Dumont, aí ele entrou aqui e falou: “– Pô, cara, peguei um taxi agora, pedi pra levar no Centro de Operações... falou ‘o maior centro de operações do mundo’”. Então a gente tenta divulgar. E a gente é sempre chamado... “Aqui direto do Centro de Operações...” Então você conseguiu fazer com que uma marca que é o Centro de Operações virasse uma marca de informação, não de reclamação, não de que é problema; mas sim uma marca de que tá sempre divulgando. Então sempre que fala de Centro de Operações, é algo que alguém vai divulgar alguma coisa.

Participante 8 – COR

O IMPÉRIO DA INFORMAÇÃO/COMUNICAÇÃO

Depois do “*Big Brother*”, estamos agora diante de um novo ícone da vigilância e do monitoramento: o *Big-Data*. Dessa vez, porém, nosso personagem não está encarcerado em um romance distópico, só conseguindo escapar para a realidade em formas traduzidas, ou como uma metáfora que assombra um horizonte ainda distante. O *Big-Data* está entre nós e a cada dia têm ampliados seu alcance e seu poder de atuação.

De um modo bem simples, entende-se por *Big-Data* atualmente as novas formas de se produzir uma grande quantidade de informações, bem como de poder processá-las. Assim, esse novo actante não é uma figura cruel e dominadora escondida por detrás de dispositivos tecnológicos, mas antes coletivos cibernéticos voltados a desenvolver técnicas de gestão e de melhorias de desempenho.

É claro que por se tratar de coletivos de produção e gestão de informações, existe a possibilidade e o receio de que o *Big-Data* seja uma dessas versões traduzidas do *Big-Brother*, ou que nele se transforme em algum momento futuro. Entretanto, parece-nos que enquanto o governo performado pelo *Big-Data* for um efeito dos diversos actantes que o produzem – actantes esses que proliferam a cada dia para dar conta do crescente volume de informações com o qual se deseja trabalhar – haverá ainda uma distância entre os dois personagens – o que não quer dizer, porém, que sejam completamente distintos.

A era *Big-Data*, como denomina Lohr (2012), já surge como uma necessidade diante da explosão de dados que se produz atualmente nos mais variados campos, fazendo desse tipo de gestão uma dinâmica-chave para o sucesso em muitas empresas, disciplinas científicas e de engenharia, e em ações governamentais – como aquelas empreendidas no Centro de Operações da Prefeitura do Rio.

Porque isso aqui é muito um centro de informação. Você tenta buscar uma informação pra tomar uma ação e uma decisão. Então quanto mais informação você tiver, mais fácil você vai tomar uma decisão. Então a gente tenta buscar informação de tudo que é jeito. Então quando a gente recebe essa informação, o que a gente tem feito muito aqui, na nossa área de tecnologia, é tentar ir

nas áreas de negócios e entender o que o cara tem pra poder agregar informação. Basicamente a gente faz muito isso. Então, se eu converso com o cara da Marinha e ele me tem uma informação de que o navio tá chegando, pra mim é uma informação às vezes válida, porque esse navio pode ter um problema químico, descarregar na praia e isso já vira um acidente. E a gente tá interagindo já. Se um cargueiro desse chega com carga no porto, vai ter caminhão que vai buscar essa carga, isso pega Avenida Brasil, Caju, aí você para o trânsito. (...) Então cada informação que chega é uma informação às vezes fundamental pra você numa tomada de decisão.

Participante 8 – COR

Uma das críticas feitas por alguns autores – como Whitaker (em HAGGERTY & ERICSON, 2006), por exemplo – com relação a esse tipo de centro integrado de operações diz respeito exatamente à produção de dados em um volume maior do que sua capacidade de processamento comporta. De acordo com Haggerty (em HAGGERTY & ERICSON, 2006), muitas vezes a proposta de pronto atendimento às emergências fica comprometida pelo excesso de informações e, dessa forma, as tomadas de decisões se tornam processos morosos. Outro efeito negativo, quando os centros apresentam esse tipo de déficit, é a não integração das agências envolvidas – na medida em que as informações e os enunciados não circulam eficazmente. Portanto, a afirmação presente no trecho acima de que “quanto mais informação você tiver, mais fácil você vai tomar uma decisão” talvez só se mostre verdadeira quando o centro conseguir processar todos os dados produzidos, e em uma velocidade satisfatória. A eficiência, portanto, e também a integração alcançada vai depender ao mesmo tempo da quantidade de informação que consegue reunir e da capacidade de manipulação e análise de todo o coletivo – de todo o coletivo, ressaltamos; e não apenas dos *softwares* e da tecnologia empregada.

O que eu faço é ir lá e pegar a informação deles e trazer pra cá como forma de visão, de gestão. Mas eu não pego a informação e fico com a informação. Eu só vou lá pra pegar a informação e fazer uma análise daquela informação. Em alguns casos eu tenho a informação aqui, que aí eu monto históricos pra indicadores

futuros. (...) Então quando você tem um deslizamento, você tem as áreas já mapeadas geograficamente. Então você tem ali a [área] vermelha, que é alto risco, amarelo – médio, verde – baixo risco; e aí você pode usar as câmeras que estão próximas. Eu vou te mostrar ali. Mas a gente já aperta na câmera, e a câmera já aparece online. Eu sei onde estão posicionadas todas as câmeras. Isso é importantíssimo porque você não consegue enxergar todas as câmeras de uma vez. Mas georreferenciada você sabe onde que aquela câmera... e quando acontece um incidente, eu já consigo abrir as quatro câmeras mais próximas pra poder ser abertas no telão.

Participante 8 – COR

Assim, performado por associações híbridas, o COR, segundo seus porta-vozes, vem apresentando resultados satisfatórios, evoluindo em sua capacidade de produzir dados e gerir os fluxos da cidade do Rio de Janeiro. E neste sentido, a comunicação é vista como um processo muito importante de desenvolvimento:

A gente tá tentando trabalhar agora com comunicação. Então a gente tá tentando agora juntar... na hora que houver alguma coisa, já ter toda a comunicação dos rádios, telefones, todo mundo num grupo só pra poder se falar... Como comunicação, isso é uma coisa difícil, mas a gente tá começando a fazer essa evolução.

Participante 8 – COR

Entretanto, certas nuances desse crescimento preocupa alguns dos actantes envolvidos. Para o Participante 21 (Defesa Civil Municipal), por exemplo, quanto maior a estrutura, quanto mais dispositivos tecnológicos de gestão e comunicação, maior a responsabilidade assumida – como se houvesse um compromisso firmado, uma obrigação de não falhar. Afinal, diante da sofisticação dessas tecnologias, qualquer falha seria provavelmente atribuída aos integrantes “humanos” do referido coletivo.

Além desse, outro ponto negativo citado foram as dificuldades ainda enfrentadas para se obter certas informações. Em algumas de nossas conversas, houve relatos a respeito de insistência de muitos gestores em centralizar as ações e a gestão de suas

agências e também sobre a resistência de determinados órgãos em compartilhar os dados que produz. Da mesma maneira, a falta de alguns recursos tecnológicos também foi apresentada como uma espécie de entrave ao fluxo comunicacional requerido pelo COR.

Acho que a gente tá tentando melhorar essa parte de inteligência até pra automatizar mais, ter informações... porque pra você automatizar você precisa da informação da ponta. Então se um guarda tem smartphone, isso é uma informação importante. Mas se não tiver guarda com smartphone eu não vou ter essa informação e vai ser no rádio ou no telefone. Então o que a gente tem aí, que a gente tá fazendo e tentando fazer melhorar é começar a dar informação pras pontas pra ter essa informação e poder a gente fazer a integração com uma visão de ações.

Participante 8 – COR

De qualquer modo, como pudemos perceber, o Centro persiste em sua tentativa de criar uma dinâmica de circulação de informações que possam contribuir para um melhor governo da cidade, e aos poucos vem avançando nesse sentido. Contudo, complementa o Participante 8 (COR), é preciso combinar a busca por mais e novas formas de se produzir dados com processos eficientes que os façam chegar de forma rápida aos actantes que poderão traduzi-los em ações.

Dentre esses actantes “da ponta”, que também atuam na gestão do “bom fluxo” da cidade, encontramos nos relatos produzidos, muitas vezes com papel de destaque, os “cidadãos cariocas”. De um modo geral, nos anos recentes, a população tem sido convocada a participar, a dividir a responsabilidade com os órgãos de atendimento às contingências civis no que diz respeito à preparação e à resposta rápida a situações de emergência, seja por meio de programas de voluntariado ou mesmo com ações de gestão da conduta familiar e individual (COAFEE *et al.*, 2009). Dessa maneira, muitas das informações que circulam pelo COR têm como destino final a população do Rio de Janeiro para que atuem, assim, da mesma forma que os outros actantes do coletivo, como um parceiro constante dessa forma de governo.

A informação aqui dentro não vale nada. Se eu não conseguir divulgar pro cidadão, pra ele pegar o melhor caminho, isso não vale de nada. Então a gente tem que ter formas de avisar pra população. (...) E aí aqui a gente começa a juntar informação que possa ser viável para o público. Então (...) a função também das câmeras é de começar a (...) não só o trânsito, mas uma rua que tem alagamento, um incêndio que tá acontecendo, alguma coisa que a gente possa ver de ângulos diferentes pra poder passar.

Participante 8 – COR

Para colocar em prática, então, um circuito eficiente de informação, o Centro de Operações utiliza várias estratégias de comunicação, algumas bem peculiares. Durante o dia, são elaborados e divulgados três boletins de notícias (6h, 11h e 18h), com informações das principais ocorrências do dia, tais como trânsito, temperatura, condições dos aeroportos, número de ocorrências da Defesa Civil, e condições de balneabilidade, entre outros. O COR também está *online* vinte e quatro horas por dia em seu *site*, cujo mural é composto pela disponibilização das imagens das câmeras de vídeo da cidade em tempo real; por um “painel de trânsito” contendo o fluxo de veículos nas principais vias do Rio; notícias do “último minuto”; previsão do tempo; e os boletins emitidos. Além disso, o Centro se comunica também com a população pelas redes sociais *facebook* e *twitter* – os quais podem ser acessados inclusive por meio de *smartphones*.

Entretanto, a forma de comunicação que parece ser a mais eficiente, ou melhor, que possibilita um maior alcance à população, é através da imprensa – rádios, jornais, canais de televisão – que não apenas transmitem as informações aos cidadãos, mas também alimentam o Centro com o retorno de algumas notícias.

A gente tem o twitter, tem o facebook, a gente manda boletim o tempo todo, mas a imprensa é muito importante, porque além de ela receber informação muito rápida... porque às vezes as pessoas não ligam pro serviço público, liga pra rádio. Então a gente recebe muita informação deles muito feedback. E a gente também tem a contrapartida de poder transmitir pra fora, muito rápido. Então uma informação eu posso imediatamente espalhar pra população.

Participante 8 – COR

A cooperação com a imprensa, segundo o Participante 19 (COR) se tornou com o tempo imprescindível. Entretanto, desde os primeiros movimentos para colocar o Centro de Operações em funcionamento essa já era uma proposta presente, ao menos nas intenções declaradas do prefeito da cidade:

Quando a gente começou a fazer o Centro, a gente foi na "Globo" e foi na "Bandeirantes". Fui com ele [prefeito] duas vezes, e ele queria muito que a imprensa pudesse divulgar as informações. Ele falou: "– Quero transparência, quero que seja aberto e a forma de comunicar pro cidadão seja mais rápida". Então a ideia da imprensa foi... a gente começou com uma rádio aqui, que era a "Band News", e o rapaz ficava aqui. Começamos a transmitir, e a "Globo" que quando veio já começou a botar uma câmera aqui pra poder transmitir de manhã essas informações. Só que isso foi pegando, quer dizer, várias outras rádios vieram. E é fundamental que a imprensa esteja aqui, porque isso aqui não vale nada aqui dentro.

Participante 8 – COR

Para facilitar a integração com os canais de televisão e, assim, promover maior divulgação das informações, foi necessário inclusive, logo nos momentos iniciais do Centro, priorizar a compra de câmeras com especificações técnicas distintas daquelas disponíveis anteriormente, para modificar algumas configurações tecnológicas da malha de monitoramento e seus usos possíveis.

Quando a gente chegou, (...) só a CET-Rio que tinha câmeras. E a CET-Rio ficava na [Avenida] Presidente Vargas, isolada de todos os outros órgãos. Todas as câmeras dela eram analógicas. Eram noventa câmeras analógicas. E o que que aconteceu? A gente, quando veio pra cá, queria fazer com que as empresas de comunicação pudessem ter essas câmeras pra poder divulgar. Então "Globo", "Bandeirantes"... E aí a gente precisava transformar elas em digital, pra que eles pudessem ter o streaming e poder publicar da maneira como eles quisessem aquilo. (...) Enquanto a gente tava fazendo isso, a gente começou a fazer algumas ações dessa. Uma delas foi exatamente pegar todas as câmeras da CET-Rio que eram analógicas e transformar em digital. Ao mesmo tempo, a gente tava fazendo um processo de compra de quatrocentas câmeras, e a CET-Rio já estava comprando mais cento e poucas também dessas câmeras. E aí, essas câmeras já começaram a ser em digital. A gente tá montando hoje um servidor

streaming... que a gente tá convertendo todos essas câmeras pra streaming, pra flash video.(...) Hoje, quando você acessa a câmera, a Globo ou quem acessa, acessa a câmera que os operadores usam; e eu pra distribuir isso pro público, pra internet, pra tudo, você vai começar a pesar as câmeras que a gente usa. Então a gente tá jogando num servidor único e todo mundo que acessar vai acessar esse servidor, e não vai mexer na operação da cidade. E aí eu tenho condição de oferecer muito mais, pra muito mais gente essas câmeras, não só pras imprensas, mas pra botar quiosque nos shoppings – que o cara vai ver a câmera – e celular – e poder acessar a câmera... quer dizer, já acesso... acho que depois eu posso te mostrar... eu acesso hoje a câmera do celular. E mexo na câmera.

Participante 8 – COR

Entretanto, com exceção das imagens das câmeras, que podem ser acessadas ao vivo direto do servidor, as demais informações que chegam à imprensa são fornecidas diretamente pelo setor de “Comunicação Social” do COR.

A comunicação mais importante do Centro de Operações ocorre dentro da Sala de Controle, onde todos os órgãos operam num mesmo ambiente. Antes, para acionar 10 órgãos, tínhamos que dar 10 telefonemas. Agora, todos se falam rapidamente, porque trabalham lado a lado na Sala de Controle. Por outro lado, nossa comunicação para fora do Centro de Operações é toda gerenciada pela Assessoria de Comunicação (através de relacionamento com a imprensa e meios de comunicação direta com a população, como o website e as redes sociais).



Participante 7 – COR

São os integrantes desta equipe os principais mediadores dos enunciados que são importados ou exportados pelo Centro. Foi apenas por sua intervenção que algumas das entrevistas e conversas aqui apresentadas se tornaram possíveis – na medida em que também são eles que recebem e dão encaminhamento a esse tipo de solicitação no COR. A única restrição acerca da comunicação que este setor estabelece diz respeito às práticas de cada órgão que compõe o Centro – os quais possuem assessorias de comunicação próprias, cabendo a estas, portanto, o

estabelecimento de qualquer contato com as respectivas agências ou a divulgação de quaisquer informações específicas.

O setor de “Comunicação Social” do Centro de Operações, além de divulgar as informações para a imprensa, abastece as redes sociais e o *site*. De acordo com o Participante 19 (COR), por dia são publicados aproximadamente duzentos e cinquenta *tweets* com informações de trânsito. As mensagens de texto para celular, porém, são disparadas pela Defesa Civil Municipal, sempre que ocorre a aproximação de uma frente fria que possa causar problemas em áreas de risco.

Entretanto, por mais que essa dinâmica de comunicação tenha sido descrita muitas vezes pelos participantes como “transparente”, algumas práticas e enunciados nos forneceram pistas não apenas das traduções realizadas pelo “Setor de Comunicação”, mas também da filtragem e certos bloqueios por ele exercido.

O primeiro indício foi a recusa de uma visita minha à “Sala de Controle”. Em todas as vezes que estive no Centro, observei-a pelo lado de fora, através dos vidros. Mas mesmo sob essa condição, achei que poderia ser interessante acompanhar com certa frequência o seu funcionamento. E novamente não obtive a autorização. Segundo o Participante 20 (COR), o Centro de Operações não foi pensado/criado para servir de objeto de estudos para a “Academia”, de “case” – em suas palavras – e, assim minhas observações foram produzidas apenas ao longo das conversas que consegui agendar no COR.

Outras evidências são encontradas, por exemplo, em descrições da rotina do setor de comunicação, como frases do tipo: “Hoje, trata-se de um pensamento estratégico de divulgação/manutenção do nome do Centro de Operações na mídia/atendimento aos jornalistas” – como se tivesse também uma grande preocupação com a imagem que é produzida do Centro; e “Tudo que é divulgado passa pela minha aprovação: boletins, notas, etc.” (PARTICIPANTE 19 – COR).

Assim, buscamos identificar se não haveria algum tipo de informação que o COR não fizesse circular, algo ficasse retido em seu “filtro”. Neste sentido, segundo os porta-vozes do Centro, tudo aquilo que tiver impacto na rotina da cidade costuma ser divulgado; por consequência, as ocorrências, os incidentes que não afetarem a população, ou ao menos parte dela, não irão compor as notícias disseminadas.

À vista disso, parece-nos que o Centro de Operações vem atuando no sentido de estabelecer categorias relevantes de ações e informações a serem consideradas nas práticas de governo que performa, de modo a selecionar e arregimentar “eficientemente” os seus aliados. O foco novamente é a cidade, suas associações, seus fluxos, uma espécie de corpo coletivo cuja reação frente às ameaças precisa ser bem planejada, proporcional ao potencial do dano e rápida, para que este nem ocorra ou se dê da maneira mais branda possível. Este talvez seja o projeto de uma cidade resiliente. Talvez seja esse o modo pensado e produzido pelos actantes do COR para fazer do Rio de Janeiro uma cidade inteligente em um futuro bem próximo.

PASSOS SEGUINTE

Nos próximos anos, a tendência é uma consolidação do trabalho integrado das equipes, o que vai aprimorar a operação e otimizar o tempo de respostas no atendimento às ocorrências da cidade. Para grandes eventos, teremos processos e protocolos mais bem consolidados também. O trabalho no Centro de Operações é um aprendizado eterno por causa do dinamismo inerente a uma cidade grande como o Rio de Janeiro. Nossa meta é chegar mais maduros à Copa do Mundo e às Olimpíadas, com processos de trabalho e protocolos de ação de alto nível e já experimentados em eventos de menor porte já programados, como a Jornada Mundial da Juventude e a Copa das Confederações.



Participante 7 – COR

O Centro de Operações da Prefeitura, hoje em dia, já faz parte das práticas de governo da cidade do Rio de Janeiro. Sua presença é notada nas estradas, por meio dos painéis eletrônicos de trânsito; nas previsões meteorológicas “oficiais” divulgadas; nas notícias em telejornais, rádios, *internet* – sempre coordenando e guiando a população em sua conduta.

Para alguns dos porta-vozes do COR, seu papel na dinâmica do Rio adquiriu uma importância tamanha que já não seria mais possível, segundo defendem, gerir uma cidade com tal complexidade sem um Centro como esse. O que não significa dizer, contudo, que o COR tenha se estagnado em seu desenvolvimento por ter atingido alguma espécie de nível máximo de excelência.

Como expresso na fala cima, o Centro de Operações atua sobre um cenário cujo dinamismo demanda constante adaptação. A cada evento ou incidente, novas práticas são agregadas aos protocolos já existentes, o que faz com que toda estabilização do COR seja extremamente provisória. Além disso, a busca por novas tecnologias e/ou melhorias mais amplas também são vislumbradas e já estão na agenda do Centro, não mais por uma questão apenas de iniciativa de seus gestores, mas também por um crescimento nas expectativas com relação ao seu desempenho – principalmente confrontando sua estrutura a de coletivos com objetivos similares.

Em uma reportagem publicada no site da revista *Veja Rio*, em 2012, por exemplo, ao Centro de Operações Rio é comparado ao seu equivalente em Londres e as diferenças entre ambos são apresentada de forma breve no quadro que se segue:

| É POSSÍVEL MELHORAR <i>Comparada à sua similar em Londres, a central carioca tem muito a evoluir</i> | | |
|---|--|---|
| | LONDRES | RIO DE JANEIRO |
| Câmeras  | 7 500 unidades | 560 unidades |
| Tecnologia  | As câmeras dispõem de um sistema de inteligência artificial que identifica criminosos pelo formato do rosto. Nas situações de risco, como um carro trafegando em alta velocidade, elas automaticamente avisam a viatura policial mais próxima. | A central depende do olhar humano para detectar anormalidades nas imagens transmitidas e, assim, tomar providências. Um software aciona autoridades via SMS em emergências, como aconteceu no desabamento de três prédios na Avenida Treze de Maio. |
| Integração  | Além das imagens registradas por órgãos públicos e concessionárias de serviços, a central da capital inglesa tem acesso às câmeras instaladas nos táxis e pode desligar as escadas rolantes de um shopping, por exemplo, durante uma perseguição a um ladrão pelos corredores. | As câmeras da prefeitura cobrem boa parte da cidade. Mas a aparelhagem integra, por enquanto, apenas os sistemas das secretarias de Conservação, da Defesa Civil e da Assistência Social, além da Comlurb e, parcialmente, da CET-Rio, órgão responsável pelo ordenamento do trânsito na capital. |

Fig. 20: Quadro comparativo Londres – Rio de Janeiro
 Fonte: *Veja Rio* (16 mai. 2012) – “Inteligente, mas nem tanto”
 Disponível em <<http://migre.me/eg500>>

É claro que este é um quadro datado, e talvez esse tipo de análise precise ser refeita e atualizada para condições mais atuais. Neste sentido, vale mencionar que, segundo parece, ao elaborar o quadro comparativo, o autor não considerou a tecnologia já existente de vídeo analítico em sessenta câmeras utilizadas pelo COR – e, dessa forma, criticou a sua ausência. E é justamente articulada a esse dispositivo tecnológico que um dos participantes da pesquisa aposta que deve ocorrer a evolução do Centro.

Uma das coisas que a gente tem que evoluir é com o vídeo analítico. É começar a ter análise de que incidente pode acontecer e como a câmera pode alertar. Por exemplo, num caso desse¹⁵⁵, tá saindo fumaça, você tem câmera que pode olhar a fumaça e já identificar e abrir. E provavelmente eles viram porque alguém ligou e alguém abriu aqui. Mas você pode identificar já, a câmera já poderia ser mais um agente de identificação.

Participante 8 – COR

¹⁵⁵ Enquanto conversávamos, acompanhávamos também um incêndio que estava ocorrendo na cidade naquele momento e as ações de resposta dos Bombeiros e dos agentes de trânsito.

A ideia, de acordo com o Participante 19 (COR), é fazer com que a população tenha o Centro de Operações como a referência no que diz respeito à dinâmica e aos fluxos da cidade, estabelecendo cada vez mais uma relação de confiança fundamentada nas informações divulgadas pelo COR.

Para colocar em prática, então, esse projeto, algumas ações já estão programadas:

A gente tem toda a parte de BI¹⁵⁶, de levantamento de inteligência, cruzamento de informação. Então, começar a cruzar informação de dengue com informação de escola: é criança faltando... é um negócio pra gente ver se tem um risco de problema. Começar a gerenciar o risco da cidade. A gente tem aí um trabalho pra ser feito de colocar essas informações na internet pra população poder acessar, câmeras, essas coisas sem ser portal, mas em quiosque. A gente tá fazendo um trabalho com a MapLink de melhor caminho e aí o cara vai poder ver no caminho dele qual o melhor caminho e vai ver as câmeras que estão naquele caminho. A gente tá fazendo agora com a imprensa, com a comunicação, um trabalho de análise de redes sociais. Então entendendo como é que as redes sociais estão falando negativo e positivo do Centro de Operações e quando é que tá pico de informação pra gente entender o que é, pra gente poder ser mais uma fonte de observação e trabalhar com as redes sociais muito, que é o futuro. Então a gente tá trabalhando BI em cima disso, estuda as redes sociais, a gente faz análise comportamental de como é que tá, o que tá falando. “Olha, tão falando mal disso”. Então vamos trabalhar porque que isso tá... Estamos trabalhando numa nova versão, que é essa que eu te mostrei de alerta, de análises, de locais, a gente tá agora nessa versão nova. Mas, por exemplo, se eu marcar aquela área ali, que ela tá toda fechada, a gente tá indo no Censo e pegando quantas pessoas tão sendo atingidas, quantos idosos. Então a gente tá buscando informação do Censo também. Então tem um futuro enorme de informação pra captar.

Participante 8 – COR

Sendo assim, com o objetivo fazer proliferar os dados, as informações, o Centro de Operações da Prefeitura multiplica da mesma forma suas parcerias e suas associações. E desse modo, vem sendo tecida há algum tempo uma importante

156 Inteligência empresarial, do inglês “Business Intelligence”. Ver <http://pt.wikipedia.org/wiki/Intelig%C3%A2ncia_empresarial>.

articulação com o futuro Centro Integrado de Comando e Controle (CICC), ao longo mesmo dos processos de produção e formatação desse novo coletivo:

Acho que a gente tá num momento único. Porque a gente consegue hoje, como os políticos se falam, os técnicos conseguem se falar muito melhor. Então desde que ele começou a criar, o [Participante 3 – CICC], a gente tá acompanhando junto com eles. Então toda a matriz de responsabilidade dos processos que eles estão desenvolvendo, a gente também tá junto em todas as reuniões. E agora, a gente, hoje de manhã, a gente passou a manha inteira fechando todos os processos que a gente vai entregar pra ele e eles vão entregar pra gente.

Participante 8 – COR

Neste sentido, a parceria entre os dois centros deverá performar em breve novas práticas de governo, sobre as quais se fará necessário também refletir. Entretanto, por agora, acreditamos que, com as pistas produzidas ao longo das descrições de ambos, feitas neste capítulo e no anterior, já nos é possível explorar algumas aproximações que existem entre esses coletivos bem como suas peculiaridades, para que possamos, desta maneira, compreender as formas de governo já em ação atualmente.

BALÉ

“Uma análise comparativa mostraria que há padrões similares. Gestos similares. Máquinas similares. Mas também diferentes autoevidências (...) e diferentes normas. Diferentes piadas. (...) Se as práticas estão em primeiro plano, não há mais um único objeto passivo no meio, esperando para ser observado a partir dos pontos de vista da uma série aparentemente interminável de perspectivas. Em vez disso, os objetos passam a existir – e desaparecem – com as práticas nas quais são manipulados. E já que o objeto de manipulação tende a variar de uma prática para outra, a realidade se multiplica. (...) Mais do que um único. Isso levanta a questão de como eles estão relacionados. Pois mesmo se os objetos diferem de uma prática para outra, existem relações entre essas práticas. Assim, longe de serem necessariamente fragmentados, múltiplos objetos tendem a permanecer juntos de alguma forma. Atentando-se à multiplicidade da realidade, abre-se a possibilidade de se estudar essa conquista notável”¹⁵⁷ (MOL, 2002, pp. 2,5).

157 “A comparative analysis would show that there are similar patterns. Similar gestures. Similar machines. But also different self-evidences (...) and different norms. Different jokes. (...) If practices are foregrounded there is no longer a single passive object in the middle, waiting to be seen from the point of view of seemingly endless series of perspectives. Instead, objects come into being – and disappear – with the practices in which they are manipulated. And since the object of manipulation tends to differ from one practice to another, reality multiplies. (...) More than singular. This begs the question of how they are related. For even if objects differ from one practice to another, there are relations between these practices. Thus, far from necessarily falling into fragments, multiple objects tend to hang together somehow. Attending to the multiplicity of reality opens up the possibility of studying this remarkable achievement” (MOL, 2002, pp. 2,5).

OS GOVERNOS OU INCERTEZAS QUANTO ÀS NATUREZAS DOS CENTROS

Produzidas as descrições de ambas as materialidades escolhidas para essa pesquisa – o CICC (Centro Integrado de Comando e Controle) e o COR (Centro de Operações Rio) – buscaremos agora explorar as conexões que existem entre elas, considerando que coordenações e distribuições se evidenciam entre as formas de governo que cada uma performa.

A princípio, vínhamos pensando que as “práticas de vigilância” seriam um ponto em comum, presente na dinâmica dos dois centros. Na verdade, tendo como ponto focal a utilização de câmeras de vídeo na gestão de alguns aspectos da rotina da cidade, partimos do princípio de que, mesmo com objetivos distintos, a ideia de “vigilância” manteria sempre uma espécie de aproximação entre os coletivos e nortearia, dessa forma, nossas investigações.

Entretanto, já no primeiro contato com porta-vozes do Centro de Operações, percebemos certa resistência com relação ao termo “vigilância” propriamente dito, e a preferência pela palavra “monitoramento” para descrever as ações do COR. Dessa forma, em uma espécie de nota mental, tentamos traçar as conexões que estariam compondo cada centro e que, de algum modo, fariam de seus funcionamentos realidades distribuídas.

Quadro 2: Distribuições provisórias CICC – COR

| Centro Integrado de Comando e Controle CICC | Centro de Operações Rio COR |
|--|--------------------------------|
| Vigilância | Monitoramento |
| Atividades policiais | Serviços (emergências) |
| Comportamentos suspeitos | Contingências civis |
| Violência | Ordem |
| Crime | Fluxos |
| Foucaultiano (disciplinar) | Deleuziano |
| “Security” | “Safety” |
| Governo Estadual | Governo Municipal |

Assim, o Centro Integrado de Comando e Controle – um projeto da Secretaria de Segurança do Estado do Rio de Janeiro (SESEG/RJ) – estaria prioritariamente voltado para as atividades policiais, em ações de combate ao crime e à violência. Sem informar à população a localização exata das câmeras de vídeo que irá utilizar, o CICC exerceria um tipo de poder próximo ao disciplinar, e buscaria identificar comportamentos suspeitos, os quais apontariam a necessidade de acompanhamento ou intervenção policial.

Por outro lado, o Centro de Operações da Prefeitura do Rio estaria focado no monitoramento dos serviços prestados aos cidadãos cariocas pelos órgãos municipais e concessionárias. Priorizando a mobilidade e o fluxo da cidade, o COR colocaria em prática um funcionamento similar ao da “Sociedade de Controle” deleuziana, e estaria atento aos eventos e emergências que podem impactar na rotina do Rio de Janeiro.

Essa separação, contudo, por mais organizada, didática e lógica que pareça, foi aos poucos ficando turva diante de nossos olhos. Durante as visitas, entrevistas e conversas informais que realizamos, por exemplo, percebemos que a palavra “vigilância” não era quase utilizada, mesmo com relação do CICC. “Monitoramento” foi o termo empregado pela maioria dos porta-vozes consultados nessa pesquisa. As menções às câmeras – o nosso foco aqui – vieram acompanhadas principalmente das locuções “de vídeo”, “de segurança”, em detrimento da “de vigilância” – expressão que, na verdade, foi empregada por participantes quando criticavam o uso desse tipo de dispositivo.

Para Murakami Wood,



há um grande número de definições de vigilância, alguns dos quais parecem elencar quase toda coleta de informações como vigilância, e outros que parecem argumentar que apenas “más” formas de coleta de informações são vigilância. Acho que não consideraria nenhum desses extremos como sendo definições úteis. Poderíamos argumentar que a intencionalidade é o aspecto importante. Eu acho que a coleta de informações com a intenção de influenciar e controlar aspectos do comportamento ou atividades de indivíduos ou grupos seria a nossa definição de trabalho. Portanto, é a intenção que consideramos importante. Contudo, também argumentamos que alguns dados que não são

coletados com a intenção de vigilância podem se tornar úteis para vigilância no futuro, e há também a questão das consequências não intencionais de coleta de informações que não são pensadas quando a informação é coletada¹⁵⁸ (em HOUSE OF LORDS, 2007, sp.).

Apesar de não mencionar a produção de dados sobre serviços (o que estaria relacionado à dinâmica do COR), e focar em atividades individuais e ou de um grupo (mais próximo às ações do CICC), Murakami Wood ressalta em sua definição das práticas de vigilância a importância da **intencionalidade** em controlar e influenciar – algo que está presente de certa maneira em ambos os centros. Além disso, é possível embarçar ainda mais as fronteiras que separariam esses coletivos se também entendermos os dados produzidos sobre os serviços como atividades dos órgãos (grupos) e, assim, pensarmos as ações de “vigilância” do COR como práticas que teriam a intenção de controlá-los.

Neste sentido, acreditamos que há também algumas outras definições de “vigilância” que sejam úteis, definições que buscam entender o termo em um sentido *lato* para incluir todas as maneiras pelas quais as populações, processos e lugares são tornados conhecidos (HAGGERTY em HAGGERTY & ERICSON, 2006) e, da mesma forma, definições que considerem outras intencionalidades como, por exemplo, gerir com eficácia e rapidez fluxos de bens, pessoas e informações (GRAHAM & WOOD, 2003).

Considerando, então, que a “vigilância” encontra-se cada vez mais presente em nosso cotidiano, constituindo um fenômeno extremamente diversificado e heterogêneo, Haggerty & Ericson (2006) defendem que é quase impossível encontrar uma definição geral para o termo. Dessa forma, Gilliom (em HAGGERTY & ERICSON, 2006) sugere que seu significado deve ser variante e contingencial na

158 *“There are a large number of definitions of surveillance, some of which would seem to cast almost all information gathering as surveillance and some of which would seem to only argue that ‘bad’ forms of information gathering are surveillance. I think we would regard neither of these extremes as being useful definitions. We would argue that the intentionality is the important aspect. I think that information gathering with the intent to influence and control aspects of behaviour or activities of individuals or groups would be our working definition. So, it is the intention that we regard as important. However, we also argue that not all data that is gathered with no surveillance intention cannot become useful for surveillance in future and also there is the question of unintentional consequences of information gathering that are not thought of when the information is gathered”* (em HOUSE OF LORDS, 2007, sp.).

medida em que a palavra só adquire um sentido mais claro quando articulada a um coletivo específico, quando definidos o foco e/ou objetos dessa “vigilância”.

Portanto, trazemos aqui para o primeiro plano as práticas observadas tanto no CICC quanto no COR e sublinhamos que o uso das câmeras “de vídeo” em ambos se dá em ações de “monitoramento” da cidade Rio de Janeiro. Assim como foi indicado anteriormente, talvez o termo “vigilância” para os participantes dessa pesquisa venha associado a um sentido negativo, opressor, a uma ideia de vigiar / ser vigiado na qual o controle é mais evidente e, portanto, invasivo. “Monitoramento”, por outro lado, talvez tenha uma conotação mais leve, sutil, menos hostil, por assim dizer – sugerindo também um “olhar” que, conforme acreditamos, é mais abrangente e difícil de resistir – e, por isso tenha se tornado uma espécie de expressão comum em suas falas produzidas.

Definido, assim, o termo utilizado em ambos os centros para descrever suas ações, para nomear suas práticas, passemos aos focos, aos objetos, às intenções do monitoramento. Enquanto o CICC tem como principal objetivo a promoção da segurança por meio do combate ao crime e à violência – o que aproxima suas práticas àquelas empreendidas por outros “*security centres*” existentes no mundo – o COR visa a promover uma forma distinta de segurança (que na língua inglesa poderia ser expressa pela palavra “*safety*”), performada na regulação dos fluxos da cidade, no sentido de garantir a mobilidade mesmo diante de situações de emergência – as quais devem ser previstas e evitadas, ou sofrer intervenções rápidas para devolver a cidade à sua “rotina”. Dois propósitos que podem parecer completamente distintos: “*security*” e “*safety*”. Entretanto, se quisermos aproveitar esse jogo de palavras, notamos que ao menos na língua portuguesa não encontramos termos distintos para nomear os dois objetivos – a palavra “segurança” seria a melhor opção para ambos os casos.

Além disso, observando os órgãos, as agências que figuram como actantes nos dois coletivos, perceberemos algumas interseções entre eles – inclusive a presença de policiais militares na dinâmica do COR e de agentes da CET-Rio na configuração do CICC (talvez os dois grupos mais representativos de cada Centro). A combinação e integração de diferentes órgãos em ambos os Centros acaba por

articular e misturar também as três esferas de governo – federal, estadual e municipal – e suas respectivas territorialidades. Ao considerarmos também a comunicação que, segundo nossos participantes, ocorrerá entre o COR e o CICC após sua inauguração, acrescentaremos ainda mais instabilidades às fronteiras que se busca estabilizar.

Dessa maneira, acreditamos que as diferenças, que as distribuições entre os dois Centros tornar-se-ão evidentes não por uma espécie de separação natural entre cada um, mas a partir de suas rotinas, processos, protocolos, enfim, a partir de suas práticas. Neste sentido, assim como sugere Lyon (2007), mais interessante do que pensar se o CICC se distingue do COR na medida em que o primeiro seria foucaultiano (em seu sentido disciplinar) e o segundo deleuziano, talvez seja observar os modos pelos quais ambos se produzem: como estabelecem suas associações, como fazem circular seus enunciados e fazem fazer seus actantes – algo que infelizmente será preciso aguardar para podermos levar a cabo.

GOVERNO À DISTÂNCIA E O “CUIDADO”

Em março de 2012, o prefeito do Rio de Janeiro Eduardo Paes participou de uma conferência nos Estados Unidos – a *TED Conference*¹⁵⁹ – expondo em sua apresentação intitulada “Os 4 mandamentos das cidades” algumas ideias sobre como elevar o grau de “inteligência” de uma cidade por meio da tecnologia, conduzindo-a rumo ao futuro e ao progresso. Durante sua fala, o prefeito se conectou via *internet* ao Centro de Operações Rio e solicitou que o secretário municipal de transportes Carlos Roberto Osorio, cuja imagem foi exibida no telão do auditório, descrevesse, por exemplo, as condições do tempo e do tráfego – com a lista de incidentes do dia. Antes de efetuar a ligação, porém, Eduardo Paes revelou à plateia o que estava prestes a fazer:

*Eu quero mostrar para vocês que eu posso daqui, de Long Beach, governar a minha cidade usando tecnologia*¹⁶⁰ (PAES, 2012, sp.).

A ideia de um “governo à distância” constitui um ponto importante dentre as consideráveis contribuições feitas pelo sociólogo Nikolas Rose à teoria da “governamentalidade”. Tendo como base as breves considerações de Foucault a esse respeito, Rose toma emprestada sua definição de governo – “condução da conduta” (FOUCAULT, 1991) – para pensá-lo enquanto efeito de práticas que performam a existência e a experiência dos sujeitos contemporâneos, direcionando-as para determinados fins (ROSE, 2000).

Contudo, a “distância” a qual se refere Rose em sua obra não é uma distância física, como parece estar indicada na fala do prefeito do Rio. É uma distância que

159 TED (Tecnologia, Entretenimento e Design) é uma fundação privada sem fins lucrativos dos Estados Unidos, conhecida por suas conferências no referido país, bem como na Europa e Ásia, destinadas à disseminação de ideias. Suas apresentações são limitadas a dezoito minutos, e os vídeos produzidos a partir daí são amplamente divulgados na *internet*. Entre os palestrantes que já participaram dessas conferências estão Bill Clinton, Al Gore, Gordon Brown, Richard Dawkins, Bill Gates, os fundadores da Google, Billy Graham e diversos ganhadores do Prêmio Nobel. <<http://www.ted.com/>>.

160 “I want to show you that I can govern my city using technology from here, from Long Beach” (PAES, 2012, sp.)

marca uma sutileza, uma atuação e um controle distribuídos e, de certa forma, indiretos sobre a conduta da população¹⁶¹.

O controle não é centralizado, mas disperso; que flui através de uma rede de circuitos abertos que são rizomáticos e não hierárquicos. Nesse regime de controle, não estamos lidando com indivíduos com uma personalidade singular, que é a expressão de uma qualidade interior fixa, mas com elementos, capacidades, potencialidades¹⁶² (ROSE, 2000, p. 325).

Sem necessariamente evidenciar ações diretas e opressivas/repressivas, portanto, as formas de governo, de controle da conduta são produzidas e se exercem pela modulação, pela negociação, pela tensão entre os diferentes jogos de forças que compõem a realidade. Assim, as performances de governo são na verdade efeitos das práticas de diferentes actantes: entre eles, representantes do poder público, da iniciativa privada, dispositivos tecnológicos e a própria população – que para Rose (2000) possui papel ativo nessa dinâmica. De acordo com o autor, com vistas à segurança, à ordem, à saúde, ao lucro ou à civilidade, por exemplo, certos comportamentos são tornados regulares, certas rotinas necessárias, certas normas e moralidades são estabelecidas na medida em que obtêm êxito em capturar, em afiliar os sujeitos que, por “escolha”, constantemente atuam como parceiros no governo de sua própria conduta. Há dessa forma, segundo Rose (2000), uma espécie de entrelaçamento entre liberdade e responsabilidade, que juntas conduzem a realidade segundo a articulação existente entre controle e autonomia.

Neste sentido, podemos afirmar, então, que tanto o Centro Integrado de Comando e Controle quanto o Centro de Operações Rio, pela organização rizomática que possuem e pela composição heterogênea que expressam, colocam em prática formas de governo à distância. Suas atuações se encontram de certo modo

161 O que deixa clara também a articulação de suas análises às reflexões de Deleuze sobre a “Sociedade do Controle”.

162 *“Control is not centralized but dispersed, it flows through a network of open circuits that are rhizomatic and not hierarchical. In such a regime of control, we are not dealing with subjects with a unique personality that is the expression of some inner fixed quality, but with elements, capacities, potentialities”* (ROSE, 2000, p. 325).

distribuídas e compartilhadas pelos diversos actantes que articulam, exercendo um controle muitas vezes sutil e intervindo somente quando necessário.

Especificamente com relação ao COR, observamos também a referida importância do envolvimento da população para o bom funcionamento de suas ações de governo. Ao seguir as orientações indicadas pelo Centro, ao compartilhar as informações divulgadas no *facebook*, ao *retwitter* os *posts* publicados, os cidadãos do Rio ingressam no grupo de actantes do COR como mais elemento a produzir efeitos e a deixar rastros. Além dessas, há também formas mais indiretas de conexão com o Centro quando, por exemplo, a população envia para imprensa suas queixas, suas denúncias, seus relatos que, na medida em que retratem algo que possa “impactar na rotina da cidade”, serão também apropriadas pelo COR e passarão a circular por suas associações. Outro exemplo relevante diz respeito a participações diretas de membros de uma determinada comunidade como voluntários para situações de emergência, em uma espécie de brigada. Diante da ocorrência de algum incidente são os moradores locais os primeiros a coordenar as ações e/ou a socorrer as vítimas existentes.

Quanto ao CICC, mais uma vez talvez ainda seja cedo para apresentarmos uma reflexão organizada sobre os papéis desempenhados por cada uma das agências articuladas, dos coletivos envolvidos e, principalmente, da população. Contudo especificamente com relação a essa última, algumas informações aqui produzidas podem nos apontar pistas importantes. A primeira delas diz respeito à Central de Atendimento 190 da Polícia Militar – que terá suas instalações transferidas para o CICC, e passará a registrar as queixas telefônicas também no *software* integrador. Além desse dispositivo, a população conta também com o “Disque-Denúncia”¹⁶³, serviço telefônico criado para receber informações anônimas sobre atividades criminosas. Dessa forma, as ações de monitoramento serão performadas pela articulação desses actantes – que se baseiam eminentemente em dados fornecidos pelos cidadãos – com os demais coletivos que compõem o CICC.

Outro elemento interessante, que (por enquanto) não está associado ao Centro Integrado, mas que já está disponível no Brasil – em uma versão não oficial – e que

163 <<http://www.disquedenuncia.org.br>>.

vem se tornando extremamente popular nos Estados Unidos, por exemplo, são os aplicativos para *smartphones* que produzem um tipo de banco de dados georreferenciados a respeito do crime, aberto também a consultas¹⁶⁴. Agenciados a esses dispositivos, a população pode registrar as ocorrências de determinados incidentes em algumas localidades e da mesma forma se informar sobre o “potencial risco” nelas existente. Diante do avanço tecnológico que o CICC comporta, somos levados a pensar que, em algum futuro próximo, dispositivos como esse deverão ser igualmente incorporados ao seu funcionamento.

Feitas essas considerações sobre o caráter distribuído das formas de governo performadas pelo Centro Integrado de Comando e Controle e pelo Centro de Operações Rio, gostaríamos de tomar como base a noção de “governo à distância” desenvolvida por Rose (2000), para ampliar o sentido por ele atribuído à mesma, considerando também uma conotação física da expressão. Quando o prefeito do Rio de Janeiro declarou, como citado anteriormente, que poderia dali, de *Long Beach*, governar a cidade, ele coloca em cena um grupo de actantes que atua junto com ele produzindo esse governo e, ao mesmo tempo, evidencia a possibilidade de se fazer isso remotamente em tempo real.

A distância, segundo acreditamos, é simultaneamente estratégica e física – algo possibilitado e potencializado por tecnologias como as câmeras de vídeo, o sistema de telepresença e qualquer outro aparato que torne móveis os enunciados (LATOURET, 2000). A ideia é que, articuladas a esses dispositivos, as ações de governo podem ser performadas com mais segurança, diminuindo o nível de risco não apenas para a população, mas também para os próprios agentes que estão ali atuando. Como já comentamos em outra oportunidade (CASTRO, 2008), ao monitoramento feito à distância seria atribuída a capacidade de garantir o controle de determinadas situações sem uma intervenção direta – uma espécie de controle “remoto” – ou mesmo de dar suporte ao actante presente onde se dá a ocorrência com informações que o preparariam e o salvaguardariam de alguma forma.

164 Cf. WikiCrimes Mobile, uma versão para telefone celular do site “WikiCrimes – Mapa de Crimes”: <<http://www.wikicrimes.org/main.html>>.

Assim, performando modos sutis de controle, que se caracterizam pela distribuição e por ações à distância, tanto o CICC quanto o COR estariam colocando em prática um tipo de governo que, segundo seus porta-vozes, se evidencia enquanto “cuidado”.

[O monitoramento (hoje) via Centro de Operações é] *um recurso capaz de tomar conta da cidade. Enquanto as pessoas trabalham e desenvolvem suas atividades, existem várias pessoas que estão se dedicando a cuidar do Rio de Janeiro.*



Participante 19 – COR

A ideia de um cuidado enquanto aspecto e efeito positivo da vigilância/monitoramento aparece em algumas das reflexões presentes na obra do sociólogo David Lyon. Segundo o autor, a vigilância opera coletando informações cujos objetivos podem ser encontrados em uma espécie de *continuum* entre cuidado e controle (LYON, 2003) e, dessa maneira, elementos de ambos estão quase sempre presentes, evidenciando tensões e tornando o fenômeno de certo modo ambíguo. Neste sentido, afirma Lyon (2007), grande parte dos autores que se dedicam ao estudo das práticas de vigilância – ele inclusive – assumem a postura política de focar suas análises nos efeitos opressores do controle, em uma espécie de denúncia, saindo em defesa dos muito vulneráveis, daqueles que se tornam marginalizados a partir dessa dinâmica e, assim, deixando quaisquer dimensões positivas em segundo plano.

Assim, a ideia da vigilância enquanto cuidado, apesar de ser levada em consideração por muitos teóricos como uma possibilidade, ainda é pouco explorada e bastante controversa – como se houvesse um receio constante de que esse cuidado se dê de uma forma “patológica”, ou seja, traduzido como necessário por aqueles que “cuidam”, mas de alguma forma problemático e/ou indesejado pelos efeitos que produz.

Mais uma vez, nós não temos que imaginar algum tirano malvado recebendo as chaves de acesso dos bancos de dados médicos ou

da previdência social para ver o problema. As corrupções de poder incluem líderes que apelam a um suposto bem maior (como a vitória na guerra) para justificar táticas incomuns ou extraordinárias. Nos EUA, os nipo-americanos foram destacados para internamento durante a Segunda Guerra Mundial, através do – normalmente ilegal – uso de dados do censo. Mais recentemente, muitos mulçumano-americanos passaram a ser rotulados como impróprios para viagens utilizando listas *no-fly* ou, de outra forma, sujeitos a discriminação racial, o que seria condenado em outros contextos devido à sua manifesta injustiça¹⁶⁵ (BALL & MURAKAMI WOOD, 2006, pp. 1-2).

165 *“Again, we do not have to imagine some wicked tyrant getting access keys to social security or medical databases to see the problem. The corruptions of power include leaders who appeal to some supposed greater good (like victory in war) to justify unusual or extraordinary tactics. In the USA, Japanese Americans were singled out for internment during World War Two through the – normally illegal – use of census data. More recently, many Muslim Americans are branded as unfit for travel using no-fly lists or are otherwise subject to racial profiling, condemned in other contexts for its manifest unfairness”* (BALL & MURAKAMI WOOD, 2006, pp. 1-2).

(DES)CONFIANÇA: INCERTEZAS QUANTO ÀS NATUREZAS DOS ACTANTES

Mais profundamente, todos os processos e práticas de vigilância atuais evidenciam um mundo no qual não somos realmente confiáveis. A vigilância promove a suspeita. O empregador que instala monitores de teclados em estações de trabalho ou dispositivos de GPS em veículos de serviço está dizendo que não confia em seus funcionários. O administrador de um sistema de benefícios sociais que busca evidências de auxílios duplicados (...) está dizendo que não confia nos beneficiários. E quando os pais começam a usar webcams e sistemas de GPS para verificar as atividades de seus filhos adolescentes estão dizendo que não confiam neles também. Algumas dessas, você retruca, podem parecer simples prudência. Mas até onde isso pode ir?¹⁶⁶ (BALL & MURAKAMI WOOD, 2006, p. 2).

De um modo geral, a proliferação das práticas de vigilância nos dias de hoje contribuem para a instauração e/ou intensificação de um clima de constante desconfiança, suspeição e certo receio com relação à imprevisibilidade dos acontecimentos. Por vezes focados em ações individuais ou coletivas, outras direcionados a situações de emergência que envolvem fenômenos naturais, o uso crescente dos dispositivos de segurança no cotidiano das cidades aponta o permanente estado de alerta no qual vivem esses grandes centros urbanos.

Especificamente no Rio de Janeiro, os Centro Integrado de Comando e Controle da Secretaria de Estado de Segurança e o Centro de Operações da Prefeitura constituem actantes que vêm adquirindo papéis de destaque neste cenário. Entretanto, vale ressaltar que durante a presente pesquisa observamos uma diferença expressiva entre as dinâmicas que cada um performa e, neste sentido, gostaríamos de considerar aqui separadamente algumas pistas que identificamos como interessantes de serem seguidas.

¹⁶⁶ *“Most profoundly, all of today’s surveillance processes and practices bespeak a world where we know we’re not really trusted. Surveillance fosters suspicion. The employer who installs keystroke monitors at workstations, or GPS devices in service vehicles is saying that they do not trust their employees. The welfare benefits administrator who seeks evidence of double-dipping (...) is saying they do not trust their clients. And when parents start to use webcams and GPS systems to check on their teenagers’ activities, they are saying they don’t trust them either. Some of this, you object, may seem like simple prudence. But how far can this go?”* (BALL & MURAKAMI WOOD, 2006, p. 2).

O novo Centro Integrado de Comando e Controle, em primeiro lugar, na medida em que está fortemente associado às práticas policiais e à Secretaria de Segurança, provavelmente seguirá a mesma tônica já existente no atual CCC – uma espécie de regime de sigilo e segredo. As informações a serem produzidas pelo CICC são consideradas como estratégicas não apenas pelo conteúdo articulado, mas também por uma dinâmica de circulação que estará restrita aos órgãos diretamente associados. Qualquer dado que escape dessa trama de “autoridades” poderia dar ao “inimigo” a chance de se reconfigurar, de se desviar, de se tornar imprevisível novamente. Para garantir, então, a efetividade do monitoramento que será realizado, tudo o que for produzido pelo CICC deverá permanecer no CICC, pelo menos até o momento em que a divulgação dessas informações possa ser feita sem comprometer a estratégia planejada. Assim, a ideia é produzir a maior quantidade de informação possível sobre uma atividade, um grupo, ou uma pessoa suspeita, sem que esta pessoa ou grupo tenha conhecimento de quando e onde suas ações estarão sendo monitoradas.

Entretanto, a crescente presença das câmeras vídeo no Rio de Janeiro aliada a não divulgação de suas localizações faz com que cada vez mais pessoas estejam sob suas lentes e, simultaneamente, que a sensação de monitoramento seja constante, mesmo quando ausente. Dessa forma, pode-se afirmar que um clima de suspeição e desconfiança generalizada é dos efeitos possíveis da intensificação dessas práticas, como se todos fossem potencialmente culpados, perigosos e, por isso, merecessem estar sob o olhar das câmeras.

Parece-nos, então, que a associação das práticas policiais a esses dispositivos de segurança se dá no sentido de buscar com que as ações da população sejam mais visíveis e, de certa maneira, transparentes. Não obstante, o mesmo tipo de “transparência” é muitas vezes requerido das ações policiais, de modo que dentre os aparatos tecnológicos a serem utilizados pelo CICC, alguns deles cumprirão essa finalidade. Vale ressaltar, porém, que apesar de alguns acreditarem que essa simetria possa equilibrar de certa forma a balança, para o sociólogo Clive Norris, enquanto essas relações estiverem sobretudo mediadas por “soluções tecnológicas”, a tensão e a desconfiança continuarão a se acirrar.



Eu acho que há uma fé indevida em soluções tecnológicas para o problema da criminalidade, da segurança e da ordem. A melhor prova é que a ordem, o crime e a segurança são mais bem promovidos no nível da negociação local face a face. A melhor maneira para a polícia resolver o crime é se o público lhes dá informações livremente... se o público confiar na polícia, que há esse fluxo... Trata-se de um relacionamento recíproco. Um dos problemas que se tem quando se depende de soluções tecnológicas é que podemos criar uma distância entre a polícia e o público. Podemos ver uma polícia que realmente se vê como estando fora da comunidade, descendo, num certo sentido, da montanha para impor a ordem; em vez de uma polícia que é parte integrante dessa comunidade, que tem que negociar, por vezes, com discrição e tolerância, com várias comunidades e indivíduos. Mas, nesse processo de negociar, o que se faz é construir a confiança e o consentimento... e o consentimento é o cerne¹⁶⁷ (NORRIS em HOUSE OF LORDS, 2007, sp.).

Talvez não possamos chamar nomeadamente de “consentimento”, mas a Polícia Militar do Rio de Janeiro vem se empenhando no estabelecimento de relações de proximidade com a população, com a realização do projeto das Unidades de Polícia Pacificadoras (UPPs). Já relatamos aqui inclusive, na “Primeira Ária” desta tese, o processo de instalação de câmeras de vídeo no entorno de uma dessas unidades, e o quanto as controvérsias geradas fizeram com a Polícia percebesse a importância de se envolver a população ainda mais.

Além disso, outras práticas observadas destacam de certo modo a participação dos cidadãos na dinâmica de segurança da cidade, como nos já mencionados serviços 190 – de atendimento de emergências – e o Disque Denúncia. Em ambos os casos, percebemos funcionamentos que conjugam ao mesmo tempo delação e confiança – é preciso que a população acredite na atuação da polícia para recorrer a esses serviços; é preciso que polícia confie na veracidade da denúncia para que

167 “I think that there is an undue faith in technological solutions to the problem of crime, security and order. The best evidence is that order, crime and security are best promoted at a local face-to-face negotiated level. The best way for police to solve crime is if the public give them information freely. It is if the public trust the police that there is that flow. That is about a reciprocal relationship. One of the problems one has with reliance on technological solutions is that we can create a distance between police and public. We can see a police that actually see themselves as standing outside the community and coming down in a sense from the mountain to impose order rather than a police that are an integral part of that community who have to negotiate, sometimes with discretion and toleration, with various communities and individuals but, in that process of trade-off, what one does is build up trust and consent and consent is at the heart” (NORRIS em HOUSE OF LORDS, 2007, sp.).

encaminhe uma patrulha ou, ao menos, busque averiguar as informações fornecidas.

Algo que também precisa ser novamente considerado é a dimensão de cuidado – juntamente com os aspectos de controle e suspeição – que as câmeras de vídeo articulam, o que de certa forma contribui para que estes dispositivos sejam vistos como actantes indispensáveis e se tornem uma espécie de requisito para se pensar ações amplas de segurança não apenas no Brasil, mas de um modo geral em todo o mundo ocidental.

No Centro de Operações da Prefeitura do Rio, é justamente essa dimensão de cuidado que parece ser mais evidente nas práticas performadas. Na medida em que não está focado em pessoas ou grupos suspeitos – como deverá acontecer no CICC – mas prioritariamente em situações de emergência civis, o COR possui uma dinâmica de monitoramento específica, na qual as relações de confiança talvez possam ser estabelecidas mais facilmente.

Se precisássemos escolher uma palavra, dentre os relatos produzidos, para descrever o vasto campo de atuação do Centro de Operações, esta certamente seria “mobilidade”. Orientado, então, segundo essa preocupação, o COR busca garantir o fluxo na cidade por meio de formas de governo que estariam baseadas não apenas na produção de dados, mas especialmente no compartilhamento da informação. Assim, ao invés do sigilo e do segredo, a circulação de informações dentro do Centro de Operações e sua importação e exportação de/para outros coletivos é um fator considerado estratégico e indispensável para que o Rio de Janeiro se torne seguro e, portanto, uma “cidade inteligente”. Ao mesmo tempo em que esse tipo de disseminação facilita com que as informações cheguem mais rápido às agências que deverão agir diante de cada situação, de igual modo contribui para que a população confie no COR, se prepare, reaja, e também opere como mais um de seus parceiros.

De acordo os porta-vozes participantes, as situações de emergência nas quais atuam o Centro de Operações geralmente demandam o envolvimento de mais de um órgão ou agência em seu atendimento. Assim como afirmam Brodeur & Leman-Langlois (em HAGGERTY & ERICSON, 2006) os incidentes, as ocorrências em uma

cidade são híbridas quanto às suas características bem como quanto aos coletivos que articulam. Dessa forma, a ideia de uma integração entre os órgãos de atendimento à população em um único centro figura como uma proposta promissora no sentido de que poderia promover não apenas o intercâmbio de informações, mas também as práticas de ação conjuntas.

Entretanto, vale lembrar que a integração de forças colocada em prática no COR garante a cada órgão a manutenção de suas autonomias funcionais, o que apesar de contribuir para a produção de formas de governo mais distribuídas, ao mesmo tempo pode fomentar tensões que dificultem a comunicação e a interação entre eles, ou até as tornem mais lentas – comprometendo, assim, a eficiência de seus atendimentos e, por consequência, a confiança da população nesses serviços. Outro ponto que talvez estimule o acirramento de atritos e atue como um obstáculo à gestão integrada da cidade diz respeito ao monitoramento feito pelo Centro de Operações dos serviços prestados à população por cada uma das agências envolvidas. No lugar de comportamentos suspeitos, o COR acompanha os atendimentos prestados, o tempo que levam para serem realizados, a qualidade com que ocorrem, entre outros fatores. Neste sentido, questionamos se realmente seria possível estabelecer relações de confiança, rotinas de trabalho conjuntas, um esquema de gestão distribuída na medida em que um grupo de actantes monitora todos os demais.

Do mesmo modo, especificamente com relação à disseminação de informações para a população e do envolvimento desta última como “parceira” do COR, observamos que há certas práticas que podem figurar como pontos de tensão. Considerando que determinados enunciados que circulam pelo Centro ficam de fora dessa comunicação, pois não seriam considerados relevantes uma vez que não impactariam na rotina, na mobilidade dos cidadãos, percebemos uma espécie de gestão que, em sua dinâmica, compartilha apenas as informações que sejam categorizadas como relevantes. De forma semelhante ao que acontece com o estabelecimento de padrões de comportamento – “normais”, “suspeitos”, “perigosos”, etc. – a produção de categorias de informação também atua na configuração de certas realidades em detrimento de outras. Assim, ressaltamos a

importância de se problematizar as formas pelas quais se dão essas categorizações, as escolhas que materializam e, principalmente os efeitos que produzem.

Uma segunda questão que vale ser considerada no que se refere à dinâmica de gestão do fluxo de informações e de sua divulgação mais ampla é a centralização do controle desse processo. Todos os enunciados publicados pelo COR precisam passar pela aprovação de sua assessoria de comunicação, o que – juntamente com as práticas de monitoramento dos serviços citada anteriormente – contribui para a formação de alguns centros de poder, evidenciando assim uma espécie de contradição quando se tem em mente os aspectos integrador e distribuído do Centro.

Talvez este seja mais um sinal – assim como o são o próprio COR e o CICC – de uma busca desenfreada por um controle cada vez maior dos vários aspectos que compõem a realidade. Para atender, então, a essa busca, novas formas de produção de informações, conhecimento e de gestão passam a fazer parte da agenda das grandes cidades, o que, por sua vez, evidencia frequentemente a necessidade de técnicas ainda melhores, constituindo desse modo um círculo sem fim com fortes tendências a um colapso. Essas técnicas criadas estariam focadas em performar um controle que visa a se antecipar aos fatos, a se preparar para “imprevistos”, a corrigir e contornar os erros, enfim, a manter um tipo de estabilidade constante.

Diante da imprevisibilidade, dos perigos e dos riscos atuais, muitas vezes os dispositivos tecnológicos são comparados aos “humanos” quanto ao desempenho que apresentam e, diferente destes, são traduzidos como infalíveis, como incorruptíveis, mais confiáveis e, assim, novas funções lhes vêm sendo atribuídas e delegadas para que essas ações sejam realizadas cada vez mais com uma maior eficácia. Neste sentido, as câmeras de vídeo vêm ampliando seu campo de atuação ao mesmo tempo em que novos recursos lhes são articulados como, por exemplo, visão de raios-X, visão noturna, reconhecimento facial, ou o qualquer outro tipo de *software* de análise de imagens.

No Centro de Operações da Prefeitura, conforme já relatamos, parte das câmeras está associada ao chamado “vídeo analítico” – que monitora as imagens segundo

um padrão pré-programado, e dispara alertas quando identificada alguma anormalidade. Essas anormalidades, então, essas ocorrências passam a ser acompanhadas também pelos operadores que buscarão verificar exatamente o que está acontecendo, para efetuar os despachos apropriados. Assim, segundo ressalta Norris (em HOUSE OF LORDS, 2007), as câmeras de vídeo não são apenas sistemas automáticos seguindo rotinas automáticas; elas envolvem também escolhas que, conforme defendemos, são compartilhadas entre os actantes do coletivo: “humanos” e “não-humanos”.

As decisões, portanto, não são tomadas isoladamente por cérebros pensantes e orgânicos; elas costumam ser negociadas, determinadas também pelas especificações técnicas dos dispositivos envolvidos, seus alcances, seus limites – por suas capacidades de aprender, sugerir, se autocalibrar. Da mesma forma, as câmeras também não estão marcadas por uma “natureza” boa ou má (SEWELL & BARKER, 2001), confiáveis ou não, capaz de impor um juízo de valor pré-determinado a essas relações ou garantir sua eficiência. Logo, os resultados, os protocolos, as rotinas, as categorias de análise, os padrões de comportamento, enfim, todas essas práticas decorrem das associações, dos agenciamentos híbridos que compõem essas redes.

Portanto, os efeitos de “confiança” que as câmeras de vídeo produzem vão depender das conexões às quais estas estão articuladas, dos propósitos que norteiam o coletivo no qual estão inseridas e como seus actantes delas se apropriam – de forma que seu emprego pode realmente afastar a população, gerando desconforto e um clima de frieza e desconfiança, ou por outro lado pode constituir um dos passos de reaproximação com os cidadãos quando a confiança que estes depositam nos órgãos estiver frágil.

ESTABILIZANDO PRÁTICAS DE GOVERNO / ROBUSTECENDO ASSOCIAÇÕES

Durante os anos de realização da pesquisa, dois acontecimentos poderiam ter comprometido a continuidade dos centros aqui estudados: as eleições estaduais de 2010 e municipais de 2012. Em nossos primeiros movimentos de campo, quando abordávamos apenas o tema do Centro Integrado de Comando e Controle, identificamos nas falas de alguns participantes o envolvimento e o empenho pessoal do então governador do Rio de Janeiro nos projetos da Secretaria de Segurança. O mesmo ocorreu quando iniciamos nossos contatos com os porta-vozes do Centro de Operações, que relataram a mobilização e a dedicação do prefeito da cidade na época com relação a este.

A conexão direta que iniciativas como o CICC e o COR costumam ter com actantes do alto escalão político por vezes lhes confere a mesma provisoriedade que estes possuem em seus cargos (CASTRO, 2008). Quando novos representantes são eleitos, modificam-se também as diretrizes do governo, os ocupantes de funções de confiança e comando e, na esteira disso, os projetos em andamento são reavaliados à luz de diversos fatores, inclusive do orçamento disponível e do interesse político.

Diante disso, por duas vezes tememos pelo desenvolvimento desta tese. Não especificamente pela possibilidade de os projetos serem cancelados – pois isso não prejudicaria de todo a pesquisa – mas pela grande movimentação que os porta-vozes com quem já estávamos em contato poderiam sofrer. E em alguns momentos – não apenas após as eleições – tivemos realmente que recuar um pouco e buscar estabelecer novas associações, pois as antigas haviam sido bruscamente rompidas devido a substituições.

Esse tipo de instabilidade frequente não apenas prejudica o acompanhamento dessas associações, mas principalmente acaba por dificultar a criação de políticas e o desenvolvimento de iniciativas de médio e longo prazo – constituindo, assim, práticas de governo descontínuas e isoladas. Entretanto, de acordo com um dos participantes desta pesquisa, esse quadro de inconstância, ao menos no que diz respeito à SESEG/RJ, veio se modificando recentemente:

A Secretaria de Segurança Pública teve que se reinventar nessa gestão. O secretário já é o secretário com maior tempo de permanência no cargo da história do Rio de Janeiro [– desde 2007]. Muito provavelmente, vai completar o mandato inteiro na gestão da secretaria, com possibilidade de renovação do mandato, do mandato de uma segunda gestão [2011-2014]. Isso é muito importante porque as questões de segurança pública sempre foram tratadas com um caráter imediatista. As emergências do dia a dia do Rio de Janeiro são muito grandes e você tinha estratégias para resolver as questões do hoje. Pouca gente teve tempo de sentar, conhecer o problema, se programar e projetar estratégias e políticas de médio e longo prazo. Então não é nenhum mérito pra gente, porque a gente conseguiu sobreviver a esse tempo um pouco maior, o que nos permitiu estruturar algumas políticas e ações com resultados e com foco – no nosso caso, até 2014 agora. Conseguimos finalizar no final do ano passado [2009] e início desse ano [2010] o primeiro planejamento estratégico na história da Secretaria de Segurança Pública. Então a gente já sabe aonde a gente quer chegar em 2014. E até então independente de uma renovação de mandato. A gente deixaria isso como legado numa eventual nova gestão da Secretaria de Segurança Pública.

Participante 9 – SESEG/RJ

Assim, apesar de os processos eleitorais recentes não terem produzido mudanças significativas nos planos já existentes para o Estado e para o Município do Rio de Janeiro e, por consequência, para o CICC e o COR, uma vez que tanto o governador quanto o prefeito foram reeleitos em 2010 e 2012 respectivamente, a preocupação em face dessas possíveis variações – que irão inevitavelmente ocorrer no futuro – faz com que certas estratégias sejam pensadas para manter alguma estabilidade nas relações que compõem essas políticas e esses coletivos.

Uma das opções, segundo um porta-voz do Comitê Olímpico Brasileiro – que em nossas conversas também se mostrou apreensivo com relação a prováveis mudanças no cenário político – é recrutar como aliados actantes que não estejam sujeitos a essas oscilações, é buscar elementos de maior permanência e estabelecer com estes as associações que irão integrar o coletivo:

Nós temos – o que é positivo pra democracia – eleições. Mas isso significa que nós temos esse ano [2012] eleição municipal, nós

temos uma eleição geral em [20]14... Isso, em tese, pode haver uma alteração de pessoas que hoje estão à frente do processo. (...) E as estratégias que nós estamos aqui sugerindo é que as esferas indiquem pessoas pra interagir conosco de escalão intermediário, que são pessoas que não estão alcançáveis aos deslocamentos em razão da troca política. Então tudo isso nós temos que pensar, temos que administrar pra que não haja impacto. E são variáveis postas, nós não temos governabilidade sobre elas, então temos que mitigar os impactos e só com muito planejamento, com muita consistência nesse planejamento pra suportar isso.

Participante 4 – Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016™

Outra opção seria fortalecer as conexões já produzidas, dando-lhes formas estáveis e materializando certas escolhas. Neste sentido, os dispositivos tecnológicos – as câmeras de vídeo dos referidos Centros, por exemplo, e todo o aparato ao qual estão articuladas – figuram como algumas das expressões materiais desses coletivos, dos embates neles travados, das negociações e das soluções estabelecidas (LATOURE, 2000). Do mesmo modo, os manuais, as normas operacionais e os acordos legais também contribuem para a estabilização dos coletivos, definindo práticas e tornando o desmantelamento futuro dessas associações um trabalho mais custoso.

Então isso implica ter estratégia pra suportar esse impacto e isso significa acelerar o máximo pra tornar robusto, assinado o máximo de coisa, para que o próximo dê continuidade e, inclusive, pra facilitar o próximo governo, que pode dar uma virada geral na posição... então, não está com a máquina na mão, não sabe o que tá acontecendo, no mínimo, pode haver um retardo pra ver em que pé as coisas estão acontecendo e causar um retardo.

Participante 4 – Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016™

De qualquer modo, parece que as estratégias criadas têm se mostrado bem sucedidas no sentido de tornar robustas as associações que compõem os Centros. Para o Participante 22 (Secretaria Municipal de Ordem Pública – SEOP), por exemplo, mesmo que um futuro prefeito da cidade do Rio de Janeiro queira

desativar o Centro de Operações, por pressão da opinião pública e da imprensa isso não lhe seria “permitido”.

Vale ressaltar, porém, que esses processos de fortalecimento e estabilização dos coletivos podem se constituir, de certa forma, como problemáticos na medida em que os Centros passem a ser vistos como necessários, como uma espécie de solução única possível para os problemas aos quais se propõem enfrentar. Se esse processo de naturalização ocorrer, os efeitos negativos quando presentes podem ser traduzidos como inevitáveis, males irremediáveis, fazendo desses coletivos fatos indiscutíveis, verdades irrefutáveis, verdadeiras caixas-pretas – a serem utilizadas, aplicadas sem que se faça qualquer questão sobre estas.

No entanto, considerando particularmente as práticas de vigilância/monitoramento, podemos afirmar – assim como já indicamos em outro momento desta tese¹⁶⁸ – que a falta de legislação específica configura o fenômeno como ainda instável, aberto a discussões ou, como prefere Latour (Em Dosse, 2003), um objeto quente. Desse modo, o debate que trazemos aqui se torna até mais interessante e importante. Através das reflexões apresentadas nesta tese, acreditamos que algumas das pistas nelas apontadas possam auxiliar na orientação, nos movimentos de estabilização dessas práticas de governo, guiando-os em direções mais positivas e menos exclusivas.

168 Cf. pág. 86.

PRODUÇÕES DE REALIDADES

Apesar de os Centros apresentarem suas próprias características e peculiaridades, retomamos aqui a reflexão sobre algumas aproximações entre as práticas de governo performadas por ambos para abordar um ponto que diz respeito ao poder, ao controle que estes exercem no nível da população.

Por mais que, em alguns casos, ações individuais estejam sendo levadas em consideração nas ações empreendidas pelo CICC e pelo COR, nos planejamentos que estes elaboram, são para os efeitos coletivos dessas práticas que ambos estão orientados. Número de crimes, velocidade de resposta, quantidade de incidentes, raio de alcance, população afetada – positiva e negativamente – estes são alguns dos índices com os quais trabalham os referidos Centros.

Desse modo, podemos observar, em certa medida, formas de governo que não estão preocupadas com ocorrências isoladas, mas sim com a possibilidade de essas se tornarem coletivamente expressivas. Não existe uma pretensão de se acabar com a criminalidade, por exemplo, pois “existe um fenômeno biopsicossocial de que o crime é inerente à própria sociedade” (PARTICIPANTE 9 – CICC). Quanto às práticas do COR, de acordo com o Participante 20 (COR), “transtorno vai ter sempre” – sua atuação, neste sentido, se daria justamente com o intuito de minimizar suas ocorrências. Os esforços, portanto, visam a manter os índices em uma espécie de nível normal, “aceitável”, preferencialmente com tendência a “ótimo”.

Vale ressaltar, contudo que esses índices e seus níveis de normalidade e anormalidade são geralmente produzidos a partir de um levantamento, de cálculos acerca de eventos passados e, ao mesmo tempo, são constantemente a estes referenciados. Dessa forma, resultados positivos normalmente significam uma mudança nos números obtidos, uma melhora comparativa – aos meses anteriores, aos anos anteriores – como se os eventos tivessem uma tendência de permanecer estáveis e repetir frequentemente os mesmos padrões. As análises de risco, por sua vez, visam prospectar essas tendências para um futuro de curto, médio, ou longo prazo, considerando e pesando interferências prováveis e improváveis.

Assim, identificamos como problemática a verificação da eficácia ou a ineficácia dos dispositivos articulados aos CICC e ao COR, bem como de alguns de seus planejamentos estratégicos de modo mais amplo, uma vez estas avaliações são comumente baseadas nestes índices. E se os eventos não seguem uma tendência linear? E se os padrões se modificam com uma frequência maior do que se mantêm? E se nem todos os fatores estão sendo considerados nas prospecções produzidas? Apesar da crescente importância das câmeras de vídeo em nosso cotidiano, bem como dos coletivos aos quais estão associados, é preciso ter em mente que outros fatores também atuam sobre os acontecimentos que tanto o CICC quanto o COR visam a governar. Para Murakami Wood & Abe (em BENNETT & HAGGERTY, 2011) as análises e os cálculos de riscos também atuam na fabricação dessas ameaças que assombram o horizonte da cidade. E se o fato de elas não se materializarem não estiver relacionado a uma espécie de vitória da “lei e da ordem”, mas sim a um fracasso da inteligência, ou a um exagero deliberado sobre a probabilidade de uma ameaça em primeiro lugar? E se os danos jamais fossem se concretizar mesmo que coletivos como estes que estudamos aqui não estivessem em funcionamento? Talvez nunca saibamos essas respostas; e é aí que reside uma questão importante a respeito desses dispositivos, uma questão que deve ser sempre lembrada nas políticas de adoção dessas tecnologias.

A partir dessa reflexão, podemos deslocar um pouco o nosso debate para pensar sobre outro ponto de congruência, talvez um dos mais importantes, identificado no funcionamento de ambos os centros: o direcionamento de suas ações, ou melhor, o quanto que estas evidentemente estão orientadas para o futuro. Planejamentos de eventos futuros, como se evitar determinadas situações futuras – parece-nos que tanto o CICC quanto o COR visam a tornar esse “tempo”, que geralmente se apresenta de forma ampla e imprevisível, em algo familiar e controlável. O passado e o presente são utilizados, então, como elementos de compreensão da “realidade” e suas possibilidades, para se moldar e governar principalmente o futuro.

É claro que dadas as diferenças entre os referidos Centros, essa espécie de direcionamento para o futuro pode se configurar de formas distintas em cada um deles. Desse modo, acreditamos que o CICC terá em vista, na maior parte de suas

ações, um futuro mais iminente, daqueles segundos, minutos, ou poucas horas que antecedem um ato criminoso. Somente após a confirmação de uma suspeita é que o monitoramento realizado poderá, então, fornecer pistas, produzir dados que possam ser utilizados em outras situações semelhantes em um futuro mais distante.

Já o Centro de Operações trabalha, eminentemente, com uma temporalidade que tende a uma antecipação maior. Previsão do tempo, organização de eventos – essas são algumas das situações para as quais grande parte do volume de informações produzida pelo COR se destina. Vale ressaltar, porém, que os planos de contingências criados pelo Centro são revistos e atualizados a cada situação de emergência acompanhada e, além disso, que o monitoramento de tráfego em tempo real permite que incidentes sejam contornados ou que seus efeitos sejam minimizados.

Assim, é possível observar que articulando funcionamentos distintos, ambos os Centros misturam as temporalidades em proporções específicas, porém evidenciando uma preocupação comum e constante com o futuro e seu controle.

Dessa forma, gostaríamos de ressaltar nesta sessão o quanto essas práticas vêm atuando na produção de realidades, na produção de futuros que já se tornaram presentes ou que ainda estão por vir, no sentido de torná-los cada vez mais previstos e previsíveis, no sentido de fazer deles uma atualização daquilo que já foi planejado, a cópia mais fiel possível de um cenário que só existia potencialmente, virtualmente (BOGARD em HAGGERTY & ERICSON, 2006).

As câmeras de vídeo estão articuladas, assim, nesses coletivos que não apenas observam, acompanham e monitoram para conhecer e para saber, mas também, e principalmente, para intervir, para atuar, para produzir mundos. Mundos estes nos quais o inesperado não tem sido bem visto, nos quais os acontecimentos, no sentido foucaultiano de “irrupção de singularidade” (FOUCAULT, 1979), vêm se tornando indesejados e, quando ocorrem, tendem rapidamente a ser capturados para compor o repertório de situações conhecidas, de protocolos definidos. Por meio dessas práticas viemos contribuindo para a produção de realidades nas quais o singular é traduzido muitas vezes como perigoso, nas quais o imprevisível vem se transformando em sinônimo de risco, e os riscos precisam ser geridos e reduzidos.

Neste sentido, ao buscar compreender as práticas de vigilância/monitoramento, o presente trabalho cumpre também um papel político importante nesta discussão, uma vez que se articula a esses coletivos e passa a atuar neles como mais um de seus actantes, deixando rastros, produzindo deslocamentos, produzindo realidades. Assim, a descrição que realizamos aqui, a cartografia que desenhamos não visa a enaltecer ou a criticar essas práticas, muito menos a enaltecer alguns de seus aspectos e a criticar outros. Nosso propósito é manter o debate aquecido, é abri-lo a novas possibilidades, é fazer multiplicar ainda mais essas realidades, ressaltando constantemente o quanto que esses coletivos, ainda em construção, podem produzir múltiplas e novas formas de governo não apenas no futuro, mas já e principalmente no presente.

ENCERRAMENTO

“Então onde, por enquanto, nós acabamos? A resposta é: em um lugar de tensões. Um lugar onde conflitos podem ocorrer – ou diferentes formas de trabalhar podem se espalhar por diferentes locais e situações, diferentes prédios, salas, horários, pessoas, questões. Um lugar onde as coisas são o que acabaram se tornando, mas poderiam ter sido diferentes – e não apenas porque elas foram diferentes no passado, mas também porque na verdade eles são diferentes agora, um pouco mais adiante (em outro local ou situação)”¹⁶⁹ (MOL, 2002, pp. 113-4).

169 *“So where, for the time being, have we ended up? The answer is: in a place of tensions. A place where clashes may occur - or different ways of working may get spread out over different sites and situations, different buildings, rooms, times, people, questions. A place where things are what they happen to have become but could have been different – not just because they have been different in the past, but also because in fact they are different right now, a little further along (in another site or situation)”* (MOL, 2002, pp. 113-4).

IMPRESSÕES FINAIS

Após quatro anos de pesquisa, aproximadamente, é chegada a hora de colocarmos um ponto final, de alinhavarmos, mesmo que provisoriamente algumas ideias que pulularam e nos guiaram durante essa investigação.

Começamos a nossa trajetória a partir de algumas inquietações, de algumas questões levantadas durante o mestrado, às quais não tivemos tempo hábil para nele nos dedicar. Decidimos que teríamos como cenário desta vez a cidade do Rio de Janeiro, como âncora as câmeras de vídeo utilizadas em locais de circulação pública – câmeras sob a administração do poder público de um modo geral – e, sem demora, nos dirigimos ao campo. Dadas as características da cidade e da visibilidade de certos temas, nossa pista inicial eram as centrais de monitoramento da Polícia Militar – especialmente aquela articulada à Unidade de Polícia Pacificadora mais popular na época: a UPP Santa Marta.

Assim, subimos o morro. A pé, de bondinho, com um caderno na mão, algumas ideias e um medo muito grande. Em todas as minhas visitas, confesso que nunca me senti confortável de estar naquele ambiente. A princípio, pode ter sido realmente por um pouco de preconceito, mas cheguei efetivamente a observar movimentos estranhos; senti-me vigiado, monitorado por actantes outros que não as câmeras e não traduzi essa experiência como propriamente uma saudação de boas-vindas. O que nos mantinha na trilha, porém, o que nos fazia prosseguir era riqueza dos relatos ali produzidos, das descrições e até mesmo de alguns embates que pudemos acompanhar na comunidade, especialmente entre seus moradores e os porta-vozes do poder público.

Dessa maneira, percebemos que era preciso buscar identificar também que outras versões se evidenciavam a respeito das práticas de vigilância/monitoramento; percebemos que era necessário trazer para compor a nossa cartografia outros grupos de actantes, outros elementos associados ao debate – e precisávamos fazê-lo de forma rápida, antes que pudéssemos ser traduzidos como aliados de um coletivo específico, comprometendo assim a nossa entrada nos demais.

Nosso passo seguinte, portanto – seguinte e quase simultâneo de certo modo – foi estabelecer contato com a Secretaria de Estado de Segurança do Rio de Janeiro (SESEG/RJ). Por meio de sua Assessoria de Comunicação, conseguimos agendar uma primeira visita à sede da SESEG/RJ, bem como uma conversa, uma entrevista com um de seus porta-vozes. A partir daí, fomos seguindo as conexões dessa rede – de um porta-voz a outro, de um projeto a outro, entre superintendências e subsecretarias; quando enfim nos deparamos com o diagrama do Centro Integrado de Comando e Controle (CICC).

Feita uma investigação preliminar sobre o futuro Centro, decidimos por tomá-lo como campo de pesquisa, como a materialidade na qual focaríamos nossas descrições. Assim, para acompanhar o seu processo de fabricação, tornamo-nos “figurinhas fáceis” pelos corredores da SESEG/RJ e, aos poucos, fomos estabelecendo com seus porta-vozes relações cada vez mais próximas. Ao longo desse nosso contato, enquanto observávamos os actantes da Secretaria dar forma ao CICC – assim como nós o fazíamos em nossos relatórios, traduzindo os enunciados produzidos, negociando com aqueles que se dispuseram a participar – íamos, do mesmo modo, refletindo sobre os papéis que estes desempenhavam e sobre os efeitos de suas práticas.

O “poder público”, então, adquiriu para nós um rosto – vários rostos na verdade, alguns deles até discordantes entre si. Ao invés de um *Big Brother* tirano, opressor, percebemos múltiplos actantes. Não apenas intermediários, meras marionetes, mas actantes conscientes – conscientes da força e do alcance de suas ações, conscientes das dúvidas e incertezas relacionadas às suas práticas diárias. Percebemos porta-vozes preocupados com o bem-estar dos cidadãos, mas que desse modo acabam por negligenciar, ou melhor, acabam por produzir formas de governo nas quais os pequenos incidentes são considerados inevitáveis, nas quais algumas perdas e insucessos menores podem ser aceitáveis quando analisados à luz de um contexto mais amplo, comparados a essa macrocategoria que é a “população”. Formas de governo que testam, que experimentam estratégias na busca por melhores soluções, as quais, sempre parciais – a melhor “possível”, a melhor “provável”, a melhor para a maioria – acabam por excluir, por limar, por ignorar, por atropelar os pouco

expressivos, os que não se enquadram nas normas, os extraordinários, os excedentes.

Foram quatro anos de pesquisa... e durante esse período enfrentamos várias dificuldades em nosso percurso; dificuldades nas quais, de uma maneira geral, o tempo cumpriu um papel importante.

O tempo foi longo demais às vezes... vimos alguns participantes deixarem seus cargos e fomos obrigados a estabelecer novos contatos do zero. Outros, que permaneceram em suas posições, ou que foram apenas deslocados para uma função afim, precisaram ser lembrados da nossa existência, do nosso interesse, pois os intervalos entre uma conversa e outra ocasionalmente ultrapassaram os limites de suas memórias. Vai e volta, faz e refaz.

Chegada a época de concluir a investigação, como coordenar descrições que vieram sendo produzidas por alguns longos anos? Como colocar em uma única materialidade uma multiplicidade de realidades, distribuídas não só no espaço, mas também no tempo? Esta foi uma tarefa árdua que enfrentamos com muita dedicação e afinco, que vivenciamos como extremamente enriquecedora, mas que por horas nos pareceram bastante desgastante.

O tempo foi curto demais outras vezes... sempre que tivemos de iniciar um novo contato ou retomar um antigo, travamos verdadeiras batalhas: telefonemas, e-mails, envios de resumo, de projeto, roteiro de entrevista, cancelamentos, remarcações, apresentações, insistência, persistência. Meses se passaram, anos se passaram, e ainda aguardamos esperançosamente alguns retornos, aguardamos que determinadas portas nos sejam abertas para podermos enfim seguir certas pistas que nos foram apontadas. O tempo foi implacável conosco e com nossos participantes. Planejado para entrar em funcionamento em 2011, ao que tudo indica, o CICC deverá ser inaugurado somente em algumas semanas a contar da data de hoje, do dia 13 de maio de 2013, quando escrevo esse último capítulo – e a grande estreia deve ocorrer provavelmente enquanto eu estiver imprimindo esta tese, quando a maior parte dos verbos que emprego aqui no futuro se tornará automaticamente obsoleta.

Diante dos vários adiamentos que a inauguração do CICC enfrentou, chegamos a temer pelo desenvolvimento dessa pesquisa. A um ano do prazo estipulado para concluirmos nossa investigação, vimo-nos impelidos, então, a traçar um “plano B”, a buscar um caminho alternativo a seguir, caso o atraso e a instabilidade do Centro dificultassem em demasiado a produção de nossa cartografia.

Assim, enquanto continuávamos acompanhando os movimentos de fabricação do CICC, ampliamos um pouco o campo de observação e passamos a direcionar nosso olhar também para o Centro de Operações da Prefeitura. Diferente do CICC, o COR já estava em pleno funcionamento há algum tempo, suas conexões mais estáveis e, além disso, as práticas de vigilância/monitoramento que constitui apresentam nuances ainda menos exploradas aqui no Brasil.

Dessa forma, prosseguimos com duas frentes de trabalho, com dois eixos de investigação – segurança e emergências civis, vigilância e monitoramento, práticas do Governo do Estado e da Prefeitura do Rio – acreditando que, em algum momento deveríamos optar por abordar nesta tese apenas um deles. Contudo, aos poucos fomos percebendo algumas aproximações entre os movimentos articulados ao CICC e ao COR, fomos percebendo que os limites entre uma dinâmica e outra não estavam tão bem definidos e que, de certa forma, era possível observar algumas conexões e até misturas ao longo das descrições que íamos produzindo. Assim, o acompanhamento de ambos os coletivos ao mesmo tempo foi se mostrando cada vez mais interessante e instigante, tanto por suas semelhanças quanto por suas diferenças, e decidimos apostar então em um tipo de reflexão que pudesse evidenciar uma articulação entre os dois Centros.

Concluído este trabalho, olhamos para trás e constatamos o quão desafiadora foi essa experiência; olhamos para trás e verificamos a grande extensão do aprendizado obtido nessa jornada – que diz respeito não apenas ao tema estudado, mas também ao desenvolvimento de formas menos endurecidas e pré-definidas de se conduzir uma pesquisa. Ao longo desse período, aprendemos eminentemente a ser flexíveis, a estar receptivo para os fatos e os enunciados que se produzem durante a investigação, aprendemos a nos desviar para poder seguir os fluxos, os movimentos daquilo que se observa sem impor sobre eles a nossa vontade

“superior”. Aprendemos a aproveitar as oportunidades e a lidar com as dificuldades, a enfrentar a imperfeição de condições e buscar bravamente contribuir para a compreensão de fenômenos atuais, nos quais também figuramos como atores de uma forma ou de outra.

Concluído este trabalho, percebemos tanto o avanço e os limites que ele comporta e mesmo cientes do vários óbices que se enfrenta em estudos como esse, fica um anseio, uma expectativa de dar continuidade, de prosseguir nessa caminhada em um futuro próximo.

PELA PROLIFERAÇÃO DE PRÁTICAS DE CUIDADO

Para compor esta cartografia acerca das formas de governo produzidas pelas práticas de vigilância/monitoramento em ação no Rio de Janeiro e, sobretudo, alguns de seus efeitos, demos início à tese apresentando – como uma provocação – a metáfora dos *ThunderCats* utilizada por um dos participantes da pesquisa. De forma breve e, diríamos até, inusitada, ressaltamos nessa primeira seção o caráter híbrido do fenômeno que buscamos estudar aqui, o qual se constitui como efeito das associações entre vários elementos heterogêneos (LATOIR, 2000). Traçando um paralelo com a história desenvolvida no desenho animado e a mitologia do “Olho de *Thundera*”, chamamos a atenção para as práticas de governo enquanto performadas por técnicas e tecnologias de visualização (HARAWAY, 1995), práticas de governo constituídas por um tipo de “olhar” que visa a conhecer e, ao mesmo tempo, intervir nos movimentos de produção de realidades.

Feita essa rápida conexão entre o símbolo da cultura popular aludido e o tema da vigilância/monitoramento, nossa primeira tarefa propriamente foi delinear a proposta de investigação que executamos neste trabalho. Assim, descrevemos inicialmente alguns fatos que nos fizeram fazer essa pesquisa, enunciados que nos impulsionaram, dúvidas e questionamentos que nos guiaram durante todo o percurso. Em seguida, passamos a apresentar o modo pelo qual conduzimos o estudo, uma espécie de “regras iniciais do jogo” para detalhar nossas estratégias e os aliados com quais estivemos pareados. Neste sentido, dentre os aliados convocados em nosso argumento e, particularmente no método empregado, destacamos alguns dos autores articulados à “Teoria Ator-Rede”, como Bruno Latour, Annemarie Mol, além de outros que também refletem sobre as questões da técnica/tecnologia, como Donna Haraway. A partir de suas obras e contribuições, elencamos nesse capítulo alguns conceitos e ideias que nos ajudaram a empreender essa pesquisa. Falamos em coletivos heterogêneos, falamos em traduções, versões, falamos em controvérsias, realidades múltiplas, distribuídas, e falamos das incertezas que deveriam nos frear do impulso de projetar sobre nossas observações ideias já pré-concebidas, conclusões tiradas antes mesmo das incursões a campo.

Expostos, então, os critérios, as regras e nosso breve roteiro de preocupações (PEDRO, 2010), pudemos entrar especificamente na descrição das associações e das conexões que compõem o Centro Integrado de Comando e Controle da SESEG/RJ e do Centro de Operações da Prefeitura do Rio de Janeiro – dois grandes coletivos de vigilância/monitoramento na cidade. Antes, porém, vimo-nos compelidos a dedicar uma rápida seção ao tema dos grandes eventos a serem sediados no Rio de Janeiro, especialmente a Copa do Mundo FIFA de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016. Ao longo de nossa investigação, além das discussões principais inerentes a cada Centro, o debate sobre os Jogos foi adquirindo certo destaque como um tema transversal – uma vez que foram frequentemente mencionados em nossas conversas e entrevistas como fatores determinantes na gênese dos referidos coletivos. Desse modo, cientes de que não seria possível abordar aqui este tema de forma extensiva, dada sua grandiosidade e complexidade, optamos por, ao menos, conectar alguns pontos que pudessem nos auxiliar posteriormente na apresentação das dinâmicas de cada Centro – tais como os efeitos catalisadores desses eventos na produção de algumas mudanças (positivas e negativas) no cenário da cidade, e a discussão sobre o “risco” que vem acoplada como uma espécie de tendência mundial para prevenção de danos.

Assim, passamos especificamente à descrição do Centro Integrado de Comando e Controle. Começando pela identificação de alguns de seus antecedentes – incluindo seu precursor, o Centro de Comando e Controle (CCC) – relatamos algumas controvérsias, alguns embates que vieram dando forma às associações que constituem o Centro: incertezas quanto aos valores das câmeras no combate e prevenção ao crime, em seu sentido simbólico e com relação ao seu custo-benefício; e também quanto à eficácia desse tipo de dispositivo.

Em seguida, dedicamo-nos ao Centro de Operações Rio, buscando explorar as formas de governo específicas que põe em prática, articuladas a outros usos das câmeras de vídeo. Discutimos a questão do monitoramento de serviços e a forte preocupação com a mobilidade na cidade e controle de fluxos; debatemos o tema da integração de várias forças/agências para o desenvolvimento de ações compartilhadas; ressaltamos a importância da produção de informações e dos

processos de comunicação empregados; e também problematizamos a lógica de preempção produzida e alimentada pela dinâmica do coletivo.

Concluídas, então, as descrições de ambos os Centros, buscamos no capítulo posterior ressaltar algumas distribuições e aproximações existentes entre as práticas de governo performadas no CICC e no COR – apontando também determinadas incertezas quanto a cada um dos pontos abordados. Dentre as distribuições observadas, podemos mencionar principalmente a distinção de objetivos, dos tipos de evento que colocam em foco, da dinâmica operacional de cada um, bem como dos processos de gestão de informação (em especial no que se refere à sua divulgação). Com relação às aproximações, podemos afirmar que, apesar de suas especificidades, de um modo geral, tanto o CICC quanto o COR produzem formas de governo que se dão no nível da população, articulando em seus coletivos algumas misturas de humanos e não-humanos, de diversas forças e agências (públicas e privadas), de aspectos de controle e de cuidado da vigilância/monitoramento, e também de diferentes “tempos” (passado, presente e futuro) – o que talvez traduza particularmente uma das questões mais importantes na composição de nossa cartografia ou, ao menos, uma das que mais chamou nossa atenção.

Articulada a uma espécie de tentativa incessante de se antecipar ao futuro, presente tanto nas atividades do CICC quanto do COR, a ideia de *preempção* pode ser observada em um esforço por preparar a cidade para situações de emergência e, ao mesmo tempo, diminuir os danos decorrentes de determinados eventos. As ações preemptivas encontram-se associadas também às práticas cada vez mais presentes de avaliações de risco e, desse modo, uma vez que atuam no presente para reconfigurar um possível quadro futuro – apenas virtualmente existente – acabam por dar forma às probabilidades calculadas, materializando-as, tornando-as reais.

Assim, o impensado, o acaso, as eventualidades, a cada dia vêm perdendo espaço por conta da multiplicação de estratégias de antecipação e previsão do futuro – a partir das quais o real é produzido –; e aquilo que é “provável”, então, passa a orientar as políticas presentes. Desse modo, parece-nos que o “inesperado” comporta hoje em dia um perigo potencial tão terrivelmente assustador que, na

tentativa de sufocar, de suprimir, de certa maneira, os prejuízos atrelados aos acontecimentos imprevistos, àquilo que é “inusitado”, “surpreendente”, empreende-se uma espécie de corrida pela produção de informações, de conhecimentos que auxiliem nas práticas de controle de incertezas, nas práticas de governo, por assim dizer.

Na esteira dessa crescente valorização do conhecimento e da produção de informações visando ao controle e ao governo, as políticas de segurança também se reconfiguram, e observa-se, nesse sentido, a criação de centros integrados, de centros de controle e monitoramento como aqueles estudados aqui.

Cidades extremamente vigiadas, cruzamento de informações, intensificação de policiamento, clima de constante suspeição e cinturões de segurança são alguns exemplos de práticas e enunciados articulados a esses centros – os quais são desenvolvidos pelo poder público, mas que contam com a parceria e o envolvimento de várias outras categorias de actantes. Na mira dessas políticas, encontram-se geralmente os cidadãos (“inocentes” ou “culpados”) dos grandes centros urbanos, que (voluntariamente ou não) têm suas vidas e seus atos tornados cada vez mais visíveis para que seja garantida a segurança da população, sua mobilidade e os atendimentos específicos necessários diante de cada situação. Caso não se produzam efeitos positivos suficientes, a resposta mais comum tem sido um reforço nas estratégias e a utilização de, cada vez, mais dispositivos para que sejam intensificadas as ações dessas políticas bem como seu alcance.

Dessa forma, podemos perceber, em alguma medida, uma tendência à naturalização das práticas que investigamos nessa pesquisa. Uma naturalização que, como apontamos, pode ser extremamente perigosa na medida em que, mesmo diante de efeitos negativos evidentes, as câmeras de vídeo e esse tipo de política de vigilância/monitoramento forem traduzidos como uma espécie de solução única possível para situações de violência, crime, emergência e desordem. Neste sentido, muitos autores se dedicam a problematizar o tema da vigilância/monitoramento no que se refere à produção de práticas de governo da cidade. Extremamente preocupados com o alcance desses dispositivos e os efeitos restritivos que estes podem ter no exercício da liberdade individual de cada cidadão,

alguns desses teóricos assumem a postura política de defender a criação de determinados limites para essas práticas, chegando inclusive a estruturar algumas propostas e a se envolver em processos de negociação com o poder público¹⁷⁰.

Conforme abordado nesta tese, a ausência de limites para as políticas de vigilância/monitoramento, a falta de uma legislação específica que as regule, é identificada como problemática inclusive por aqueles que atuam como seus porta-vozes. Entretanto, parece não haver um acordo tão estável quanto à forma que deve ser dada a esse tipo de regulamentação – mesmo entre os teóricos – e, assim, o modo de funcionamento dessas práticas, bem como seu alcance, costuma ser estabelecido para uma determinada localidade, a partir de muitas discussões – que de tempos em tempos acabam sendo retomadas.

Vale ressaltar, porém, que de um modo geral é possível identificar um ponto de acordo entre os pesquisadores, um apelo comum às suas reflexões/propostas, no que diz respeito a uma ideia de **transparência** na atuação dessa política. Para eles, é preciso que a população saiba como funcionam esses coletivos de vigilância/monitoramento: quais os dispositivos utilizados, onde estão localizados, como produzem informação, o que é feito com essa informação, quem mais tem acesso a ela, como é processada, etc. Alguns chegam a defender que seja permitido à população também recusar o acesso dos órgãos/agências aos seus dados, aos rastros que produz, ou de efetuar determinados cruzamentos.

Acreditamos que a valorização do sigilo articulado a alguns desses coletivos e suas dinâmicas pouco transparentes acabam por contribuir para a multiplicação de críticas, para a intensificação de um clima de suspeição, assim como para o receio justificável de certos pesquisadores com relação ao intenso potencial de controle que esses centros de vigilância/monitoramento comportam. Assim, ao demandar transparência, podemos afirmar que esses autores objetivam criar um mecanismo de frenagem para o crescimento dessas práticas a partir da ampliação do papel da população, oficializando a atuação desta última também como controladora e reguladora dessa política – o controle sobre o controle.

170 Ver, por exemplo, Ball & Murakami Wood (2006).

Apesar de constituir uma reflexão/proposta interessante, uma vez que defende a multiplicação dos actantes envolvidos formalmente nas práticas de governo – o que pode realmente torná-las menos tiranas e opressoras –, confiamos que este argumento, na tentativa de contestar a lógica de controle e poder produzida pelos dispositivos de vigilância/monitoramento, acaba por mantê-la ou até mesmo reforçá-la de alguma forma.

Assim, gostaríamos de, nessas considerações finais, problematizar esse tipo de sociedade em que vivemos, na qual, para combater o potencial invasivo das formas de governo da população, é preciso criar cada vez mais e novas práticas de governo que possam fazer o caminho inverso. Até onde se deve ir nesse processo de multiplicação e intensificação das ações de controle? Seria a proposta desses autores realmente a única alternativa, ou a melhor alternativa?

Talvez, acolhendo aqui a sugestão de Rose (1999), para fazer frente ao crescente controle exercido por essas práticas, seja mais interessante começar a pensar não somente em torno do leque de respostas possíveis ao seu crescimento, mas principalmente acerca do repertório de questões e problemas que o produzem e o fomentam de algum modo. Talvez devamos nos preocupar, então, com os processos de naturalização dessas práticas e o quanto que elas estão articuladas a essa busca incessante por mais conhecimento (por conhecer tudo) por mais controle (por controlar tudo) – como se fosse possível chegar a um conhecimento e a um controle totais – e também que outros efeitos essa “ditadura do olhar e da visibilidade” pode produzir.

Ao longo de todos os capítulos desta tese, buscamos descrever e problematizar algumas das práticas de governo articuladas às câmeras de vídeo, em ação no Rio de Janeiro. E apesar de sua crescente expansão, observamos que este ainda é um fenômeno bastante controverso, de modo que não há certezas sobre sua eficácia, não há certezas sobre seus efeitos (benéficos ou prejudiciais), não há certezas nem sobre sua exata incidência¹⁷¹. Na medida em que evidenciamos essas incertezas por

171 A esse respeito, há um trecho interessante, extraído de uma das sessões parlamentares ocorridas na Inglaterra, em 2007 (HOUSE OF LORDS, 2007, sp):

“**Q[uestão]41** Baronesa O’Cathain: Eu tenho uma pergunta muito simples, particularmente com relação ao seu ponto sobre o medo do crime e mostrando que as reduções nos crime não

meio da convocação dos mais variados actantes envolvidos, pela articulação dos diversos enunciados que as compõem, pela apresentação de inscrições utilizadas tanto para apoiar essa política quanto para criticá-la de algum modo, percebemos o quanto esta ainda se encontra em produção. Não obstante, a cada movimento de seguir os rastros dos actantes, a cada ponto conectado, a cada associação retraçada, desenhamos também algumas formas estáveis para essas práticas de governo, mesmo que provisoriamente. Neste sentido, a cartografia de controvérsias aqui esboçada nos conecta de alguma maneira aos coletivos estudados, fazendo com que ao descrever os seus movimentos atuemos na produção de suas ontologias.

Assim como afirmam Sewell & Barker (2001), os dispositivos de vigilância/monitoramento não comportam uma natureza necessariamente boa ou

foram afetadas pelos CFTV. Você tem alguma estatística sobre a confiabilidade dessas câmeras de vigilância?

Professor Norris: (...) Eu não tenho conhecimento de nenhuma gama ampla de estatísticas sobre quão confiáveis elas são. (...)

Q44 *Presidente:* Podemos entender a partir de sua resposta ao primeiro ponto da pergunta de Lady O’Cathain que as reportagens que vemos nos jornais sobre o número de câmeras e o número de vezes que todos nós somos fotografados são suposições e não tem base em qualquer evidência estatística?

Professor Norris: Neste sentido, eu tenho que levantar as minhas mãos, porque eu sou o autor de ambos os números. O número de 300 vezes por dia que somos filmados foi incluído em um livro que escrevi chamado *The Maximum Surveillance Society*. É um palpite, apenas um palpite? Eu diria que é um “palpite/estimativa”. Cheguei a esse valor supondo uma pessoa em Londres se deslocando na cidade desde o início da manhã até tarde da noite, e eu construí um percurso que cruzava com sistemas de CFTV conhecidos. Então, essa não foi uma fantasia nesse sentido, isto foi um percurso. Eu acho que eu escrevi isso em 1998 (...), e eu acho que a estimativa de 300 câmeras era perfeitamente justificável pelo que eu sabia sobre cada um dos sistemas que cruzavam o percurso.”:

Q41 *Baroness O’Cathain:* I have a very simple question particularly relating to your point about the fear of crime and showing that reductions in crime have not been affected by CCTV. Do you have any statistics at all about the reliability of these CCTV cameras?

Professor Norris: (...) I do not know of any broad-range statistics on how reliable they are. (...)

Q44 *Chairman:* Do we understand from your answer to the first point of Lady O’Cathain’s question that the reports we get in the newspapers of the number of cameras and the number of times we are all photographed are guesses and not based on any statistical evidence?

Professor Norris: I have to put my hands up to this because I am the originator of both these numbers. The number of 300 times a day that we are captured on film was included in a book I wrote called *The Maximum Surveillance Society*. Is it a guess, just a guess? I would say that it is a guesstimate. How I came to that figure was that I took a person in London moving around the City from early in the morning until late in the evening and I constructed a journey that intersected with known CCTV systems. So, this was not a fantasy in that sense, this was a journey. I think that I wrote this in 1998 (...), and I think that the estimate of 300 cameras was perfectly justifiable on what I knew about each of the systems that they intersected with”.

má; seus efeitos serão determinados, na verdade, pelas conexões que estabelecem, pelos objetivos que cumprem, enfim, pelas práticas nas quais se encontram articulados. Desse modo, acreditamos que o esforço empreendido nessa pesquisa no sentido de manter aquecido o debate sobre o tema, de manter viva sua discussão, pode, juntamente com outros, evitar não apenas que maus usos dessa política ocorram, mas que principalmente seus efeitos positivos sejam potencializados. Isto não significa, contudo, que estejamos aqui defendendo uma posição a favor da utilização desses dispositivos e das práticas que os envolvem. Na verdade, nossa intenção, ao final deste trabalho é reconhecer e tornar rastreáveis o perigo e a dimensão de controle articulados a esse fenômeno e, sobretudo, fugindo um pouco a uma espécie de análise comum ao tema – marcada por uma atmosfera sombria de medo e teor quase conspirador – chamar atenção também para o potencial de “cuidado” que tais políticas comportam.

Durante o desenho da presente cartografia, observamos algumas formas de vigilância/monitoramento nas quais o atual desenvolvimento tecnológico é utilizado em práticas que misturam o exercício do poder e controle com o “cuidado” na promoção e na potencialização de dimensões positivas dos governos das cidades e das populações. Vale ressaltar, porém, que quando chamamos a atenção especificamente para a dimensão de “cuidado” dessa política, propomos e apostamos em formas de “cuidado” da população que, por sua hibridação com as práticas de controle, precisam ocorrer simultaneamente a uma espécie de **cuidado com o que se produz da** população – que informações e dados estão sendo construídos, como se dá esse processo, etc. – e, do mesmo modo, um **cuidado com o tipo de** população que se produz.

Como já mencionamos aqui, a transparência nas práticas de vigilância/monitoramento pode ser uma estratégia interessante no sentido de se garantir certo cuidado na produção de dados sobre a população, na medida em que esta última teria amplo acesso a essas informações. Entretanto, é importante reforçar que o envolvimento da população não deve ocorrer apenas *a posteriori*, limitando-se a um papel regulador dessa política após sua implantação, como uma espécie de polícia das polícias, mas sim ao longo de todas as etapas do processo:

nas negociações para a adoção dessas práticas, na definição de seus procedimentos e limites e, especialmente, como parceira, como corresponsável nas ações de governo. Assim, acreditamos que as políticas de vigilância/monitoramento enquanto ações de “cuidado” só são possíveis por meio de formas de governo compartilhadas, distribuídas, nas quais se evidencia a participação da população na gestão da sua existência. Na medida em que essa distribuição de responsabilidades se efetiva, na medida em que as ações são compartilhadas – e não delegadas – e a população passa a atuar como mais um actante na produção dessas formas de governo, potencializa-se também de alguma maneira as dimensões de “autonomia” e “liberdade” a elas articuladas, no sentido da escolha de cada um em se alistar como um dos aliados desses coletivos.

Entretanto, é preciso também garantir que essa “liberdade” e essa “autonomia” materializem-se em possibilidades de escolhas que se apresentem igualmente para todos os elementos que compõem a “população”. Uma vez que as práticas de governo atuam eminentemente no nível coletivo, sobre a população enquanto um actante pontualizado, é necessário pensar em formas de “cuidado” que busquem alcançar aqueles que, porventura, estejam sendo deixados de fora, para que esta dimensão não se traduza em formas de exclusão e estigma – produzindo uma população cada vez mais compartimentalizada.

Desse modo, acreditamos que ao chamar atenção para o aspecto de “cuidado” das formas de governo aqui estudadas e algumas controvérsias que estas comportam, estamos apostando em movimentos que façam gerar novas conexões entre os actantes envolvidos e multiplicar ainda mais as realidades produzidas – não em uma espécie de compartimentalização do social, mas no sentido de reagregá-lo, de mantê-lo unido por meio de um número maior de associações. Assim, através da produção desta tese, destacamos o importante papel político de estudos como esse, não apenas no sentido de debater e discutir sobre o tema, mas sobretudo de intervir diretamente na proliferação das ações de “cuidado” performadas pelas práticas de vigilância/monitoramento em seu sentido performativo, e não ostensivo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALL, K. & MURAKAMI WOOD, D. (Eds.). *A Report on the Surveillance Society*. For the Information Commissioner by the Surveillance Studies Network. Summary Report. 2006. Disponível em <http://www.rcss.ed.ac.uk/teaching/SSICT/documents/Surveillance_society_summary_final.doc>. Acesso em 23 mai. 2012.

BENNETT, C. J. & HAGGERTY, K. D. (Eds.). *Security Games: Surveillance and Control at Mega-Events*. New York: Routledge, 2011.

BRUNO, F. Estágios da Vídeo-Vigilância no Brasil. Em *Dispositivos de Visibilidade e Subjetividade Contemporânea*. 2008. Disponível em <<http://dispositivodevisibilidade.blogspot.com/2008/04/estgios-da-vdeo-vigilancia-no-brasil.html>>. Acesso em 03 jun. 2008.

CABINET OFFICE. *Draft Civil Contingencies Bill: Consultation Document*. 2003. Disponível em <www.ukresilience.info/ccbill/draftbill/consult/4resilience.htm>. Acesso em 15 abr 2013.

CADERNOS FGV PROJETOS. *Segurança Pública em Foco*. Jan. 2012. Disponível em <http://fgvprojetos.fgv.br/sites/fgvprojetos.fgv.br/files/CADERNO%20SEGURAN%C3%87A%20PUBLICA_1.pdf>. Acesso em 26 fev. 2013.

CALDEIRA, T. P. do R. *Cidade de Muros: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo*. São Paulo: Ed. 34/Edusp, 2000.

CARDOSO, B. V. *Todos os olhos. Videovigilâncias, videovoyeurismos e (re)produção imagética na tecnologia digital*. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

CARDOSO, B. V. The Paradox of Caught-in-the-act Surveillance Scenes: Dilemmas of Police Video Surveillance in Rio de Janeiro. Em *Surveillance & Society* 10(1): 51-64. 2012. Disponível em <<http://library.queensu.ca/ojs/index.php/surveillance-and-society/article/view/paradox/PDF>>. Acesso em 25 mar. 2013.

CARAGLIU, A., DEL BO, C. & NIJKAMP, P. Smart cities in Europe. Em *Serie Research Memoranda 0048*. VU University Amsterdam, Faculty of Economics, Business Administration and Econometrics: 2009. Disponível em <<http://ideas.repec.org/p/dgr/vuarem/2009-48.html>>. Acesso em 14 abr. 2013.

CARR, E. The Olympics and the surveillance state, privacy is being eroded. Em *Public Service Europe*. 16 mar. 2012. Disponível em <<http://www.publicserviceeurope.com/article/1654/the-olympics-and-the-surveillance-state-privacy-is-being-eroded>>. Acesso em 24 abr. 2012.

CASTRO, R. B. de. *Redes e Vigilância: Uma experiência de cartografia psicossocial*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de

Comunidades e Ecologia Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

CASTRO, R. B. de & PEDRO, R. M. L. R. Redes de vigilância: a experiência da segurança e da visibilidade articuladas às câmeras de monitoramento urbano. Em Bruno, F. Kanashiro, M. Firmino, R. (Orgs.). *Vigilância e Visibilidade: espaço, tecnologia e identificação*. Porto Alegre: Sulina, 2010. p. 36-60.

CEIA, C. *E-Dicionário de termos literários*. Sd. Disponível em <http://www.edtl.com.pt/index.php?option=com_mtree&task=viewlink&link_id=426&Itemid=2>. Acesso em 05 dez. 2012.

COAFFEE, J., MURAKAMI WOOD, D. & ROGERS, P. *The everyday resilience of the city: how cities respond to terrorism and disaster*. New York: Palgrave Macmillan, 2009.

COLEMAN, R. Reclaiming the Streets: Closed Circuit Television, Neoliberalism and the Mystification of Social Divisions in Liverpool, UK. Em *Surveillance & Society*, 2 (2/3): (pp. 293-309). 2004. Disponível em <www.surveillance-and-society.org>. Acesso em 16 jan. 2007.

COLETIVO BAOBÁ VOADOR. Megaeventos x Microguerras: Colonialismo 2.0 – Por Novos mapas. Em *Cartografias Insurgentes*. 2011. Disponível em <<http://cartografiasinsurgentes.wordpress.com/megaeventos-x-microguerras/>>. Acesso em 23 abr. 2012.

COR – CENTRO DE OPERAÇÕES RIO DA PREFEITURA. *Centro de Operações Rio: conheça a estrutura que cuida dos cariocas durante 24h por dia*. [Filme-vídeo]. 2011. Disponível em <<http://www.youtube.com/watch?v=v5veRO64Fow>>. Acesso em 10 abr. 2013.

DELEUZE, G. Post-scriptum: sobre as sociedades de controle. Em Deleuze, G. *Conversações*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

DEPARTMENT OF HOMELAND SECURITY – DHS. *State and Major Urban Area Fusion Centers*. 12 abr. 2012. Disponível em <http://www.dhs.gov/files/programs/gc_1156877184684.shtm>. Acesso em 25 jul. 2012.

DESPRET, V. *Ces émotions que nous fabriquent*. Paris: Lês Empecheurs de Penser en Rond, 1999.

DESPRET, V. Pour nous comprendre nous devons faire un long détour. Em *École d'Études Sociales et Pédagogiques*. 2011. Disponível em <<http://www.eesp.ch/formation-continue/10-ans-de-lunite-de-formation-continue/conference-de-vinciane-despret/>>. Acesso em 15 jan. 2013.

DOSSE, F. *O Império do Sentido: a humanização das Ciências Humanas*. Bauru: Edusc, 2003.

ERICSON, R. V. & DOYLE, A. *Risk and Morality*. Toronto: University of Toronto Press Incorporated, 2003.

ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. *Operações em Ambiente Interagências* [Manual de Campanha]. Ministério da Defesa / Exército Brasileiro, 2013. Disponível em <<http://www.cdoutex.eb.mil.br/images/EB.20-MC.10.201.pdf>>. Acesso em 05 abr. 2013.

EU-SEC II – COORDINATING NATIONAL RESEARCH PROGRAMMES AND POLICIES ON SECURITY AT MAJOR EVENTS IN EUROPE. FAQ. Em *Towards a European House of Major Events Security*. 2008. Disponível em <http://www.eu-sec.org/?page_id=131>. Acesso em 04 jun. 2012.

FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, M. Governmentality. Em Burchell, G., Gordon, C. & Miller, P. *The Foucault effect: Studies in governmentality*. Hemel Hempstead: Harvester Wheatsheaf, 1991.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. Em Dreyfus, L & Rabinow, P. *Michel Foucault: uma Trajetória Filosófica. Para Além do Estruturalismo e da Hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, M. *Segurança, Território, População*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 2010.

GÄRTNER, A. Desenho do espaço público como ferramenta para a prevenção da violência. Em *Revista Brasileira de Segurança Pública*. Fórum Brasileiro de Segurança Pública: São Paulo, 2008. Disponível em <http://www.rolim.com.br/2002/_pdfs/RevSegPub3.pdf#page=56>. Acesso em 03 abr. 2013.

GRAHAM, S. *Cities Under Siege: The new military urbanism*. London: Verso, 2011.

GRAHAM, S. Olympics 2012 security: welcome to lockdown London. Em *The Guardian*. 12 mar. 2012. Disponível em <<http://www.guardian.co.uk/sport/2012/mar/12/london-olympics-security-lockdown-london>>. Acesso em 24 abr. 2012.

GRAHAM, S. & WOOD, D. Digitising surveillance: categorisation, space and inequality. Em *Critical Social Policy*. 23. 2003.

GUESSER, A. H. *Software livre e controvérsias tecnocientíficas: uma análise sociotécnica no Brasil e em Portugal*. Curitiba: Juruá, 2006.

HACKING, I. *The Taming of Chance*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

HAGGERTY, K. D. & ERICSON, R. V. (Eds.). *The New Politics of Surveillance and Visibility*. Toronto: University of Toronto Press, 2006.

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. Em *Cadernos Pagu* (5), pp. 07-41. 1995. Disponível em <<http://www.ifch.unicamp.br/pagu/sites/www.ifch.unicamp.br/pagu/files/pagu05.02.pdf>>. Acesso em 13 abr. 2012.

HARAWAY, D. Manifesto Ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. Em SILVA, T. T. (org. e trad.). *Antropologia do ciborgue, as vertigens do pós-humano*. Autêntica: Belo Horizonte, 2000.

HEILMANN, E., LE GOFF, T. & MUCCHIELLI, L. La vidéoprotection, une gabegie. Em *Le Monde*, mai. 2011. Disponível em: <http://www.lemonde.fr/idees/article/2011/05/30/la-vidéoprotection-une-gabegie_1529441_3232.html>. Acesso em 30 mai. 2011.

HOUSE OF LORDS. Surveillance: Citizens and the State. Em *Parliament UK*. Constitution Committee. 2007. Disponível em <<http://www.publications.parliament.uk/pa/ld200809/ldselect/ldconst/18/7112803.htm>>. Acesso em 23 mai. 2012.

JEFFERY, C. R. *Crime Prevention Through Environmental Design*. Beverly Hills, CA: Sage Publications, 1971.

KANASHIRO, M. M. *Sorria, você está sendo filmado: As câmeras de monitoramento para segurança em São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas: Campinas, 2006.

KANASHIRO, M. M. Surveillance Cameras in Brazil: Exclusion, mobility regulation, and the new meaning of security. Em *Surveillance & Society*, 5(3): pp. 270-89. 2008. Disponível em <www.surveillance-and-society.org>. Acesso em 03 jun. 2008.

LA VIGNE, N., LOWRY, S., MARKMAN, J. & DWYER, A. Evaluating the Use of Public Surveillance Cameras for Crime Control and Prevention. Em *Urban Institute – Justice Policy Center*. Washington DC, 2011. Disponível em <<http://www.urban.org/UploadedPDF/412403-Evaluating-the-Use-of-Public-Surveillance-Cameras-for-Crime-Control-and-Prevention.pdf>>. Acesso em 29 mar. 2013.

LATOUR, B. *Jamais fomos Modernos: Ensaio de Antropologia Simétrica*. Rio de Janeiro, Ed. 34, 1994.

LATOURE, B. Des sujets récalcitrants. *La Recherche*, 301. 1997. Disponível em <<http://www.larecherche.fr/content/actualite/article?id=19555>>. Acesso em 16 jul. 2011.

LATOURE, B. *Ciência em Ação*. São Paulo: UNESP, 2000.

LATOURE, B. *Reflexão sobre o culto moderno dos deuses fe(i)tische*. São Paulo: Edusc, 2002.

LATOURE, B. *Reagregando o Social: uma introdução à teoria do Ator-Rede*. Salvador: Edufba, 2012; Bauru: Edusc, 2012.

LAW, J. *Aircraft Stories: Decentering the Object in Technoscience*. Durham: Duke University Press, 2002.

LAW, J. *After Method. Mess in social science research*. London: Routledge, 2006.

LEWIS, D. & MIOCH, J. Urban Vulnerability and Good Governance. Em *Journal of Contingencies and Crisis Management*, 13(2), 2005.

LIGHTSHIP BRASIL. C3I. Em *Space Airships*. Disponível <<http://www.spaceairships.com.br/C3I/introducao.asp>>. Acesso em 17 abr. 2012.

LOHR, S. The Age of Big Data. Em *New Analyses*. The New York Times. 2012. Disponível em <http://www.nytimes.com/2012/02/12/sunday-review/big-datas-impact-in-the-world.html?_r=2&scp=1&sq=Big%20Data&st=cse&>. Acesso em 11 abr. 2013.

LYON, D. *Surveillance After September 11*. Malden: Polity Press, 2003.

LYON, D. *Surveillance Studies: An Overview*. Malden: Polity Press, 2007.

MACCULLAGH, D. U.S. looks to replace human surveillance with computers. Em *CNET News*. 26 out. 2012. Disponível em <http://news.cnet.com/8301-1009_3-57540826-83/u.s-looks-to-replace-human-surveillance-with-computers/>. Acesso em 29 out. 2012.

MARRERO-GUILLAMÓN, I. Olympic State of Exception. Em *Games Monitor*. 20 jul. 2012. Disponível em <<http://gamesmonitor.org.uk/node/1780>>. Acesso em 23 jul. 2012.

MARX, G. T. Electronic Eye in the Sky: Some Reflections on the New Surveillance and Popular Culture. Em Lyon, D. & Zureik, E. (Eds.). *Computers, Surveillance and Privacy*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1996.

MARX, G. T. Measuring Everything That Moves: The New Surveillance at Work. Em I. Simpson. & R. Simpson. (Eds.). *The Workplace and Deviance*. JAI series on Research in the Sociology of Work, 1999. Disponível em <<http://web.mit.edu/gtmarx/www/ida6.html>>. Acesso em 11 mai. 2012.

MASSUMI, B. Potential Politics and the Primacy of Preemption. Em *Theory & Event* 10:2, 2007. Disponível em <http://muse.jhu.edu/login?auth=0&type=summary&url=/journals/theory_and_event/v010/10.2massumi.html>. Acesso em 22 mai. 2012.

MELGAÇO, L. *Securização urbana: da psicoesfera do medo à tecnoesfera da segurança*. Tese (Doutorado em Geografia) – Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo: São Paulo, 2010.

MOL, A. *Body Multiple: Ontology in Medical Practice*. Durham: Duke University Press, 2002.

MOL, A. Política Ontológica. Algumas ideias e várias perguntas. Em Nunes, J. A., Roque, R. (Orgs.). *Objectos Impuros: Experiências em Estudos Sobre a Ciência*. Porto: Afrontamento, 2008.

MOLZ, J. G. 'Watch us wander': mobile surveillance and the surveillance of mobility. Em *Environment and Planning A*, 2006, volume 38, pp. 377-93.

MUNIESA, F. & CALLON, M. La performativité des sciences économiques. Em *Papiers de Recherche Du CSI*, n°. 010. Centre de Sociologie de L'Innovation, Ecole des Mines de Paris, 2008. Disponível em <<http://www.csi.ensmp.fr>>. Acesso em 09 ago. 2008.

NIN, I. A cidade dos megaeventos: visibilidades. Em *Cartografias Insurgentes*. 2011. Disponível em <<http://cartografiasinsurgentes.wordpress.com/a-cidade-dos-megaeventos-visibilidades/>>. Acesso em 23 abr. 2012.

NOBRE, J. C. A. & PEDRO, R. M. L. R. Redes de bioética e biotecnologias da reprodução: controvérsias teóricas e metodológicas. Em *Anais do 30º. ANPOCS, 2006*. Vol. 1. Caxambu. 30º. ANPOCS 2006, 2006.

NORRIS, C. & ARMSTRONG, G. Introduction: power and vision. Em Norris, C. Moran, J. Armstrong, G. (Eds.). *Surveillance, Closed Circuit Television and Social Control* (pp. 3-18). Aldershot: Ashgate, 1998.

NORRIS, C., MCCAHERN, M. & WOOD, D. Editorial. The Growth of CCTV: A global perspective on the international diffusion of video surveillance in public assessable space. Em *Surveillance & Society*, 2(2/3): pp. 110-35. 2004. Disponível em <www.surveillance-and-society.org>. Acesso em 03 jun. 2008.

NOTÍCIAS. Mapas com imagens de favelas do Rio serão retirados do Google. Em R7. 28 abr. 2011. Disponível em <<http://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/noticias/mapas-com-imagens-de-favelas-do-rio-serao-retiradas-de-site-de-empresa-americana-20110428.html>>. Acesso em 16 abr. 2012.

PAES, E. *Os 4 mandamentos da cidade*. [Filme-vídeo]. 2012. Disponível em <http://www.ted.com/talks/lang/pt/eduardo_paes_the_4_commandments_of_cities.html>. Acesso em 01 mai. 2013.

PARNABY, P. F. Crime Prevention through Environmental Design: Discourses of Risk, Social Control, and a Neo-liberal Context. Em *Canadian Journal of Criminology and Criminal Justice*. Vol. 48, Number 1, January 2006.

PEDRO, R. M. L. R. Tecnologias de Vigilância: um estudo psicossocial a partir da análise de controvérsias. Em *Anais do XXIX Encontro Anual da ANPOCS - Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais*. Vol. 1 (p. 1-32). Caxambu: Editora da ANPOCS, 2005.

PEDRO, R. M. L. R. *Mapeamento de uma Rede Sociotécnica – Estudo de Caso: IFM*. Rio de Janeiro, mimeo, 2006.

PEDRO, R. M. L. R. Sobre redes e controvérsias: ferramentas para compor cartografias psicossociais. Em FERREIRA, A. A. L. et al. *Teoria Ator-Rede & Psicologia*. (pp. 78-96). Rio de Janeiro: Nau, 2010.

PENLEY, C., ROSS, A., HARAWAY, D. Cyborgs at Large: Interview with Donna Haraway. Em *Social Text*, No. 25/26, pp. 8-23. Duke University Press, 1990. Disponível em <<http://www.jstor.org/stable/466237>>. Acesso em 17 abr. 2012.

PERES, J. Relatório: Copa e Olimpíada criam Rio dos excluídos. Em *Rede Brasil Atual*. 19 abr. 2012. Disponível em <<http://www.redebrasilatual.com.br/temas/cidades/2012/04/relatorio-copa-e-olimpiada-criam-rio-dos-excluidos>>. Acesso em 23 abr. 2012.

PERGUNTAS & RESPOSTAS. Cidades-sede da Copa de 2014. *Veja.com*, janeiro de 2009. Disponível em <http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/perguntas_respostas/cidades-copa-2014/cidades-sede-copa-2014-estadios-capitais-fifa-cbf-abertura-final.shtml>. Acesso em: 01 mar. 2011.

RHEINGANTZ, P. A. & PEDRO, R. M. L. R. (Orgs.). *Qualidade do lugar e a cultura contemporânea: controvérsias e ressonâncias em coletivos urbanos*. PROARQ FAU-UFRJ: Rio de Janeiro, 2012.

RIO 2016. *Candidature file for Rio de Janeiro to host the 2016 Olympic and Paralympic Games*, Vol. 3. Jan. 2009. Disponível em <http://rio2016.com/sites/default/files/parceiros/candidature_file_v3.pdf>. Acesso em 28 mai. 2012.

RIO DE JANEIRO. Pior chuva dos últimos 44 anos causa estragos e dezenas de mortes no Rio. Em *G1*. 2010. Disponível em <<http://g1.globo.com/Noticias/Rio/0,,MUL1559061-5606,00-PIOR+CHUVA+EM+ANOS+CAUSA+ESTRAGOS+E+DEZENAS+DE+MORTES+NO+RIO.html>>. Acesso em 13 abr. 2013.

ROCHA, I. S. *Unidades de Polícia Pacificadora: Controvérsias que tecem a vida urbana*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

ROLNIK, S. *Cartografia Sentimental, Transformações contemporâneas do desejo*. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.

ROSE, N. *Governing the soul – The shaping of private self*. London / New York: Free Association Books, 1999.

ROSE, N. Government and control. Em *British Journal of Criminology*, 40, 2000.

SÆTNAN, A. R., LOMELL, H, M. & WIECEK, C. Controlling CCTV in Public Spaces: Is Privacy the (Only) Issue? Reflections on Norwegian and Danish observations. Em *Surveillance & Society*, 2 (2/3): (pp. 396-414). 2004. Disponível <www.surveillance-and-society.org>. Acesso em 16 jan. 2007.

SAIDEIRA. Imagina na Copa. Em *O Globo – Blogs*. Dez. 2012. Disponível em <<http://oglobo.globo.com/blogs/saideira/posts/2012/12/10/imagina-na-copa-478431.asp>>. Acesso em 09 fev. 2013

SATO. P. Como acontece a escolha do país-sede da Copa do Mundo. *Nova Escola*, junho de 2009. Disponível em <<http://revistaescola.abril.com.br/geografia/fundamentos/como-acontece-escolha-pais-sede-copa-mundo-475910.shtml>>. Acesso em: 01 mar. 2011.

SESEG/RJ – SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA DO RIO DE JANEIRO. *Conheça o Centro Integrado de Comando e Controle*. [Filme-vídeo]. 2012. Disponível em <<http://www.youtube.com/watch?v=IF94QNUyTPk>>. Acesso em 11 mar. 2013.

SESGE – SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE SEGURANÇA PARA GRANDES EVENTOS. *Planejamento Estratégico de Segurança para a Copa do Mundo FIFA Brasil 2014*. Brasil: Ministério da Justiça, 2012. Disponível em <<http://blog.justica.gov.br/inicio/wp-content/uploads/2012/07/Planejamento-Estrategico-SESGE.pdf>>. Acesso em: 26 fev. 2013.

SEWELL, G., BARKER, J. R. Neither good, nor bad, but dangerous: Surveillance as an ethical paradox. Em *Ethics and Information Technology* 3: pp. 183-96, 2001. Disponível em <<http://link.springer.com/article/10.1023%2FA%3A1012231730405?LI=true>>. Acesso em 22 mai. 2012.

SINGER, N. Mission Control, Built for Cities. Em *The New York Times*. 03 mar. 2012. Disponível em <<http://www.nytimes.com/2012/03/04/business/ibm-takes-smarter-cities-concept-to-rio-de-janeiro.html?pagewanted=all>>. Acesso em 24 abr. 2012.

VINCK, D. *Sociologie des Sciences*. Paris: Armand Colin, 1995.

WILLIAMSON, T. & HORA, M. In the name of the future, Rio is destroying its past. Em *The New York Times*. Ago. 2012. Disponível em <http://www.nytimes.com/2012/08/13/opinion/in-the-name-of-the-future-rio-is-destroying-its-past.html?_r=0>. Acesso em 13 ago. 2012.

ZIBECHI, R. El trago amargo de la Copa: Brasil ante el Mundial de Fútbol y los Juegos Olímpicos. Em *Programa de las Américas*. 07 fev. 2012. Disponível em <<http://www.cipamericas.org/es/archives/6359>>. Acesso em 24 abr. 2012.

ANEXOS

ANEXO A

Roteiro de entrevista utilizado com membros do CICC e do COR

Perfil:

Nome: _____ (iniciais) Ocupação:

Histórico:

1. Fale-me um pouco a respeito de sua história com este coletivo de monitoramento.

Pontos a serem considerados

- Formação / percurso profissional.
- Desde quando você participa do CICC/COR?
- Como foi seu processo de entrada?
- Você já participava de outro centro de monitoramento antes? Como era seu trabalho anterior?
- Que semelhanças e diferenças você identifica entre seus outros trabalhos e sua atuação aqui?
- Ao longo de sua trajetória aqui, quais os pontos que você identifica como mais positivos?
- Quais os principais obstáculos ou dificuldades que você encontrou também ao longo dessa trajetória?
- Estes obstáculos foram superados? Se foram, como?
- Como você vê descreveria a trajetória do CICC/COR desde a sua concepção?

Situação Atual:

2. Fale-me um pouco sobre a sua experiência atual aqui.

Pontos a serem considerados:

- Como é a atividade de monitoramento (hoje)?
- Quais os pontos positivos e negativos desse trabalho?
- Quais as articulações você considera como principais para o desenvolvimento do seu trabalho? Por quê?
- Que recursos, infraestrutura e meios de comunicação você utiliza prioritariamente para o desenvolvimento do seu trabalho? Você os considera suficientes? Se não, que recursos adicionais você gostaria de poder contar?
- Quais os aspectos que você considera positivo em seu trabalho atual dada a comunicação e o estabelecimento de parcerias e cooperação?
- Idem para os aspectos negativos ou obstáculos que você encontra.

Visão de futuro

3. Como você imagina o monitoramento nos próximos anos?

Pontos a serem considerados:

- Como você se imagina ou prospecta suas atividades para os próximos anos?
- Quais as principais realizações que você acredita que irão acontecer?

- Quais os principais desafios você acredita que este projeto irá enfrentar ao longo destes anos?
- Quais os principais obstáculos?
- Que sugestões você arriscaria para a superação desses obstáculos?
- Que contribuições você imagina que o funcionamento do CICC/COR possa trazer ainda para o seu trabalho?
- Se você tivesse que pensar em uma palavra para definir ou associar ao CICC/COR, qual seria essa palavra?
- Poema dos desejos (escrever, desenhar ou narrar? – “No futuro, eu gostaria que este projeto fosse...”)

Que pessoas você acha que seria relevante entrevistar nesta pesquisa? Por quê?

ANEXO B
Termo de consentimento livre e esclarecido

Eu, _____ [nome],
_____, [ocupação],
estou participando de uma pesquisa sobre dispositivos tecnológicos de vigilância/monitoramento desenvolvida pelo doutorando em Psicossociologia do Programa EICOS / UFRJ Rafael Barreto de Castro, sob a orientação da Professora Rosa Pedro. O objetivo deste estudo é mapear as relações e discursos que compõem o _____ [CICC ou COR], de modo a compreender como os dispositivos tecnológicos de vigilância/monitoramento se articulam a novas formas de governo contemporâneas.

Esta investigação se justifica pela presença cada vez maior dessas tecnologias no cotidiano das cidades, que têm como grande aliado as políticas públicas para promoção da segurança e ordem no Rio de Janeiro. Tal fato parece demandar uma atenção sobre os seus efeitos a partir da perspectiva de todos os sujeitos que de alguma forma se relacionam com as práticas de videovigilância/monitoramento.

A coleta de dados será conduzida através de entrevistas individuais com os atores envolvidos direta ou indiretamente na questão citada acima. Essas entrevistas serão gravadas e posteriormente transcritas para serem analisadas, mantendo-se o anonimato do entrevistado. A participação do indivíduo é voluntária e a ele serão fornecidos todos os esclarecimentos que se façam necessários e assegurado o sigilo absoluto dos dados pessoais obtidos, de modo que as opiniões emitidas na entrevista estarão sob os cuidados dos membros do grupo de pesquisa e seus professores orientadores, e seu nome será trocado em todas as publicações referentes à mesma.

Eu, _____, concordo em participar da pesquisa acima referida.

Rio de Janeiro, ___/___/_____

Assinatura do participante

Assinatura do responsável pela coleta de dados

E-mail para contato: rafaelbarretodecastro@ig.com.br

Contatos com o autor:
rafaelbarretodecastro@ig.com.br
cel.: (21) 97928-9222